Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/06/2012 a 30/06/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico

Jornal Folha de São Paulo

Jornal O Globo

Sítio eletrônico do MDS

Sítio eletrônico do MDA

Sítio Eletrônico do MMA

Sítio eletrônico do INCRA

Sítio eletrônico da CONAB

Sítio eletrônico do MAPA

Sítio eletrônico da Agência Carta Maior

Sítio Eletrônico da Fetraf

Sítio Eletrônico da MST

Sítio Eletrônico da Contag

Sítio Eletrônico da CNA

Sítio Eletrônico da CPT

Rio + 20: Série Especial

"É preciso ter cuidado para não pintar a besta de verde". Entrevista com Vandana Shiva. Andrea Vialli – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 01/06/2012 12

Cúpula não dará prazos para economia verde. Verena Fornetti – Folha de São Paulo. 01/06/2012 13

A grande chance do planeta. Fernando Henrique Cardoso e Harlem Gro Brundtland – O Globo. 01/06/2012 14

Líderes ainda sem consenso sobre Rio+20. Fernanda Godoy – O Globo. 01/06/2012 15

Emergentes têm de se reunir para criar "economias verdes". Entrevista com Sha Zukang – Folha de São Paulo; Ciência e Saúde. 02/06/2012 16

O futuro que nós queremos. Ban Kin-Moon – Folha de São Paulo, Opinião. 03/06/2012 18

CNA levará a agricultura sustentável do Brasil para a Rio+20 – Site da CNA. 04/06/2012 19

Rio+20: à procura de um líder. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 04/06/2012 21

Crise global não pode impedir acordos na Rio+20, diz Dilma. Vinicius Mansur – Site da Agência Carta Maior. 05/06/2012 22

Questão do clima é vista como um dogma. Às vésperas da Rio+20, talvez a história da ciência e a filosofia possam ensinar algo sobre o planeta e os humanos. Cassio Leite Vieira – Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012 24

'Há responsabilidade de responder ao mundo'. Flávia Milhorance – O Globo. 05/06/2012 27

Ministra aprova 'rascunho zero' da Rio+20. Cláudio Motta, Fabiana Ribeiro e Flávia Milhorance – O Globo. 05/06/2012 29

Participação social na Rio+20. Gilberto Carvalho – O Globo. 07/06/2012 30

Ban Ki-moon: 'Estou cautelosamente otimista'. Fernanda Godoy – O Globo. 07/06/2012 31

O embrulho é verde, mas a nota é vermelha. O Globo. 07/06/2012 32

Tímidas em 92, empresas têm mais voz na Rio+20. Pilita Clark – Valor Econômico. 08/06/2012 33

O capitalismo ambientalista na Rio+20. Pilita Clark – Valor Econômico, Capa. 08/06/2012 37

China e Brasil vão assinar acordos na área ambiental. Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo, Mundo. 09/06/2012 38

A Rio+20 à luz do futuro. Mikhail Gorbachov – O Globo. 09/06/12 38

Hollande: 'Urgência maior é o meio ambiente'. Fernando Eichenberg – O Globo. 09/06/2012 40

Brasil trará, ao menos, 10 delegações à Rio+20. Eliane Oliveira – O Globo. 09/06/2012 42

O G20, entre o bom senso e o precipício. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Mundo. 10/06/2012 43

Dada a largada para a Rio+20. Zean Bravo – O Globo. 11/06/2012 44

Documento da Rio+20 ainda longe da conclusão - O Globo, Capa. 11/06/2012 44

Texto final da Rio+20 ainda tem 75% dos parágrafos em aberto. Eliane Oliveira – O Globo. 11/06/2012 45

Conferência deve ser mais plural do que a de 92. Eliane Oliveira – O Globo. 11/06/2012 45

Presidente vai transferir o governo para o Riocentro. Fernando Exman- Valor Econômico.11/06/2012 46

Custos da economia verde opõem países ricos e emergentes. Daniela Chiaretti, Assis Moreira e Guilherme Seródio – Valor Econômico. 11/06/2012 48

Cúpula da ONU vira 'obsessão' para Dilma. Natuza Nery e Valdo Cruz – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 11/06/2012 50

Rio+20. Aécio Neves – Folha de São Paulo, Opinião. 11/06/2012 51

Rio +20 'Ignorância fortalece impacto ambiental'. Italo Nogueira – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 11/06/2012 52

CNA divulga documento de posicionamento do agronegócio brasileiro para a Rio+20 – Site da CNA. 12/06/2012 53

Evento sobre meio ambiente no Rio mobiliza magistratura mundial – Agencia Carta Maior. 12/06/2012 54

Rio + muita coisa. Nizan Guanaes – Folha de São Paulo, Mercado. 12/06/2012 54

Rio+20. Conferência começa amanhã com impasse entre ricos e pobres. Denise Menchen e Claudia Antunes. Folha de São Paulo, Cotidiano. 12/06/2012 56

Vinte anos depois. Wanda Engel – O Globo. 12/06/2012 57

Secretário da Rio+20 admite retrocesso na área ambiental. Marcos Tristão e Renato Grandelle. O Globo. 12/06/2012 57

Necessidade de mudar padrões atuais de consumo é consenso em fórum. Alexandre Cassiano, Cláudia Amorim e Cristina Tardáguila. O Globo. 12/06/2012 59

"Proteger a natureza é o melhor investimento". Entrevista com Russel Mittermeier. Renato Grandelle – O Globo. 12/06/2012 60

“Os líderes globais têm má vontade em se comprometer”. Entrevista com Parnuna Egede. Renato Grandelle – O Globo. 12/06/2012 63

O meio ambiente volta ao Rio. Catarina de Albuquerque – Valor Econômico. 12/06/2012 65

Trilionária, economia verde atrai empresas. Assis Moreira – Valor Econômico. 12/06/2012 67

ONGs criticam rumos da Rio+20. Guilherme Serodio – Valor Econômico. 12/06/2012 67

Desenvolvimento sustentável deve envolver inclusão social, diz Dilma. Fernando Exman – Valor Econômico. 12/06/2012 69

Rio+20: "A atual cúpula já não é um projeto do G8". Marcelo Justo – Agência Carta Maior. 13/06/2012 70

'Vontade política mundial diminui e urgência cresce'. Andrea Vialli – Folha de São Paulo, Cotidiano. 13/06/2012 71

Acordo final vai depender de liderança brasileira. Claudio Angelo e Denise Luna – Folha de São Paulo, Cotidiano. 13/06/2012 73

Ricos devem pagar a conta, diz indústria. Em documento, federações do RJ e de SP evitam fixar metas para reduzir emissões. Venceslau Borlina Filho – Folha de São Paulo, Cotidiano. 13/06/2012 74

Rio+20 e a mudança de paradigmas - O Globo. 13/06/2012 74

Rio+20 = ?. Zuenir Ventura – O Globo. 13/06/2012 75

Entre crises. Miriam Leitão – O Globo. 13/06/2012 76

'O modelo agrícola atual não se sustenta'. Entrevista com Renato Maluf – O Globo. 13/06/2012 78

Indústria quer conciliar mais produção e meio ambiente. Henrique Gomes Batista. O Globo. 13/06/2012 78

Rio terá centro de pesquisas da ONU. Paulo Nicolella e Luiz Ernesto Magalhães. O Globo. 13/06/2012 80

Brasil estuda criar mercado de carbono. Fernando Exman – Valor Econômico. 13/06/2012 80

Fiesp e Firjan pedem mais usinas na Amazônia. Paola de Moura – Valor Econômico. 13/06/2012 81

CNA, Embrapa e ANA defenderão a criação de Áreas de Preservação Permanente em todo o mundo na Rio+20 – Site da CNA. 14/06/2012 82

Países ricos resistem à criação de fundo para desenvolvimento sustentável. Najla Passos – Agência Carta Maior. 14/06/2012 83

Idec entrega ao governo Plataforma dos Consumidores para Rio+20 – Agência Carta Maior. 14/06/2012 84

Espaço de diálogo com a sociedade, Arena Socioambiental abre neste sábado. Site do MDS. 14/06/2012 85

Expectativas cruzadas. Claudia Antunes – Folha de São Paulo, Opinião. 14/06/2012 86

Brasil, Rio+20 e a encruzilhada do mundo. Izabella Teixeira – Folha de São Paulo, Opinião. 14/06/2012 87

Emergentes propõem fundo de US$ 30 bi para economia verde. Claudio Angelo – Folha de São Paulo, Cotidiano. 14/06/2012 88

Em recado a ricos, Dilma diz que 'país cresce e preserva ambiente'. Denise Luna e Denise Menchen – Folha de São Paulo, Cotidiano. 14/06/2012 89

A gravidez acidental da cúpula. José Eli da Veiga – Folha de São Paulo, Cotidiano. 14/06/2012 90

Conferência tem mais de 20 grandes temas sem acordo. Marcos Tristão – O Globo, Capa. 14/06/2012 90

Um fundo de US$ 30 bi – O Globo, Capa. 14/06/2012 91

Os objetivos. Miriam Leitão – O Globo. 14/06/2012 91

Fundo de US$30 bilhões pode ser criado durante conferência. Liana Melo e Eliane Oliveira – O Globo. 14/06/2012 92

Ceticismo marca início de discussões na conferência. Daniela Chiaretti e Fracisco Góes – Valor Econômico, Capa. 14/06/2012 94

Governança e dinheiro travam negociações no Rio. Daniela Chiaretti e Francisco Goes – Valor Econômico. 14/06/2012 95

Dilma critica ausências na abertura da conferência - Paola de Moura – Valor Econômico. 14/06/2012 96

Rio+20: oportunidade para benefícios fiscais. Leonardo Andrade Costa – Valor Economico. 14/06/2012 97

CNA lança Política de Governança Climática da Agricultura na Rio+20 – Site da CNA. 15/06/2012 99

Secretaria de Jovens participa de Encontro da Juventude na Rio+20 e discute sobre educação ambiental no campo – Site da CONTAG. 15/06/2012 100

Rio + 20: relativamente pouco destaque na mídia internacional. Flávio Aguiar – Agência Carta Maior. 15/06/2012 100

Conab mostra ações de proteção ao meio ambiente na Rio + 20 – Site da CONAB. 15/06/2012 102

Campanha do Mapa marca presença na Rio+20 – Site do MAPA. 16/06/2012 103

Arena Socioambiental busca construção de propostas por um mundo melhor, diz ministra. Site do MDS. 16/06/2012 103

EUA afirmam que não faz mais sentido diferenciar ricos e pobres. Claudia Antunes, Claudio Angelo e Isabel Fleck – Folha de São Paulo, Cotidiano. 16/06/2012 104

Cacique Raoni, 82, abre Cúpula dos Povos: 'Estou vivo e lutando'. Italo Nogueira – Folha de São Paulo, Cotidiano. 16/06/2012 105

O maior dilema contemporâneo. José Eli da Veiga – Folha de São Paulo, Cotidiano. 16/06/2012 106

Brasil quer exportar Bolsa Família 'verde'. Natuza Nery – Folha de São Paulo, Cotidiano. 16/06/2012 107

Dilma apela a líderes mundiais para superar impasse no Rio. O Globo, Capa. 16/06/2012 108

Ilusões à toa. Carlos Diegues – O Globo. 16/06/2012 108

Rio+20 e Mundo+50. Cristovam Buarque – O Globo. 16/06/2012 110

Brasil acelera redação do documento oficial da Rio+20. Rodrigo Otávio – Agência Carta Maior. 17/06/2012 111

Pnuma vai à Cúpula dos Povos e ouve críticas à Economia verde. Vinicius Mansur – Agência Carta Maior. 17/06/2012 113

Propostas do Setor Agropecuário para a Rio+20 - Site da CNA. 18/06/2012 115

Rio+20 (+3) – Folha de São Paulo, Editorial. 18/06/2012 116

Metas para seres humanos iguais. Luiz Carlos Bresser-Pereira – Folha de São Paulo, Mundo. 18/06/2012 117

Vinda de presidente do Irã à conferência provoca protestos. Laura Caproglione e Juliana Cunha – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/06/2012 118

Brasil exclui agência ambiental de texto – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/06/2012 119

‘Se você deixa muita coisa em aberto, não conclui nunca’. Entrevista com Antonio Patriota - O Globo. 18/06/2012 120

Brasil é eleito o país que mais trabalha contra a sustentabilidade. Renata Cabral – O Globo. 18/06/2012 122
Brasil não aceita medidas punitivas – Valor Econômico, Capa. 18/06/2012 123
Rio+20: Onde estão as montadoras? Marli Olmos – Valor Econômico. 18/06/2012 123
Mudar padrão de consumo é desafio. Francisco Góes e Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 18/06/2012 125
Escolhas ainda são conflituosas, insiste Akyuz – Valor Econômico. 18/06/2012 126
Legado da Rio+20 será decisão de criar metas claras, diz Patriota - Valor Econômico. 18/06/2012 127
Peso da crise. Jacqueline Farid – Valor Econômico. 18/06/2012 130
Um espaço para refletir e acolher novas propostas. Silvia Torikachvili – Valor Econômico. 18/06/2012 133
Ministra quer mulheres em conselhos de empresas. Carmen Nery – Valor Econômico. 18/06/2012 133
PAA é um dos destaques durante discussões da Rio + 20 – Site da CONAB. 19/06/2012 135
O risco do vazio. Miriam Leitão – O Globo. 19/06/2012 135
Três passos para chegar lá. Nick Clegg – Valor Econômico. 19/06/2012 137
O Brasil e a Rio+20. Izabella Teixeira – Valor Econômico. 19/06/2012 138
Europa acusa Brasil de adiar decisões e aceitar acordo fraco – Valor Econômico. 19/06/2012 140
Europeus pensam só no curto prazo, rebate brasileiro – Valor Econômico. 19/06/2012 142
China exige flexibilidade para a transição à "economia verde". Sergio Leo – Valor Econômico. 19/06/2012 144
Governo diz que legado será avanço do debate. Fernando Exman – Valor Econômico. 19/06/2012 145
Brasil recebe críticas por 'falta de ambição'. Daniela Chiaretti, Sergio Leo e Francisco Góes – Valor Econômico, Capa. 19/06/2012 146
Texto final do Brasil é considerado fraco por UE. Claudia Antunes, Claudio Angelo e Isabel Fleck – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012 146
Vaticano faz pressão em trechos que reafirmam direito da mulher – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012 148
Manifestações de ativistas param o Rio. Fabio Brisolla, Diana Brito e Laura Capriglione – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012 148
"Nós viramos robôs de fazer dinheiro" critica Nobel da Paz. Denise Menchen – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012 149
CONTAG é convidada para abertura oficial da Conferência da Nações Unidas 20/06/2012 150
Cúpula dos Povos leva 80 mil às ruas contra capitalismo. Rafael Soriano – Site do MST. 20/06/2012 150
Agropecuária e Sustentabilidade no foco dos debates – Site do MAPA. 20/06/2012 152

Até Vaticano consegue esvaziar o documento final da Rio+20 – O Globo, Capa. 20/06/2012. 152
Na retranca. Miriam Leitão – O Globo. 20/06/2012 153
Sem ambições – O Globo. 20/06/2012 154
Negociadores: acordo fechado era ‘o possível’. Cláudio Motta, Eliane Oliveira, Henrique Gomes Batista, Liana Melo, Fernanda Godoy e Renata Malkes – O Globo. 20/06/2012 155
Para Dilma, documento é uma vitória para o Brasil. Flávia Barbosa – O Globo. 20/06/2012 156
Não devemos deixar escapar esta oportunidade. José Manuel Durão Barroso – O Globo. 20/06/2012 157
Atuação de diplomacia brasileira gera controvérsias. Eliane Oliveira, Fernanda Godoy e Henrique Gomes Batista – O Globo. 20/06/2012 159
Jornais dos EUA e da Europa reagem a texto com críticas – O Globo. 20/06/2012 160
Deixando o tempo dizer que futuro queremos. Sergio Abranches – O Globo. 20/06/2012 160
Ambientalistas se dividem sobre impacto de protestos. Antonio Werneck e Emanuel Alencar – O Globo. 20/06/2012 161
Acordo final posterga as decisões para 2015. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 20/06/2012 163
Brasil e Argentina em prol do desenvolvimento na Rio+20. Luis María Kreckler – Valor Econômico. 20/06/2012 163
Documento final apenas cria agenda para próximos anos – Valor Econômico. 20/06/2012 165
Para ONGs e ambientalistas, acordo é fraco e não reflete urgência de ação. Guilherme Serodio – Valor Econômico. 20/06/2012 167
Cidades prometem ação, mas cumpre quem quiser. Marta Nogueira e Paola de Moura – Valor Econômico. 20/06/2012 168
Financiar a economia verde é desafio. Fernando Exman – Valor Econômico. 20/06/2012 170
Resultado final é frustrante, mas oferece esperança – Valor Econômico. 20/06/2012 171
O futuro que teremos. Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Opinião. 20/06/2012 173
Menos é mais no Rio? Julia Sweig – Folha de São Paulo, Mundo. 20/06/2012 174
Líderes globais recebem hoje documento genérico decisões mais difíceis para depois – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012 175
Decisões difíceis são jogadas para depois. Claudia Antunes, Claudio Angelo e Isabel Fleck – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012 176
'Declaração é fracasso colossal', dizem ativistas – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012 177
Reunião de alto nível começa esvaziada. Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012 177
Via Campesina protesta contra 'casa do agronegócio' na Rio+20. Vinicius Mansur – Agência Carta Maior. 21/06/2012 178

Dilma diz que Rio+20 abre nova era e prega ambição. Rodrigo Otávio – Agência Carta Maior. 21/06/2012 179

A inexpressiva atuação dos EUA. Daniela Chiaretti e Sergio Leo – Valor Econômico. 21/06/2012 181

O boletim de notas no Rio. Jeffrey D. Sachs – Valor Econômico. 21/06/2012 181

Brasil tenta reverter percepção de fracasso. Daniela Chiaretti e Francisco Góes – Valor Econômico. 21/06/2012 183

Com ausência dos ricos, conferência vira palco para os emergentes. Joe Leahy e Pilita Clark (Financial Times) – Valor Econômico. 21/06/2012 184

ONU esperava mais – Valor Econômico. 21/06/2012 186

Dilma recebe líderes com críticas aos países ricos. Paola de Moura e Guilherme Serodio – Valor Econômico. 21/06/2012 186

Conferência registra uma inédita falta de protagonismo dos EUA. Daniela Chiaretti e Sergio Leo – Valor Econômico. 21/06/2012 187

Líderes chegam ao Rio e Hollande critica falta de uma agência ambiental. Daniel Rittner, Juliana Ennes, Guilherme Serodio e Marli Olmos – Valor Econômico. 21/06/2012 188

Adeus, Rio – Folha de São Paulo, Editorial. 21/06/2012 189

Secretário-geral da ONU critica falta de ambição do resultado – Folha de São Paulo, Cotidiano. 21/06/2012 191

Governo afirma que documento final reflete a ambição coletiva. Denise Luna, Denise Menchen e Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Cotidiano. 21/06/2012 192

Líderes têm na mão um texto sem narrativa e sem alma. Ricardo Abramovay – Folha de São Paulo, Cotidiano. 21/06/2012 193

Três antídotos para reverter a choradeira. José Eli da Veiga – Folha de São Paulo, Cotidiano. 21/06/2012 194

Centro do Rio é tomado por todo tipo de protesto. Laura Capriglione e Lucas Vettorazzo – Folha de São Paulo, Cotidiano. 21/06/2012 195

Recusa ao chamado. Marina Silva – Folha de São Paulo, Opinião. 22/06/2012 196

A Rio+20 não é um fracasso. Gilberto Maringoni – Agência Carta Maior. 22/06/2012 197

Ministro avalia resultado da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável – Site do MAPA. 22/06/2012 199

Tereza Campello considera agenda social parte da solução na Rio+20 – Site do MDS. 22/06/2012 199

Uma outra visão fundamentada. Rodolfo Landim – Folha de São Paulo, Mercado. 22/06/2012 201

ONGs vão à ONU contra resultado da cúpula. Claudio Angelo – Folha de São Paulo, Cotidiano. 22/06/2012 202

Via Campesina invade exposição agrícola na Rio+20 – Folha de São Paulo, Cotidiano. 22/06/2012 203

Dilma mostra irritação ao ser criticada na Cúpula de Mulheres. Laura Capriglione – Folha de São Paulo, Cotidiano. 22/06/2012 204

Pressionado, secretário da ONU recua e elogia texto. Denise Menchen e Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Cotidiano. 22/06/2012 204

Rio+20, sucesso ou fracasso? Katia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 23/06/2012 205

Conferência repete promessas e adia ações para 2015. Claudio Angelo, Denise Menchen e Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012 207

Eco-92 deixou de herança cinco documentos – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012 208

Ambição baixa do encontro reflete indefinição global. Claudia Antunes – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012 208

Cúpula dos Povos acaba com carta genérica e imensa lista de pedidos. Laura Capriglione – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012 209

Texto é 'rico em iniciativas', diz o diretor ambiental da ONU. Claudia Antunes – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012 209

Secretário-geral do evento anuncia saída das Nações Unidas. Denise Menchen – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012 210

Apagados, EUA mandam Hillary só no último dia. Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012 211

Depois da Rio+20. Irina Bokova, Lena Ek e Hirofumi Hirano – Folha de São Paulo, Opinião. 24/06/2012 211

Rio+20 cobra relatório ambiental na Bolsa. Carolina Matos – Folha de São Paulo, Mercado. 25/06/2012 213

Seminário durante Rio+20 debate a importância da agricultura familiar para a sustentabilidade do planeta. Site da CONTAG. 21/06/2012 214

Cúpula dos Povos: As bases para um novo modelo de desenvolvimento. Reiko Miura. Site do MST. 26/06/2012 214

Brasil fará mais do que texto da Rio+20 prevê'. Lucianne Carneiro – O Globo. 26/06/2012 218

Dilma elogia resultado do encontro. Luiza Damé – O Globo. 26/06/2012 220

Dilma falha em repetir na Rio+20 desempenho de Lula em Copenhagen. Fernando Exman – Valor Econômico. 26/06/2012 221

A previsível frustração com os resultados da Rio+20. - Valor Econômico, Editorial. 27/06/2012 222

Ano da verdade – O Globo. 28/06/2012 224

Falar de flor. Marina Silva – Folha de São Paulo, Opinião. 29/06/2012 224

Ban Ki-moon diz que Rio+20 foi um sucesso – O Globo. 29/06/2012 225

Muito ou pouco? Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo, Mercado. 30/06/2012 225

Notícias Gerais

Seca no Sul e crise mundial derrubam PIB do agronegócio. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo; Mercado. 02/06/2012 227

Soja e petróleo sustentam saldo comercial. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo; Mercado. 02/06/2012 228

Barbas de molho. Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo; Mercado. 02/06/2012 Com o dólar a R$ 2 a agricultura ganha ou perde? 230

Produtores querem rever padronização para grãos. Tarso Veloso – Valor Econômico. 04/06/2012 231

Valec vai licitar projeto de R$ 70 milhões para a 'Ferrovia da Soja'. André Borges – Valor Econômico. 05/06/2012 232

Brasil convive com cenários extremos na oferta de água. Silvia Czapski – Valor Econômico. 05/06/2012 233

Produção de milho já supera a de soja em algumas regiões de Mato Grosso. Folha de São Paulo, Mercado. 05/06/2012 235

Estado agora tem decreto sobre licitações verdes – O Globo. 07/06/2012 236

Para comissário europeu, negociações devem levar em conta "boas práticas". Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 08/06/2012 237

A nova geografia econômica. Jorge Arbache – Valor Econômico. 08/06/2012 237

Economia solidária agora é lei. – O Globo. 09/06/2012 239

Indústrias de suco e produtores se unem para 'salvar' o ano. Joana Cunha – Folha de São Paulo, Ribeirão. 13/06/2012 240

Agricultura Familiar. Na Bahia, chuva 'fabricada' salva lavouras de abacaxi – Folha de São Paulo, Mercado. 12/06/2012 241

Estoques de soja dos EUA são baixos, e o mercado adora isso. Fernando Muraro Jr, - Folha de São Paulo, Mercado. 12/06/2012 241

Seca prossegue e previsão de perdas passa de R$ 26 bi. Murillo Camarotto, Sérgio Ruck Bueno e Marli Lima – Valor Econômico. 12/06/2012 242

Efeitos da seca se prolongam no Nordeste. Murillo Camarotto – Valor Econômico. 12/06/2012 243

Agricultura continua a afetar PIB gaúcho no 2º tri. Sérgio Ruck Bueno – Valor Econômico. 12/06/2012 244

Expansão da Riograndense fica para o início de 2015. Stella Fontes – Valor Econômico. 12/06/2012 246

Exportação do campo pode superar US$ 100 bi. Alessandra Saraiva – Valor Econômico. 19/06/2012 247

Nanotecnologia avança no campo brasileiro – Valor Econômico. 21/06/2012 248

Governo finaliza novo relatório sobre subsídios. Tarso Veloso – Valor Econômico. 21/06/2012 249

Investimentos na África em xeque. Andrew England (Financial Times) – Valor Econômico. 21/06/2012 250

Mapa criará Comitê Estratégico do Agronegócio – Site do MAPA. 26/06/2012 252

China diz que terras raras estão se esgotando. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 26/06/2012 253
Senado debate agronegócio e estimulo à indústria – Site do MAPA. 27/06/2012 254
Cisterna sai do sertão nordestino e vai para a favela – Valor Econômico. 27/06/2012 254
Governo aprova quase 100 milhões para PGPM – Site da CONAB. 28/06/2012 256
BNDES estuda facilitar crédito para setor da pesca. Sergio Leo – Valor Econômico. 28/06/2012 256
Brasil já importa soja dos vizinhos. Fernanda Pressinott, Gerson Freitas Jr. e Mariana Caetano – Valor Econômico. 28/06/2012 257
Internacionalização da China abre oportunidades ao Brasil. Marcos Fava Neves - Folha de São Paulo. 30/06/2012 258

“É preciso ter cuidado para não pintar a besta de verde”. Entrevista com Vandana Shiva. Andrea Vialli – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 01/06/2012

A física e ativista indiana Vandana Shiva, uma das grandes vozes da atualidade sobre desenvolvimento sustentável, crê que a Rio+20 não será um fracasso, contrariando as previsões pessimistas.

A conferência se salvará não pelos acordos que serão firmados -que devem ser menos impactantes do que aqueles feitos na Eco-92- mas pela força de pressão da sociedade e dos movimentos sociais, na visão dela.

"Conectadas como nunca, as pessoas farão a diferença no sentido de propor a construção de novos caminhos para o mundo", diz a ativista, que veio ao Brasil para participar do ciclo de palestras Fronteiras do Pensamento.

Crítica feroz da globalização e da biotecnologia, Shiva ressalta que os governos estão apáticos nas principais convenções ambientais (clima, biodiversidade) por causa do avanços dos grandes grupos transnacionais e seus lobbies poderosos, os quais, mais do que nunca, influenciam as decisões dos governos. Aqui, ela fala dos riscos do conceito de "economia verde", foco da conferência.

Folha - A sra. virá à Rio+20?

Vandana Shiva - Sim, chego no dia 17 de junho para os painéis que estão sendo preparados pelo governo brasileiro. Um deles é sobre segurança alimentar e energética. Uma das grandes mudanças da Rio+20, em relação à Eco-92, da qual também participei, é que agora a agricultura está no centro das discussões. Especialmente a agricultura tradicional, que ganha importância como uma questão ecológica. Também farei parte de várias atividades na Cúpula dos Povos, com o objetivo de acordar os líderes.

Os líderes mundiais precisam acordar para o desenvolvimento sustentável? Há críticas sobre a agenda difusa da Rio+20.

Em 1992, a agenda era bem clara: incluir a proteção da natureza entre as obrigações da comunidade internacional. Daí surgiram as principais convenções, como a do clima e da biodiversidade, e também os Princípios do Rio, que foram um balizador das leis ambientais no mundo todo. Mas a agenda da Rio+20 está difusa por um motivo claro: a ascensão, nos últimos anos, do poder das grandes corporações multinacionais.

As empresas estão influenciando as decisões globais sobre ambiente?

Sem dúvida, e não para o bem. A ascensão do poder das grandes empresas se deu em razão dos acordos de livre comércio da OMC (Organização Mundial do Comércio). Esses acordos permitiram amplo acesso das empresas aos recursos naturais e estão ajudando a desregulamentar o que foi duramente regulamentado durante a Eco-92. Desde então, as multinacionais estão destruindo o futuro da humanidade. Foi por causa delas que não há avanços nas negociações de clima, por exemplo.

E mudanças climáticas não estão na agenda da Rio+20.

Não há progressos nessa área desde a conferência de Copenhague. Depois vieram os encontros de Cancún e Durban, sem resultados efetivos. Por causa do lobby das grandes corporações, os países estão 'desregulamentando' o que havia sido regulamentado antes.

A sra. poderia dar exemplos dessa 'desregulamentação'?

O Brasil é um exemplo, veja o que ocorreu com os transgênicos. Quando eu vim pela primeira vez ao Rio Grande do Sul, a convite do José Lutzenberger [ex-ministro do Meio Ambiente], havia um forte movimento dos agricultores contra as sementes geneticamente modificadas. Agora os campos estão cobertos de soja transgênica. Isso é parte da mudança trazida pela globalização, da tomada do poder pelas multinacionais que são contrárias a qualquer acordo ambiental. Os setores mais nocivos são as empresas de combustíveis fósseis, os gigantes do agronegócio e da biotecnologia. O Canadá era um país progressista na Eco-92 e agora está paralisado nas negociações ambientais por causa das empresas que exploram óleo nas areias betuminosas.

Como tornar a conferência relevante?

A resposta está nas pessoas. É por isso que a Cúpula dos Povos é tão importante. Serão as pessoas e os movimentos sociais que vão impor uma nova agenda para a humanidade. Conectados como nunca, as pessoas farão a diferença no sentido de propor a construção de novos caminhos. Veja o movimento "Occupy", por exemplo.

Outra discussão da Rio+20 será a formulação de novos indicadores econômicos. A sra. acompanha esse debate?

Sim, e fico feliz que muitos economistas 'mainstream', como Joseph Stiglitz, estejam empenhados nesse debate. Mas o que não podemos é transformar a natureza em commodity. Devemos valorar a natureza, mas não transformar o ar, a água, as florestas em mercadorias.
Esse é um dos riscos do conceito de economia verde. Ele não é ruim em essência, mas o que me preocupa é se essa não será mais uma manobra para os poderosos saquearem os recursos naturais em nome dessa "nova economia". Temos de ter cuidado para não pintar a besta de verde.

Cúpula não dará prazos para economia verde. Verena Fornetti – Folha de São Paulo. 01/06/2012

A Rio+20, conferência ambiental da ONU que ocorre neste mês na capital fluminense, não deverá definir prazos e metas de desenvolvimento sustentável para os países. Esse processo só começará no ano que vem.

"Teremos a decisão política de que o mundo passará a contar com metas de desenvolvimento sustentável, como houve em 2000 a decisão de que o mundo passaria

a ter metas de desenvolvimento do milênio", diz o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, secretário-executivo da Comissão Nacional da Rio+20.

Segundo ele, a definição de metas e prazos dependeria do parecer de técnicos e cientistas, e não há tempo hábil para que isso seja discutido antes da cúpula. "A ideia hoje é que a determinação das metas ocorra de 2013 a 2015 e que, em 2015, essas metas sejam postas em prática."

O negociador brasileiro também afirmou que os emergentes não fogem da responsabilidade de ajudar outros países em desenvolvimento a financiar iniciativas sustentáveis -por exemplo, infraestrutura e pesquisa sobre energia renovável.

Machado diz, porém, que os emergentes buscam engajamento mais forte dos países desenvolvidos para atingir esse tipo de meta.

Embora a União Europeia declare estar pronta para adotar metas concretas de desenvolvimento sustentável, o bloco não está disposto a dar dinheiro para implementar essas ações. Para os europeus, os recursos devem vir da iniciativa privada.

A grande chance do planeta. Fernando Henrique Cardoso e Harlem Gro Brundtland – O Globo. 01/06/2012

Sendo mais velhos, estivemos envolvidos na vida pública por um longo período. Sabemos que mudanças levam tempo. Mas nosso otimismo está sendo testado pela falta de urgência na reta final para a Rio+20, este mês. O encontro é uma oportunidade histórica de traçar um futuro sustentável. Mas, neste momento, há uma real chance de esta oportunidade ser desperdiçada.

Os países estão divididos sobre meios e fins. A situação causa profunda preocupação. O sucesso, ou o fracasso, da Rio+20 terá profundas repercussões: definirá as aspirações de 3,5 milhões de jovens e dará forma ao mundo que deixaremos às futuras gerações. Foi, é claro, na primeira Cúpula da Terra, há 20 anos, no Rio, que nossa geração de líderes admitiu que focar apenas no crescimento econômico não era mais possível. Num notável rompimento com o passado, reconheceu-se que, num mundo de recursos finitos, o desenvolvimento teria de ir junto com o progresso social e a proteção ao meio ambiente, respeitando o direito de cada país se desenvolver.

Nas últimas duas décadas, a ideia do desenvolvimento sustentável revolucionou o pensamento de milhões. O entendimento de nossa responsabilidade comum ajudou a levar 189 líderes mundiais a concordar, em 2000, com a Declaração do Milênio, que abriu caminho às Metas de Desenvolvimento do Milênio. Em muitos países, testemunhamos ação determinada para reduzir a poluição e investir em energia renovável.

Quanto mais aprendemos, mais entendemos a gravidade do desafio. E ainda não vimos a necessária coragem e vontade política para transformar boas intenções em ação coletiva efetiva. O resultado de nossa inação está por toda parte. Padrões insustentáveis de produção e consumo continuam a impor demanda excessiva sobre recursos naturais, como a água. A desigualdade entre os países, e dentro deles, aumenta.

Crise financeira e preços elevados dos alimentos ampliam o desafio: uma em cada sete pessoas não tem o bastante para comer hoje. A Rio+20 dá aos líderes internacionais a oportunidade de se reunirem para acelerar o progresso das duas últimas décadas. Em

primeiro lugar, precisamos aprender com o sucesso das Metas de Desenvolvimento do Milênio. O esforço deve ser intensificado nos anos que restam até 2015. Em segundo, é necessário achar

formas de manter o desenvolvimento sustentável no topo da agenda global. Acreditamos que a criação de um conselho, com posição proeminente na ONU, um mandato claro, capacidade e autoridade, poderia fazer a bastante para comer hoje.

A Rio+20 dá aos líderes internacionais a oportunidade de se reunirem para acelerar o progresso das duas últimas décadas. Em primeiro lugar, precisamos aprender com o sucesso das Metas de Desenvolvimento do Milênio. O esforço deve ser intensificado nos anos que restam até 2015. Em segundo, é necessário achar formas de manter o desenvolvimento sustentável no topo da agenda global. Acreditamos que a criação de um conselho, com posição proeminente na ONU, um mandato claro, capacidade e autoridade, poderia fazer a diferença. Em terceiro, a iniciativa Energia Sustentável para Todos, do secretário-geral da ONU, requer apoio mais decisivo. A poluição continua sendo um dos maiores problemas mundiais de saúde pública. Precisamos

de investimentos para reduzir o uso de combustíveis baseados no carbono e aumentar a eficiência energética.

Finalmente, o verdadeiro desenvolvimento sustentável se articula com progresso mais rápido em direção à igualdade de gêneros. Em todo o mundo, as mulheres ainda enfrentam barreiras que as impedem de exercer em plenitude seu papel em nossas economias, parlamentos e sociedades. Se desperdiçamos metade do talento e do potencial mundial, simplesmente não podemos ter sucesso. É nossa responsabilidade - como empresas, membros da sociedade civil e indivíduos - ajudar o crescimento de nossas economias de uma forma que beneficie a todos e salvaguarde o planeta para as futuras gerações. Mas apenas os governos, juntos, podem criar condições para que os esforços sejam bem-sucedidos. Esta é a razão pela qual a Rio+20 é um momento para coragem e visão.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO é ex-presidente do Brasil.

GRO HARLEM BRUNDTLAND foi primeira-ministra da Noruega.

Líderes ainda sem consenso sobre Rio+20. Fernanda Godoy – O Globo. 01/06/2012

FIGUEIREDO: É preciso análise técnica para definir metas numéricas. A falta de consenso quanto à forma de adoção de metas de desenvolvimento sustentável na Rio+20 é um dos principais empecilhos à conclusão do texto que servirá de base para o documento a ser assinado por chefes de Estado e de governo no Rio. Países europeus defendem a adoção imediata de metas numéricas, o que a maioria dos diplomatas considera inviável, dada a falta de tempo. A atual rodada de negociações do rascunho zero, que vai até sábado, é a última a ser realizada na sede da ONU, em Nova York.

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo, subsecretário do Itamaraty para o Meio Ambiente, disse ontem que o mais provável é que se chegue apenas à definição dos temas, abrindo-se um prazo até 2015 para a fixação de metas numéricas. Figueiredo, que lidera as negociações da Rio+20 na sede da ONU, em Nova York, pelo lado brasileiro, afirmou que o tempo agora é escasso para se chegar a um consenso, e que

algumas definições importantes sairão apenas na reunião dos chefes de Estado, no Rio, entre 20 e 22 de junho. Até o fim da tarde de sábado, os delegados de 193 países debatem alterações no rascunho do documento a ser aprovado no Rio. Hoje, o texto tem 80 páginas, mas será submetido a novos cortes.

> - Os temas que estão no texto já refletem um nível de consenso, exceto algumas posições regionais, como a dos europeus, que têm uma série de metas específicas sobre certos temas. Não há consenso sobre isso, e talvez seja difícil consegui-lo, porque o tempo não ajuda. Esse é um tema que terá dificuldades de passar, não porque se discorde das ideias, mas porque não haverá tempo para definir números aqui – disse Figueiredo.
>
> - O Brasil apoia a ideia de quantificar metas, mas discorda dos europeus quanto à maneira de fazer isso. Para o governo brasileiro, o caminho adequado é estabelecer metas numéricas dentro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Para definir metas numéricas será preciso avaliação técnica, diz Figueiredo.

No Rio, os governantes receberão sugestões de cientistas e representantes da sociedade civil que integrarão os painéis de debate chamados de Diálogos da Sustentabilidade. Serão 30 propostas, em dez áreas, como energia, combate à pobreza, cidades e segurança alimentar.

Já está mais próxima do consenso a ideia da criação, dentro da ONU, de um Fórum do Desenvolvimento Sustentável, que cuidará da conciliação de políticas ambientais, econômicas e sociais. O embaixador reconhece, no entanto, que o financiamento da transição para uma economia verde é difícil, principalmente em época de crise econômica.

Emergentes têm de se reunir para criar "economias verdes". Entrevista com Sha Zukang – Folha de São Paulo; Ciência e Saúde. 02/06/2012

A uma semana e meia da Rio+20, conferência das Nações Unidas que pretende definir o rumo das políticas de desenvolvimento sustentável, os países ainda divergem sobre as ações práticas que poderão ser adotadas e sobre a origem do dinheiro necessário para implementá-las.

Para financiar a transição para a economia verde, o secretário-geral da conferência, Sha Zukang, defende que os países emergentes se unam. Confira a entrevista.

Folha - Os países que participarão da Rio+20 estão dispostos a definir metas de desenvolvimento sustentável?

Sha Zukang - Observamos um amplo apoio e entusiasmo em relação às metas, mas os países têm visões diferentes sobre o que deve ou não ser incluído, bem como sobre o processo formal de como e quando os objetivos podem ser concluídos e acordados.

Alguns países gostariam de ver as metas aprovadas no Rio, enquanto para outros a Rio +20 é um ponto de partida. Acredito que os Estados se unirão em torno desses objetivos de desenvolvimento sustentável no Rio, embora alguns detalhes tenham de ser resolvidos depois, para vigorar a partir de 2015.

O financiamento para que países possam implementar políticas de desenvolvimento sustentável é tema de disputas. De onde o dinheiro virá?

A assistência oficial ao desenvolvimento por parte dos doadores tradicionais [países ricos] mais do que duplicou desde 2000, atingindo US$ 129 bilhões em 2010.

No entanto, esse total é inferior à metade do total necessário para cumprir o compromisso, assumido no passado, de atingir 0,7% do PIB dos doadores tradicionais. A Rio+20 vai enfatizar a qualidade e o impacto da ajuda, engajando doadores não tradicionais e fortalecendo a cooperação Sul-Sul [entre países em desenvolvimento], bem como incentivando parcerias com o setor privado.

Os países em desenvolvimento terão de superar uma série de obstáculos para aproveitar ao máximo as oportunidades que uma economia verde pode oferecer. Será necessário aumento do apoio da comunidade internacional em termos de capacitação, transferência de tecnologia, financiamento e domínio técnico.

A oposição entre emergentes e ricos em relação às fontes de financiamento continua sendo a mesma?

Existem diferenças, mas no geral as negociações foram conduzidas de forma positiva por todos os países e grupos. Em relação aos países desenvolvidos, espera-se que cumpram as suas promessas de ajuda ao desenvolvimento e de que avancem mais rapidamente para mudar padrões de consumo insustentáveis.

Já os países em desenvolvimento precisam evitar o modelo de crescimento convencional, baseado no uso intensivo de recursos.

Alguns criticam a Rio+20, dizendo que terá pouca ambição ou pouco foco no ambiente. Como o sr. responde?

Há muita discussão sobre as questões ambientais no processo de preparação, bem como no documento final. No entanto, é uma conferência sobre desenvolvimento sustentável, e não trata o ambiente de forma isolada. Há o lado econômico e social.

Quanto ao nível de ambição da conferência, eu continuo otimista. Estou confiante de que as delegações chegarão a um acordo orientado para ações práticas, ancorado nos compromissos políticos dos líderes mundiais.

Um tema chave da Rio+20 é a economia verde, mas não há consenso sobre o conceito. A economia verde inclui baixo carbono, mas vai além. Economias verdes têm de ser consideradas no contexto mais amplo do desenvolvimento sustentável. Esforços para erradicar a pobreza são ferramentas para isso.

É importante que cada país tenha espaço político para definir e perseguir o seu próprio caminho para uma economia verde. Mas há coisas que nós, como comunidade internacional, precisamos fazer juntos para nos colocar no caminho do desenvolvimento sustentável.

Economias verdes podem proporcionar muitos benefícios. Implementadas corretamente e acompanhadas pelas políticas sociais apropriadas, uma economia verde poderia

proporcionar empregos decentes para as pessoas de diferentes níveis de renda e habilidade, principalmente para os pobres e desempregados. E as economias verdes definitivamente exigem adoção de padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

Durante as negociações, há consenso de que as economias verdes não devem criar barreiras comerciais ou condicionalidade da ajuda.

Existe uma chance de que a conferência vá aprovar a criação de uma nova agência da ONU para gerenciar o desenvolvimento sustentável?
O quadro institucional para o desenvolvimento sustentável é um dos dois temas-chave da Rio+20, e de fato é um tema crítico. Precisamos construir mecanismos mais fortes para a implementação de iniciativas de desenvolvimento sustentável em todos os níveis. E há um amplo apoio para isso. Como fazê-lo, no entanto, está nas mãos dos Estados-membros.

A criação de um Fórum Global ou de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável, juntamente com as opções de reforçar a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e do Conselho Econômico e Social (Ecosoc), estão sendo discutidas, assim como o reforço do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) como núcleo do pilar ambiental.

O futuro que nós queremos. Ban Kin-Moon – Folha de São Paulo, Opinião. 03/06/2012

Faltam empregos, as lacunas entre ricos e pobres crescem. Ao mesmo tempo, há escassez de comida e recursos. Temos de conciliar economia e ambiente

Há 20 anos, aconteceu a Cúpula da Terra. No encontro no Rio de Janeiro, os líderes mundiais concordaram com um plano ambicioso para um futuro mais seguro.

Procuraram equilibrar as exigências do crescimento econômico e as necessidades de uma população crescente com a conservação dos recursos mais preciosos: ar, terra e água. Concordaram que a única maneira de fazê-lo era romper com o velho modelo econômico e inventar um novo. Chamaram-no de desenvolvimento sustentável.

Duas décadas depois, voltamos ao futuro. Os desafios que a humanidade enfrenta hoje são praticamente os mesmos, só que maiores.

Aos poucos, percebemos que estamos entrando numa nova era. O crescimento econômico global se combinou com o populacional, criando uma pressão sem precedentes sobre os ecossistemas. Não podemos continuar queimando e consumindo nossas formas de prosperidade. Porém, não adotamos a solução óbvia, a única solução possível hoje, como era há 20 anos: o desenvolvimento sustentável.

Felizmente, temos uma segunda chance. Em poucos dias, os líderes mundiais se reunirão de novo no Rio para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Mais uma vez, a cidade oferece uma oportunidade geracional para definir um novo rumo em direção a um futuro que equilibre as dimensões econômica, social e ambiental.

Mais de 130 chefes de Estado e de governo vão estar lá, com cerca de 50 mil líderes empresariais, prefeitos, ativistas e investidores -uma coalizão global para a mudança. Mas o sucesso não é garantido. Para assegurar nosso mundo para as gerações futuras,

precisamos da parceria e envolvimento de todos os líderes, dos países ricos e pobres, pequenos e grandes.

Se eu oferecesse conselhos como secretário-geral da ONU, concentraria nos três "conjuntos" de resultados para que a Rio+20 seja um divisor de águas.

Primeiro, a Rio+20 deve inspirar um novo pensamento -e ação. Em muitos lugares, o crescimento estagnou. Os empregos estão em movimento retardatário. As lacunas entre os ricos e os pobres estão crescendo. Vemos a escassez alarmante de alimentos, combustível e recursos naturais.

No Rio, os negociadores vão se basear no sucesso dos objetivos de desenvolvimento do milênio, que têm ajudado a tirar milhões da pobreza. Uma nova ênfase sobre a sustentabilidade pode oferecer o que os economistas chamam de "triple bottom line" - crescimento econômico com aumento dos empregos associado à proteção ambiental e inclusão social.

Em segundo lugar, a Rio+20 deve ser sobre pessoas: um encontro que ofereça esperança concreta para a real melhoria no dia a dia.

As opções antes das negociações incluem a declaração de um "fome zero" do futuro: zero desnutrição em crianças por falta de alimentação adequada, desperdício zero de alimentos e insumos agrícolas nas sociedades onde as pessoas não têm o suficiente para comer.

A Rio+20 também deve dar voz àqueles que ouvimos com menos frequência: mulheres e jovens. As mulheres sustentam o peso de metade do mundo, merecem tratamento igualitário. E os jovens são o rosto do nosso futuro. Estamos criando oportunidades para os quase 80 milhões que vão entrar no mercado de trabalho a cada ano?

Em terceiro lugar, a Rio+20 deve convocar para uma ação: não desperdiçar. A mãe terra tem sido boa para nós. Façamos a retribuição da humanidade, respeitando seus limites naturais.

Como muitos dos desafios são globais, exigem uma resposta global. Não é o momento para brigas superficiais. É momento para os líderes do mundo e seus povos se unirem no propósito comum em torno de uma visão compartilhada de nosso futuro: o futuro que nós queremos.

BAN KI-MOON, 67, diplomata sul-coreano, é secretário-geral da ONU

CNA levará a agricultura sustentável do Brasil para a Rio+20 – Site da CNA. 04/06/2012

Mostrar a realidade da agropecuária brasileira para o mundo. Esse é um dos objetivos da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A CNA lidera o espaço AgroBrasil, localizado no Pier Mauá, um dos locais oficiais do evento, que acontece entre os dias 13 e 22 de junho, na cidade do Rio de Janeiro. A ideia é ressaltar as vantagens da agropecuária desenvolvida no Brasil, destacando projetos e tecnologias destinados à produção de alimentos com conservação ambiental.

No espaço do estande, a CNA criará um túnel sensorial para mostrar aos visitantes o que é uma fazenda degradada e as tecnologias utilizadas para a sua recuperação. A ideia é que, durante o caminho, a propriedade se transforme. “Teremos um túnel virtual para

explicar à sociedade a importância de tirar uma fazenda de um solo fraco e maltratado e a melhora de tudo isso por meio da tecnologia e boas práticas", revelou a senadora. O espaço AgroBrasil será ancorado por projetos da CNA, entre eles o Biomas.

Desenvolvido pela entidade em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Projeto Biomas pretende ampliar o uso das árvores nas propriedades rurais para diversificar os sistemas produtivos com ganhos econômicos e ambientais. Para isso serão criadas soluções técnico-científicas à prática da produção sustentável e à preservação da água nos seis biomas brasileiros. Com 240 pesquisadores envolvidos, a senadora acredita que o projeto será um espelho para o mundo já que pode ser aplicado em qualquer bioma desde que respeitadas as características locais.

"Com 61% do território preservados, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, o Brasil é um modelo de como produzir com qualidade e abundância", diz a senadora Kátia Abreu. Otimista com a Rio+20, ela acredita que o País tem autoridade moral para discutir, em qualquer fórum, as questões ambientais. "Nós só produzimos arroz, feijão, carne e frutas em 27% do nosso território, enquanto 61% são preservados. Isso é uma riqueza e motivo de orgulho para mostrar ao mundo", declarou.

Agenda Rio+20

A CNA divulgará, durante a Conferência, o documento de posicionamento do setor agropecuário para a Rio+20, que recebeu contribuições de lideranças rurais, técnicos, produtores, universidades e instituições do agronegócio. Foram realizados workshops de orientação para a coleta de subsídios para o documento em Brasília (18/04), Uberaba/MG (02/05) e São Paulo (08/05), consolidados em propostas que serão apresentadas pela presidente da CNA, Kátia Abreu, no dia 21 de junho, em evento com a presença de autoridades e negociadores.

Os três workshops organizados pela CNA mobilizaram diversos segmentos do setor para o debate das posições que serão levadas à Rio+20. No primeiro encontro, em Brasília, reuniram-se os técnicos da área; o segundo, em Uberaba, concentrou os produtores rurais e, em São Paulo, foram recebidas contribuições do setor como um todo. Durante os workshops foram abordados temas como meio ambiente, inovação e tecnologia, educação no meio rural, segurança alimentar e nutricional e erradicação da pobreza.

Além deste evento, foi programada uma agenda de atividades, no espaço AgroBrasil, para o período de realização da Conferência, entre os dias 13 e 22 de junho, destinada a promover a agropecuária brasileira, difundir novas tecnologias e apresentar cases de sucesso de sustentabilidade. Localizado no Pier Mauá, um dos espaços oficiais da Conferência, o estande será aberto para o público no dia 13 de junho, a partir das 11h. No entanto, a abertura oficial do espaço acontece no dia 18 para a imprensa e autoridades.

O estande terá ainda apresentações de projetos e ações sobre a agropecuária brasileira. Temas como Extensão Rural, Agricultura de Precisão e Governança Climática farão parte dos seminários que ocorrem no dia 18, 19 e 20, respectivamente. No dia 22 haverá ainda o seminário sobre Bioenergia. O projeto de Capacitação da Agricultura de Baixo Carbono, a exposição multisensorial do projeto Biomas e a exposição da história da agricultura no Brasil são algumas das várias atrações do espaço AgroBrasil.

Durante a programação está previsto ainda dois lançamentos: a terceira edição do Fórum Internacional de Estudos Estratégicos para Desenvolvimento Agropecuário e Respeito ao Clima (FEED-2012) e a proposta de criação da área de preservação

permanente mundial, ambos no dia 19. A APP Mundial será discutida no dia 20 em uma audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado. A proposta foi apresentada em março, na França, pela CNA, Embrapa e ANA (Agência Nacional de Águas) durante o 6º Fórum Mundial da Água.

Rio+20: à procura de um líder. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 04/06/2012

Um assunto muito discutido nas redes sociais nos últimos dias foi se Wagner Moura deveria ou não substituir Renato Russo, morto em 1996, na homenagem à Legião Urbana, a "banda que mudou a vida da gente", como lembrou o ator referindo-se a quem fez a trilha de uma geração. "Que País é Este?", uma das canções mais conhecidas, expõe o lado arrogante do Brasil, no momento em que deixaria de ser "Terceiro Mundo" e ia "ficar rico". O assombro do refrão cai bem para o Brasil de 2012: às vésperas de sediar a megaconferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, o governo reduz o IPI dos carros, o Congresso aprova a redução de sete unidades de conservação na Amazônia e há mais um polêmico capítulo da novela do Código Florestal. Mas amanhã, no Dia Mundial do Meio Ambiente, as autoridades irão fazer pose de "verdes" e lembrar o quanto o Brasil é sustentável. Que país é este?

A Rio+20 acontece em um momento internacional difícil e isso, claro, não pode ficar na fatura do governo. A crise na Europa preocupa seus líderes e inibe o bloco que sempre disputa a vanguarda em conferências do gênero. O silêncio dos Estados Unidos sobre o assunto fala por si. O tema está fora da pauta dos americanos (o que é terrível para o resto do mundo) e o presidente Barack Obama, em campanha presidencial, sequer cogita em sair do encontro do G-20, no México, e dar um pulinho no Riocentro. Esse é o azar da Rio+20 e do futuro que queremos - o nosso e o do insosso documento que os delegados discutem para o evento.

O anfitrião tem pouco a fazer se os convidados estão enrolados em casa, mas a total falta de entusiasmo do governo em abraçar, de verdade, esta agenda, é de sua única responsabilidade. O assunto não contagiou um palmo além dos ministérios obviamente envolvidos - o do Meio Ambiente e o das Relações Exteriores. Os demais, ou ignoram o tema ou têm um discurso tão vazio que não enganam um pé de alface. Também ninguém sabe ao certo o quanto a presidente Dilma Rousseff acredita nesse negócio de desenvolvimento sustentável. A Rio+20 é uma conferência à procura de um líder.

Desenvolvimento sustentável empolga pouco o governo

Comparando laranjas: quando o Brasil sediou a Rio92, o então presidente Fernando Collor percebeu o tamanho da visibilidade que teria e mandou seus soldados a campo. O Itamaraty chamou diplomatas de todos os lados para reforçar o time e empurrar as negociações. Todo chefe de Estado tinha que vir - e ia se dar um jeito, como se deu, para receber o Dalai Lama e também os líderes chineses que diziam que não pisariam no Rio se o religioso estivesse por aqui também. "O presidente George Bush, o pai, não queria vir", lembra o físico José Goldemberg, à época na pasta do Meio Ambiente. "O Collor me mandou lá, convencê-lo. Ele veio."

Em outra ocasião, durante a conferência de Copenhague, em 2009, o Brasil se saiu muito bem. O país tomou a dianteira e apresentou metas de redução de gases-estufa. O discurso mais brilhante do evento foi do presidente Lula. Dilma Rousseff era a chefe da delegação. Sabe-se que ela se opunha à ideia de o Brasil ter metas, mesmo voluntárias, mas depois cedeu.

A Rio+20 não produzirá nenhum documento da envergadura das convenções do Clima, Biodiversidade e Desertificação, e nem se propôs a isso. Mas tem boas promessas na pauta. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são importantes desde que definidos e o Brasil pode empurrar esse bonde. Fazer com que o meio ambiente no mundo tenha mais prestígio e seja comandado por uma agência, como querem europeus e africanos, poderia ser uma decisão histórica. O Brasil nunca apoiou a proposta. Diz que não vai dar, porque os EUA não querem. O discurso oficial é que país que tem que erradicar a miséria e crescer, não quer só ambiente, quer desenvolvimento sustentável. Mas uma coisa não exclui a outra. Falta sinceridade nesse argumento.

Ou há algo de sustentável em tomar decisões que coloquem mais carros nas ruas? A indústria vem repetindo resultados negativos, e claro que proteger a economia é prudente e necessário. Mas o melhor caminho é aumentar o congestionamento das grandes cidades e não exigir das montadoras nenhuma melhora ambiental em troca? Os brasileiros estão condenados a ver carros menos poluentes apenas nos estandes das feiras ou quando viajam ao exterior? Estudos famosos da Faculdade de Saúde Pública da USP mostram o quanto a poluição do ar em São Paulo reduz o tempo de vida de todos que vivem na capital, sejam ricos ou pobres. Ar ruim não é problema só ambiental: é econômico e social.

"O PAC é o que há de mais insustentável", diz uma autoridade do governo brasileiro. Mas o Brasil quer posar de mestre em desenvolvimento sustentável porque tem matriz energética limpa. É verdade que a matriz é limpa - mas é muito hipócrita dizer isso como se tivesse sido uma escolha ecologicamente planejada. "Se o Brasil tivesse carvão barato, íamos de carvão mesmo", continua o representante do governo. A produção de energia solar, em um país como este, é ridícula. O lugar com menor insolação do Brasil (em Florianópolis), tem mais sol que o local com mais insolação da Alemanha, costuma dizer o especialista Ricardo Ruther. Lá, a participação de energia produzida por painéis solares já bate em 4% do consumo.

Não é segredo que o desenvolvimento brasileiro continua sendo o de Juscelino Kubitschek, pavimentar estradas e carregar tudo em caminhões movidos a diesel. Ou há projetos-modelo de se melhorar a navegação na Amazônia? É por eles que milhões de pessoas que vivem na floresta se deslocam, em barcos precários e lentos. Trem? Alguém falou em trens?

Cidades sustentáveis, energia limpa, segurança alimentar, água e oceanos são alguns dos temas críticos da Rio+20. Proteger a vida nos mares, por exemplo, é um ponto fundamental da discussão - os estoques de peixes estão diminuindo, a excessiva absorção de CO_2 ameaça a base da cadeia marinha, o nível dos mares tem subido. É bom que se avise: oceano, na Rio+20, é uma discussão que passa longe do Pré-Sal. Está mais do que na hora de entender que a conferência é, plagiando Wagner Moura, fundamental para mudar a vida da gente.

Daniela Chiaretti é repórter especial. Sergio Leo, titular da coluna, está em férias.

Crise global não pode impedir acordos na Rio+20, diz Dilma. Vinicius Mansur – Site da Agência Carta Maior. 05/06/2012

Governo Dilma aproveitou Dia Mundial do Meio Ambiente para divulgar redução do desmatamento na Amazônia, anunciar um pacote de medidas relacionadas à área ambiental, abrir oficialmente a Rio+20 e começar a apresentar seu discurso no evento. "Esperamos que a crise mundial gerada pelo excesso de ganância e pela falta de

controle sobre os mercados não seja pretexto para uma vitória do excesso da ganância e da falta de controle sobre os recursos naturais", disse a presidenta.

O governo federal aproveitou a cerimônia do Dia Mundial do Meio Ambiente, realizada no Palácio do Planalto nesta terça-feira (5), para dar sua "carta de boas vindas" à Rio+20. Em discurso, a presidenta Dilma Roussef fez questão de destacar que a conferência da ONU tratará de desenvolvimento sustentável – e não somente de meio ambiente – sendo o grande desafio "crescer, incluir, proteger".

A presidenta afirmou que a crise econômica mundial não pode ser um argumento para que se interrompam as medidas de proteção ao meio ambiente e as políticas de inclusão social. "Nada adianta defender políticas de ajuste, e nós sabemos disso porque sofremos isso na nossa própria pele, sem que o país cresça", ressaltou.

Dilma defendeu a necessidade da Rio+20 formular objetivos de desenvolvimento sustentável e, sobretudo, cumpri-los ao longo dos próximos anos, ao invés de usar a crise econômica como argumento:
"Esperamos que a crise mundial gerada pelo excesso de ganância e pela falta de controle sobre os mercados não seja pretexto para uma vitória do excesso da ganância e da falta de controle sobre os recursos naturais (...) A crise mundial não pode ser impedimento para que avancemos na construção de acordos."

No que tange ao Brasil, a presidenta garantiu o crescimento econômico nos próximos meses, a manutenção das políticas sociais e disse que lançará mão de medidas para expandir o investimento público, estimular investimento privado e consumo das famílias. "Por isso, quem aposta na crise, como alguns apostaram há quatro anos atrás, vai perder de novo", desafiou.

Pacote ambiental

Antes do discurso da presidenta, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou a redução, qualificada por ela como histórica, na taxa de desmatamento na floresta Amazônica. Os dados do governo indicam que a Amazônia Legal teve 6,4 mil quilômetros quadrados de sua área desmatada entre agosto de 2010 e julho de 2011, a menor taxa registrada que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) começou a fazer a medição, em 1988. Segundo a ministra, o Brasil possui 81,2% da floresta Amazônica original conservada.

Teixeira ainda anunciou diversas medidas do governo para comemorar o dia mundial do meio ambiente, entre elas a criação de duas novas unidades de conservação - a Reserva Biológica Bom Jesus, numa região remanescente de Mata Atlântica no Paraná, e o Parque Nacional Furna Feia, no Rio Grande do Norte, região da Caatinga. Foram ampliados o Parque Nacional do Descobrimento, na Bahia (mais 1.549 hectares), a Floresta Nacional Araripe-Apodi, no Ceará (mais 706,77 hectares) e a Floresta Nacional de Goytacazes, no Espírito Santo (mais 74 hectares).

Também foi anunciada a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, entre os estados do Paraná e de São Paulo, na qual incluem-se 347 municípios com 4,6 milhões de habitantes, sendo 85% de população urbana.

A presidenta Dilma também assinou a homologação de sete terras indígenas, sendo cinco no estado do Amazonas: Santa Cruz da Nova Aliança, Matintin, Tenharim

Marmelos, Lago do Marinheiro e Porto Limoneiro. As outras duas são no Acre, Riozinho de Alto Envira, e no Pará, Xipáya.

Desde junho de 2011, a bancada indígena na Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) havia rompido as conversas com o Palácio do Planalto. O ato da desta terça marcou a retomada da CNPI. Por meio de decreto, o governo ainda instituiu o Comitê Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Também foi anunciada a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, entre os estados do Paraná e de São Paulo, na qual incluem-se 347 municípios com 4,6 milhões de habitantes, sendo 85% de população urbana.

O Executivo ainda encaminhou ao Congresso Nacional a mensagem de ratificação, pelo Brasil, do Protocolo de Nagoia, da ONU, que regulamenta o uso e garante os direitos aos benefícios produzidos a partir dos recursos genéticos. Outra mensagem enviada aos parlamentares trata da Convenção de Bonn sobre a conservação das espécies migratórias de animais silvestres. A expectativa do governo é que o Congresso ratifique os acordos internacionais durante a Rio+20.

Por fim, foi assinado o decreto que regulamenta critérios, práticas e diretrizes para as contratações realizadas pela administração pública federal, de modo a privilegiar empresas e serviços sustentáveis. O governo não forneceu detalhes.

Ao final da cerimônia, o centro de convenções Riocentro, sede da Rio+20, no Rio de Janeiro, foi considerado território da ONU durante a realização do evento.

Questão do clima é vista como um dogma. Às vésperas da Rio+20, talvez a história da ciência e a filosofia possam ensinar algo sobre o planeta e os humanos. Cassio Leite Vieira – Folha de São Paulo, Especial. 05/06/2012

Se uma pesquisa tivesse sido feita no final do século 19 entre os grandes nomes da física, é bem provável que aqueles luminares aceitassem, como realidade incontroversa, a existência do éter (meio com propriedades tanto esquisitas quanto paradoxais que serviria de suporte para a propagação da luz).

Em 1905, Albert Einstein (1879-1955), com sua teoria da relatividade, descartaria essa "propriedade" do espaço. Cerca de 20 anos depois, porém, ainda havia cientista que acreditasse em tal suporte.

Conceitos científicos arraigados são difíceis de matar. O físico alemão Max Planck (1859-1947) dizia que uma verdade científica não triunfa pelo convencimento de seus oponentes, mas, sim, porque estes últimos acabam morrendo, e ela se torna familiar a uma nova geração.

O historiador marxista britânico Eric Hobsbawm põe a ciência como a forma de cultura mais influente do século 20. Para o bem e para o mal.

Ao longo da história, cientistas obtiveram resultados grandiosos -um deles é, sem dúvida, a teoria da relatividade, que permitiu o primeiro modelo cosmológico de base científica. Mas produziram fraudes e pseudociência -esta última quando o cientista crê que aquilo que obteve é verdadeiro.

Ciência está longe de ser pura, imaculada, como às vezes é vendida. Ciência tem muito de marketing.

Quando um novo campo científico nasce (por exemplo, engenharia genética e nanotecnologia), ele traz sua carga de promessas. Nessas horas, cientistas, incensados pela mídia, desfilam futurologias (do bem, obviamente), pois sabem que isso traz visibilidade (e financiamento) para os seus laboratórios ou os seus projetos.

A história da ciência, no entanto, ensina: o cemitério das promessas científicas está cheio de covas profundas e esquecidas -grande parte delas preenchidas com medicamentos e vacinas contra males ainda incuráveis.

RIO+20

Fraudes, pseudociência, aceitação forçada de paradigmas, medo da discordância e do debate franco... todas mazelas criadas em nome do prestígio, da vaidade, de egos exacerbados, da competição, do medo de macular a carreira, da pressa em publicar etc.

Mas o que tudo isso tem a ver com a Rio+20?

Vejamos.

O filósofo alemão Jürgen Habermas diz que um dos traços das democracias modernas é que o público tem que lidar com políticas como "pacotes fechados", dizendo apenas se é a favor ou contra eles, sem discussões mais aprofundadas.

Se pudermos estender essa característica política às tendências ambientalistas, então o caso emblemático de "pacote fechado" talvez seja a questão do aquecimento global ou das mudanças climáticas -a escolha vai depender dos interesses políticos e econômicos do sujeito, como já revelaram pesquisas.

O leitor acredita em qual pacote? Crê no aquecimento global ou é cético?

A impenetrabilidade de Habermas aponta um caminho perigoso: grandes teorias científicas, por sua complexidade, acabam sendo aceitas como dogma. Ou rejeitadas como um.

Na questão climática, o "sim" (aceitação) preponderou até agora -afinal, é difícil, mesmo para um cientista, levantar a voz contra um documento, o relatório do IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), que traz a assinatura de mais ou menos 2.500 especialistas com doutorado.

CETICISMO

Mas, agora, parece brotar certo desconforto entre os próprios cientistas. Caso emblemático: 16 deles, todos renomados, publicaram manifesto nas páginas do "The Wall Street Journal" (26.jan.12) com o sugestivo título "Não é preciso se apavorar com o aquecimento global". Basicamente, dizem que não é necessário tomar medidas drásticas, no curto prazo, contra o aquecimento global, que o gás carbônico não é poluente e que as evidências do fenômeno não podem ser consideradas incontroversas (essas últimas são palavras de um Nobel de Física).

Respostas a esses céticos já são encontradas a granel na internet. Uma delas é a de William D. Nordhaus, professor de economia na Universidade Yale (EUA), "Por que os céticos do clima estão errados" ("New York Review of Books", 22.fev.12).

A mídia tem culpa na solidificação de paradigmas na ciência. Costuma -pela própria essência do jornalismo sobre ciência- privilegiar resultados e profecias em detrimento de dúvidas e reveses. Ciência, por sinal, nas palavras do filósofo britânico John Gray, é, hoje, o terreno das certezas; as dúvidas, diz ele, ficaram para a religião.

Nos jornais, há crítica de teatro, literatura, cinema, artes, música, gastronomia... E de ciência? Afinal, ela não é uma forma de cultura, a mais influente do século passado, segundo Hobsbawm?

Parte do esclarecimento (certezas e, principalmente, dúvidas) deveria vir dos próprios cientistas. Mas a verdade é que eles são resistentes em falar com um público que mal entende um fenômeno básico do cotidiano e titubeia perante matemática simples. O debate darwinismo versus criacionismo (e também ciência versus esoterismo) corrobora o dito acima.

À beira da Rio+20, o "Manifesto dos 16" foi pancada forte. Mas o que fraquejou pernas e esvaziou pulmões científicos foi a revelação, há poucos anos, de mensagens de um especialista da área em que estava confessa a manipulação de dados pró-aquecimento -é o lado humano (sem aspas) dessa atividade. O vazamento abalou profundamente a crença pública -e a de cientistas- em um conhecimento reunido arduamente nas últimas décadas.

É improvável que 2.500 especialistas estejam errados. Mas vale ter em mente o caso do éter, que abre este texto.

Para finalizar, retome-se Gray, com seu magistral e impressionante "Cachorros de Palha" (Record, 2005). O filósofo defende que o movimento verde sofre, nas origens, do mesmo mal do cristianismo e da própria ciência, a saber: o humanismo, este no sentido de que o homem é superior a outras espécies animais, é senhor de seu destino, pode controlar a tecnologia que cria e acredita na ilusão de progresso -algo que o britânico diz fazer sentido só no âmbito da ciência e não na ética, na política, nas artes, na literatura...

NATUREZA HUMANA

Gray defende que a espécie humana é dominadora e destrutiva. E não adianta tergiversar, diz ele: somos assim, é a nossa natureza humana, algo negado, na política, ao longo da história, pela direita e pela esquerda e que está, para ficar num só exemplo, na raiz de genocídios.

O alento em todo o pessimismo de Gray é que a Terra, como sistema robusto que é, resistirá à infecção por humanos. Mas a um preço: destruição da fauna e da flora.

Seguindo o pessimismo de Gray, é possível que tudo o que foi dito até aqui seja algo de menor importância. "A destruição do mundo natural não é o resultado do capitalismo global, da industrialização, da 'civilização ocidental' ou de qualquer falha nas instituições humanas. É consequência do sucesso evolucionário de um primata excepcionalmente rapinador. Ao longo de toda a história e pré-história, o avanço humano tem coincidido com devastação ecológica", escreve ele.

Neste momento de Rio+20, a reflexão mais profunda, talvez, não deva ser sobre essa ou aquela política, esse ou aquele dado científico, isso ou aquilo da economia. Mas, sim, sobre quem (realmente) somos, se valemos a pena.

E uma das análises mais profundas sobre essa questão está em "Cachorros de Palha". Vale ler, mesmo que seja para discordar.

'Há responsabilidade de responder ao mundo'. Flávia Milhorance – O Globo. 05/06/2012

Diretor-executivo do Pnuma aposta na pressão popular para mudar o rumo do 'rascunho zero' da conferência do Rio.

O GLOBO: Neste fim de semana houve a última rodada de negociações do 'rascunho zero' , em Nova York. O que o senhor achou do resultado?

ACHIM STEINER : Os governos enfrentaram na última semana, em Nova York, o fato de que eles estavam correndo contra o tempo. Houve algumas discussões bem claras, não apenas nas salas de conferência, mas algumas discussões paralelas, sobre quais são as áreas em potencial da Rio+20. Deste ponto de vista, a última semana foi útil. O documento é ainda um reflexo do desejo de trazer o mundo para um propósito comum. Mas isso pode mudar, documentos são apenas documentos. Cúpulas são apenas cúpulas. E há tantos líderes políticos vindo, que minha esperança é que, no último momento, a responsabilidade de responder ao mundo de forma uníssona e de maneira significativa, dirija a cúpula para um resultado confiável.

Então ainda acha que o documento não é ambicioso?

STEINER: É a minha opinião, mas o mundo está olhando para este documento e está fazendo a pergunta certa: há o suficiente neste documento para fazer a cúpula responder às necessidades do nosso tempo? Claramente ainda há muitos colchetes e poucas metas. O documento tem o potencial de ser ambicioso, mas neste estágio, ele continua um documento de conversas em vez de um documento de resultados.

Uma das questões centrais das discussões é o futuro do Pnuma. Há a possibilidade de fortalecer o órgão ou até a criação de uma nova agência ambiental. Como o senhor avalia este tema?

STEINER: Como diretor-executivo do Pnuma, estou encantado que, depois de 40 anos da criação do órgão, Uma das questões centrais das discussões é o futuro do Pnuma.

Há a possibilidade de fortalecer o órgão ou até a criação de uma nova agência ambiental. Como o senhor avalia este tema?

STEINER: Como diretor-executivo do Pnuma, estou encantado que, depois de 40 anos da criação do órgão, estados-membros estão discutindo seriamente o fortalecimento deste programa. Esta discussão reflete o compromisso de vários países de que temos que fazer mais com a arquitetura internacional. Se ministros do meio ambiente de todos os países quiserem ter um impacto mais efetivo sobre o futuro e sobre nossas

sociedades, então eles também têm que nos dar mais força de mandado. Não sei qual será o resultado das discussões, mas aqui estamos, apenas há alguns dias da Rio+20 e a discussão sobre governança ambiental está no cerne da cúpula. Isto é muito bom.

Mas o senhor já viu o documento após a última rodada? Viu como está descrita a questão do Pnuma nele?

STEINER: Há duas ou três opções, que ainda estão sendo discutidas. Os países ainda estão barganhando, e o resultado sobre esta questão do Pnuma depende do resultado em outras áreas. Mas para mim, o que parece muito claro é que temos pelo menos uma centena de países que tornaram esta discussão a central da Rio+20.

E o que mais o senhor considera como prioridade de resultados da Rio+20?

STEINER: Você não ficaria surpresa se eu dissesse que a discussão sobre a economia verde é extremamente importante.

E também polêmica...

STEINER: Eu sei que há alguns que estão preocupados com a economia verde, entendendo-a como uma coação a países em desenvolvimento; há outros que estão preocupados que a economia verde será dominada por multinacionais. Nós temos que falar sobre um novo paradigma econômico. E na sociedade civil, alguns gostariam que os novos paradigmas simplesmente chegassem amanhã. O que dizemos nas Nações Unidas é que temos que ter um processo de transição e que cada país teria um caminho diferente.

O que o senhor responderia aos céticos da economia verde?

STEINER: Me mostre o que hoje pode ser oferecido às pessoas que estão imaginando como poderão se alimentar, como vão sobreviver em um planeta com aquecimento global. Nós temos que fazer esta transição. E se há dúvida sobre isso, eu sempre respeito o ceticismo, eles não são ignorantes. Estamos aqui no Green Nation Fest e olhe em volta: milhares de pessoas estão vindo aqui para aprender sobre soluções para o planeta. Estou particularmente feliz esta manhã (ontem) porque vejo tantas pessoas jovens, que intuitivamente entendem questões sobre meio ambiente.

O que o senhor pode adiantar do lançamento do Panorama Ambiental Global 5 (GEO-5) no Rio?

STEINER: O GEO-5 é o mais novo relatório sobre meio ambiente, produzido pelas Nações Unidas sobre o planeta. Estou particularmente feliz esta manhã (ontem) porque vejo tantas pessoas jovens, que intuitivamente entendem questões sobre meio ambiente. É também uma análise das principais metas sobre sustentabilidade dos últimos 20 anos, o que foi feito para implementá-las, quais são as lições. E terceiro, também apresentamos cem exemplos de diferentes regiões do mundo de como a política pública transformou o setor ou tornou um problema em oportunidade. A economia verde como parte da resposta para muitos dos dilemas que descrevemos no relatório.

Ministra aprova 'rascunho zero' da Rio+20. Cláudio Motta, Fabiana Ribeiro e Flávia Milhorance – O Globo. 05/06/2012

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse ontem que conversou com os negociadores do chamado "rascunho zero", texto que servirá de base para as discussões dos chefes de Estado e de governo na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), e garantiu um avanço nas discussões. A última rodada de negociações antes da conferência foi realizada neste domingo na sede da ONU, em Nova York. Indagada se o governo brasileiro ficou satisfeito com o resultado, Izabella afirmou:

- Conversei com eles por telefone, e o texto avançou muito, principalmente sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Conselho de Governança sobre Desenvolvimento Sustentável e a questão do consumo, temas que são importantes para o governo brasileiro - disse. - O texto inclusive diminuiu, tiraram-se os colchetes de várias coisas. E agora o que se tem é a busca de consenso em torno de teses: ou uma ou outra. Você não tem mais o embate de "com isso eu concordo" e "disso eu discordo".

A última rodada de negociações que terminaria no sábado foi estendida até domingo para que os Estados membros chegassem a acordos em mais pontos. Antes desse encontro, apenas 6% do rascunho zero tinham sido acordados, segundo o vice-presidente do Comitê e embaixador da Coreia do Sul, Kim Sook. No domingo, o percentual subiu para 20%, e novos parágrafos foram adicionados. Sook afirmou que o encontro deu um senso de confiança "de que podemos mostrar ao mundo um documento final que seja digno da assinatura

dos chefes de Estado e governos".

Na avaliação do embaixador André Correa do Lago, chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores, houve progressos importantes na redação do documento. Lago participou ontem do lançamento do Instituto Global para Tecnologias Verdes e

Emprego, na Coppe/UFRJ, na Ilha do Fundão:

- É tudo uma questão de como redigir o texto para que o documento seja aceito por todos os países. Estamos muito próximos de ter um documento e passar para uma fase muito mais efetiva de utilização do paradigma Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores, houve progressos importantes na redação do documento

Lago participou ontem do lançamento do Instituto Global para Tecnologias Verdes ecEmprego, na Coppe/UFRJ, na Ilha do Fundão:

– É tudo uma questão de como redigir o texto para que o documento seja aceito por todos os países. Estamos muito próximos de ter um documento e passar para uma fase muito mais efetiva de utilização do paradigma do desenvolvimento sustentável.

As últimas negociações do texto serão realizadas nas PrepComs, reuniões no Riocentro durante a Rio+20.

Participação social na Rio+20. Gilberto Carvalho – O Globo. 07/06/2012

Realizada num cenário internacional de crise econômica e social, além do agravamento da degradação ambiental do planeta, a Rio+20 será um momento decisivo para a reformulação de paradigmas. A Conferência deve apontar alternativas ao atual modelo de produção, distribuição e consumo, assim como

reafirmar o compromisso de governos e da sociedade com os pilares do desenvolvimento sustentável. O Brasil tem uma oportunidade única, em seu papel de anfitrião, de acolher as diversidades, auxiliar na convergência de ideias e propostas, e promover o diálogo.

O que estará em debate na Rio+20 é um modelo de desenvolvimento capaz de articular o crescimento econômico e gerar empregos decentes, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, promover o uso sustentável dos recursos ambientais e a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias.

Acreditamos no poder que a sociedade civil brasileira tem para dialogar, e assinalamos que os compromissos assumidos a partir da Rio+20 somente terão valor efetivo na medida em que a participação da sociedade for considerada elemento central, seja na elaboração dos acordos a serem aprovados, seja no acompanhamento de sua execução.

Não temos medido esforços para que a Rio+20 seja a conferência com maior participação social já realizada pelas Nações Unidas. Temos atuado como mediadores entre o Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20 - organizador da Cúpula dos Povos - e os órgãos governamentais envolvidos com a Conferência de forma a garantir plenamente o encontro dos representantes da sociedade civil, bem como fortalecer a visão do governo brasileiro acerca dos temas a serem debatidos no contexto da Rio+20.

O modelo de desenvolvimento em discussão deve ser ecologicamente prudente e socialmente justo, tendo como base sua dupla dimensão ética: as finalidades sociais do desenvolvimento e o cuidado com o futuro.

Uma importante proposta é a adoção de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - em continuidade e modelo semelhante aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) -, que serão uma ferramenta para

guiar a ação internacional na busca de soluções para as questões prioritárias relacionadas ao desenvolvimento sustentável no mundo. Os Objetivos devem se traduzir em metas concretas, quantificáveis e verificáveis que obedeçam a um prazo para que sejam alcançados.

O país vem defendendo um modelo econômico que seja inclusivo, configurando-se como um instrumento por meio do qual a comunidade internacional procura o desenvolvimento econômico, calcado na inclusão social e no uso racional dos ativos ambientais. Esse modelo econômico, com redução da pobreza, distribuição de renda e superação das desigualdades, se dará a partir de ampla participação da sociedade, como comprovam os avanços nas políticas públicas de desenvolvimento social e as bem-sucedidas experiências

nos oito anos do governo Lula e no primeiro ano da presidente Dilma. Financiar o desenvolvimento sustentável também é constituir programas e ações que possam, por exemplo, retirar 40 milhões de brasileiros da situação de miséria e elevá-los à classe média, com dignidade, com direito à educação, com

inclusão e com diálogo.

É preciso, ainda, reconhecer a importância da participação da juventude a partir do protagonismo que os jovens têm tido na conformação de novos valores e na mobilização para novos temas e agendas, como a do desenvolvimento sustentável. Devemos assegurar o devido espaço a essa juventude que já demonstrou sua capacidade de inaugurar novas primaveras para a humanidade, potencializada por sua presença dinâmica e combativa nas redes sociais da internet.

Para que os países possam consolidar o círculo virtuoso do desenvolvimento sustentável e alcançar soluções realistas é necessário crescer, incluir, proteger e dialogar.

GILBERTO CARVALHO é ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Ban Ki-moon: 'Estou cautelosamente otimista'. Fernanda Godoy – O Globo. 07/06/2012

Para secretário da ONU, negociações da Rio+20 devem focar em prioridades, como energia, e sugerir medidas ambiciosas.

Dizendo-se "cautelosamente otimista", o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou que as negociações da Rio+20 devem se concentrar em resultados concretos e definir prioridades, o que chamou de must-haves , ou itens indispensáveis.

- Não estou tão pessimista como vocês (jornalistas) descrevem, estou cautelosamente otimista. Estou seguro de que os países-membros vão agir pelo interesse dos seres humanos. Tenho insistido com os paísesmembros

que este não é o fim, é apenas o início de um processo muito importante.

Ban defendeu a adoção de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e disse que, se não for possível chegar a acordo sobre os 26 temas que estão em discussão para os ODS, será preciso focar nos prioritários, como energia, e fechar "pacotes ambiciosos" de medidas

– Espero que os negociadores alcancem isso nos dias que antecedem a chegada de ministros e líderes ao Rio. A partir de então, os líderes agirão para resolver as pendências - disse Ban, que embarcará para o Rio dia 19, do México, onde participará da reunião do G-20.

Ban anunciou à Assembleia Geral da ONU que a entidade lançou uma plataforma digital para acompanhar a implementação dos Objetivos do Milênio, e que ela acolherá também dados e iniciativas de países sobre os futuros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A respeito de compromissos assumidos no passado - e descumpridos pela maioria - como a meta acordada na Rio-92 de que os países ricos destinassem 0,7% de seu PIB anual para ajudar os países pobres a investir na sustentabilidade, Ban elogiou o primeiro-ministro britânico, David Cameron, por ter mantido o compromisso diante de um corte de 30% no orçamento.

– É preciso ter coragem política, mesmo diante da crise financeira na Europa. Medidas de curto prazo não são a resposta – afirmou.

O secretário-geral reconheceu que o processo de negociação do documento da Rio+20 tem sido particularmente difícil, mesmo com a extensão do prazo em Nova York, com uma rodada extra de cinco dias, encerrada no sábado passado:

– Isso não é raro em negociações multilaterais, os países-membros estão trabalhando em pacotes ambiciosos. Mas a natureza não espera enquanto negociamos.

O embrulho é verde, mas a nota é vermelha. O Globo. 07/06/2012

Pode ser um embrulho, não um pacote. Achei que a frase, dita por um funcionário do governo na segundafeira fosse só uma piada. Não era. As nove medidas ambientais anunciadas pela presidente Dilma no dia seguinte nada mais eram que projetos antigos desengavetados às vésperas da Rio+20. Collor, antes da Eco-92, homologou a terra indígena yanomami. Lula anunciou metas voluntárias de redução de emissões na COP-15. A estratégia não é original. O marketing é que ficou pior. A rádio corredor torcia por ações mais espetaculares. Uma grande reserva em Abrolhos, um ambicioso programa de educação ambiental, metas setoriais de redução de CO2 e até um inovador Conselho de Desenvolvimento Sustentável. Nada. Em lugar disso, Dilma enviou ao Congresso mensagem sobre o Protocolo de Nagoya, que trata de recursos genéticos e deveria estar lá desde 2010. Já as medidas para acabar com os lixões no Brasil até 2014 não foram à festa.

Enquanto isso, dez entidades e especialistas ligados ao meio ambiente, a pedido da coluna, avaliavam os 18 primeiros meses do governo do ponto de vista ambiental. Os depoimentos, publicados no "Globo a Mais" de terça, estão no blog Economia Verde. Dos dez ouvidos, sete chegaram a dar notas, de zero a dez. Mas, mesmo entre os que não puseram números, fica claro o desapontamento. Representantes de três ONGs, responsáveis por duas entidades empresariais, três cientistas respeitados, um economista e um teólogo. Um grupo equilibrado que, na média, deu nota 4,3 para o desempenho ambiental do governo. Entre as críticas, falta de política ambiental clara, falta de integração entre os ministérios, falta de compromisso com o desenvolvimento sustentável, falta de ligação entre discurso e prática. Com tantas faltas estruturais, a falta de ousadia no Dia do Meio Ambiente só justificou a nota vermelha.

Tímidas em 92, empresas têm mais voz na Rio+20. Pilita Clark – Valor Econômico. 08/06/2012

À primeira vista, uma planície com fortes rajadas de vento no norte do Oregon pode não parecer o mais óbvio dos locais para o Google investir US$ 100 milhões.

Mas é ali que vem tomando forma uma das maiores fazendas eólicas do mundo, e o dinheiro que a empresa destinou ao empreendimento é apenas uma parte dos US$ 915 milhões que o Google investiu em projetos de fontes de energia renováveis nos últimos dois anos.

A empresa não é a única: do outro lado do mundo, a controladora da fabricante dinamarquesa de brinquedos Lego está investindo 3 bilhões de coroas dinamarquesas (US$ 500 milhões) em uma fazenda eólica ao largo da costa da Alemanha. A Ikea, da Suécia, tem uma série de fazendas eólicas em países como a Escócia, França e Alemanha.

"Não desejamos nos tornar uma empresa geradora de energia", diz Rick Needham, diretor da área de energia e sustentabilidade do Google. Essa é também a posição da Ikea ou da Lego, mas o que as três desejam, efetivamente, é promover o uso da eletricidade "verde".

"E daí?", poderiam perguntar alguns. Empresas vêm brandindo suas credenciais ambientais desde pelo menos os anos 80, década em que Ed Woolard, então executivo-chefe do grupo químico DuPont, disse que em sua companhia a letra "e" da sigla CEO, de "chief executive officer", representava "ambiente" (Environment). A empresa, na época, encontrava-se sob fogo cruzado de críticos que a consideravam uma das piores poluidoras do mundo.

Mas algo distinto está acontecendo agora. Um pequeno, mas importante, grupo de empresas começou a adotar estratégias verdes muito mais ambiciosas, que exigem grandes recursos e uma mudança na forma como operam seus negócios.

Essa versão mais proativa de sustentabilidade empresarial poderá revelar-se insustentável. E é fácil descartar a ideia de que seria apenas mais uma tática de relações públicas para os tempos atuais, em que o termo "maquiagem verde" (usar a ecologia em relações públicas como forma de maquiar comportamento empresarial incorreto) tornou-se parte da linguagem cotidiana.

Embora algumas empresas certamente estejam desfilando com suas credenciais verdes como estratégia de marketing para atrair os consumidores, cada vez mais receptivos a questões ambientais, muitas outras parecem na verdade estar avançando muito além da maquiagem verde. Alguns observadores acreditam que estamos no início de uma mudança crucial no comportamento das empresas, que se intensificará à medida que se deparem com problemas cada vez mais profundos decorrentes do aumento populacional e da limitação de recursos.

Essa será a mensagem neste mês no Rio de Janeiro, onde mais de cem líderes mundiais se reunirão para a Rio+20, conferência sobre sustentabilidade organizada pela ONU, que tem esse nome por acontecer 20 anos depois da Eco-92, também realizada na cidade.

Os líderes empresariais terão maior papel neste ano do que em encontros anteriores. Muitos dizem que as empresas agora estão na vanguarda das iniciativas, enquanto os governos, repetidamente, não conseguem chegar a um consenso em torno de políticas policiáveis de crescimento mundial sustentável.

O envolvimento empresarial no encontro de 1992 foi insignificante, diz Rachel Kyte, vice-presidente de desenvolvimento sustentável do Banco Mundial. "Foi uma era diferente".

Neste ano, em contraste, os executivos constituirão um dos grupos não governamentais mais numerosos no Rio. Pretendem reunir-se durante vários dias, antes do evento formal. Vão elaborar suas próprias estratégias de sustentabilidade e as apresentarão às autoridades.

"O objetivo é criar insumos para as políticas governamentais em escala grande e bastante ambiciosa, e é a primeira vez em que isso acontece", diz Georg Kell, diretor executivo do Global Compact, da ONU

O que vai resultar efetivamente disso ainda não está claro. De qualquer forma, o encontro no Rio evidenciará que atualmente é mais complicado para uma empresa tentar passar-se por defensora ecológica plantando um punhado de árvores numa floresta tropical da Indonésia ou publicando um relatório de sustentabilidade.

Hoje, algumas empresas promovem mudanças bem mais radicais. O Walmart está induzindo milhares de fornecedores a praticar processos produtivos mais verdes. A Puma, fabricante de artigos esportivos, adotou uma contabilidade de "lucros e prejuízos" ambientais, para priorizar que aspectos de suas operações precisam ficar mais verdes. Sob pressão do Greenpeace, o McDonald's comprometeu-se a não vender frangos alimentados com soja, uma agricultura que vem sendo responsável por desmatamentos na Amazônia.

Muitos observam que o número de empresas que colocam em prática esse tipo de ações continua pequeno e levantam dúvidas sobre se as demais - cujo objetivo supremo é o lucro - podem realmente mudar o rumo de suas agendas sem uma orientação mais firme dos governos. Especialmente as empresas de setores poluentes, como a indústria pesada e a petrolífera, sofrem críticas por recorrer à "maquiagem verde".

Apesar disso, muitas empresas estão, sem dúvida, sob mais pressões imediatas para reformar seus modelos de negócios, diante de previsões de que a população mundial crescerá de 7 bilhões para 9 bilhões de pessoas até 2050, em grande parte nas economias

emergentes. A pressão resultante sobre os recursos naturais, como as fontes de energia, água e alimentos, vem incentivando muitos executivos a imaginar como suas empresas podem enfrentar - ou beneficiar-se - de um mundo onde o barril de água poderá custar US$ 150, para não falar dos barris de petróleo.

Ao mesmo tempo, não há um país ou grupo de países que pareça disposto ou capaz de defender uma agenda internacional, algo que o cientista político americano Ian Bremmer descreve como mundo do "G-zero", em oposição ao mundo liderado por grupos como o G-7 ou G-20.

Isso oferece às empresas uma oportunidade histórica, diz Paul Polman, holandês de 55 anos que há três anos e meio comanda a Unilever. O executivo é considerado um decano do movimento de sustentabilidade nas empresas. Em 2010, ele respondeu a investidores que discordavam de sua estratégia verde da seguinte forma: "Não coloque seu dinheiro em nossa empresa". Incansavelmente, ele promoveu esforços que vão de detergentes concentrados (que usam menos água) até ensinar a agricultores indianos que cultivam pepinos a usar menos pesticidas.

Tomando um cafezinho em seu escritório em Londres, ele diz que essas medidas são necessárias devido ao esgotamento cada vez maior dos recursos naturais, associado à pressão das mudanças climáticas e à inação dos políticos presos a uma visão de curto prazo.

"Não vemos, hoje, os governos comandando tanto quanto esperaríamos", diz ele. "Essa é uma oportunidade única, para as empresas, de assumir cada vez mais essa responsabilidade de oferecer soluções".

"O que veremos no Rio é uma galvanização inacreditável de empresas que dizem: 'Eu vejo os custos todos os dias, vejo os efeitos todos os dias, não consigo funcionar se a sociedade não funciona. Nós precisamos assumir o comando'."

Alguns dizem que as empresas já assumiram a liderança. "Se você pensar onde estão as iniciativas dignas de nota na paisagem da inovação e ideias e pensamentos interessantes, verá que estão quase exclusivamente sendo agora originadas nas empresas", diz John Elkington, uma das principais figuras do movimento de responsabilidade empresarial.

"Há uma nova geração de CEOs que não estão nisso simplesmente para sentirem-se à vontade quando nadam para lá e para cá na piscina do clube, só para poderem dizer: 'Eu recebi um relatório, você recebeu?' Eles estão dizendo: 'Isso diz respeito, fundamentalmente, ao futuro do capitalismo, e vamos ter de botar isso em ordem'."

Mas há limites evidentes ao que uma empresa estruturada para gerar valor para seus acionistas, está disposta a fazer na ausência de regulamentação governamental.

Em outras palavras, será que a Coca-Cola teria algum dia abandonado volutariamente o uso de garrafas tamanho família para seu refrigerante, proibida pelo prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, na semana passada?

Isso está no cerne da argumentação de pelo menos um dos executivos que estarão a caminho do Rio, neste mês. James Cameron, do grupo de investimento londrino Climate Change Capital, concorda com que as empresas estão fazendo muito mais para cumprir objetivos ambientais.

"Mas, em muitos aspectos, o objetivo delas não é esse", diz ele. "É um ajuste incômodo. O objetivo dessas empresas não deixou de ser gerar lucros e distribuí-los aos acionistas".

O desafio, considera ele, é capitalizar o know-how que está sendo desenvolvido nas principais empresas e usá-lo com mais eficácia.

Por outro lado, o grupo de defensores do verde ainda é muito pequeno. Corresponde apenas a cerca de 1% das empresas com receita acima de US$ 1 bilhão, diz David Metcalfe, principal executivo do Verdantix, uma empresa de pesquisas e consultoria, que divide essas empresas em dois segmentos.

Em primeiro lugar, há as "evangélicas", como a Unilever, a Philips, companhia holandesa fabricante de produtos eletrônicos, ou a britânica Marks and Spencer, para as quais a sustentabilidade é "um sistema de crenças", muitas vezes motivadas pelas opiniões de um CEO sobre tendências de longo prazo, como a escassez de recursos naturais. Embora o Google enfatize pretender que seu parque gerador de energia eólica seja lucrativo, o empreendimento é, na realidade, um exemplo da iniciativa de uma empresa de enveredar numa área de atuação não essencial para se preparar para uma nova paisagem comercial.

E há também os "capitalistas da sustentabilidade", como a GE ou a Siemens, que investem em empreendimentos como energia eólica ou em tecnologia para aumentar a eficiência do uso da água porque veem oportunidades de crescimento em curto prazo.

Apesar do que Metcalfe descreve como esforços "desesperados" para estabelecer um vínculo entre sustentabilidade e lucros, ele diz que "ainda não se chegou, absolutamente, a uma conclusão" sobre a existência desse vínculo, e sugere que a atual campanha empresarial em defesa da sustentabilidade pode ser frágil.

"A grande interrogação é até que ponto as evangélicas conseguirão converter as pessoas, e com que rapidez", diz ele. "Acho que muitos conselhos de administração serão, positiva ou negativamente, influenciados pelo êxito ou não das evangélicas".

Já há sinais de defecções. Neste ano, a Tesco, grupo britânico de supermercados, revelou estar abandonando um plano que pretende colocar nas embalagens de produtos, rótulos informando sobre seu "impacto de carbono", anunciado em 2007 durante tempos mais prósperos.

Finalmente, há a questão possivelmente mais básica sobre as ambiciosas políticas de sustentabilidade empresarial: estão, essas políticas, gerando grandes resultados?

"Em nível geral, a resposta é, inequivocamente, 'não'", diz John Sauven, do Greenpeace Reino Unido, apontando para o aumento incessante das emissões de carbono, a pesca excessiva, a devastação florestal e a extinção de espécies em todo o mundo.

"Mas quando focamos o comportamento empresarial individual, observamos algumas mudanças bastante significativas", acrescenta ele, explicando que as empresas multinacionais, como a Nestlé e a Unilever, podem produzir um grande impacto ao decidirem tornar suas enormes cadeias de suprimento tão ambientalmente saudáveis quanto for possível.

"Isso é muito difícil de implementar", diz ele. "É também algo relativamente novo para elas. Mas estão fazendo isso, e estão investindo somas muito consideráveis de dinheiro".

Isso é inegável. Mas teremos de esperar até a realização da Rio+30 para ver se essas iniciativas irão realmente mudar a maneira como as empresas são operadas.

Essa deverá ser a maior conferência já organizada pela ONU, sendo uma oportunidade histórica para os líderes mundiais resolverem uma longa lista de problemas ambientais e sociais do mundo.

Mas, a apenas algumas semanas do início da conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável na cidade brasileira do Rio de Janeiro, ainda está longe de ser claro o que dela resultará.

Acredita-se que cem líderes venham a participar da conferência Rio+20. Mas Barack Obama, o presidente dos EUA, em meio de uma campanha eleitoral, estará ausente. A chanceler da Alemanha, Angela Merkel, e primeiro-ministro britânico, David Cameron, também não virão.

E alguns que inicialmente planejavam comparecer, inclusive uma delegação do Parlamento Europeu, abandonaram a ideia, quando confrontados com os preços estratosféricos dos hotéis em uma cidade cujo número de leitos é estimado em 33 mil, em comparação com os 50 mil visitantes esperados para a cúpula.

Outro empecilho está no fato de alguns hotéis insistirem em que os hóspedes façam reservas para pelo menos uma semana, mesmo que desejem permanecer apenas alguns dias, o que não é um sinal animador para uma cidade que sediará a Copa do Mundo de futebol em 2014 e a Olimpíada de 2016.

Alguns problemas estão fora de controle dos organizadores. A data original da conferência teve de ser transferida por coincidir com o Jubileu de Diamante da rainha Elizabeth II, do Reino Unido. Ninguém poderia ter imaginado que a conferência seria realizada na mesma semana em que a Grécia realizará uma eleição crítica para o destino da zona do euro.

No entanto, muita gente está mais preocupada com os resultados das negociações sobre os resultados da própria cúpula. Elas têm sido tão turbulentas, que diplomatas ainda estavam se reunindo em Nova York, na semana passada, para tentar transformar um texto final desconexo num documento político que apresentasse um pouco mais de foco.

"Parece inexistir um senso de urgência, o que é preocupante", diz Peter Paul van de Wijs, do Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. "O que está em discussão é totalmente inadequado para uma conferência mundial", acrescenta Daniel Mittler, diretor de assuntos políticos do Greenpeace International. "Esses tipos de eventos deveriam se preocupar em promover mudanças transformacionais".

Mas alguns analistas continuam otimistas. "As coisas progrediram consideravelmente nos últimos dias", disse Farroq Ullah, do Stakeholder Forum, um grupo de defesa da sustentabilidade do ambiente. "Acho que chegaremos a um bom ponto com o documento resultante do encontro".

O capitalismo ambientalista na Rio+20. Pilita Clark – Valor Econômico, Capa. 08/06/2012

Embora muitas empresas divulguem suas iniciativas ambientais apenas como estratégia de marketing, muitas outras parecem estar indo além da "maquiagem verde". E um

pequeno, mas importante, grupo delas começa a adotar estratégias mais ambiciosas, que exigem recursos volumosos e uma mudança na forma como operam seus negócios.

Essa será uma das principais mensagens da Rio+20, conferência sobre sustentabilidade organizada pela ONU, que reunirá neste mês mais de uma centena de líderes mundiais. E, desta vez, os dirigentes empresariais terão papel de destaque. Muitos dizem que as empresas, agora, estão na vanguarda das iniciativas, enquanto os governos, repetidamente, não conseguem chegar a um consenso sobre políticas para o crescimento mundial sustentável.

China e Brasil vão assinar acordos na área ambiental. Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo, Mundo. 09/06/2012

Informação é de comitiva de deputados brasileiros em visita ao Congresso do Povo

A China e o Brasil assinarão acordos nas áreas de energia e ambiente durante a visita do premiê Wen Jiabao ao país para a conferência Rio +20, disse ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS).

Segundo ele, que encabeça comitiva de seis deputados à China, os acordos estão em negociação pelas duas chancelarias. Em Pequim, o grupo se reuniu com Wen e Wu Bangguo, presidente do Congresso Nacional do Povo (legislativo chinês).

Adiada algumas vezes, a visita dos deputados brasileiros é uma retribuição a uma viagem de Wu ao Brasil em 2006. Na época, foi assinado um mecanismo de cooperação entre os parlamentos que só entraria em vigor quando o presidente da Câmara brasileiro visitasse a China.

Maia disse que foram acertadas cinco grandes ações com a China, entre as quais "a identificação de projetos e propostas de investimentos comuns que podem ser realizados nos dois países".

Maia disse ainda que, durante reunião com membros do Partido Comunista, ele foi questionado sobre a recente limitação de compra de terras por estrangeiros. Também foi abordada a dificuldade para obter vistos de trabalho.

A China expôs interesse em participar de projetos de infraestrutura, como o do trem-bala entre Campinas e Rio de Janeiro, segundo o deputado.

A Rio+20 à luz do futuro. Mikhail Gorbachov – O Globo. 09/06/12

Este será inevitavelmente um ano de reflexão. Aqueles que estão preocupados com o futuro da Terra e de seus habitantes precisam fazer o que estiver a seu alcance para que ele seja também um ano de ação, que marque o fim de um período de apatia e miopia.

Superar essa falta de visão foi o que nos levou ao Rio há 20 anos para a primeira Cúpula da Terra sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Mas os resultados

tangíveis desse evento, e os de muitas conferências subsequentes, aqui e no resto do mundo, ficaram longe do objetivo de guiar nosso mundo por um caminho sustentável.

Olhando para 1992, a situação era diferente. Durante e logo após a Rio-92, havia um esmagador ar de entusiasmo e esperança. Era um tempo de otimismo e, em retrospecto, de inocência, quando todos celebravam o fim da Guerra Fria. Então, incríveis mudanças sociais e políticas consideradas impossíveis alguns anos antes foram, de fato, implementadas. Não foi acidente. Para desencadear essas energias tivemos de superar a forte oposição de estruturas de poder que bloqueavam o caminho. Mas as mudanças refletiam as esperanças daquele tempo e os líderes tiveram a coragem de responder ao desafio. O Muro de Berlim foi derrubado na crença de que as gerações futuras poderiam enfrentar os problemas juntas.

Vinte anos depois, estamos rodeados de cinismo e, para muitos, desespero. Não é surpreendente num momento de crise econômica exacerbada pela maior pressão sobre os recursos naturais, ampliação da pobreza, redução da segurança, continuidade de conflitos violentos e degradação ambiental. Fico desgostoso quando olho a distância cavernosa entre ricos e pobres, a irresponsabilidade que causou a crise financeira global, as respostas fracas e divididas à mudança climática e o fracasso em atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio. A oportunidade de construir um mundo mais seguro, mais justo e mais unido foi, em grande parte, desperdiçada.

O mundo já estava vacilando para atingir as oito abrangentes Metas do Milênio até 2015. Elas agora parecem ainda mais distantes. Vejam a mortalidade infantil, uma das causas mais legítimas: o Banco Mundial agora estima que mais 200 mil a 400 mil bebês morrerão este ano devido à queda do crescimento econômico. Com apenas três anos pela frente, as metas estabelecidas na Cúpula do Milênio, em 2000, são pouco mais que desejos piedosos para centenas de milhões de pessoas em todo o mundo, particularmente na África. As promessas de maior assistência ao desenvolvimento, comércio justo, acesso ao mercado e alívio do peso da dívida dos países pobres não estão sendo cumpridas.

E mesmo quando um desses objetivos - acesso a água limpa - é alegadamente atingido, as celebrações e tapinhas nas costas não escondem a realidade de que 800 milhões de pessoas ainda hoje não têm direito a isso. Tudo leva o selo de "muito pouco, muito tarde". Não posso qualificar esse fracasso como outra coisa que não seja falta de liderança e visão. Precisamos da interação de políticos, empresários e sociedade civil. O mundo está num importante ponto de inflexão. A escolha é entre uma tempestade perfeita de crises progressivamente mais profundas ou expandir perspectivas de oportunidades sem precedentes. A crise econômica, ambiental, política e, mais importante, moral que enfrentamos mostrou que o atual modelo de crescimento econômico é insustentável. Ele engendra crises, injustiça social e o perigo de catástrofe ambiental.

Há uma clara necessidade de rápida transição para um modelo diferente. Precisamos repensar as metas de desenvolvimento. O consumo não pode continuar sendo o único ou o principal indutor do crescimento. Este deveria ser visto como uma ferramenta de aperfeiçoamento da sociedade. A economia deve ser reorientada para objetivos que incluam bens públicos como meio ambiente sustentável, saúde da população em seu

sentido mais amplo, educação, cultura e coesão social, incluindo ausência de flagrantes abismos entre ricos e pobres.

Há sempre uma escolha para cada grande desafio. O futuro depende do que façamos hoje. Todos, leitores do GLOBO, políticos, líderes empresariais, ativistas, têm um papel a executar. A questão é se queremos assegurar um futuro seguro e sustentável para todos ou ficarmos reféns da atual mistura de interesses e motivações políticos e econômicos.

Como podemos assegurar que a economia se torne verde e não apenas pintada de verde? A Rio+20 precisa produzir um plano coerente e verificável para pôr o mundo no caminho do desenvolvimento sustentável. Os líderes que se reunirão no Rio devem usar esta plataforma para anunciar iniciativas, desafios e compromissos específicos nessa direção. O documento final poderia propor cortes das verbas militares e seu investimento nas Metas do Milênio e outras iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável. Deveria dar prioridade à rápida eliminação progressiva de subsídios para práticas ambientalmente destrutivas. Não podemos deixar passar a chance. Ousadas iniciativas foram forjadas no Brasil, como a Agenda 21 e Carta da Terra (preciso criticar a aparente "queda" da referência à Carta da Terra no documento da Rio+20. Espero que isto seja corrigido.) A Green Cross International, que nasceu há 20 anos no Rio e da qual tenho orgulho de participar, contribuirá para a Rio+20 com uma série de eventos interessantes e significativos, nos quais vocês serão bem-vindos.

Espero que a Rio+20 evite replicar o destino de muitas iniciativas em que as aspirações se esfumaçaram logo após ser cortada a fita e as câmeras pararam de trabalhar. Não podemos nos dar ao luxo de esperar mais 20 anos pela Rio+40. Se entendermos o presente à luz do passado, veremos apenas problemas, o que resultará em melancolia. Mas entender o presente à luz do futuro nos compele a evoluir e enxergar as oportunidades que ele aponta. Somente assim poderá a Rio+20 ser capaz de, nas palavras da Green Cross, "dar uma chance ao planeta e à Humanidade, um futuro".

MIKHAIL GORBACHOV foi presidente da antiga União Soviética e é fundador da Green Cross International.

Hollande: 'Urgência maior é o meio ambiente'. Fernando Eichenberg – O Globo. 09/06/2012

Presidente francês diz que outras questões, como a crise financeira, podem tirar foco de prioridade na Rio+20

FRANÇOIS HOLLANDE: "Rio será difícil, sabemos que há riscos de palavras não serem seguidas por atos"

O presidente francês, François Hollande, afirmou ontem que a questão ambiental deve ser prioridade mundial, mesmo num momento de crise financeira e conflitos internacionais. Hollande discursou na abertura do fórum do Club France Rio+20, reunião de ONGs e membros da sociedade civil em preparação para a conferência da ONU, no Parc de La Villette, em Paris.

- O mundo está voltado hoje para a crise econômica, a crise financeira, e também está inquieto com uma série de conflitos, como o da Síria, fazendo-nos facilmente desviar de

uma urgência maior que é o meio ambiente - apontou, ao ressaltar que "todos os sinais de alarme foram lançados, e devemos escutá-los".

Hollande fez um apelo para que essas questões não tirem o foco da conferência, evento para o qual já anunciou sua presença. Para o líder da França, "as condições (para o sucesso do encontro) ainda não estão reunidas".

- O Rio será difícil, sabemos que há riscos de palavras não serem seguidas por atos, risco da divisão entre países desenvolvidos, países emergentes e países pobres, risco de fracasso porque pode haver outras urgências - disse no evento, que contou com a presença do embaixador brasileiro na França, José Maurício Bustani.

Para Hollande, um possível malogro da cúpula poderá ser fruto "de uma certa desenvoltura, de indiferença, da cômoda tentação de ignorar os perigos, e no entanto eles estão aí".

Na Rio+20, ele defenderá três principais pontos: acesso mais igualitário e universal às energias renováveis; segurança alimentar, ao evitar a especulação das terras férteis dos países do Sul com fins que não sejam a produção de alimentos; e apoio à economia verde, com destaque para a economia social e solidária. Hollande sugeriu a criação de modelos de desenvolvimento e a ideia de que o sustentável pode ser uma oportunidade

de recuperação para a Europa.

- Desenvolvimento durável não deve ser somente uma proteção, mas sobretudo um crescimento diferente. Sobre as recentes cúpulas ambientais, disse que foram produtivas, com sucessivos avanços, "mas insuficientes", e que hoje há uma exigência incondicional de êxito.

- Precisamos de vontade política, mas, por mais determinada que seja, não será nada sem a mobilização cidadã.

Ele defendeu ainda como indispensável a criação da Organização Mundial do Meio Ambiente, com sede no Quênia.

Ecologista: discursos estão 'fragmentados'

O ecologista francês Nicolas Hulot, também presente no evento, concordou com os receios presidenciais. - Eu sou realista, não vejo porque haverá um milagre no Rio. Não espero muito, mas isso não deve impedir que a França mostre seu radicalismo. É melhor que haja um confronto no Rio, mas que se diga as coisas como elas realmente são, em vez de se firmar um acordo frouxo.

Na sua opinião, os discursos ambientais estão "fragmentados, em ordem dispersa. sem peso e coerência política". Para Hulot, o mínimo a ser exigido é a "consagração" da Organização Mundial do Meio Ambiente como "uma autoridade política sobre a Organização Mundial do Comércio".

Brasil trará, ao menos, 10 delegações à Rio+20. Eliane Oliveira – O Globo. 09/06/2012

País oferecerá transporte aéreo gratuito a autoridades de países mais pobres da África e do Caribe

Preocupado em garantir a presença do maior número de delegações estrangeiras na Rio+20, o Brasil vai fornecer transporte gratuito a 66 participantes de países mais pobres da África e do Caribe. A operação, antecipada ontem pelo colunista Ancelmo Gois, é fruto de acordo entre Itamaraty, Ministério da Defesa e Embraer, por determinação da presidente Dilma Rousseff. Os voos sairão do Brasil e dos Estados Unidos, no próximo dia 18, data em que começa a cúpula de chefes de Estado e de governo, no Riocentro. E o retorno está previsto para o dia 23.

Pegarão carona nas aeronaves altos funcionários de Barbados, Granada, Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Névis, Dominica, Libéria, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Malauí e Serra Leoa. Segundo o Ministério da Defesa, a Força Aérea Brasileira (FAB) colocou à disposição dois aviões Legacy, enquanto a Embraer ofereceu uma aeronave Legacy e um Embraer 190. A estimativa é atender a pelo menos dez delegações, mas o número pode aumentar, dependendo da demanda. Os Legacy da FAB partirão da Base Aérea de Brasília com destino a São Tomé e Príncipe, Malauí e Serra Leoa. As aeronaves vão trazer 15 representantes desses países da África Oriental, África Ocidental e Golfo da Guiné, respectivamente. Estão previstos pousos nas capitais São Tomé, Lilonge e Freetown.

Já as aeronaves da Embraer sairão de Miami para Barbados, Granada, Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Névis, Dominica, Libéria e Cabo Verde. O avião Embraer 190 seguirá rota pelos países do Caribe. Enquanto isso, o Legacy fará o trajeto entre Praia, capital de Cabo Verde, e Monróvia, da Libéria, situadas no continente africano, trazendo os delegados para o Rio.

Até ontem à tarde, a expectativa da organização da Rio+20 era da participação de chefes de Estado e de Governo e delegados de 120 países. Foram confirmados 102 países com atuação direta na conferência das Nações Unidas. A parte principal do evento será nos seis pavilhões do Riocentro. O principal é o Pavilhão 5, onde ocorrerá o "Segmento de Alto Nível", dos dias 20 a 22, com a participação dos chefes de Estado e de governo. Antes disso, ocorrerão a 3 Reunião do Comitê Preparatório, que deve fechar documentos a serem submetidos ao crivo dos governantes, entre 13 e 15 de junho, e os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, de 16 a 19, com representantes da sociedade civil.

O G20, entre o bom senso e o precipício. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, Mundo. 10/06/2012

Cúpula da próxima semana começará ante o vazio que é a indefinição na Grécia

A cúpula do G20 na semana que vem, no México, será uma versão daquele desenho animado em que o coiote corre, corre, corre e, de repente, acaba sem chão sob as patas. Só não cai se não olhar para baixo.

No caso do G20, não adianta os governantes olharem para cima, para baixo ou para o lado. Enxergarão apenas o vazio.

Explico: a cúpula começa dia 18, um dia depois de a Grécia ter votado de novo. Se as pesquisas estiverem certas, a nova eleição tampouco produzirá uma perspectiva clara de governo, seja qual for. Logo, tampouco ficará claro se a Grécia permanece no euro -e em que condições- ou se sai. Se sair, quais serão as consequências para o resto dos países europeus e para o mundo?

Nessa bruma toda, fica muito difícil para o G20 definir um plano de ação conjunta e coordenada, como o fez em 2008/09, o que, de resto, foi fundamental para evitar um colapso econômico global.

O mais provável é uma repetição do que aconteceu na cúpula anterior (Cannes, novembro): ficam todos os demais países cobrando ação da Europa, que é o epicentro da crise neste momento, sem que a Europa consiga de fato armar algum coisa de fato consistente.

A cobrança já começou na sexta-feira, em pronunciamento do presidente Barack Obama que se parece com o que tem dito Dilma Rousseff.

Ela, aliás, já adiantou aos negociadores brasileiros que devem deixar claro que os países ditos emergentes não podem ficar eternamente responsáveis pela maior parte do crescimento da economia mundial. Se os países ricos não saírem da catatonia, o motor global vai parar (está parando aliás).

Obama também disse anteontem que o problema está nas mãos da Europa e até deu palpites precisos sobre o que fazer, a saber:

1 - "No curto prazo, têm que estabilizar o seu sistema financeiro. E parte disso é adotar ação clara tão depressa quanto possível para injetar capital nos bancos fracos."

Não se trata de uma visão iluminada do presidente. É tão óbvio que até eu já escrevi a mesma coisa dias atrás.

2 - "No longo prazo, ao mesmo tempo em que países europeus com grandes cargas de débito implementam a necessária reforma fiscal, também têm que promover crescimento econômico e criação de empregos."

Obama deu-se ao trabalho de ser didático a ponto de explicar que países como Espanha e Itália, que embarcaram em reformas estruturais "inteligentes", precisam de tempo para que elas deem certo. "Se eles apenas cortam, cortam e cortam, e sua taxa de desemprego sobe, sobe e sobe, e as pessoas estão evitando gastar dinheiro porque sentem um bocado

de pressão, ironicamente isso pode na verdade tornar mais difícil para eles executar algumas das reformas."

O que Obama está dizendo é puro sentido comum, assim como é de bom senso afirmar que as reformas têm que ser acompanhadas de "crescimento econômico e criação de emprego".

Parece Dilma Rousseff ou François Hollande pregando para Angela Merkel. Será que ela ouve desta vez ou olham todos para baixo e caem no precipício?

Dada a largada para a Rio+20. Zean Bravo – O Globo. 11/06/2012

A cidade já está em clima de esquenta para o início da Rio+20. Durante dez dias, entre a próxima quarta-feira e o dia 22, a capital verde do planeta será aqui, e representantes de 193 países vão discutir os problemas do presente e buscar soluções para um futuro sustentável. Mas, a partir de hoje, cariocas e visitantes já poderão se engajar nessa causa ambiental, desfrutando de um calendário de eventos paralelos que mistura conhecimento e diversão. Cerca de 70 mil pessoas são esperadas para uma temporada ecologicamente

correta em terras cariocas.

No Forte de Copacabana, começa hoje o TEDxRio+20, nos moldes da conferência anual que acontece na Califórnia, desde os anos 80, em que personalidades, como Bill Clinton e o vocalista do U2, Bono Vox, já marcaram presença discutindo de tecnologia a design. Esta edição terá entre os convidados o artista plástico Vik Muniz, a ex-ministra Marina Silva e o cineasta Fabien Cousteau, neto de Jacques Cousteau. Os poucos ingressos já estão esgotados, mas os debates terão transmissão ao vivo no site www.tedxrio20.com . A propósito, é lá que poderá ser conferido o edifício-andaime, construído com 500 toneladas de estrutura metálica, madeira e plástico reciclado.

A videoexposição sensorial "Brasil Cerrado", do artista Siron Franco, é outra boa pedida para os próximos dias e um dos eventos mais aguardados. Com mais de 600 metros quadrados de área, distribuídos por quatro salas, ela estará aberta ao público de amanhã até 23 de junho. Serão feitas projeções em alta definição de insetos, flores, pássaros e animais. Os espaços, que terão sonorização especial, vão receber até essências para recriar a atmosfera da região do país que nem todos conhecem. Ao final, será exibido o mapa da degradação, via satélite, diretamente do site do Inpe. Para garantir que todos possam aproveitar o programa, os ingressos são gratuitos e o MAM abrirá excepcionalmente a partir das 11h.

O verde do Rio também ganhará um reforço com o plantio, a partir de amanhã, de cinco mil mudas de árvores em 1.100 escolas do município.

- Muitas crianças não conhecem o significado da Rio+20. Cada muda terá uma placa para lembrar que foi plantada durante o evento - conta o presidente da Cedae, Wagner Victer.

Documento da Rio+20 ainda longe da conclusão - O Globo, Capa. 11/06/2012

O texto final para a Rio+20 ainda está com 75% dos seus parágrafos em aberto, às vésperas da conferência. As negociações serão retomadas amanhã, explicou o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, secretário-executivo da Comissão Nacional da Rio+20. Um dos entraves é a pouca disposição dos países ricos para liberar recursos e transferir tecnologia.

Texto final da Rio+20 ainda tem 75% dos parágrafos em aberto. Eliane Oliveira – O Globo. 11/06/2012

Contaminadas pela crise financeira mundial que atinge principalmente as economias europeias, as negociações para a elaboração de um texto consolidado na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, chegam à reta final com 75% dos parágrafos em aberto. Um dos mais fortes entraves a um acordo é a pouca disposição dos países desenvolvidos quanto a liberar recursos, transferir tecnologia e capacitar pessoas para que as nações em desenvolvimento possam cumprir as metas

que forem estabelecidas.

As negociações serão retomadas amanhã, no Riocentro. Segundo o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, secretário-executivo da Comissão Nacional da Rio+20, o fato de terem sido fechados 70 parágrafos e faltarem 200 não assusta. Na Rio 92, concluiu-se o texto no último dia.

– Muitos parágrafos que faltam ser aprovados se encontram em fase de conclusão. Naturalmente, há questões mais complexas e delicadas que vão requerer um esforço maior na reunião do comitê preparatório, que acontecerá de 13 a 15 de junho - disse Figueiredo ao GLOBO.

Esse esforço terá de passar, necessariamente, pela garantia de financiamento dos meios de implementação. Uma boa notícia é que não existem mais divergências sobre a inclusão de objetivos de desenvolvimento sustentado em termos gerais. Os líderes mundiais aprovarão metas globais e voluntárias, a fim de levar adiante a iniciativa dos Objetivos de Desenvolvilemto do Milênio, que termina em 2015.

Conferência deve ser mais plural do que a de 92. Eliane Oliveira – O Globo. 11/06/2012

Apesar das dificuldades que se anunciam nas negociações da Rio+20, há diferenças em relação a Rio 92 que podem ser celebradas. Entre elas, estão o aumento da participação da sociedade civil e o maior engajamento dos empresários. Além disso, há blocos importantes formados por nações emergentes, como o Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com forte peso nas decisões mundiais.

Como tem ocorrido nos últimos fóruns internacionais, o Brasil negocia em grupo. Nesse caso, atua juntamente com o Grupo dos 77, que reúne países em desenvolvimento e economias menos favorecidas, caso dos africanos.

– Esse é um grupo com o qual temos que fazer a primeira negociação, para que as nossas ideias sejam acolhidas e levadas à conferência por meio do porta-voz do

grupo (a Argélia). Temos tido grande êxito nisso - disse o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, secretário-executivo da Comissão Nacional da Rio+20.

O grupo europeu também negocia unido. Mas há países que agem individualmente, como EUA, Rússia, Japão e Austrália.

Cúpula é ponto de partida para inovações

O embaixador lembrou que a Rio+20 será um ponto de partida para processos, como os objetivos de desenvolvimento sustentável. Para ele, um dos pontos mais importantes será a aprovação de alterações na área da governança internacional, com uma adequação da ONU aos novos tempos.

- Esperamos o estabelecimento do paradigma do desenvolvimento sustentável nas suas dimensões econômica, social e ambiental, o que não existe hoje na ONU. Essa integração será um legado da Rio+20 - enfatizou Figueiredo.
- Até porque nós encaramos a Rio+20 não apenas como 1992 mais 20 anos, e sim,

  como 2012 mais 20 anos. A conferência lança um olhar para o futuro e busca um paradigma de sustentabilidade que permita ao mundo continuar a se desenvolver e ao mesmo tempo proteger a base natural.

Ele lembrou que a tendência é que cada país se adeque aos novos conceitos conforme sua realidade. O exemplo mais forte é o da economia verde:

- Economia verde não pode ser um conceito fixo, um modelo que serve para todo mundo, um tamanho único. Cada um tem que ter sua visão e a consciência de que a economia verde é um dos caminhos para se chegar ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza.

Ao mesmo tempo, o Brasil negocia, informalmente, o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). O que se quer, esclareceu Figueiredo, é uma instituição que ajude, efetivamente, os países a cumprirem suas obrigações ambientais.

Presidente vai transferir o governo para o Riocentro. Fernando Exman- Valor Econômico.11/06/2012

A presidente Dilma Rousseff governará o país, entre os dias 20 e 22, do Rio de Janeiro. Durante a cúpula da Rio+20, Dilma terá um gabinete e uma estrutura física à sua disposição no Riocentro, local onde será realizada a conferência internacional sobre desenvolvimento sustentável que marcará a passagem de 20 anos desde a Eco-92. Ali, despachará e discutirá com ministros os assuntos do governo mais urgentes, mas suas atenções estarão concentradas nos debates relativos ao evento e nas reuniões bilaterais

que terá com chefes de Estado e governo. Decidida a tirar o Brasil da defensiva e emplacar o discurso segundo o qual o desenvolvimento sustentável deve ser formado pela tríade "incluir, crescer e proteger", Dilma enfrenta dois desafios: as críticas de organizações não governamentais ligadas a ambientalistas e a necessidade de evitar que a crise financeira global ofusque a conferência.

Cerca de 190 delegações participarão da Rio+20. Do total, aproximadamente 115 serão lideradas por seus respectivos chefes de Estado ou governo. Dilma considera que esses números demonstram que a conferência não será esvaziada, e está satisfeita com a confirmação da presença de alguns dos principais líderes mundiais. Desembarcarão no Rio, por exemplo, os líderes dos Brics e o novo presidente francês, François Hollande.

Nas reuniões bilaterais, o combate aos efeitos da crise deve dominar a pauta. No caso de Hollande, a compra dos novos caças da Força Aérea Brasileira também deve ser discutida. O vice-presidente Michel Temer viajará à capital fluminense e deve representar Dilma em alguns encontros bilaterais.

A intenção da administração Dilma é evitar polêmicas devido à ausência de líderes importantes. O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, está em campanha para reeleger-se. Já a premiê alemã, Angela Merkel, decidiu cuidar de questões domésticas e observar os desdobramentos da crise na Europa. Para garantir uma maior presença de delegações estrangeiras, o governo disponibilizou duas aeronaves da FAB e outra da Embraer para transportar autoridades de São Tomé e Príncipe, Malauí, Serra Leoa, Barbados, Granada, Antígua e Barbuda, São Cristovão, Dominica, Libéria e Cabo Verde.

Mesmo assim, o Executivo sabe que o fantasma da crise poderá pairar sobre as negociações e decisões tomadas no âmbito da Rio+20, sobretudo se a situação de Espanha e Grécia se deteriorar. Embora o Itamaraty afirme que trabalha para a Rio+20 resultar num documento final ambicioso e consensual, no Palácio do Planalto essa expectativa não foi alimentada nas últimas semanas. Dilma sabe que há resistências dos países ricos nas negociações.

A primeira participação de Dilma está agendada para sexta-feira, na abertura do Pavilhão Brasil. O espaço, localizado ao lado do Riocentro, servirá para o governo federal apresentar programas e projetos voltados à promoção do desenvolvimento sustentável. Um dos objetivos do governo é justamente demonstrar que o Brasil deve ser visto como exemplo de país que concilia crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Dilma só deve retornar ao Rio no dia 20, mas antes ministros das mais diversas áreas participarão de uma série de eventos e debates. A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, por exemplo, é esperada em uma mesa-redonda sobre infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Miriam é responsável pela gestão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O ministro Paulo Bernardo, das Comunicações, deve participar de um encontro sobre o uso da internet de banda larga e da tecnologia da informação por sociedades "inteligentes, inclusivas e sustentáveis".

Constam da agenda do ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, eventos sobre desenvolvimento rural, água e pesca. Já a ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, pretende tomar parte em discussões sobre igualdade de gênero e comunidades tradicionais. Outros ministros ainda não divulgaram a previsão de suas agendas. (Colaborou Yvna Sousa)

Custos da economia verde opõem países ricos e emergentes. Daniela Chiaretti, Assis Moreira e Guilherme Seródio – Valor Econômico. 11/06/2012

A Rio+20 começa na quarta-feira com um grande ponto de tensão sobre como será dividida a fatura da transição para a economia verde. Não há valores sobre a mesa, mas a divisão da conta é um dos pontos de conflito que apareceram nas rodadas de negociação em Nova York e chega ao Rio sem consenso. A Europa pressiona para que os emergentes ajudem a dividir a conta. Os países em desenvolvimento empurram a responsabilidade sobre os recursos financeiros para os industrializados.

"Quem irá financiar a transição? Não apenas os países ocidentais, a China também deve assumir compromissos", cobrou Connie Hedegaard, a comissária de ação climática da União Europeia, no encontro anual do Instituto Internacional de Finanças (IIF) que reuniu os maiores bancos do mundo, na capital dinamarquesa, na semana passada. Indagada pelo **Valor** se ela se referia apenas à China ou aos emergentes em geral, ela respondeu: "No Rio, temos que dar passos para reconhecer que vivemos num mundo de mútua interdependência e não mais no paradigma Norte-Sul. É claro que os paises desenvolvidos têm que fazer mais, antes que os outros e financiar mais. Mas no século 21 temos que achar maneiras de os emergentes assumirem mais responsabilidades e mais compromissos formais para resolver os problemas."

Os negociadores do Ministério das Relações Exteriores não quiseram atender o pedido do **Valor** de esclarecer os rumos da negociação e o que o governo brasileiro pensa sobre o aumento de responsabilidade dos emergentes. Para uma autoridade do governo, com a Europa em crise financeira e destinando seus recursos para salvar bancos e países em dificuldades, o discurso da comissária é uma tendência. "Nas últimas reuniões sobre clima, os europeus trabalharam muito com o Brasil, os dois foram forças de propulsão", diz a fonte. "Mas os europeus vêm insistindo que a China é a segunda maior economia do mundo, o Brasil é a sexta, a India, a décima, e que eles têm que contribuir mais."

Os países em desenvolvimento negociam em conjunto, no chamado G-77. Trata-se de um bloco heterogêneo onde estão tanto os emergentes como as economias mais pobres do mundo. Na Rio+20 o G-77 tem fortes divergências internas. No documento-base da Rio+20, "O Futuro que Queremos", o G-77 quer que conste na primeira de suas 81 páginas atuais que é preciso chegar ao desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões "em acordo com o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas".

Traduzindo a linguagem diplomática: isto quer dizer que todos os países têm responsabilidades, mas os industrializados têm mais do que os outros. Os Estados Unidos, o Canadá e o Japão querem que este aposto seja retirado do texto final da Rio+20.

O curioso da conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, é que seu documento-base é pouco ambicioso e não exige nenhuma obrigatoriedade dos países. Ou seja, discute-se a divisão da conta sem que se fale em dinheiro e nem em decisões concretas de onde aplicar os recursos. "O item sobre financiamento é muito delicado nas negociações", diz Antonio Hill, porta-voz da Oxfam para a Rio+20. É o mesmo ponto de confusão nas negociações internacionais sobre mudança climática - só que ali há algo concreto, a redução de emissões de gases-estufa. "Mas nesta conferência discutir recursos é muito abstrato, está tudo no ar."

O presidente Barack Obama não vem, nem a premiê alemã Angela Merkel ou o primeiro-ministro britânico David Cameron, o que não é pouco. Mas há 186 países inscritos para a conferência, dos 193 membros da ONU. Entre chefes de Estado e governo, havia 120 confirmados até sexta-feira. E esperam-se 50 mil pessoas entre empresários, ambientalistas, representantes de movimentos sociais, jovens, sindicalistas, cientistas e políticos.

A Rio+20 tem uma agenda oficial, uma da sociedade civil e outra que é um meio-termo entre as duas. A agenda oficial começa quarta-feira, com a última reunião dos negociadores antes da Cúpula. A reunião vai do dia 13 ao 15. Não vai ser um encontro fácil: na rodada anterior, o documento tinha 422 parágrafos, dos quais 21 acordados e 401 em aberto. No Rio chega com 329 parágrafos, sendo 70 acordados e 259 sem consenso. "Entramos na Rio+20 com a exata percepção de quanto o sistema multilateral está sendo desafiado pela visão estreita e de curto prazo dos Estados-membros", diz Aron Belinky, coordenador de processos internacionais do Instituto Vitae Civilis. "A falta de avanço é produto da falta de visão de futuro dos representantes dos países que negociam", continua. "É lamentável."

A cúpula, com a participação dos líderes, acontece de 20 a 22 de junho. Entre o evento dos negociadores e a chegada dos chefes de Estado ocorrem os Diálogos Sustentáveis. A ideia do governo brasileiro é a de criar uma ponte entre a sociedade civil e os governos. É uma experiência inédita nas grandes conferências da ONU. Os Diálogos durarão quatro dias, em cada um deles serão discutidos três dos dez temas fundamentais da Rio+20 - de água a florestas, de oceanos a cidades sustentáveis. Mais de 2.000 pessoas poderão escutar, ao vivo, palestras do economista americano Jeffrey Sachs ou da ex-primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, só para citar dois dos convidados ilustres. Milhares de pessoas poderão acompanhar tudo online.

Nos últimos meses já houve uma grande discussão global e online destes temas. Universidades e centros de pesquisa internacionais foram convidados a mediar o debate. Foram produzidas 800 sugestões de recomendações aos chefes de Estado, agora reduzidas a conjuntos de dez. Estão sendo novamente votadas para encolherem a três. Elas não influenciarão o documento oficial da Rio+20, que vem sendo negociado há mais de ano, mas irão definir a agenda do desenvolvimento sustentável depois da conferência, espera o Brasil.

A Cúpula dos Povos será o contraponto à conferência oficial. De 15 a 23 de junho, pode reunir mais de 3.000 pessoas em 800 eventos que acontecem principalmente no Aterro do Flamengo e no porto do Rio. Os eventos serão promovidos por ONGs ambientalistas e de direitos humanos, povos indígenas e quilombolas, lideranças feministas e religiosas. Também terá espaços de diálogos e propostas, acampamentos permanentes como o Terra Livre, que reunirá lideranças indígenas da América Latina no Aterro, ou o Território das Juventudes, no campus da URFJ, na Urca, espaço de debates de lideranças jovens como os integrantes do movimento Occupy Wall Street.

Para seus organizadores - membros de ONGs reunidos no Grupo de Articulação da Cúpula dos Povos (Gear) -, o clima é de pessimismo. As maiores críticas à Rio+20 são direcionadas ao conceito de economia verde, um dos temas centrais da conferência e que, nesta visão, seria apenas uma apropriação do discurso ambientalista pelo mercado. Acreditam que é preciso uma mudança no padrão global de produção e consumo para que o mundo chegue ao desenvolvimento sustentável ou não serão atingidos resultados concretos. "Como a Rio+20 não aponta nessa direção, pode avançar apenas para aperfeiçoar a governança global", diz um dos organizadores, Maurício Thuswohl.

Um dos objetivos da Cúpula dos Povos é a elaboração de um documento consensual a ser enviado aos chefes de Estado reunidos na conferência oficial, no Riocentro. A pauta aborda cinco temas: direitos, defesa dos bens comuns, energia e indústria, soberania alimentar e trabalho.

De maneira geral, os preços cobrados pela rede hoteleira do Rio foram reduzidos, embora continuem altos. Mas uma série de delegações encolheram, como a do Japão, porque muitos ficaram sem receber respostas sobre disponibilidade de quartos e custos.

Para Connie Hedegaard, as expectativas para o Rio+20 também são baixas. Segundo a comissária europeia para ação climática, a preparação da conferência não avançou o suficiente. Connie sinalizou que não haverá resultados muito concretos, mas espera que aconteça a proposta do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, de uma meta global que garanta o acesso à energia a todos. Ela também espera que, tanto na reunião do G-20, no México, como na Rio+20, os líderes sinalizem claramente para o fim gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis, que batem em US$ 400 bilhões ao ano.

Cúpula da ONU vira 'obsessão' para Dilma. Natuza Nery e Valdo Cruz – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 11/06/2012

A presidente Dilma Rousseff puxou boa parte da organização da Rio+20 para o Palácio do Planalto e transformou o evento em uma de suas obsessões, afirmam interlocutores do governo envolvidos com o tema.

Dilma supervisiona pessoalmente a estrutura da conferência e chegou até a analisar o mapa de chegada dos chefes de Estado, calculando com a caneta o tempo de aterrissagem para evitar que os voos se sobrepusessem e tumultuassem a chegada de delegações estrangeiras.

O Itamaraty é o responsável pela Rio+20. Mas, internamente, há uma avaliação no governo de que o ministério cometeu erros de organização. Um deles foi a licitação da empresa que tocaria a hospedagem dos convidados.

Para os envolvidos, uma baixa exigência no edital não evitou alta considerada abusiva nos preços das diárias, e acabou levando o Planalto a fazer uma intervenção branca para reduzir os valores.

Por críticas à atuação da diplomacia, a Casa Civil foi acionada para ajudar na preparação, inclusive enviando servidores da burocracia federal ao Rio para checar as condições de estrutura.

Em um outro sinal do "estilo Dilma"-o de exigir duramente providências e de tocar a microgestão do governo no lugar das áreas responsáveis-, a presidente chegou a opinar sobre quais palestrantes seriam chamados e até definiu ela própria alguns dos temas das mesas de debates do evento.

No mês passado, o governo reuniu ministros para uma imersão num sábado. Uma equipe de mais de dez autoridades do primeiro escalão passou o dia analisando um calhamaço de fichas com fotos e breve biografia dos possíveis palestrantes para decidir quem seria chamado.

Em maio, Dilma demonstrou extrema contrariedade ao saber que algumas delegações desistiam de participar da Rio+20 por conta dos preços proibitivos dos hotéis. Determinou, à época, que a Casa Civil cobrasse a redução das tarifas. Diante da resistência oficial do setor, ao lado da empresa que venceu a licitação -Terramar-,

decidiu jogar duro, chamando representantes da Polícia Federal e da Anvisa para participar de uma das reuniões.

O objetivo era passar o recado velado de que, se os hotéis não reduzissem os preços, haveria uma intervenção real no setor.

Dilma cobra quase diariamente sua equipe para garantir quórum e participantes de peso à conferência. Usa parte do expediente para reforçar convites aos chefes de Estado. Telefonou ao novo presidente da França, François Hollande, e ao recém-eleito na Rússia, Vladimir Putin.

Também conversou com o primeiro-ministro do Japão, que prometeu reavaliar a decisão de não comparecer.

Com o chinês Hu Jin Tao, convenceu-o não só a desembarcar no Rio como a encontrá-la em Brasília, após uma visita já agendada ao Chile.

Rio+20. Aécio Neves – Folha de São Paulo, Opinião. 11/06/2012

Mais uma vez o Brasil está no centro do desafio ambiental que mobiliza o mundo. Com a Rio+20, a comunidade internacional reúne as suas melhores esperanças para fazer avançar uma agenda comum e novas metas mobilizadoras para o desenvolvimento sustentável, que alcança também as questões econômicas e sociais.

Na condição de anfitriões da conferência global, é hora de nos posicionarmos com a convicção de quem, como eu disse antes aqui, pode se tornar o primeiro país desenvolvido com economia de baixo carbono, ampla participação de energias renováveis e práticas industriais, comerciais e agrícolas sustentáveis. Não podemos perder a oportunidade de contribuir para a fundação de um novo modelo de desenvolvimento -justo e solidário- que possa servir de referência.

Poucos países podem fazê-lo como o Brasil. Afinal, reunimos uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta; extensas áreas agricultáveis; o maior programa de biocombustíveis do mundo; um consolidado regime democrático, vivendo nossa era de bônus demográfico e uma exitosa experiência de redução da pobreza, construída nas duas últimas décadas.

Se a sustentabilidade global só será alcançada com os urgentes acordos e tratados internacionais de cooperação e novos mecanismos de financiamento, é também preciso que cada país enfrente com coragem os seus problemas e desafios locais.

Do Brasil se espera o exemplo. Avançamos, mas ainda convivemos com déficits vergonhosos. A destruição da vegetação natural -em especial, o desmatamento na Amazônia e as queimadas no cerrado- responde por mais da metade das emissões brasileiras de CO2 e coloca o Brasil entre os dez maiores emissores de gases de efeito estufa.

Ainda temos cerca de 40% dos domicílios inadequados para moradia. Nossas instituições públicas são obsoletas e burocratizadas, travando a competitividade do país. Cada um desses indicadores reúne nossos deveres e novas oportunidades para a economia e a sociedade. A construção do modelo de desenvolvimento sustentável, com novos padrões de produção e de consumo, se constitui na maior oportunidade de mudanças sociais e econômicas do século 21.

Não se trata mais de saber quanto custarão os ajustes necessários na era pós-petróleo que se aproxima, mas de como o nosso senso ético coletivo atenderá a demanda por

energia, água potável, comida e outros insumos, exigidos pela inclusão de bilhões de pessoas em todo o planeta.

Que os frutos da Rio+20 reforcem nossos laços com as gerações futuras e sejam capazes de alimentar um novo modelo de desenvolvimento, com lucidez, coragem e a urgência do presente que o futuro exige.

AÉCIO NEVES escreve às segundas-feiras nesta coluna.

Rio +20 'Ignorância fortalece impacto ambiental'. Italo Nogueira – Folha de São Paulo, Ciência e Saúde. 11/06/2012

Viviane Cunha, responsável por selo ambiental, diz que é errada a ideia de que produto sustentável é mais caro. Arquiteta fala hoje no TEDxRIO+20, um dos eventos paralelos da cúpula, que acontece no Forte de Copacabana

Grande parte do impacto ambiental gerado pelos prédios é causado pela falta de conhecimento de arquitetos e engenheiros. A análise é da arquiteta Viviane Cunha, 48, responsável por avaliar edifícios que ambicionam o selo inglês Breeam, primeiro certificado ambiental do mundo, criado logo após a Eco-92.

"As faculdades não tinham e, muitas, ainda não têm esse tipo de informação. Se juntar dez arquitetos para explicar o que é madeira certificada, aposto que nove não vão saber. Ou vão dizer que sabem e vão falar absurdos. Geramos muito impacto por ignorância", disse ela.

Na sua avaliação, as pessoas ignoram o impacto que os materiais produzem. "Não sabem, por exemplo, que o cimento está relacionado com a emissão de CO2. E todo mundo usa. Quem faz uma obra em casa sem cimento?"

Cunha é uma das escolhidas para falar no máximo 18 minutos no TEDxRio+20, que ocorre hoje e amanhã no Forte de Copacabana, no Rio. O encontro terá como tema central o poder humano e como ele pode ser usado para solucionar problemas do mundo.

Para ela, a forma de produção de prédios no Brasil não ajuda a construção sustentável. Ao comparar o trabalho do arquiteto inglês Norman Foster, responsável pela torre Gherkin em Londres, ela diz que o processo de criação brasileiro "dá pena".

"[O Gherkin] Tem todos os losangos da janelas do mesmo tamanho, para facilitar a produção. Existe toda uma técnica. Estamos em outro patamar, é para humilhar a gente. [Aqui] Você acaba o estudo, o cliente já quer começar a obra. Detalha tudo enquanto a obra está começando, muda as coisas no meio."

Apesar disso, Cunha é otimista. Ela diz ver aumento no interesse por prédios sustentáveis. Para ela, grandes empresas buscam selos verdes para suas sedes para obter "credibilidade à imagem". "Não é o motivo ideal. Mas o importante é que estão procurando", afirma ela.

A arquiteta foi a primeira na América Latina a se tornar avaliadora do Breeam (Método de Avaliação Ambiental do Estabelecimento de Pesquisa para Edifícios).

A certificação ambiental considera nove pontos das construções para avaliar sua sustentabilidade. As principais são uso da energia, saúde e bem estar no imóvel, e materiais utilizados.

Para Cunha, professora da FGV-RJ (Fundação Getúlio Vargas), o principal empecilho para a tecnologia verde é a falsa ideia de que a sustentabilidade é cara.

"Se os produtos não sustentáveis estão gerando impacto, isso tem um custo depois indiretamente. E não anda demorando a aparecer. Há hotéis imensos que não usam a fama de sustentável que estão trocando as lâmpadas para LED, reuso de água de chuva, porque a médio prazo são mais econômicos", afirmou.

RIO+20

Cunha afirma estar otimista com a realização da Rio+20. Ela diz não esperar resultados práticos, mas que o debate estimule o surgimento de iniciativas verdes.

Ela elogiou a intenção da Prefeitura do Rio de dar isenção fiscal a construções que cumpram quesitos sustentáveis. Mas afirma que o país ainda tem muito o que avançar na legislação.

"A Inglaterra está muito além da gente. Os critérios de certificação [ambiental] estão dentro da legislação. Todos os prédios públicos, de prisão a colégio, têm que ter certificação em nível excelente."

CNA divulga documento de posicionamento do agronegócio brasileiro para a Rio+20 – Site da CNA. 12/06/2012

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, apresentará o documento de posicionamento do agronegócio brasileiro para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, em entrevista coletiva, no próximo dia 18 de junho, às 12h, no Espaço Agrobrasil, no Píer Mauá S/A - um dos endereços oficiais da Conferência -, localizado na Avenida Rodriguez Alves, 10, Praça Mauá, Rio de Janeiro, entre os armazéns 01 e 02 (área externa).

Este documento recebeu contribuições de lideranças rurais, técnicos, produtores, universidades e instituições do agronegócio, durante três workshops de orientação, organizados pela CNA para a coleta de subsídios, em Brasília (18/04), Uberaba/MG (02/05) e São Paulo (08/05). Durante os workshops foram abordados temas como meio ambiente, inovação e tecnologia, educação no meio rural, segurança alimentar e nutricional e erradicação da pobreza. As sugestões foram organizadas e consolidadas em propostas, que serão entregues oficialmente, pela presidente da CNA, às autoridades e negociadores durante a Conferência.

No espaço AgroBrasil, local onde se realizará a coletiva, os jornalistas também poderão conhecer projetos e tecnologias desenvolvidos pelo Sistema CNA/SENAR com o objetivo de estimular a produção de alimentos com preservação ambiental, entre eles o Projeto Biomas, lançado internacionalmente durante a COP 16, em Cancún, no México. Também será possível conhecer a história da agropecuária no Brasil, as vantagens da agropecuária sustentável e cases de sucesso com o uso de tecnologias de baixo carbono.

Informamos que o melhor acesso para a entrada do estande AgroBrasil será pelo armazém 2.

Evento sobre meio ambiente no Rio mobiliza magistratura mundial – Agencia Carta Maior. 12/06/2012

Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) promove, entre os dias 16 e 20 de junho, o Congresso Mundial sobre Justiça, Governança e Legislação para a Sustentabilidade Ambiental, que debaterá questões referentes ao Direito Ambiental e Economia Verde. Encontro reunirá magistrados e especialistas do Brasil, Estados Unidos, Alemanha, Suécia, Argentina, Bélgica, Noruega, Malásia e Paquistão, entre outros países.

Entre os dias 16 e 20 de junho, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) receberá mais de duzentas autoridades de diversos países para debater sobre questões referentes ao Direito Ambiental e Economia Verde, no Congresso Mundial sobre Justiça, Governança e Legislação para a Sustentabilidade Ambiental.

No evento, com organização local da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj), estarão presentes representantes das Cortes superiores do Brasil, da Bélgica, Noruega, Argentina, Paquistão, República da Coreia e Malásia. O Procurador Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, será o presidente de Honra do Congresso.

Também participarão especialistas da Austrália, Alemanha, Suécia, Estados Unidos, Finlândia, África do Sul e Ásia.

Entre outras questões, será debatida a capacitação dos magistrados para lidar com questões da área socioambiental. Na opinião do presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj), desembargador Cláudio dell'Orto, o assunto precisa ser esclarecido e debatido pela magistratura. "Precisamos ter profissionais melhor preparados para lidar com o que vão decidir", afirma Dell'Orto.

O Congresso Mundial sobre Justiça, Governança e Legislação para a Sustentabilidade Ambiental é realizado pelo PNUMA/UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Co-organizado pela Amaerj, TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), FGV PROJETOS, MP-RJ (Ministério Público do Rio de Janeiro) e EMERJ (Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) - o Congresso será realizado no Rio no período de 16 a 20 de junho. Programa aberto ao público: Haverá tradução simultânea em todo o evento.

Rio + muita coisa. Nizan Guanaes – Folha de São Paulo, Mercado. 12/06/2012

A Rio+20 põe no holofote o papel do Brasil no mundo e o papel do Brasil no mundo da sustentabilidade

A Rio+20 é tão rica de significados que precisa ser vista de vários ângulos. Palco global, ela põe no holofote o papel do Brasil no mundo, o papel do Brasil no mundo da sustentabilidade e o novo papel da sustentabilidade no mundo.

Estamos bem nos três papéis, e a conferência de desenvolvimento sustentável que começa amanhã é uma oportunidade que a ONU nos dá de passar essa e outras mensagens ao mundo.

Será o primeiro de uma série de megaeventos que colocarão o Brasil no horário nobre da atenção mundial. É uma escalada incrível, como uma prova de que Deus é brasileiro: Rio+20, Copa das Confederações, Copa do Mundo, Olimpíada. Tudo começando e acabando no Rio de Janeiro, nossa cidade mais internacional, pronta para esse papel desde o dia de sua fundação.

Se fosse criar um plano de marketing para divulgar o Brasil no mundo, não poderia imaginar calendário melhor, começando justamente por uma área na qual o país apresenta credenciais e liderança importantes: a sustentabilidade.

A sustentabilidade deve ser nossa vocação natural, um grande caminho para destravar a inovação brasileira. A sustentabilidade hoje está inescapavelmente ligada à inovação. Presente do desenho de um novo produto até sua distribuição, consumo e descarte, ela está refazendo cadeias produtivas inteiras.

Não se preserva mais o ambiente simplesmente isolando o ambiente. O isolamento é cada vez mais impossível. Por isso, preservar é inovar, é inventar novas formas de produção e interação.

Há bons exemplos por toda parte. A Ambev estabeleceu padrões de uso e preservação de água, sua principal matéria-prima, e criou programas de defesa de recursos hídricos trabalhando diretamente com comunidades pela sustentação de ecossistemas. A Nike criou um índice de sustentabilidade de materiais para orientar seus designers em relação ao impacto ambiental de suas criações.

Essa busca cada vez mais intensa pela sustentabilidade transforma os serviços, a indústria, a agropecuária, todos os setores da sociedade e da economia. E estamos vendo apenas o começo dessa nova mentalidade, que passa pela nova relação dos consumidores com as cadeias produtivas, pela emergência definitiva do consumo cidadão.

Ações de sustentabilidade das empresas no começo eram acusadas de "marqueteiras" por puristas bem intencionados e céticos de plantão, que viam contradição em grandes corporações financiando preservação ambiental e responsabilidade social.

Mas não existe sustentabilidade marqueteira. Ou você a coloca dentro do seu modelo de negócios ou você está fora da onda e fora do mercado no médio prazo. A mensagem do marketing agora é compre, mas de maneira responsável. E vale para toda a cadeia: produza de maneira responsável, se relacione com consumidores, com acionistas, com fornecedores, com todos, de maneira responsável.

As iniciativas de sustentabilidade tanto não eram "marqueteiras" que cresceram nas corporações, forçadas ou apoiadas por consumidores demandantes, e hoje se tornam departamentos de inovação e sustentabilidade, uma conjugação óbvia e duplamente benéfica para empresas e para consumidores.

Não fazemos mais as coisas movidos por utopia, por ideologia ou por religião: quem mais nos move hoje são as pessoas próximas, nossos filhos, nossos parceiros, nossos amigos e nossos familiares. Para eles, queremos um futuro que só a sustentabilidade pode sustentar.

Vejo no extraordinário acervo digital que a **Folha** abriu ao público na web que as manchetes durante a Eco-92 foram dominadas pela crise política que culminou no impeachment de Fernando Collor de Mello. Era o primeiro presidente eleito democraticamente depois da ditadura militar e que seria deposto dentro do rito constitucional numa prova de força da nascente democracia brasileira.

Depois de 20 anos, ainda temos muito a fazer, mas nossa democracia é forte, nossa economia é sólida, nosso povo é mais feliz e mais próspero. E nossa floresta, imensa e exuberante, segue em boa parte de pé.

O mundo precisa conhecer esse novo Brasil. É hora do show.

NIZAN GUANAES, publicitário e presidente do Grupo ABC, escreve às terças-feiras, a cada 14 dias, nesta coluna.

Rio+20. Conferência começa amanhã com impasse entre ricos e pobres. Denise Menchen e Claudia Antunes. Folha de São Paulo, Cotidiano. 12/06/2012

Secretário critica tentativa dos países desenvolvidos de voltar atrás em responsabilidades assumidas. Cúpula foi convocada para renovar princípios da Eco-92, não para mudá-los, diz o chinês Sha Zukang, da ONU

O chinês Sha Zukang, secretário-geral da Rio+20, se pronunciou ontem contra a tentativa de países ricos de retirar ou diluir no documento final da conferência a ideia da "responsabilidade comum, mas diferenciada".

Segundo esse princípio -presente nos acordos globais resultantes da Eco-92-, nações desenvolvidas deverão contribuir mais para o desenvolvimento sustentável.

Zukang chegou ao Rio no final de semana e deve ficar na cidade até o final da Rio+20. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável começa oficialmente amanhã, com a última rodada de negociações entre os países sobre o texto que será a base do documento final do encontro. Mas eventos paralelos ligados aos temas em debate já estão sendo realizados desde o final de semana.

O secretário lembrou que o objetivo da Rio+20 é "renovar" os princípios da Declaração do Rio e da Agenda 21, aprovadas há 20 anos.

"Nosso trabalho não é mudar os princípios, acrescentar novos ou eliminar qualquer um deles. Todos os 27 princípios da Declaração do Rio são relevantes e válidos hoje, se não mais", disse.

O documento final da Rio+20 não deverá detalhar metas, mas a questão de quem vai pagar a conta para conciliar proteção ambiental com desenvolvimento atrasa o acordo sobre o texto.

EUA, Europa e Japão dizem que China, Índia e Brasil, entre outros, devem assumir mais responsabilidades. O G-77, grupo que reúne mais de 130 países em desenvolvimento, insiste em manter o princípio da diferenciação.

A negociação continua de amanhã a sexta, mas pode se prolongar até a cúpula propriamente dita, de 20 ao 22, e até que o acordo saia. "As pessoas sempre mostram suas cartas no último minuto."

Segundo a ONU, 134 chefes de Estado e de governo já se inscreveram para falar na próxima semana, mais que na Eco-92 (108) e na Rio+10, em Johanesburgo (104).

FAMÍLIA

A Rio+20 integra uma família de cúpulas da ONU sobre ambiente. A primeira foi em Estocolmo, Suécia, em 1972, dando origem ao relatório "Nosso Futuro Comum". Ele define desenvolvimento sustentável como o que satisfaz as necessidades atuais "sem comprometer a capacidade das gerações futuras de se desenvolverem".

Na Rio+20, os temas centrais são: "economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza" e "estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável".

As propostas em negociação incluem o fortalecimento do Programa da ONU para o Meio Ambiente e a criação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com metas para energia limpa e segurança alimentar.

Vinte anos depois. Wanda Engel – O Globo. 12/06/2012

Vinte anos se passaram entre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que começa oficialmente amanhã, novamente no Rio de Janeiro. Muita coisa mudou na cidade e no mundo nestas duas décadas, e os desafios de hoje são ainda maiores. Para acompanhar esse evento que discutirá o futuro do planeta, movimentará a cidade com tribos de todos os tipos e reunirá mais de 134 chefes de Estado e de governo, O GLOBO começa a publicar hoje, diariamente, cadernos especiais com a cobertura. A página de Ciência, publicada de segunda a sexta-feira, deixará de ser fixa de amanhã até o fim da conferência porque será incorporada aos cadernos especiais, quando o tema for ligado ao meio ambiente.

O objetivo do GLOBO, que mobilizará cerca de 40 repórteres, além de fotógrafos e cinegrafistas, é levar ao leitor os bastidores das discussões, debates, tentativas de acordos e apostas de especialistas, diplomatas, autoridades e da população em geral sobre a conferência. Incluindo também ampla cobertura no site do jornal e nas mídias sociais, com vídeos exclusivos e entrevistas feitas diretamente dos locais dos eventos. Enquanto preparavam o fechamento do caderno especial ontem, editores e repórteres, além de funcionários de outras áreas da empresa, reservaram um tempo para participar do II Encontro Infoglobo de Sustentabilidade, que reuniu, no auditório do jornal, experiências distintas de voluntariado como forma de mostrar a importância desse tipo de trabalho no contexto do desenvolvimento sustentável. Mediada pela colunista Flávia Oliveira , a mesa reuniu Wanda Engel, presidente do Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial, e Getúlio Fidellis , coordenador-geral do InVest, curso pré-vestibular comunitário que trabalha apenas com voluntários.

Secretário da Rio+20 admite retrocesso na área ambiental. Marcos Tristão e Renato Grandelle. O Globo. 12/06/2012

Em encontro com o prefeito Eduardo Paes no Palácio da Cidade, em Botafogo, o secretário-geral da ONU para a Rio+20, Sha Zukang, reconheceu a dificuldade em estabelecer um acordo entre todos os países presentes. Para o diplomata chinês, o mundo retrocedeu, desde a Rio 92, na conservação ambiental, embora seja mais rico do que duas décadas atrás. Zukang, porém, fez suas confissões sem perder o otimismo. O secretário acredita que será possível fechar esta semana os 200 parágrafos ainda em

negociação do acordo que as Nações Unidas esperam endossar no fim da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável. Por enquanto, 75% do documento seguem sem

definição.Embora diplomatas de diversos blocos de países já estejam debruçados sobre o acordo, as negociações formais ocorrerão apenas de quarta a sexta-feira.

A Rio+20 não contará com o presidente americano, Barack Obama nem com os primeiros-ministros do Reino Unido, David Cameron, e da Alemanha, Angela Merkel. Ainda assim, Zukang não considera que os possíveis acertos firmados na próxima semana serão esvaziados. O secretário da ONU evitou comentar a ausência dessas autoridades.

- São assuntos internos de cada um desses países — avaliou. — Cada um deles será representado por pessoas de alto nível, capazes de ratificar as decisões. Mas, se eles (Obama, Cameron e Merkel) tiverem algum tempo, ficaremos muito felizes que venham.

Até agora, 134 chefes de Estado e governo já se inscreveram para discursar durante a conferência. Vinte anos atrás, foram 108.

- Nosso trabalho não será mudar os princípios firmados na Rio 92, mas incluir outros. Temos novas preocupações, como direitos humanos e mudanças climáticas — ressaltou Zukang. — Passaram 20 anos e não vimos progresso em temas como desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Na verdade, retrocedemos. Tudo o que estabelecemos àquela época é tão ou mais válido atualmente.

“Diferença de prioridades” é entrave nas negociações

Todos concordam, segundo o secretário, que atingir o desenvolvimento sustentável é “um trabalho difícil”. Isso porque a expressão, para sair do discurso e virar política pública, dependeria de três pilares: progresso econômico, social e ambiental. Embora o primeiro fator esteja melhor do que duas décadas atrás, os outros seguem questionáveis.

- Integrar os três pilares é muito complicado, até porque os países não estão no mesmo nível e cada um tem sua prioridade — alegou. — O modelo atual de desenvolvimento, com o crescimento populacional, não se sustenta. Por isso acredito que podemos acertar soluções para os principais problemas. Se não terminarmos as negociações esta semana, que fique para a próxima. Espero que isso não aconteça, mas, baseado em nosso histórico, sempre fica tudo para o último minuto.

Com uma sociedade civil cada vez mais engajada na causa ambiental, o secretário chinês considera inevitável que a Rio+20 tenha um final feliz.

– A Rio 92 deixou um grande impacto, mas esta provocará um efeito ainda maior na vida das pessoas, em seu futuro e em sua saúde — assegurou.

Paes anunciou que a equipe da prefeitura, de Zukang e do Itamaraty vão se reunir diariamente, já a partir de hoje, sempre às 9h. O objetivo do encontro será definir eventuais reajustes das operações municipais.

– Queremos dar agilidade às nossas decisões — explicou. — A estrutura de hotéis já está melhor do que imaginávamos. Vamos receber pelo menos 50 mil pessoas.

Necessidade de mudar padrões atuais de consumo é consenso em fórum. Alexandre Cassiano, Cláudia Amorim e Cristina Tardáguila. O Globo. 12/06/2012

Bandeira dos países participantes enfeitam o Forte de Copacabana, que está recebendo eventos paralelos à Rio+20 como o TEDx e a exposição Humanidades 2012, que será aberta hoje à visitação do público

Um alerta para a necessidade de mudanças nos padrões de comportamento marcou o primeiro dia do evento TEDxRio+20, no Forte de Copacabana. O recado de especialistas e militantes da causa ambiental pode ser resumido pelas expressões "consumo consciente" e "desenvolvimento sustentável".

Em sua apresentação, a ex-ministra Marina Silva conclamou os participantes a empurrar os líderes que estão se omitindo em salvar o planeta.

– O desenvolvimento sustentável ainda não existe. Mas podemos fazer uma escolha por ele — disse a ex-senadora.

Marina citou o filósofo francês Jean-Paul Sartre, pregando que somos resultado do que fazemos do nosso passado, seja ele qual for, para concluir que é, sim, possível fazer coisas boas para o futuro. A ex-ministra falou da importância dos "mantenedores de utopia", enumerando o ambientalista Chico Mendes, os ex-presidentes Lula e Fernando Henrique e o sociólogo Florestan Fernandes. Marina enfatizou que é necessária uma mudança de postura.

– Somos os exterminadores do futuro. Estamos sofrendo do mal do excesso, estamos consumindo o planeta, à beira de aumentar em dois graus a temperatura e comprometer a vida na Terra. Precisamos nos reencontrar. O desenvolvimento sustentável não é uma maneira de fazer, mas de ser — afirmou.

Para ela, a solução é o que chama de "militante autoral", uma tomada de posição, ativa, de cada um, sem esperar lideranças de governos, partidos, corporações ou entidades.

O fundador do Instituto Akatu, Helio Matar, também reforçou a necessidade de mudança nos padrões de consumo. Entre os palestrantes, também se apresentou no primeiro dia do TEDxRio+20 o artista plástico Vik Muniz, que vai compor uma de suas famosas imagens, desta vez retratando a paisagem carioca diante do Cristo Redentor, a partir do lixo reciclável gerado pelo evento.

Uma das inovações mostradas cativou a plateia. A nigeriana Jessica Matthews, com formação em economia e psicologia social, apresentou um invento que criou com amigos, estudantes de Harvard: uma bola que acumula energia quando chutada. A energia cinética captada pela bola pode, depois de uma partida, carregar celulares, ligar luminárias ou colocar um ventilador para funcionar. Um jogo de 30 minutos gera energia

suficiente para manter uma lâmpada acesa por três horas. Jessica fez questão de dizer que, depois de ter a ideia rejeitada por um engenheiro, achou em ferramentas como Google e Wikipédia as informações necessárias para fazer a bola.

Além do futebol, o mar também foi tema de palestra. O neto do oceanógrafo francês Jacques Cousteau, o cineasta Fabien, afirmou em sua apresentação que os oceanos não estão recebendo atenção. Ele acredita que o mais importante em cúpulas como a Rio+20 é que as comunidades se mobilizem:

- Quando nossos líderes se reúnem para tomar grandes decisões, como acontece agora, temos que olhar para as comunidades, fazer com que elas repensem suas decisões diárias.

Para outro palestrante, o engenheiro venezuelano José Luiz Cordeiro, da Singularity University, criada com o apoio da Nasa e do Google no Vale do Silício, na Califórnia, há três anos, o futuro é a bioenergia. Também fizeram parte das apresentações os integrantes do bloco Sargento Pimenta, que vai tocar em Londres nas Olimpíadas.

"Proteger a natureza é o melhor investimento". Entrevista com Russel Mittermeier. Renato Grandelle – O Globo. 12/06/2012

A Rio+20 começa amanhã com o desafio de propor formas de transformar em prática o conceito de desenvolvimento sustentável. Para isso, países como o Brasil deveriam focar mais na transformação da biodiversidade em capital natural, diz um dos mais conhecidos e veteranos ambientalistas do mundo, obiólogo Russell Mittermeier, presidente da Conservação Internacional

O Globo: Vinte anos após a Rio 92, as mudanças climáticas ainda são consideradas um assunto importante para apenas um pequeno segmento da sociedade? Os tomadores de decisão dão valor a este assunto?

Russell Mittermeier: Sim, mas os tomadores de decisão tendem a pensar sobre as mudanças climáticas como algo que só vai acontecer depois do fim de seus mandatos. A ciência comprova que a velocidade e a intensidade das ações que estamos tomando para mitigar as mudanças climáticas não serão suficientes para nos proteger. Precisamos tomar medidas para nos adaptarmos aos impactos. Adaptação requer investimento

e uma mudança da cultura econômica e do paradigma do desenvolvimento. Essas mudanças são difíceis de realizar se você é um tomador de decisão no setor público ou privado.

O Globo: Como a conservação ambiental e a biodiversidade podem ser mostradas como algo interessante a estes tomadores de decisão?

Mittermeier: A melhor maneira é demonstrando a importância da conservação do meio ambiente e da biodiversidade para a economia e as pessoas. Um grande percentual das economias locais ou nacionais depende dos ecossistemas naturais. Infelizmente, essa dependência não é reconhecida. Hoje em dia, temos todos os métodos para demonstrar que, do ponto de vista puramente econômico, proteger a natureza é o melhor investimento que os países podem fazer para sustentar o desenvolvimento a longo prazo. É claro que todos os países deverão passar por uma fase de transição do desenvolvimento tradicional para o desenvolvimento verde. Esses custos podem ser altos para países com uma economia menor, mas acho que não devem ser um problema para as nações desenvolvidas. Estas deveriam apoiar as nações em desenvolvimento a fazer essa mudança. É um imperativo moral. Um bom exemplo é a Noruega, que está

ajudando a Guiana a adotar uma economia de baixo carbono. Se a Guiana administrar bem esse processo, vai ser o primeiro país em desenvolvimento a fazer essa transição com sucesso.

O Globo: Como o consumo em excesso pode ser contido em um mundo onde este valor é crescentemente encorajado — especialmente considerando a China e a Índia, os países mais populosos, com cada vez mais pessoas incluídas na sociedade de mercado?

Mittermeier: Se os países com rápido crescimento econômico e populacional seguirem o mesmo padrão de consumo dos EUA e Europa, vamos precisar de muitos planetas para sustentar tanto consumo. Mas a pegada humana mundial pode ser reduzida se adotarmos três medidas importantes. Primeiro, o aumento de taxação sobre o consumo de produtos não-sustentáveis, de forma a promover uma mudança em direção a um consumo mais sustentável. Segundo, investir e apoiar, mesmo com subsídios, sistemas de produção que

sejam mais eficientes e consumam menos recursos naturais. Terceiro, criar um movimento global que promova um melhor manejo dos recursos naturais, incluindo a conservação e recuperação de áreas críticas para a biodiversidade e os serviços ambientais.

O Globo: O PIB parece uma forma ultrapassada para medir o desenvolvimento global, mas, apesar disso, é o modo mais objetivo de fazê-lo. Que outro sistema de avaliação poderia substituí-lo?

Mittermeier: Um indicador de desenvolvimento mundial deveria ser focado no bem-estar humano, em vez de apenas na atividade econômica. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida de desenvolvimento mais adequada porque tem as pessoas como foco central, embora ainda não esteja totalmente completo. O PIB do Brasil é o sexto do mundo, mas seu IDH é apenas o 84º. Isso mostra como o PIB diz pouco sobre o bem-estar das pessoas. O ideal é um índice que combine bem-estar humano com

sustentabilidade ambiental. Em 2006, por exemplo, pesquisadores lançaram um índice muito bom, que chamaram de IDH híbrido. Trata-se de uma mistura do IDH com o ISE (Índice de Sustentabilidade Ambiental). Na ocasião ele mereceu meia página de repercussão em O GLOBO, mas infelizmente segue sem ser usado globalmente. Precisamos de um indicador que inclua a noção de que o capital natural dos países é

fundamental para o bem-estar humano e que, por isso, é a parte central de uma economia saudável e sustentável.

O Globo: Em uma escala de 0 a 10, o quanto o mundo está integrado com o conceito de desenvolvimento sustentável?

Mittermeier: Nota 5. Ainda há muito o que fazer. Já entendemos o problema melhor do que antes, mas nossa reação ainda é muito lenta.

O Globo: Em uma escala de 0 a 10, o quanto o mundo está integrado com o conceito de desenvolvimento sustentável?

Mittermeier: Nota 5. Ainda há muito o que fazer. Já entendemos o problema melhor do que antes, mas nossa reação ainda é muito lenta.

O Globo: E o Brasil, é um bom exemplo para a comunidade internacional?

Mittermeier: O Brasil precisa tomar uma decisão. De um lado, é uma grande voz positiva na convenções internacionais e tem bons exemplos práticos. De outro, se vê indeciso frente a debates como o do Código Florestal, da expansão da infraestrutura na Amazônia e ainda dispensa poucos cuidados a biomas importantes, como o Cerrado, a Caatinga e os Pampas. A Rio+20 é uma oportunidade de ouro pra perder a timidez e assumir a liderança em sustentabilidade. Essa liderança vai emergir mais de ações práticas do que

do discurso. Como o Brasil é grande e as diferenças regionais também são, acho que as iniciativas mais interessantes em relação ao desenvolvimento sustentável virão dos estados, em vez do governo nacional. Nos últimos 16 anos, os estados amazônicos estão liderando o caminho rumo a uma economia verde no Brasil. Embora tenham muitos problemas, o Acre, o Amazonas e o Amapá têm demonstrado que o desenvolvimento aliado com a conservação do meio ambiente é possivel. Eles, porém, precisam de mais

apoio do governo federal, já que são responsáveis pela manutenção de grande parte do capital natural do Brasil.

“Os líderes globais têm má vontade em se comprometer”. Entrevista com Parnuna Egede. Renato Grandelle – O Globo. 12/06/2012

O tom de Parnuna Egede sobe quando perguntada o que diria a quem duvida das mudanças climáticas: “Venham ao Ártico e vejam vocês mesmos”. Parnuna é conselheira ambiental do Conselho Circumpolar Inuit (ICC). Os inuits são mais conhecidos como esquimós, embora eles considerem esta palavra pejorativa. A conselheira ambiental do ICC deixou os 3 graus Celsius de Nuuk, na Groenlândia, para vir à Rio+20. Em entrevista ao GLOBO, ela conta como o clima já provoca conflitos, deslocamentos e danos à saúde de seu povo.

O Globo: Quantas comunidades são representadas pelo Conselho Circumpolar Inuit (ICC)? Qual é a população total?

Parnuna Egede: Representamos 165 mil pessoas em regiões circumpolares árticas. Temos pessoas ligadas a nosso órgão em todos os estados onde vivem os inuits, com escritórios na Groenlândia, no Canadá e no Alasca. Agora estamos montando uma estrutura semelhante em Chukotka, na Rússia.

O Globo: O ICC recebe fundos de algum governo ou organização?

Parnuna: Cada escritório cuida de sua própria economia. Por isso, posso falar apenas da Groenlândia, onde vivo. Nós recebemos fundos privados e também do governo local.

O Globo: Quais são os maiores problemas causados pelas mudanças climáticas no Ártico?

Parnuna: Há muitas questões afetadas pelo clima. A camada de gelo do mar Ártico está mais fina e tende a desaparecer, o que dificulta as viagens, a pesca e a caça. Estamos mais isolados e com menos recursos disponíveis para enfrentar o inverno. Há impactos na vida selvagem, e algumas espécies estão migrando para o Norte, sendo substituídas aqui por outros animais, provenientes do Sul. O solo da costa de nosso litoral está em constante erosão, provocando problemas na infraestrutura e no suprimento de água. Com

alimentos e o estoque de água em constante redução, acentuam-se os problemas de saúde e os conflitos. O derretimento do gelo veio acompanhado de polêmicas sobre como explorar, a longo prazo, riquezas ainda pouco pesquisadas daqui, como rotas de transporte para navegação, petróleo, gás e mineração. A presença militar nos territórios árticos aumentou significativamente, o que demostra, para nós, como há interesses em

jogo.

O Globo: Há registros de migração em massa nas comunidades mais afetadas pela erosão?

Parnuna: Sim. Shishmaref (no oeste do Alasca, próximo ao Estreito de Bering) é um exemplo. A comunidade inuit foi forçada a se deslocar, porque toda a infraestrutura em que se baseava estava desmoronando, e não havia como garantir a segurança da água. O mar contribuía para a erosão da costa daquele território, na medida em que o litoral se descongelava. É muito caro mover uma comunidade inteira, além de impor vários

desafios na adaptação a outro local, mas às vezes não há outra saída.

O Globo: O que mudou para as comunidades inuits nos desde a Rio 92?

Parnuna: O Ártico em geral — e certamente a Groenlândia — vive dos recursos extraídos de nosso ecossistema. Este é um processo inspirado pela Rio 92. O Instituto de Recursos Naturais da Groenlândia monitora anualmente a população de diferentes espécies de peixes, camarões, aves e mamíferos, impondo o que seriam cotas sustentáveis para o comércio de cada uma delas. Este é um legado positivo da convenção. O comércio de cada uma delas evolui continuamente, mas ainda há muito o que fazer.

O Globo: Nos últimos dois anos, o inverno do Hemisfério Norte registrou temperaturas muito mais baixas do que o normal, o que fez muitas pessoas duvidarem do aquecimento global. O que você tem a dizer para esses críticos?

Parnuna: O uso da expressão "aquecimento global" pode ser enganoso. Preferimos falar de mudanças climáticas. Para quem não acredita nelas, convido: venham ao Ártico e vejam vocês mesmos. As modificações sobre as quais o mundo fala chegam antes e de forma mais forte e abrupta aqui. Nossa região é o sinal do que esta acontecendo no mundo e dos desafios que serão criados para a adaptação.

O Globo: Lembrando agora de outro termo muito citado este ano: desenvolvimento sustentável. Na sua opinião, a comunidade internacional está mesmo ciente do que isso significa?

Parnuna: É difícil dizer, porque isso varia de um país para o outro. Acredito que estamos avançando devagar em algumas regiões do mundo. Aqui, por exemplo, uma associação chamada Pesca Sustentável na Groenlândia tem representantes em empresas que exploram este setor. Antes, os biólogos recomendavam uma cota para o governo local, mas às vezes esta advertência era simplesmente ignorada e permitia-se um limite maior. Agora as autoridades seguem o que lhes é aconselhado.

O Globo: Na Conferência do Clima de Copenhague, em 2009, as comunidades inuits chamaram a atenção de todos ao pedirem ajuda para comprar freezers, pois o aumento da temperatura no Ártico não permitia mais que vocês armazenassem a caça e os peixes por muito tempo. O aconteceu desde então?

Parnuna: Este pedido foi um pouco simplificado no encontro. Há grandes diferenças de temperatura no Árticode uma estação para outra e mesmo entre as regiões. A demanda de um desses territórios, então, pode não ser a mesma de todos. Ainda assim, as comunidades circumpolares de todo o planeta precisarão de ajuda para se adaptarem e tornarem menos penosas as mudanças climáticas.

O Globo: Você estará, a partir da semana que vem, na Rio+20. O que espera do encontro?

Parnuna: Ainda não sei. Nossa experiência com as Conferências do Clima das Nações Unidas mostram que os líderes globais têm má vontade na hora de se comprometer com ações reais. O mundo precisa de mais do que palavras vazias e promessas. Espero que a urgência por um resultado mais concreto mude o panorama atual.

O meio ambiente volta ao Rio. Catarina de Albuquerque – Valor Econômico. 12/06/2012

Os olhos do mundo estão postos no Rio de Janeiro. E as nossas esperanças também. Vinte anos após a histórica Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a comunidade internacional volta a reunir-se. Políticos, negociadores e diplomatas irão encontrar-se para rever e (esperemos) fortalecer os seus compromissos políticos em favor do desenvolvimento sustentável tendo em conta os novos desafios do século XXI.

As decisões que forem tomadas irão afetar cada uma das 7 bilhões de pessoas na Terra: para o bem ou para o mal. Mas… será que no Rio de Janeiro os negociadores vão se lembrar do pai cigano que encontrei na Eslovênia, cuja filha abandonou a escola por cheirar mal, simplesmente porque a família não tinha água em casa? Vão se lembrar da menina que conheci no Senegal, que me disse que não podia ir à escola quando estava menstruada porque lá não havia banheiro para meninas? Vão se lembrar da senhora que conheci no Uruguai que me explicou ser obrigada a esvaziar o conteúdo da sua fossa séptica com as próprias mãos por não ter dinheiro para contratar profissionais que o fazem de forma mecanizada?

Aumentou o número de pessoas com acesso à água e saneamento, mas os mais pobres e os excluídos não têm se beneficiado. Apesar de terem acesso, algumas pessoas não podem utilizar esses serviços porque são muito caros, estão longe demais ou não são seguros.

Eu vou. E também me lembro constantemente que todos os dias 1,1 bilhão de pessoas são obrigadas a defecar a céu aberto, sem privacidade nem dignidade, e que, a cada 20 segundos, uma criança morre devido a doenças relacionadas com a má qualidade da água e falta de saneamento.

Há 20 anos, a famosa Agenda 21 contemplava como um dos objetivos para a eliminação da pobreza proporcionar água e saneamento aos mais pobres. Desde então houve

importantes desenvolvimentos nessa matéria e são vários os documentos políticos internacionais referindo-se à água e ao saneamento como um objetivo central para o desenvolvimento humano. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) têm a ambição de reduzir à metade o número de pessoas sem acesso à agua e saneamento.

No entanto, apesar do progresso realizado nessa matéria, sabemos que o mesmo não tem beneficiado aqueles que devem ser a nossa prioridade: os mais pobres e os excluídos. Nas visitas que realizo mundo afora, enquanto Relatora Especial da Organização das Nações Unidas (ONU), tenho infelizmente constatado que apesar de terem acesso à água ou saneamento, várias pessoas não podem utilizar esses serviços porque são muito caros, estão longe demais ou não são seguros. Lembro-me claramente de um grupo de mulheres africanas dizendo-me "As contas da água nos estão matando"! Ou de imigrantes mexicanas na Califórnia explicando-me que a água de seus poços contaminados as estava literalmente destruindo aos poucos. Estas situações devem mudar urgentemente!

Em 2010, a Assembleia Geral da ONU reconheceu a água e o saneamento como direito humano. Isso quer dizer que existe a vontade política de ir mais longe. Existe a consciência de que temos o dever de garantir água e saneamento para todos, dar prioridade aos mais pobres e marginalizados e ainda que esses serviços sejam seguros, tenham um preço acessível e se encontrem próximos (ou dentro) das casas das pessoas a quem queremos atender.

A Conferência do Rio+20 tem a chance histórica de se tornar relevante para todas as pessoas, em especial para aquelas pessoas a quem me referi e que não têm se beneficiado do progresso realizado nas últimas décadas em matéria de acesso à água e ao saneamento e que ainda morrem todos os dias simplesmente porque a água que bebem não é segura.

Como é que Rio+20 pode conseguir alcançar esse objetivo? Tendo presentes no Brasil e no Rio de Janeiro as vozes das pessoas que são sistematicamente esquecidas ou mesmo ignoradas nas conferências internacionais. Colocando os direitos humanos e seus princípios na coluna vertebral da declaração final da Conferência. Lembrando as histórias que aqui referi. Não renegociando nem pondo em causa aquilo que foi decidido há dois anos pela ONU: a água e o saneamento são direitos humanos, e todos - incluindo os mais desfavorecidos - devem se beneficiar deles. Ponto final.

Por que isso me parece muito importante? Porque os direitos humanos são o passaporte e garantia para que as políticas sejam desenhadas e implementadas de forma a darem prioridade aos mais excluídos. No caso da água e saneamento, os direitos humanos exigem ainda que o acesso aos mesmos seja para todos, que os serviços sejam de qualidade e seguros, e que tenham um preço acessível. Não se esqueçam desses direitos e dessas pessoas. Eu não os esqueço.

Catarina de Albuquerque é a primeira relatora especial da ONU para a água potável e saneamento, tendo sido nomeada pelo Conselho de Direitos Humanos em 2008. Foi agraciada com a Ordem de Mérito pelo presidente da República de Portugal e recebeu a medalha de ouro de Direitos Humanos da Assembleia da República portuguesa. Site: www.ohchr.org/srwaterandsanitation

Trilionária, economia verde atrai empresas. Assis Moreira – Valor Econômico. 12/06/2012

As oportunidades comerciais vinculadas à sustentabilidade em recursos naturais podem variar de US$ 2,1 trilhões a US$ 6,3 trilhões nas próximas décadas, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Nesse cenário, bancos de desenvolvimento, Câmara de Comércio Internacional (CCI) e o Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) estão entre os que vão lançar várias iniciativas nos próximos dias no Rio de Janeiro em direção à economia verde.

A CCI enviará uma forte delegação ao Rio, para lançar amanhã o "roteiro para a economia verde". Segundo o diretor-geral da entidade, Jean-Guy Carrier, o objetivo é ajudar na direção de um plano concreto de ações, em etapas.

"O problema é que alguns governos prometem de um lado reduzir subsídios bilionários voltados à energia fóssil, mas de outro continuam a impor enormes barreiras no comércio de bens e serviços ambientais", disse Carrier. "O nosso roteiro pode ajudar a estabelecer medidas concretas, com prazos."

Para Carrier, isso é ainda mais importante levando em conta a crescente pressão, os limites no uso de recursos naturais e as projeções de aumento da população mundial para 9 bilhões de pessoas até 2050. Haverá 3 bilhões a mais de consumidores de classe média na economia mundial até 2030.

O chamado clube dos bancos de desenvolvimento, que inclui o BNDES, deverá lançar no Rio projetos de infraestrutura para garantir desenvolvimento sustentável. Caio Koch Weser, vice-presidente do Deutsche Bank, considera que a China, atualmente, é um exemplo de país que procura acelerar a descarbonização de sua economia.

Também na Rio+20, o Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD, segundo a sigla em francês) lançará o primeiro programa de cooperação científica Africa-Brasil-França, para combater a desertificação no continente africano. A entidade fará uma série de eventos no Rio, interessada em cooperação triangular e não mais no antigo modelo Norte-Sul.

"A desertificação é uma ameaça crescente e afeta também o Nordeste brasileiro", afirmou o diretor do IRD, Michel Laurent.

ONGs criticam rumos da Rio+20. Guilherme Serodio – Valor Econômico. 12/06/2012

Fátima Melo, coordenadora da Cúpula dos Povos, observa planta do espaço onde o evento vai ocorrer, no Parque do Flamengo, na capital fluminense

Um espaço de crítica aos rumos que a Rio+20 está tomando, mas também de busca de alternativas. Assim a ativista Fátima Mello define a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Coordenadora do evento, que reúne ONGs brasileiras e estrangeiras, ela critica o conceito de economia verde e a abertura do documento da ONU ao papel das grandes corporações na provisão de serviços globais. Mas defende a manutenção do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas nas negociações sobre mudanças

climáticas. "Acreditamos que os países responsáveis pelas emissões históricas mais elevadas têm maior responsabilidade, mas o texto da ONU tende a esvaziar esse principio", alerta.

Valor: *Como a Cúpula dos Povos se articula com a Rio+20?*

Fátima Mello: O grande problema da Rio+20 é a tendência à privatização dos regimes, convenções e tratados internacionais no âmbito da ONU. Todas as conquistas que obtivemos desde a Rio92 correm o risco de se perder. Queremos que a conferência implemente essas conquistas e avanços em relação à garantia de direitos, justiça social e ambiental. Mas o que vemos é retrocesso e uma captura do sistema ONU pelas grandes corporações. Vemos que o texto da ONU tem armadilhas. Fala em "garantias de acesso" aos serviços através do Estado, mas cita parcerias público-privadas, abrindo espaço para as multinacionais se apoderarem deles. E, nesse caso, muitas pessoas não terão como pagar.

Valor: *Como a sra. avalia o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas?*

Mello: É muito importante pois rege as negociações sobre mudanças climáticas, em que os países responsáveis pelas emissões históricas mais elevadas têm maior responsabilidade. Mas o texto da ONU tende a esvaziá-lo.

Isso é um risco muito grande porque um país como Ruanda não pode arcar com os custos de uma transição tecnológica. Mesmo porque não tem a mesma responsabilidade pela crise ambiental que Estados Unidos. O Brasil tem se posicionado em relação a isso. Os países do norte têm hoje suas economias baseadas em serviço e têm mais facilidade para fazer a transição para a economia de baixo carbono.

Valor: *A crise global pode atrapalhar nas negociações sobre clima e sustentabilidade?*

Mello: A crise global é um dos motivos das resistências para se avançar nas negociações de clima e em relação ao acordo global. O horizonte dos países desenvolvidos passou para o curtíssimo prazo. Já os emergentes querem manter as taxas de crescimento, não querem frear o consumo e resistem a compromissos para uma transição a outro modelo de produção e consumo. A conferência se realiza em um cenário desfavorável a compromissos mais profundos.

Caminha-se na direção de soluções simplificadoras, como a chamada economia verde.

Valor: *Quais são as suas criticas à economia verde?*

Mello: Assim como a Rio92 legitimou a ideia de desenvolvimento sustentável, que hoje caiu no vazio [porque cada um se apropria do jeito que entende], o conceito de economia verde corre o risco de legitimar a continuidade do atual modelo de produção e de consumo.

Somos a favor da transição para a economia de baixo carbono. Mas a fórmula que a conferência oficial oferece para isso é extremamente perigosa, pois não questiona quem ganha e quem perde.

Valor: *E as bolsas verdes?*

Mello: Se olharmos o relatório do Pnuma e o texto em negociação, é muito forte a ideia de se criar um mercado financeiro para os recursos da natureza. Já existem bolsas [de valores] verdes que precificam o ar e criam créditos de carbono, o chamado mercado de

carbono. Isso, para nós, é falsa solução. O que estamos observando é que o mercado de carbono pode atuar contra os direitos das populações tradicionais. É uma armadilha.

Desenvolvimento sustentável deve envolver inclusão social, diz Dilma. Fernando Exman – Valor Econômico. 12/06/2012

Enquanto o governo entra na fase final de preparação da Rio+20, a presidente Dilma Rousseff reforçou ontem o discurso que pretende levar à conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável. A poucos dias do início do evento, Dilma destacou as ações do Executivo para fiscalizar, punir desmatadores e preservar o meio ambiente. Além disso, ela argumentou que o desenvolvimento sustentável deve contemplar a inclusão social e a redução da pobreza. Lembrou que 40 milhões de brasileiros ascenderam à classe média e outros tantos deixaram a pobreza extrema nos últimos anos, e deu uma amostra do seu arsenal de estatísticas que coloca o Brasil entre os países que mais preservam o meio ambiente.

A coordenação dos preparativos para a Rio+20 é feita pela Casa Civil da Presidência da República. Ontem, em uma reunião comandada pela ministra Gleisi Hoffmann, o governo repassou com representantes de outras áreas do governo as ações em andamento para que não haja imprevistos durante a conferência. O Palácio do Planalto decidiu, por exemplo, que a Infraero e a Secretaria de Aviação Civil adotarão um esquema especial para assegurar que não ocorra um colapso nos aeroportos do Rio de Janeiro. O governo também decidiu atuar para forçar uma queda das tarifas cobradas pela rede hoteleira durante o evento.

O tom do discurso, porém, foi dado novamente pela própria presidente. Em seu programa semanal de rádio, Dilma lembrou que o país registrou o menor nível de desmatamento da história em 2011. "Temos oferecido alternativas de produção e renda para a população que vive em nossas florestas, para que esses trabalhadores possam produzir e garantir o seu sustento sem desmatar ou destruir o meio ambiente", comentou.

Ela citou o exemplo do Bolsa Verde, programa que está no âmbito do Brasil Sem Miséria e concede benefícios trimestrais de R$ 300 a famílias extremamente pobres que trabalham na coleta de frutos, extração de látex ou pesca artesanal na Amazônia. "A combinação de uma fiscalização forte com ações que permitem a exploração sustentável dos recursos naturais é o que ajuda a manter a floresta de pé", acrescentou.

Num recado aos países desenvolvidos, Dilma frisou que atualmente mais de 80% da Floresta Amazônica está preservada. "Isso não acontece em nenhuma parte do mundo. Por exemplo: na maioria dos países da Europa, em torno de 10% é o que resta das florestas nativas daquela região", afirmou. "O Brasil é responsável por 75% de todas as áreas de preservação ambiental criadas no mundo nos últimos nove anos."

A presidente aproveitou ainda para mencionar recentes medidas do governo para priorizar produtos e serviços sustentáveis nas aquisições governamentais, além da criação de unidades de conservação e terras indígenas.

Rio+20: "A atual cúpula já não é um projeto do G8". Marcelo Justo – Agência Carta Maior. 13/06/2012

Três das principais lideranças mundiais - Barack Obama, Angela Merkel e David Cameron - já anunciaram que não irão ao Rio de Janeiro. O que significa isso? Em entrevista à Carta Maior, Camila Tulmin, diretora do International Institute for Enviroment and Development, fala sobre o que é possível esperar da Rio+20. "Diferentemente da cúpula do Rio em 1992, a atual cúpula já não é um projeto do G8, mas sim está marcada pela agenda dos países em desenvolvimento e pobres. A Rio+20 tem que responder aos interesses e prioridades destes países", defende. A reportagem é de Marcelo Justo.

Londres - As cúpulas das Nações Unidas costumam mesclar objetivos louváveis com magros resultados. Vinte anos depois da Cúpula da Terra de 1992, está claro que aquela assombrosa aparição de uma consciência global climática não produziu a mudança que se esperava. A situação é particularmente crítica hoje que os líderes mundiais parecem demasiado ocupados com a crise para ter um olhar mais estratégico. Barack Obama, Angela Merkel e David Cameron já anunciaram que não irão ao Rio de Janeiro: o desenvolvimento sustentável figura apenas em seus discursos.

Com este panorama de fundo, os Objetivos do Milênio de Desenvolvimento Sustentável para 2015 parecem cada vez mais inatingíveis. Carta Maior conversou com Camila Tulmin, diretora do International Institute for Enviroment and Development, uma ONG com sede em Londres sobre as perspectivas da Rio+20.

Você irá ao Rio. Quais suas expectativas em relação à cúpula?

Não temos grandes esperanças no processo oficial. Acredito que obteremos acordos para avançar nos próximos três anos na direção das metas de desenvolvimento sustentável de 2015. Seria importante ter metas quantificáveis que nos permitam medir e comparar os distintos países. Mas, na verdade, temos mais esperanças com o que se passará fora da agenda oficial. Acreditamos que a interação de grupos da sociedade civil permitirá avanços sobre esse tema.

No dia 6 de junho, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente divulgou um informe no qual estimava que só ocorreram progressos significativos em quatro dos 90 objetivos ambientais firmados nos últimos 40 anos. Não é um panorama alentador.

Na Cúpula da Terra de 1992 houve uma certa ingenuidade porque se pensou que bastava reunir os governos para solucionar o problema. Agora há mais consciência das dificuldades. Precisamos nos concentrar na economia real. Precisamos que as empresas e suas estruturas de preços reflitam os custos ambientais, de modo que estes fiquem incorporados tanto no custo de produção como no de consumo. Assim, poderemos avançar na direção de um desenvolvimento sustentável.

Uma maneira de fazer isso é acabar com subsídios e impostos que estão distorcendo o custo ambiental de determinadas formas de produção. Hoje temos cerca de 600 bilhões de dólares por ano em subsídios a combustíveis fósseis. Se esses subsídios fossem eliminados já não seria tão econômico produzir desta maneira. E, se esse dinheiro fosse investido em formas não poluentes, o impacto seria muito claro.

Um dos problemas é que se necessita de um período de transição durante o qual as sociedades precisam seguir funcionando. Há alguém que esteja fazendo o que você propõe?

Há alguns movimentos incipientes nesta direção. Na União Europeia temos o regime de comércio de direitos de emissão de gases causadores de efeito estufa. Estes regimes de direitos de emissão estão sendo utilizados em vários países. A China está trabalhando com sete destes regimes em nível local incentivando a adoção de energias limpas. No G20 esse tema também está sendo discutido.

A atual crise econômica não é o clima ideal para avançar neste terreno.

Quando a economia mundial está em expansão tampouco é um bom momento porque as coisas andam bem e há menor inclinação para mudanças. Uma vantagem de estar em crise é que ela pode estimular as pessoas a buscar modelos alternativos. No Reino Unido, por exemplo, há muitas empresas que estão procurando investir somas significativas que estavam imobilizadas. O governo deveria oferecer alternativas políticas de longo prazo para o investimento destes fundos.

É preciso uma mistura correta entre o que propõe o governo e o que o setor privado pode aportar. O problema é que, no momento, os governos escutam mais os interesses que seguem a lógica do modelo econômico do século XX. Nos Estados Unidos, isso é muito claro com o peso que tem o lobby petroleiro e do gás. Esses setores não querem uma mudança. Neste sentido, tanto Barack Obama como David Cameron tem que enfrentar um clima político hostil que considera essas cúpulas da ONU como uma perda de tempo e até uma espécie de atalho disfarçado na direção do socialismo. Angela Merkel tem melhores credenciais verdes, mas está enfrentando a pior crise do projeto europeu desde seu lançamento há 60 anos.

Você acredita que os países em desenvolvimento têm, em certo sentido, uma vantagem para avançar neste caminho?
Diferentemente da cúpula do Rio em 1992, a atual cúpula já não é um projeto do G8, mas sim está marcada pela agenda dos países em desenvolvimento e pobres. Como tem menor infraestrutura e interesses econômicos em disputa, esses países estão mais abertos à inovação e ao investimento para desenvolver o transporte, a energia e a habitação de modo sustentável. A China é um caso interessante. Por um lado, é o país com maiores emissões do planeta e, por outro, converteu-se no líder na busca de energia limpa com um massivo plano de investimentos que colocou o país na liderança da tecnologia de painéis solares. A Rio+20 tem que responder aos interesses e prioridades destes países. Necessitamos de uma transição controlada para a passagem a uma economia verde na próxima década.

'Vontade política mundial diminui e urgência cresce'. Andrea Vialli – Folha de São Paulo, Cotidiano. 13/06/2012

O ex-secretário da Eco-92 e grande 'costurador' de acordos não crê em sucesso. Crise ambiental é mais evidente, mas contexto geopolítico é desfavorável, diz Maurice Strong

Apesar da retórica sobre os temas ambientais ter ganhado o mundo nos últimos 20 anos, na prática os governos avançaram pouco na implementação dos compromissos assumidos na Eco-92. O cenário de inércia causado pela crise econômica nos países ricos deve enfraquecer o resultado da Rio+20.

A avaliação é do canadense Maurice Strong, uma das peças fundamentais para o sucesso da Eco-92.

Ex-secretário-geral da conferência, ele trabalhou exaustivamente junto com o governo brasileiro para trazer as lideranças políticas da época. Também ajudou a costurar os acordos que surgiram da cúpula, como as convenções do clima e da biodiversidade.

"Evoluímos pouco desde a Eco-92. A situação agora é bem menos favorável à tomada de grandes decisões, embora os indicadores de que estamos vivendo uma crise ambiental estejam mais claros agora", diz.

Hoje com 83 anos, Strong é professor da Universidade de Pequim e consultor. Ele virá à Rio+20 para participar dos Diálogos do Desenvolvimento Sustentável, série de debates que o governo brasileiro promoverá entre os dias 16 e 19 deste mês.

★

Quais são suas expectativas para a Rio+20?

Maurice Strong - A situação é muito diferente de 1992 e bem menos favorável à tomada de grandes decisões. Há menos apoio político para as questões de meio ambiente e desenvolvimento do que há 20 anos. A maior parte dos países está preocupada com suas próprias crises econômicas. Ao mesmo tempo, a necessidade de tomar decisões é muito mais urgente do que há 20 anos, pois os indicadores de que estamos vivendo uma crise ambiental estão mais claros hoje.

O sr. trabalhou ativamente na preparação da Eco-92. Qual foi o legado?

A Eco-92 deu ao mundo as convenções do clima e da biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio. Na época, foram negociações duras, mas no final do encontro os governos se comprometeram a se posicionar nessas questões. Infelizmente, a maior parte dos compromissos acordados em 1992 ainda não foi implementada. Evoluímos pouco.

O sr. crê que a Rio+20 produzirá outros acordos de peso?

Não será desta vez que o mundo vai produzir novos acordos e convenções como fizemos em 1992. Não podemos esperar nada com peso político. A Rio+20 atrairá milhares de pessoas e vai chamar a atenção do mundo todo, mas questões de ordem política e econômica vão dificultar maiores progressos.

O que mais dificulta as negociações?

O impasse é no contexto geopolítico. Os países ricos já não são ricos como há 20 anos, estão mais preocupados em resolver suas próprias crises e não querem mais financiar os

pobres. Os países emergentes têm dinheiro, são economias pujantes -veja o Brasil, a China, a Índia-, mas eles ainda estão se desenvolvendo e muitos não querem abrir mão de seu crescimento econômico. Além do mais, não se pode querer que os emergentes desempenhem o papel dos ricos nessa transição.

Acordo final vai depender de liderança brasileira. Claudio Angelo e Denise Luna – Folha de São Paulo, Cotidiano. 13/06/2012

Conferência começa hoje, mas países ainda estão distantes do consenso. Texto 'O Futuro Que Queremos' deve ser cortado de 86 para 50 páginas antes de ser negociado na cúpula

A Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável começa hoje no Riocentro com todas as esperanças depositadas no Brasil.

O anfitrião é o país mais habilitado a romper os tradicionais impasses entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento, que ameaçam produzir um resultado final aguado no encontro.

Pessoas que acompanham o processo dizem esperar que o Brasil sintetize em um texto os objetivos do encontro de forma mais ousada que o documento que está sobre a mesa, "O Futuro que Queremos".

É prerrogativa da presidência da Rio+20 fazer isso caso haja dificuldades em avançar. Um embaixador europeu disse à Folha que a UE apoiaria uma iniciativa do tipo. O Brasil, até aqui, tem sido criticado pela relutância, falta de liderança e por ter deixado a ONU ditar a agenda. As negociações formais do documento serão abertas hoje, após sessões de discussões informais, com consenso em apenas um quarto do texto. O rascunho precisa ser reduzido de 86 para 50 páginas antes de ser levado aos chefes de Estado.

Os principais eixos do texto estão longe de acordo. São eles: o status dos órgãos da ONU que cuidarão de questões ambientais; a economia verde e a avaliação do progresso feito desde a Rio-92.

Países desenvolvidos tentam retroceder em um dos pilares da diplomacia ambiental, o princípio das "responsabilidades comuns, mas diferenciadas". Adotado na Rio-92, prevê que a fatia do leão da conta pela degradação ambiental cabe aos ricos, já que eles consumiram recursos e poluíram o mundo em seu desenvolvimento.

Países como os EUA veem o princípio como subsídio aos emergentes. Os países em desenvolvimento, por sua vez, têm dificuldades com metas de economia verde. Enxergam o conceito como um cavalo-de-troia para a imposição de barreiras não tarifárias aos seus produtos.

AGÊNCIA

O único tema no qual não existe divisão clara entre ricos e pobres é o futuro do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Europeus e africanos querem transformá-lo numa agência independente da ONU; emergentes e EUA querem só que

ele seja reforçado. O Brasil já começou a fazer consultas para tentar sair do impasse nesse tema.

Ontem a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou também que os ministros darão uma força aos diplomatas. "Os ministros vão fazer diálogos bilaterais buscando produzir consensos, pontos que merecem a interferência deles."

Ricos devem pagar a conta, diz indústria. Em documento, federações do RJ e de SP evitam fixar metas para reduzir emissões. Venceslau Borlina Filho – Folha de São Paulo, Cotidiano. 13/06/2012

Documento divulgado pelas federações da indústria de São Paulo (Fiesp) e do Rio (Firjan) atribui aos países desenvolvidos a responsabilidade pelos danos ambientais causados pelas emissões de gases do efeito estufa.

O documento, apresentado ontem no Humanidade 2012, evento paralelo à Rio+20, afirma que as nações desenvolvidas têm de rever seus padrões de produção e consumo, sua matriz energética, além de assumir os custos dessa transição.

As entidades não mencionam metas de redução de emissão de gases para o setor, mas estudo encomendado pelo governo do Rio de Janeiro aponta que a indústria do Estado poderia reduzir as emissões de CO2 em 87 milhões de toneladas até 2030 -ou 8% do total acumulado no período.

Isso ocorreria com a substituição de equipamentos usados nas principais poluidoras: siderúrgicas, petroquímicas, cimenteiras, cerâmicas e refinarias de petróleo.

As empresas resistem, no entanto, porque trocar maquinário significa aumentar despesas.

Atualmente, a indústria lança por ano na atmosfera cerca de 29 milhões de toneladas de CO2. O gás é um dos principais causadores do efeito estufa. Se nada for feito para mofificar o sistema produtivo, em 2030 o setor industrial deverá lançar 72 milhões de toneladas do poluente no ambiente.

Rio+20 e a mudança de paradigmas - O Globo. 13/06/2012

O secretário-geral da Rio+20, o chinês Sha Zukang, até parece um brasileiro falando: "Se não terminarmos as negociações esta semana, que fique para a próxima. Espero que isso não aconteça, mas, baseado em nosso histórico, sempre fica tudo para o último minuto." Referia-se à dificuldade de consenso sobre o documento de trabalho da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, que hoje se inicia com eventos em vários pontos da cidade.

Desde 1972, quando a ONU realizou a primeira Conferência sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, tem sido persistente, mas penoso, o esforço para adotar novos modelos que permitam conciliar crescimento econômico com redução da poluição, da pobreza e de desigualdades sociais, menor degradação ambiental e

promoção de fontes mais limpas de energia. Há 20 anos, a Rio-92 – hoje considerada um marco - também foi precedida de pessimismo.

O desafio da Rio+20 é tão colossal quanto o dos pioneiros dessa busca de maior qualidade de vida com responsabilidade social, econômica e ambiental. Ou maior. A conferência tentará estabelecer metas para o desenvolvimento sustentável, o que se dá com a conservação dos recursos naturais, garantindo assim um planeta viável para as futuras gerações. Vai além da questão do clima.

Nas palavras de Marcos de Azambuja, negociador brasileiro na Rio-92, trata-se de "uma revisão de toda a civilização e sua maneira de se apropriar dos recursos naturais e de promover o crescimento". Ele acrescenta: "É uma reavaliação da totalidade do comportamento humano." Isto parece vago e ambicioso demais? Talvez. Mesmo o maior otimista não deve esperar que, no dia 22, a conferência dê respostas para questões tão intrincadas como a mudança mundial dos padrões de produção e de consumo. Para a maioria dos mortais, as autoridades mundiais e os encontros da ONU parecem ir a passos de tartaruga, enquanto catástrofes como o desmatamento, o aquecimento global e o derretimento das geleiras, para citar apenas algumas, andam em velocidade supersônica.

O que se espera da Rio+20 é que ela possa sugerir rumos, promover consensos e estimular medidas na direção da mudança de paradigmas. Especialistas sugerem o aumento da taxação sobre o consumo de produtos não sustentáveis, como combustíveis fósseis, para viabilizar produtos alternativos, menos poluentes; e o apoio, mesmo via subsídios, a sistemas de produção que consumam menos recursos naturais.

Isto não se fará com facilidade. Experiente, o embaixador Azambuja não vê disposição dos governos para alterar as técnicas de produção e consumo. "Tenho dúvidas que os países estejam interessados em fazer sacrifícios", diz. Seja como for, houve grandes progressos nos últimos 20 anos. A mortalidade infantil caiu e a expectativa de vida subiu. No Brasil, o número de mortes entre bebês diminuiu em mais de 60%. O ritmo do

desmatamento se reduziu no Brasil e no mundo, embora ainda seja preocupante. Mas a emissão de gás carbônico cresceu muito.

Como há 20 anos, o Rio se torna nesta e na próxima semana o centro de questões vitais que já não são do futuro, mas do presente. Que, como na Rio-92, a cidade inspire e encoraje os envolvidos na grande conferência.

Rio+20 = ?. Zuenir Ventura – O Globo. 13/06/2012

Será que a conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável que começa hoje vai ser menos frustrante do que a de 1992, que foi festiva, animadora, produziu muita espuma, mas poucos resultados concretos do ponto de vista ambiental? Os retrospectos indicam que, de lá para cá, houve até retrocesso: a temperatura global aumentou e o nível dos mares subiu, embora o Rio, o Brasil e o mundo tivessem melhorado (este, menos) sob outros aspectos. A cidade está três vezes menos violenta do que há 20 anos e o país, que então enfrentava sérios problemas políticos, às vésperas de proclamar o

impeachment de um presidente, adquiriu prestígio e virou protagonista na cena internacional. Já o mundo estava apreensivo. No mesmo ano, um ataque à embaixada de Israel na Argentina, uma bomba num colégio na Itália e, poucos meses após a Rio- 92, um "atentado-trailer" a uma das Torres Gêmeas, em Nova York, já anunciavam a vaga terrorista que viria depois. Hoje, no entanto, as dificuldades são mais econômicas e financeiras.

A ONU e o governo brasileiro estão otimistas, considerando a Rio+20 como "a maior conferência da história", que contará com a participação recorde de 183 chefes de estado. Três deles, porém, não virão. A chanceler alemã, Angela Merkel, o premier britânico, David Cameron, e o presidente americano, Barack Obama, preferiram trocar a nossa conferência pela reunião dos ricos, o G-20, em junho no México. Pode ser que estejam mais preocupados com a crise econômica do que com o desastre ambiental. Em suma, mais interessados em seus mandatos do que no futuro do planeta. Até o nosso Obama, nessa matéria, aproxima-se dos Bush, pai e filho. O pai pelo menos esteve aqui há 20 anos. O sucessor de seu filho nem isso. Além do mais, é provável que, a exemplo de alguns observadores, os três poderosos líderes atuais não acreditem na capacidade de decisão da Rio+20, ou então não creem que, se houver decisões, alguma grande potência seja obrigada a executá-las.

Outra dificuldade é acertar os ponteiros em relação à real gravidade do estado de saúde do planeta. A cada hora os especialistas divergem sobre algum ponto. Para uns, estamos à beira do colapso; para outros, há exagero. Sabe-se que é preciso fazer alguma coisa, mas o quê, como e com que urgência? Como disse o embaixador Marcos Azambuja, que teve importante participação na Rio-92, é um doente sobre o qual não há sequer "concordância de diagnóstico". Vamos ver se a junta médica reunida pela ONU desta vez acerta no diagnóstico, na receita e, sobretudo, que obrigue o doente a tomar o remédio.

P.S. - Enquanto isso, no país-sede da Rio+20, o governo resolve baratear os carros, dando sua contribuição para aumentar a poluição do ar e o engarrafamento das grandes cidades.

Entre crises. Miriam Leitão – O Globo. 13/06/2012

A Rio+20 começa num cenário de crise econômica, nos países ricos, de longa duração e profundas repercussões. Mas é conjuntural. Um dia ela passará de alguma forma deixando suas cicatrizes e lições. A crise ambiental e climática continuará conosco porque é mais longa, complexa e decisiva. Encontrar a sustentabilidade financeira da Europa é mais fácil do que pacificar a relação da humanidade com os recursos

finitos do planeta.

Começa hoje no Rio a mais ampla discussão já ocorrida sobre a nossa capacidade de conciliar desenvolvimento econômico e social com menos agressão ao que não podemos repor: as milhões de formas de vida espalhadas por esse planeta misterioso, fértil, complexo e belo.

O tema é tão vasto que vai se espalhar pela cidade em tantos eventos. Cada pessoa que quiser participar poderá no máximo ver uns poucos. Aliás, já começaram. O Riocentro é a capital do mundo neste momento, e lá estarão as negociações oficiais, que estão bem encrencadas. Delegações vão se debruçar em vários níveis sobre um documento grande demais, desfocado, cheio de impasses, e que fugiu das duas trilhas abertas na

Rio 92: a do combate às mudanças climáticas e a da preservação das espécies. Era para o documento ter chegado ao dia de hoje com mais avanços do que chegou.

Em 92, os chefes de Estado assinaram os dois documentos mais importantes de toda essa jornada de encontros pelo mundo: a convenção da biodiversidade e a da mudança climática. Várias COPs têm sido feitas sob essas duas convenções. A de número 18, do clima, será em dezembro, em Catar. Em todas as 17 houve avanços e impasses.

Para fugir dos bloqueios a que chegaram os dois temas, o Rio vai discutir desenvolvimento sustentável. Perseguirá dois resultados. Primeiro, a definição sobre que órgão vai comandar as negociações relacionadas ao meio ambiente. Será o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Pnuma? Ele tem serviços prestados, mas é apenas um programa. Precisaria de mais dinheiro e mais poder para ser uma espécie de OMC do meio ambiente. Alguns defendem que seja um órgão novo. O segundo tema da conferência é a economia verde.

O governo brasileiro considera que o evento terá sido bem sucedido se, ao final, conseguir estabelecer metas de desenvolvimento sustentável, para substituir as metas do milênio que expiram em 2015.

A capacidade que as burocracias dos países têm de se enrolar e criar impasses, mesmo diante de riscos planetários, é enorme. E a Conferência do Desenvolvimento Sustentável Rio+20 pode sim produzir no final um documento vago sem resultado prático, que deixe lacunas, que não tenha números, que apenas encaminhe questões sobre as quais há ainda controvérsias.

Mas, felizmente, nem tudo é governo. Pelo Rio inteiro estarão acontecendo nos próximos dias eventos que trarão frutos concretos. Jovens do mundo inteiro multiplicarão seus laços para atuar em rede na mesma direção. Pessoas estarão sendo expostas a informações mais precisas sobre os riscos e as chances que temos nesse definitivo encontro da humanidade com seus hábitos de vida. Organizações serão criadas ou fortalecidas. Empresas passarão a reduzir o impacto da sua atividade. Administradores públicos trocarão experiência. Cientistas vão comparar estudos sobre os mais variados aspectos dessa questão interminável.

Economistas colocarão nas suas equações outras variáveis que não as tradicionais. Políticas públicas serão impactadas pelo que as autoridades, pessoas e organizações ouvirem no Rio nos próximos dias.

Esse resultado é mais difícil de medir mas é fundamental. Conto só uma história para ilustrar. A ONG Onda Verde trará mil jovens da Baixada Fluminense para uma coreografia no aterro. Eles virão de trem para reduzir o impacto dos seus deslocamentos. Dirão com seus corpos em movimento que a Terra roda numa direção, a

humanidade, em outra, e que essa contradição é perigosa. Visto assim parece coisa passageira. Por trás, há 18 anos de trabalho. A ONG nasceu como efeito da Rio 92. Entre suas várias atividades está a educação ambiental. Cada um desses mil jovens participou de treinamentos em suas escolas. A informação vai se multiplicar.

É impossível resumir uma conferência tão ampla. Mais de mil eventos estão acontecendo pela cidade inteira. Um evento como esse é uma chance única. Os governos podem perdê-la, mas a sociedade não deveria. Há 20 anos, o Brasil estava em crise em todas as áreas. O presidente Fernando Collor já estava sob o efeito das denúncias feitas pelo irmão Pedro. A inflação estava subindo de forma descontrolada após o fracasso de cinco planos (Cruzado, Bresser, Verão, Collor e Collor II). Tudo isso parecia ser mais importante do que toda aquela conferência que movimentaria a cidade momentaneamente.

Collor sofreu impeachment naquele ano mesmo. Dois anos depois o Plano Real estabilizou a moeda na sexta - e definitiva - tentativa. Aquelas crises que dominavam o noticiário passaram. A ambiental que estava sendo discutida no Rio permanece entre nós como enigma e desafio. As crises econômicas e políticas passam. A que começa hoje a ser discutida no Rio é o dilema mais definitivo para a humanidade.

‘O modelo agrícola atual não se sustenta’. Entrevista com Renato Maluf – O Globo. 13/06/2012

Monoculturas de escala gigantesca causam danos ambientais e à saúde humana, além de serem uma das raízes históricas de desigualdade social no país

Ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Renato Maluf diz que o planeta não aguentará a expansão do atual modelo do agronegócio, baseado em monoculturas, porque gera enormes gastos com deslocamento de produtos a grandes distâncias. Para o especialista, que concedeu entrevista por e-mail ao GLOBO, essa não é a melhor nem a única maneira de alimentar o mundo.

(Conteúdo da entrevista indisponível para cópia. Caderno Especial)

Indústria quer conciliar mais produção e meio ambiente. Henrique Gomes Batista. O Globo. 13/06/2012

Com o documento “A desigualdade é insustentável”, as federações industriais de São Paulo (Fiesp) e do Rio (Firjan) apresentaram ontem suas propostas para debate na Rio+20. No texto, há projetos como melhorar a gestão de resíduos e ampliar a produção de energia renovável. Mas os industriais, que juntos representam 75% da produção nacional, querem igualdade de direitos e oportunidades entre os países.

Divulgado no Humanidade 2012, que ocorre no Forte de Copacabana, o documento indica que é preciso ratificar o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, estabelecido na ONU, na Conferência de Mudança do Clima, para “preservar a competitividade dos países em desenvolvimento”.

> - Temos que ter igualdade de oportunidades. Não podemos privar um país em desenvolvimento de crescer, as reduções (de emissão de gases do efeito estufa) têm de existir sobre as projeções de crescimento (das emissões). O importante é reduzirmos a emissão proporcional, por cada produto — afirmou o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que defendeu uma indústria mais eficiente, mas sem que o debate inviabilize o crescimento do Brasil.

O presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, afirmou que o setor está engajado e pode, inclusive, servir de exemplo para o mundo:

> - Nossa indústria polui menos, proporcionalmente, que o setor em outros países. Cerca de 70% de nossos associados já fazem algum tipo de reutilização de água, por exemplo. O setor está preocupado com estas questões.

Para Skaf, ‘um lago a mais’ não muda Amazônia. Skaf afirmou que o debate ambiental é uma realidade na indústria dos dois estados:

> - Se na época da Rio 92 a questão ambiental era vista (pela indústria) como um ônus, agora é vista como um bônus. A indústria brasileira representa apenas 4% das emissões brasileiras, o setor é parte da solução, pois a sustentabilidade também precisa ter aspectos econômicos e sociais, e é necessário que a indústria produza o que as pessoas precisam. Sempre com mais eficiência ambiental.

O texto elaborado pelos industriais sugere que é necessário uma nova governança mundial, o que compreende uma nova estrutura burocrática da ONU que permita à instituição implementação, mensuração e monitoramento do desenvolvimento sustentável no mundo. O documento trata ainda de segurança alimentar, proteção florestal, tratamento de água e esgoto, emprego e renda e educação. Entre os principais tópicos, estão o uso de energias renováveis, principalmente hidrelétrica e eólica, como forma de redução de emissões de gases de efeito estufa, e priorização de biocombustível em larga escala.

Skaf lembrou que o país é um exemplo pela geração limpa de energia elétrica e disse que as hidrelétricas precisam ser incentivadas, inclusive, se necessário, na região Amazônica, o que não seria problema:

> - A região amazônica sempre tem cheias, baixas, grandes lagos. Ter um lago a mais ou a menos não é um problema, é uma característica da região.

O documento também adverte que os países precisam privilegiar o transporte eficiente de cargas e de massa para passageiros para reduzir emissões. Questionado se as recentes desonerações do governo para a venda de automóveis não vão na contramão da proposta, Gouvêa Vieira disse que a medida tem efeito de curto prazo e lembrou que parte da produção brasileira de automóveis é exportada.

Rio terá centro de pesquisas da ONU. Paulo Nicolella e Luiz Ernesto Magalhães. O Globo. 13/06/2012

A cidade ganhará, ainda este ano, o Centro Rio+, polo de pesquisas e debates sobre desenvolvimento sustentável vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU). Inicialmente, a entidade irá funcionar no parque tecnológico da Coppe, na Ilha do Fundão, mas outras instalações deverão ser usadas para receber pesquisadores sobre temas como energia limpa e biodiversidade. Um dos espaços selecionados foi o antigo prédio do Automóvel Club do Brasil, na Lapa. O imóvel será cedido pela prefeitura e recuperado em parceria com patrocinadores privados e públicos. Os detalhes da parceria com a ONU foram finalizados ontem, no Riocentro, com os integrantes da Comissão Nacional da Rio+20, e será oficializada pelo governo brasileiro nos próximos dias, durante a conferência.

> - Esse projeto vem sendo amadurecido há mais de um ano. O Centro Rio+ irá promover ações para desenvolver alguns dos principais conceitos da Rio+20. A vinda desse polo de pesquisas para o Rio tornará a cidade uma referência mundial em estudos de sustentabilidade. Faz parte do legado do evento para a cidade — disse a deputada estadual Aspásia Camargo (PV), integrante da Comissão Nacional da Rio+20.

O custo inicial do projeto é estimado entre R$6 milhões e R$8 milhões. Segundo Aspásia, parte dos recursos virá do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Ainda não se sabe em quanto ficará a reforma do prédio do Automóvel Club. A prefeitura divulgou uma estimativa de R$30 milhões, mas, segundo a comissão, este valor deve ser mais baixo.

O imóvel está fechado desde 2004, quando foi arrematado pela prefeitura, num leilão para saldar dívidas de antigos proprietários. Construído em meados do século XIX, viveu períodos de glória como um grande salão de bailes, frequentado pela nobreza de D. Pedro II. Na semana passada, a prefeitura chegou a incluí-lo numa lista de imóveis municipais que planeja vender por não terem destino. Mas Paes acabou voltando atrás. O projeto tem o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do BNDES e de ONGs, entre outras entidades.

> - A proposta vai além de um centro de pesquisas. A unidade tem potencial para propor políticas públicas de desenvolvimento sustentável que podem ser aplicadas por governos — afirmou o presidente da Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (Redetec), Paulo Alcântara Gomes.

Brasil estuda criar mercado de carbono. Fernando Exman – Valor Econômico. 13/06/2012

Em resposta à necessidade de combater as mudanças climáticas e incentivar a chamada economia verde, o Ministério da Fazenda estuda a criação de um mercado de carbono

no Brasil e a adoção de medidas tributárias para incentivar o desenvolvimento sustentável. Mas os estudos não serão concluídos a tempo de o governo anunciar ações nesses dois campos durante a Rio+20, revelou ontem o secretário de Assuntos Internacionais da Pasta, Carlos Márcio Bicalho Cozendey. Já a presidente Dilma Rousseff saiu em defesa das mudanças que fez no Código Florestal e afirmou que a crise financeira internacional não pode ofuscar as discussões sobre desenvolvimento sustentável.

Um dos objetivos do Ministério da Fazenda durante a Rio+20, que ocorre entre hoje e o dia 22 no Rio, é emplacar a ideia de que a economia verde deve ser um dos fatores observados pelas equipes econômicas dos mais diversos países. O ministro Guido Mantega será o anfitrião de um seminário sobre o tema no dia 21. Segundo Cozendey, entretanto, diferentemente do que é visto em países desenvolvidos, no Brasil ainda não há tradição de se associar a política tributária a objetivos de sustentabilidade. "O Ministério da Fazenda está realizando estudos sobre isso. Na Secretaria de Política Econômica, existe uma coordenação de desenvolvimento sustentável que está estudando mecanismos econômicos. No contexto do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, eles estão estudando a viabilidade ou não de estabelecer um mercado de carbono no Brasil e outros instrumentos econômicos que poderiam ou não vir a ser estudados, entre eles desoneração e taxação", afirmou.

Cozendey contou que já existe na União Europeia e em alguns Estados americanos um mercado de troca de permissão de emissões de carbono. Lá, são fixados limites para os setores produtivos emitirem carbono e as empresas podem vender créditos para a permissão de emissão. Assim, as emissões acabam virando um custo para as empresas, o qual se dá em função do ganho de eficiência daqueles que conseguem reduzir suas emissões. China e Austrália também têm projetos na área. "O que a gente está fazendo no momento é estudar se ele faz sentido, se ele é viável e quais teriam de ser as características de um mercado desses no Brasil", comentou o secretário. "Não tem nada mais concreto. Essa é uma agenda nova e estamos aprendendo como funciona."

Cozendey citou, por outro lado, medidas que já foram tomadas pelo governo e são exemplos de como o Estado pode induzir os agentes econômicos a impulsionar o desenvolvimento sustentável. Mencionou a decisão do governo de priorizar produtos e serviços sustentáveis nas compras públicas, restringir financiamentos a produtores rurais na Amazônia e usinas sucroalcooleiras a imóveis regularizados ambientalmente.

Ontem, por meio da sua coluna semanal em pequenos jornais, a Dilma reafirmou que não permitirá a concessão de anistias no Código Florestal a desmatadores. "Nenhuma legislação nova deve enfraquecer a proteção ao meio ambiente", destacou. Em discurso durante cerimônia sobre a modernização do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, a presidente voltou a destacar que a crise, a qual classificou de "quase crônica", deve impulsionar as discussões sobre um desenvolvimento sustentável baseado no crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social. "É esse o grande desafio dessa conferência Rio+20."

Fiesp e Firjan pedem mais usinas na Amazônia. Paola de Moura – Valor Econômico. 13/06/2012

Os presidentes da federações das indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Rio (Firjan), Paulo Skaf e Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, lançaram nesta terça-feira um

documento em que defende a implantação da energia hidrelétrica como principal matriz energética não só do Brasil, mas para o mundo. Skaf e Gouveia Vieira acreditam que o mundo deve aproveitar melhor esta fonte renovável. Segundo pesquisa realizada em conjunto com a hidrelétrica emite menos que qualquer outra fonte; 6 quilos de CO_2, contra 13 quilos da eólica e 45 quilos da solar.

Ao lançar o documento "A Desigualdade é Insustentável", na Humanidade 2012, fórum das duas entidades no Forte Copacabana, em paralelo à Rio+20, os dois disseram defender a fonte, mesmo que para isso seja necessário construir mais usinas elétricas na região amazônica. "Defendemos a energia limpa e barata, e hidrelétrica, sem dúvida, é a mais barata de todas", disse Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, da Firjan. "A Amazônia é uma região cheia de lagos, a água sobe e a água desce todos os anos, ou seja, um lago a mais, um lago a menos, não faz diferença", disse Paulo Skaf, da Fiesp.

Grupos ambientalistas, porém, contestam a sustentabilidade de construir mais hidrelétricas na região amazônica.

Os dois presidentes das federações, que reúnem 72% das indústrias brasileiras, assinaram ontem uma série de recomendações que serão entregues à presidência da República para ser encaminhada aos participantes da cúpula reunidos no Riocentro nos dias 20, 21 e 22 de junho. O documento fala em preservar a floresta e a biodiversidade. A área total de florestas remanescentes no mundo é estimada em 4 bilhões de hectares, 36% da área total do planeta, 0,6 hectare de floresta. " Mata Atlântica é um exemplo de que é possível recuperar o bioma", diz o diretor técnico da Firjan, Carlos Cavalcanti.

Os empresários também defendem a produção mais limpa, com redução da emissão na indústria nacional. Skaf afirmou que a emissão equivalente de CO_2 da indústria nacional é de apenas 4% (dados de 2005). Mas admite que, em volume,a indústria nacional vem emitindo cada vez mais em função do ritmo de crescimento da economia nos últimos dez anos. "Mas o importante é estabelecermos redução de metas proporcionalmente. Se a cada tonelada de aço, de ferro, de qualquer coisa, tivermos uma emissão menor, isto é o importante", afirmou.

O documento pede que sejam cumpridas as metas do Milênio, que se produza alimentos com maior produtividade, sem aumentar a área de produção, que sejam transferidas tecnologias para países em desenvolvimento, e que não sejam implementadas novas barreiras econômicas fora do âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), entre outros itens.

CNA, Embrapa e ANA defenderão a criação de Áreas de Preservação Permanente em todo o mundo na Rio+20 – Site da CNA. 14/06/2012

A proposta de criação de um conceito mundial de Áreas de Proteção Permanente (APPs) será apresentada no Espaço AgroBrasil, no Píer Mauá, um dos locais oficiais da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, no dia 19 de junho, a partir das 11h. A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, o diretor-presidente da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Pedro Arraes, e o diretor-presidente da Agência Nacional das Águas (ANA), Vicente Guillo, falarão sobre a experiência brasileira de preservação das margens de rios, nascentes e áreas de recarga de aqüíferos,

incentivando a criação, em todo o mundo, de áreas protegidas para a preservação dos recursos hídricos do planeta.

Uma maquete de 100m² estará em exposição no estande AgroBrasil, durante a Rio+20, para mostrar aos visitantes como funciona uma propriedade rural brasileira dentro das exigências da legislação ambiental em vigor no Brasil, a exemplo das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal. Mostrará, também, as novas tecnologias da agricultura de baixo carbono, como o plantio direto e a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta. A ideia é que o público entenda o modelo brasileiro e que a experiência bem-sucedida seja compartilhada com o mundo, com a adoção do conceito de APP Mundial.

"O que nós queremos é encontrar adeptos a um conceito mundial de áreas de proteção permanente e que cada país possa, de forma autônoma, adotar uma legislação própria para a revitalização e a conservação das matas ciliares", destaca a presidente da CNA. A proposta de universalização do conceito das áreas de preservação permanente foi apresentada, em março, pela CNA, ANA e Embrapa, durante o 6º Fórum Mundial da Água, em Marselha, na França. De acordo com a legislação brasileira, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) são aquelas localizadas ao longo de cursos d'água, nas nascentes e nas áreas de forte recarga. "Por que não compartilhar esse modelo com o mundo?", indaga a senadora Kátia Abreu.

Países ricos resistem à criação de fundo para desenvolvimento sustentável. Najla Passos – Agência Carta Maior. 14/06/2012

Estados Unidos, Canadá e membros da União Europeia alegam que a crise econômica inviabiliza a iniciativa. Os países do G77+China insistem na proposta. Presidenta Dilma Rousseff defendeu ontem (13) que "nós não consideramos que o respeito ao meio ambiente só se dá em fase de expansão". O fundo foi proposto pelo G77+China, o grupo de países em desenvolvimento que inclui o Brasil e previa angariar US$ 30 bilhões, a partir de 2013.

A proposta de criação do fundo para financiar ações de desenvolvimento sustentável nos países mais pobres corre o risco de não ser incluída no relatório final da Rio+20, por causa da pressão contrária de países industrializados, como os Estados Unidos, o Canadá e membros da União Europeia. O motivo alegado para a resistência é a crise econômica, que afeta as maiores economias do globo. O fundo foi proposto pelo G77+China, o grupo de países em desenvolvimento que inclui o Brasil e previa angariar US$ 30 bilhões, já a partir de 2013.

Apesar de reconhecer a existência de um forte movimento de retração, o secretário-executivo da delegação brasileira, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, afirmou, nesta quinta (14), que o quadro ainda pode ser revertido. "Não há rechaço de uma ou de outra [parte negociadora]. Vamos buscar a melhor condição possível. É fundamental que cada ação corresponda a meios de financiamento ou indicações para que isso seja possível", disse.

Na abertura do Pavilhão Brasil, na quarta (13), a presidenta Dilma Rousseff chamou os chefes de estado de todo mundo à responsabilidade. "Nós não consideramos que o respeito ao meio ambiente só se dá em fase de expansão do ciclo econômico. Pelo contrário, nós consideramos que um posicionamento pró crescer, incluir, preservar e

conservar é parte intrínseca de uma concepção de desenvolvimento e, sobretudo, diante das crises, é necessário que tenhamos a consciência que não tem desenvolvimento possível feito na base de ajustes que só prejudicam pessoas, de ajustes que só prejudicam a preservação do meio ambiente ou da biodiversidade", afirmou.

Ritmo lento

A seis dias do encontro dos 115 chefes de estado e de governos na Rio+20, as negociações para o documento final preocupam os organizadores, já que apenas um quarto do documento está fechado. Há divergências em relação a vários pontos, além do financiamento das metas propostas. O principal obstáculo se refere à definição dos chamados Objetivos do Milênio, que deverão ser adotados pelos países signatários, a partir de 2015.

Nesta quinta (14), um dos principais negociadores, o diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Assuntos Econômicos e Sociais da Rio+20, Nikhil Seth, admitiu que as articulações avançam em ritmo mais lento do que o esperado, mas pediu que o mundo observe os aspectos positivos já fechados nas reuniões.

De acordo com ele, já há um importante consenso, por exemplo, quanto à inclusão do combate à forme e à pobreza entre as metas prioritárias. Seth destaca, também, a importância do texto principal incluir, pela primeira vez, ações específicas voltadas para as mulheres e indígenas. "Tudo isso dá um arcabouço muito bom à medida que se avança na elaboração do documento", disse.

Idec entrega ao governo Plataforma dos Consumidores para Rio+20 – Agência Carta Maior. 14/06/2012

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor encaminhou carta à presidente Dilma Rousseff com Plataforma dos Consumidores pelo Consumo Sustentável para a Rio+20, documento que traz dez propostas que serão levadas ao governo, com ações concretas para a mudança dos padrões de produção e consumo. Pesquisa recente mostra que ações voluntárias não são suficientes para mudar efetivamente esses padrões.

Rio de Janeiro - O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) entregou ontem (13), oficialmente, carta à presidente Dilma Rousseff, referente à Plataforma dos Consumidores pelo Consumo Sustentável para a Rio+20, documento que traz dez propostas que serão levadas ao governo, a fim de que se comprometam com ações concretas para a mudança dos padrões de produção e consumo.

O documento foi entregue à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante o evento "Diálogo Internacional sobre Produção e Consumo Sustentáveis / Brasil Sustentável - um caminho para todos", organizado pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente), no Jardim Bothânico, Rio de Janeiro.

Durante o debate, a coordenadora executiva do Idec, Lisa Gunn, questionou o papel do Estado de regular, tanto para coibir os padrões insustentáveis de produção e consumo quanto para criar as condições para que padrões mais sustentáveis se desenvolvam. "Há mais de 40 anos sabemos que é preciso mudar a forma com que produzimos e consumimos e discutimos o que podemos fazer em diversos setores. Por que não

fizemos?", indagou.

Gunn também argumentou sobre as diferentes reações das empresas privadas quanto às intervenções do Estado nos setores produtivos."As empresas são a favor da regulação quando esta é no sentido de incentivos fiscais. Mas quando é no sentido de exigir maior responsabilização sobre a sustentabilidade de sua atuação, há grande repúdio. Por que a regulação não é adotada de maneira mais contundente nesse de sentido?"

Pesquisa recente do Idec sobre etiquetagem veicular mostra que iniciativas voluntárias não são suficientes para promover uma verdadeira mudança nos padrões de produção e consumo.

A Plataforma dos Consumidores pelo Consumo Sustentável para a Rio+20 foi elaborada pelo Idec, junto com organizações do Fórum Nacional de Entidades Civis de Defesa do Consumidor (FNECDC) e da Consumers International, além de outras organizações da sociedade civil de vários países.

Até o momento, assinam a Plataforma organizações que reúnem Brasil, México e Espanha. Até a Rio+20, o Idec aguarda novas adesões. O documento estará, a partir de amanhã (05/07), disponível no site do Idec para que qualquer pessoa possa também assinar a Petição com a Plataforma.

A Plataforma retoma o que já foi acordado há 20 anos, desde a Eco 92, e reitera a necessidade de governos garantirem o arcabouço legal e institucional necessário para apoiar efetivamente a mudança para produção e consumo sustentáveis, estimulando a inovação, o desenvolvimento de mercados sustentáveis, os sistemas e os comportamento sustentáveis das empresas e dos consumidores.

Manifesto dos Consumidores
Em paralelo à Plataforma dos Consumidores, o Idec lança o Manifesto "Pelo consumo sustentável, Eu Consumo Diferente", para que o consumidor possa responder livremente à pergunta: "como é o seu consumo diferente?". Nesse espaço podem ser deixadas propostas sobre como colocar em prática hábitos mais saudáveis para o indivíduo e para o planeta. As mensagens também podem ser enviadas por Twitter #EuConsumoDiferente.

Espaço de diálogo com a sociedade, Arena Socioambiental abre neste sábado. Site do MDS. 14/06/2012

Primeiro painel será sobre erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável. Debate será transmitido ao vivo pela internet a partir das 11h15. Internautas poderão participar enviando perguntas e comentários pelo Twitter e Facebook

A Arena Socioambiental – um dos eventos paralelos à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 – será aberta ao público na manhã deste sábado (16). Espaço de diálogo entre o governo e a sociedade civil sobre temas como desenvolvimento, conservação ambiental, sustentabilidade e inclusão social, ela vai funcionar no Aterro do Flamengo, na capital fluminense.

Com o tema “Enfrentamento à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável”, o primeiro painel da Arena Encontro Globais, na Arena Socioambiental, reunirá as ministras do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e o presidente do Conselho Nacional das Comunidades Extrativistas, Manoel Cunha.

O painel será transmitido ao vivo via internet no blog oficial da Arena Socioambiental (http://arenasocioambiental.org) a partir das 11h15. Os internautas poderão participar enviando perguntas e comentários pelo Twitter com a hashtag #ArenaRio20 ou pela fan page no Facebook.

O espaço Arena Encontros Globais tem capacidade para 350 pessoas e haverá tradução simultânea português-inglês e interpretação em Libras.

Piso de Proteção – Às 15h de sábado, Tereza Campello apresenta a proposta do governo brasileiro no painel “Piso de Proteção Socioambiental”. Participam representantes do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e da Oxfam International. O painel também será transmitido via internet.

Até sexta-feira (22) da próxima semana, haverá programação cultural e dois debates diários com transmissão ao vivo e interativa pela internet, nos quais nomes de destaque do governo, representantes da sociedade civil e convidados tratarão dos desafios do desenvolvimento sustentável. Pela manhã, os debates serão online com representantes da sociedade civil.

Lula – A programação inicial previa a participação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura oficial da Arena Socioambiental. No entanto, ele cancelou o compromisso por recomendação médica, segundo a assessoria de imprensa do Instituto Lula.

Na quarta-feira (13), o ex-presidente foi internado no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, para retirada do cateter subcutâneo implantado há sete meses, por meio do qual recebeu o medicamento quimioterápico que fez parte do bem-sucedido tratamento para curar o câncer de laringe diagnosticado em outubro do ano passado. Nesta quinta-feira (14), ele recebeu alta, mas foi orientado a reduzir suas atividades, o que o levou a cancelar a participação na abertura da Arena Socioambiental.

Expectativas cruzadas. Claudia Antunes – Folha de São Paulo, Opinião. 14/06/2012

Não há entrevista sobre a Rio+20 em que jornalistas brasileiros não perguntem sobre a ausência de Barack Obama. A ideia fixa é que sua presença evitaria o fracasso da conferência.

Seria ótimo que o líder da maior economia do mundo prestigiasse o encontro, mas a expectativa não tem apoio na realidade.

Obama não virá porque não vê na viagem ganhos eleitorais. Se viesse, tampouco traria a liga para forjar o consenso sobre os caminhos para o "desenvolvimento sustentável", tema que exigiria uma revolução na concepção do bem-estar humano.

A crise que começou em 2008 acelerou a tendência de voos solos nas relações internacionais. As potências ocidentais buscam, ao mesmo tempo, transferir obrigações e manter privilégios nas instituições globais que elas criaram no século passado.

Os europeus, antes na vanguarda de esforços contra a mudança climática, se juntaram aos americanos na pressão para que os emergentes banquem os custos da transição para a mal definida "economia verde". Também evitam o compromisso de transferir técnicas de produção "limpa" -área na qual vislumbram manter a vantagem tecnológica.

De outro lado, há esperanças quase opostas, mas igualmente exageradas, de jornalistas da Europa e dos EUA que estão no Rio. Na contramão da atual má vontade dos agentes financeiros com o Brasil, sua visão do país evoca o ideário de uma nova civilização tropical, menos gananciosa e mais gentil.

Os estrangeiros criticam o Código Florestal, as obras de infraestrutura na Amazônia e o racismo envergonhado. Mas, quando comparam o Brasil com outros Brics, como China e Índia, exaltam a democracia e a rede de proteção social. Somam a isso as reservas de água, florestas e solo arável, e acalentam um resgate utópico que inverteria o sinal de 500 anos de história.

Brasil, Rio+20 e a encruzilhada do mundo. Izabella Teixeira – Folha de São Paulo, Opinião. 14/06/2012

É preciso conciliar luta contra a miséria e respeito ambiental. É natural que isso gere algum estranhamento de quem teme o fim do foco ambiental único

A Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, deverá estabelecer nova inflexão política desde que o mundo apontou, na Rio-92, a mudança no modelo de desenvolvimento como o caminho para superar os graves danos causados pela exploração desordenada dos recursos naturais.

As questões ambientais, desde então, se tornaram tão presentes e complexas que pensá-las, hoje, implica ir além delas. O papel da Rio+20 é reverter a ideia de que desenvolvimento sustentável é um desafio só ambiental. São inseparáveis o crescimento econômico, a inclusão social e o respeito ao meio ambiente.

Esperamos que ela provoque o mundo a se mover para se tornar sustentável em todas as suas dimensões. É natural que a inflexão cause estranhamento a quem teme a perda do foco ambiental único e a quem vê a inevitabilidade de grandes transformações mas tenta postergá-las.

De certa forma, a conferência lida com a defensiva dos espaços econômicos e políticos já demarcados, em prejuízo da síntese sem a qual continuaremos a andar em círculos.

Talvez daí venha tanta polêmica sobre a economia verde. A desconfiança de que seja um ardil do tipo "mudar para ficar tudo igual" não pode estigmatizar o debate, atropelando sua profundidade.

Defendemos a governança tanto ambiental quanto para o desenvolvimento sustentável. Uma não subsiste sem a outra. Internacionalmente, é preciso criar na ONU uma instância integradora que dê coerência às ações sustentáveis. Ao mesmo tempo, o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) vai colocá-lo à altura da gravidade crescente dos problemas ambientais.

São passos importantes para soluções duradouras num momento em que o mundo passa por duas inquietantes crises: econômica e ambiental. Recessão e ameaças ambientais

afetam sobretudo os mais pobres. Seremos um dia um mundo sem miséria, lidando adequadamente com os desafios ambientais e sociais? A Rio+20 é parte da resposta.

É urgente que os líderes do planeta percebam as consequências da insanável contradição entre falar em desenvolvimento sustentável e insistir em instrumentos sociais, políticos, institucionais, conceituais e tecnológicos do passado.

A sustentabilidade não é mais questão de idealismo, mas de pragmatismo. Chegou a hora de enfrentar as crises com a mudança do padrão de desenvolvimento, com plena aceitação e gestão correta dos limites ambientais e redução das desigualdades entre nações e pessoas.

Sede e presidente da Rio+20, o Brasil deve à sua sociedade e à comunidade internacional uma liderança à altura dos desafios. A legitimidade da liderança vem da vigorosa reescrita que o país faz em sua história, consolidando a democracia por torná-la mais justa e inclusiva.

Vitórias na conservação ambiental são parte dessa reescrita, mas o grande diferencial é o combate à miséria. A ascensão de milhões de brasileiros a condições dignas de vida nos credencia a falar de desenvolvimento sustentável na sua essência: a inclusão, a participação e o interesse público como guia da economia e do uso dos recursos naturais.

O mundo não pode parar de crescer, mas terá necessariamente que aprender a crescer de outra forma. Precisamos acelerar esse aprendizado e fazê-lo avançar em nossa casa, no Brasil. A Rio+20 é uma oportunidade excepcional. Não podemos perdê-la.

IZABELLA TEIXEIRA, 50, doutora em planejamento ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é ministra do Meio Ambiente

---

Emergentes propõem fundo de US$ 30 bi para economia verde. Claudio Angelo – Folha de São Paulo, Cotidiano. 14/06/2012

G-77 pede dinheiro novo para desenvolvimento limpo; países ricos, em crise, devem se opor. Financiamento é tema crucial para países pobres, diz Luiz Alberto Figueiredo, negociador brasileiro na cúpula

As negociações da Rio +20 começaram oficialmente ontem, com uma proposta dos países em desenvolvimento para a criação de um fundo de US$ 30 bilhões por ano para o desenvolvimento sustentável, a ser implementado a partir do ano que vem.

A proposta foi elaborada pelo G-77, o bloco que reúne 130 países pobres e emergentes, entre eles o Brasil.

Foi incluída no texto base da conferência, "O Futuro que Queremos", na última rodada de negociações, no começo do mês em Nova York. Promete ser um dos debates mais acalorados da Rio+20.

Segundo o texto, o dinheiro será providenciado pelos países desenvolvidos e precisa ser "novo e adicional", ou seja, não deveria vir de verbas remanejadas de programas já existentes de assistência aos países pobres.

"A proposta tem grande respaldo no grupo e faz parte da negociação conduzida", confirmou o negociador-chefe do Brasil, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo.

Segundo ele, a discussão sobre o financiamento é crucial, especialmente quando os países doadores, afetados pela crise econômica, "se retraem quanto a compromissos assumidos no passado e têm dificuldades de projetá-los no futuro".

Ontem, em seu primeiro discurso na Rio+20, a presidente Dilma Rousseff também tocou no assunto dinheiro, sugerindo que a crise não deve servir de desculpa para um retrocesso ambiental.

Os países desenvolvidos, sobretudo os europeus, mais afetados pela crise, têm resistido em todas as negociações internacionais a se comprometer com mais verbas públicas do que o 0,7% do PIB já prometido desde 1992 como ajuda ao desenvolvimento.

A UE tem insistido, por exemplo, em incluir na conta de seus dispêndios ambientais empréstimos e investimentos de empresas europeias em tecnologia limpa.

A proposta do G-77 é considerada pouco realista pelos negociadores, que veem nela mais um instrumento de barganha do que uma ideia que possa prosperar.

Segundo um membro do secretariado da ONU, trata-se de uma espécie de "seguro" contra a tentativa dos países ricos de retrocederem no princípio das responsabilidades diferenciadas, segundo o qual a maior parte da conta ambiental é dos ricos.

O secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, evitou falar sobre a proposta. "Isso o ainda precisa ser amadurecido", disse Sha.

"Até porque nada disso vem de graça", sorriu ele, sugerindo que a UE poderia usar o financiamento também como moeda de troca para impor a criação de uma agência ambiental independente na ONU, plano que tem a oposição dos emergentes.

Em recado a ricos, Dilma diz que 'país cresce e preserva ambiente'. Denise Luna e Denise Menchen – Folha de São Paulo, Cotidiano. 14/06/2012

A presidente Dilma Rousseff afirmou ontem que o Brasil vai continuar a crescer com sustentabilidade e que é possível conciliar desenvolvimento com proteção ambiental e inclusão social.

Ao inaugurar o Pavilhão Brasil no Parque dos Atletas, que reúne exposições de vários países, Dilma deu um recado às nações desenvolvidas que resistem a se comprometer com metas ambientais.

"Nós não consideramos que o respeito ao meio ambiente só se dá em fases de expansão do ciclo econômico. Nós consideramos que um posicionamento pró-crescer, incluir, preservar e conservar é parte intrínseca de uma concepção de desenvolvimento", disse.

Dilma disse que quer mostrar ao mundo que, "mesmo respeitando o meio ambiente e promovendo a inclusão social", o Brasil cresceu 40% nos últimos dez anos e gerou 18 milhões de empregos.

A alguns quilômetros dali, o governo era alvo de críticas de especialistas que participavam do evento Rio/Clima.

O professor de relações internacionais da UnB Eduardo Viola afirmou que o país tem assumido posições "conservadoras", como as políticas de incentivo à economia baseadas na redução de impostos para automóveis e investimentos em petróleo.

A gravidez acidental da cúpula. José Eli da Veiga – Folha de São Paulo, Cotidiano. 14/06/2012

Ao pautar a Rio+20, a ONU mirou no que viu, mas só acertará no que não viu.

Queria que o meio ambiente passasse a ser zelado por agência especializada, como ocorre com 14 outros temas, que vão dos alimentos ao turismo, passando por saúde ou trabalho. Contudo, há 35 anos os EUA proíbem ampliações da burocracia internacional.

Então, até correios permanecerão mais importantes na estrutura da ONU do que cuidar da biosfera, função de reles programa: o Pnuma.

Também queria destravar o desenvolvimento sustentável com uma "economia verde", definida pelo Pnuma como a que melhora o bem-estar e reduz desigualdades, sem piorar a pegada ecológica. Mas sofreu desmanche devido a quatro acusações vira-latas: marginalizaria objetivos sociais, criaria barreiras a exportações do sul, restringiria a ajuda oficial aos países pobres e violaria o "princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas".

Mesmo assim, a composição da ode "O Futuro Que Queremos" gerou uma trinca de consensos globais cujas implicações dependerão da rodada de negociações iniciada ontem, ou de coringas que saiam da manga do Itamaraty na 25ª hora.

É unânime a proposta de que em 2015 sejam adotados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Haverá um triênio de esforços focados na legitimação de métodos de avaliação da insustentabilidade global.

Malgrado 20 anos de proliferação de indicadores de sustentabilidade ambiental e de inovações no IDH, nenhuma proposta emplacou. Também será inevitável que esse processo ajude a destravar a traumática substituição do PIB por medida menos tosca de desempenho econômico, certamente de consumo.

Para a crucial transição energética, é unânime que o acesso à eletricidade por 1,4 bilhão de excluídos deva ser requisito do desenvolvimento sustentável, seja qual for o delírio que sobre ele se escolha. Mas permanece duvidoso um bom acordo sobre o principal dos seis parágrafos dedicados à questão: dobrar, até 2030, tanto a taxa de aumento da eficiência energética quanto a participação das renováveis na matriz energética global.

No tocante ao papel dos oceanos -que supera o das florestas na regulação térmica da biosfera-, cai como luva o lugar comum "antes tarde do que nunca". Com 40 anos de atraso, o azul será louvado em merecidos 20 parágrafos, que não deverão sofrer sérias emendas.

JOSÉ ELI DA VEIGA, professor dos programas de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da USP e do IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas), é enviado especial da Folha à Rio+20.

Conferência tem mais de 20 grandes temas sem acordo. Marcos Tristão – O Globo, Capa. 14/06/2012

Sobram temas e falta consenso entre os diplomatas que negociam o texto final para a Conferência das Nações Unidas, a Rio+20, no Riocentro. Energia, clima, reforma do sistema financeiro e biodiversidade estão entre os grandes assuntos ainda em aberto. Em 81 páginas do documento que está em discussão, há 835 colchetes, o que, na linguagem

da diplomacia, significa que ficam pendentes para serem resolvidos num segundo momento, como informam Liana Melo e Eliane Oliveira. Mas o tempo está se esgotando. Tanta discordância já leva técnicos a apostar que será impossível fechar a última rodada de negociações até amanhã, como previsto. Boa parte da decisão final deverá mesmo ficar para os chefes de Estado e governo e chanceleres. A questão da erradicação da pobreza é outro tema polêmico: os EUA querem que se coloque a palavra "extrema" antes de pobreza. Já os países pobres e emergentes rechaçam a ideia.

Um fundo de US$ 30 bi – O Globo, Capa. 14/06/2012

A China e integrantes do chamado G-77 (grupo que reúne 130 países pobres e emergentes) podem criar fundo de US$ 30 bi anuais para financiar ações sustentáveis nas nações em desenvolvimento. A proposta facilitaria acordo no documento final da Rio+20.

Os objetivos. Miriam Leitão – O Globo. 14/06/2012

Até agora, o que há de mais concreto no documento que vai sair da Rio+20 é que os países vão se comprometer em ter "objetivos de desenvolvimento sustentável". Mas os objetivos propriamente ditos não serão assumidos. Fazer uma reunião deste tamanho só para dizer que os países terão metas parece muito pouco. O embaixador Luiz Alberto Figueiredo explicou que a Rio 92 era o fim de uma negociação, a Rio+20 é a abertura de negociação.

Todo evento como este começa muito antes de começar. Ontem foi o primeiro dia da última reunião do comitê preparatório. Esse comitê se reuniu várias vezes para chegar ao dia de ontem com o texto quase pronto. Está longe disso. O texto está com apenas um quarto dele fechado. O resto estará sendo discutido nos próximos dias para que o rascunho chegue aos chefes de Estado com alguma concretude.

Do que já está fechado, o mais concreto, me disse ontem o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, é que o mundo aceitará ter objetivos. Isso significa que os chefes de Estado assinarão o compromisso de ter metas em várias áreas deste vasto tema que é o "desenvolvimento sustentável". Mas não se sabe nem que áreas serão estas:

- Tudo será refinado nas próximas reuniões.

Todo mundo que acompanhou o primeiro dia da Rio+20 no Riocentro acha isso pouco demais. É por isso que ele explicou que a Rio 92 fechou um processo, a Rio+20 vai abrir uma nova etapa. Quer dizer que na reunião de 20 anos atrás houve um longo processo de negociação anterior que permitiu o resultado histórico de duas grandes convenções assinadas - a da biodiversidade e a da mudança climática.

Nesta, agora, tudo chega muito verde; sem trocadilhos. O mundo passará a negociar esses "objetivos de desenvolvimento sustentável"? Sim. É o que está, até agora, garantido no documento. Como na ONU tudo acaba em sigla, eles viraram ODS. E os ODS são o grande trunfo na mão. Nas conferências climáticas que ocorrem anualmente negociam-se medidas e metas para dois tipos de atitude diante do problema: mitigação e adaptação. O primeiro grupo de ações é para reduzir as emissões dos gases de efeito

estufa; o segundo grupo é para se adaptar às mudanças que já são inevitáveis. Parecem medidas antagônicas, mas são complementares. Parte do estrago já está feito mesmo. Haverá desertificação de áreas, elevação do oceano, aquecimento da temperatura, eventos climáticos extremos. Melhor se adaptar.

Mas o pior pode ser evitado e por isso é preciso limitar o aumento das emissões, ou seja, mitigar. O chinês Sha Zukang, secretário-geral da Rio+20, explicou que, apesar de serem aparentemente diferentes dessas duas trilhas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) levarão ao mesmo resultado: adaptação e mitigação. E alertou: "Não se deve subestimar a Rio+20." Ao abrir a negociação do grupo preparatório, o presidente dessa negociação, o embaixador Kim Sook, da Coreia do Sul, avisou: "O mundo está nos olhando. Precisamos entregar algo concreto."

Serão dias difíceis. Durante meses foram feitas várias reuniões desse grupo preparatório. Agora é a última chance: ou eles entregarão um monstrengo cheio de falhas, brancos, colchetes para quem toma decisão ou chegarão com algum consenso que possa ser apresentado como vitória.

O tempo corre contra. Eles se reúnem a portas fechadas. A imprensa já está chegando de vários países do mundo, como se pode notar pelos idiomas falados nas salas de imprensa do Riocentro. Outras aflições e emergências, como a crise europeia, estão assombrando o mundo, mas esta é uma reunião que não será ignorada.

A chanceler Angela Merkel não vem. Está ocupadíssima, como se sabe, tentando segurar uma moeda que corre o risco de implosão. O presidente Barack Obama não vem. Erro de cálculo dele. Quem acha que mudança climática não é problema, ou por não acreditar nela ou por não levar os riscos a sério, é eleitor do adversário de Obama. Os militantes de causas ambientais mais apaixonados votaram nele há quatro anos, ficaram decepcionados com sua atuação em Copenhague e gostariam que ele viesse ao Rio. Ele está mandando uma delegação importante, liderada pela secretária de Estado, Hillary Clinton, o chefe das negociações climáticas, Todd Stern, e a chefe da EPA, a Agência de Proteção Ambiental. Além do marido de Hillary, o Bill. Mas não, Obama não podia ignorar o clamor, porque esse desdém é contraditório com o discurso que fez na primeira campanha.

Esta é a mais vasta reunião da ONU sobre o tema. Cinquenta mil pessoas participarão de eventos só no Rio. Há eventos em outras cidades. O Brasil inventou uma novidade. Convocou representantes da sociedade civil para dentro da programação oficial. Em dez temas haverá dez representantes de entidades do mundo inteiro. O processo de escolha de quem participaria desses "diálogos" foi feito de tal forma que houvesse diversidade. "Não queríamos que houvesse apenas louros dos olhos azuis", me disse um diplomata brasileiro. Duas mil pessoas se inscreveram, pelas redes sociais, para assistir aos debates que apresentarão recomendações aos chefes de Estado. Não é nada, não é nada, democracia se faz assim.

Fundo de US$30 bilhões pode ser criado durante conferência. Liana Melo e Eliane Oliveira – O Globo. 14/06/2012

Proposta do G-77+China vai ajudar a financiar ações sustentáveis em países em desenvolvimento, de acordo com o embaixador Luiz Figueiredo Machado

Há soluços de avanço no documento que está sendo negociado pelos diplomatas na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, no Riocentro. Ontem, o embaixador Luiz Figueiredo Machado, negociador-chefe do Brasil na conferência, afirmou que países do G-77+China podem criar um fundo de US$30 bilhões para financiar ações sustentáveis nos países em desenvolvimento. O G-77 reúne 130 países pobres e emergentes. A criação do fundo já havia sido decidida, mas ainda não se sabia de quanto poderia ser o total de recursos. O embaixador disse que a proposta deve facilitar a implementação do documento final da Rio+20, que acontecerá até 22 de junho:

– O grupo do G-77+China tem a ideia da criação de um fundo para o desenvolvimento sustentável, de US$30 bilhões. Essa é uma proposta que conta com respaldo do grupo e faz parte da negociação que está sendo conduzida.

Mas as negociações como um todo se arrastam. O próprio secretário-geral da ONU para a Rio+20, Sha Zukang, chegou a pedir ontem que os negociadores "acelerem o ritmo" das discussões para que a conferência possa anunciar um documento "histórico e ambicioso":

– O mundo inteiro está nos observando, e não podemos nos dar ao luxo de desapontá-lo. Precisamos colocar os interesses gerais em primeiro plano e acima dos interesses de curto e médio prazos.

Secretário-executivo vê 'momento de ajuste fino'

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, também admitiu que partes do texto do documento continuam inconclusas, mas disse que o ritmo das negociações começa a melhorar:

– Os tradicionais doadores estão atravessando momentos difíceis, mas estamos conseguindo chegar num momento de ajuste fino do documento.

As discussões sobre Objetivos do Desenvolvimento Sustentável incluem ainda uma polêmica difícil de resolver. Alguns países, o Brasil entre eles, estão querendo incorporar as "obrigações comuns, porém diferenciadas", mecanismo que foi adotado na Convenção do Clima. Seria uma forma de os emergentes ficarem fora de qualquer obrigação, já que há, entre estes, uma interpretação de que são os países desenvolvidos os grandes responsáveis pela crise ambiental e climática.

Foram dois anos de árduas negociações, recheadas de muitas disputas e conflitos entre interesses divergentes dos vários países signatários da ONU. Às vésperas da Rio+20, as negociações chegaram a um impasse, e são muitos os nós a serem desatados. Estes se acumularam à medida que a co-presidência, exercida por Coreia do Sul e Barbados, era pontuada por disputas entre os dois países. Nos bastidores do Riocentro, comenta-se que

ambos teriam incorporado as tensões que colocam países ricos e pobres em campos opostos. Ao acirrar essas tensões, os dois países acabaram não ocupando a presidência de fato, e a ausência de liderança teria sido um combustível a mais para dificultar as negociações do documento final.

- O Brasil preferiu não entrar em bola dividida, o que agora, ao assumir a presidência das negociações, permitirá ao Itamaraty ocupar o vácuo de poder deixado por Coreia e Barbados — afirma um negociador.

Nos corredores da conferência e dos hotéis onde se hospedam os delegados, já se especula que o país vai tentar resolver pontualmente os principais impasses. Alguns dos nós são, por exemplo, quem vai pagar a conta da crise ambiental, bem como o que entra e o que não entra nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, propostos para substituir os Objetivos do Milênio a partir de 2015.

Taxa sobre transações financeiras alimentaria fundo

Mais improvável, mas também circulando de boca em boca, é que o Brasil poderia, na tentativa de apaziguar as divergências, propor um documento final, como fez o governo da Dinamarca na Conferência Climática de Copenhague em 2009, o que acabou levando o encontro ao fracasso porque não envolveu os países negociadores. Essa hipótese é dada como a menos provável de ocorrer.

Com a crise financeira global recrudescendo, fica cada vez mais difícil chegar a um consenso em relação a quem vai pagar a conta do fundo de desenvolvimento sustentável que está sendo proposto, de US$30 bilhões anuais, como defende o G-77. De onde virão os recursos? Representantes da sociedade civil estão propondo uma taxação sobre as transações financeiras, em um percentual inferior a 1%. Não é de hoje que nessas reuniões aparecem propostas desse tipo, mas nenhuma delas, sem exceção, saiu do papel.

Ceticismo marca início de discussões na conferência. Daniela Chiaretti e Fracisco Góes – Valor Econômico, Capa. 14/06/2012

O ceticismo marcou o início das negociações do principal documento da conferência da Organização das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, que começou ontem. As principais dúvidas recaem sobre a implementação das decisões, quem pagará a conta do desenvolvimento sustentável e quem vai transferir tecnologia.

Proposta do G-77, de criação de um fundo de US$ 30 bilhões a ser aplicado anualmente a partir de 2017 para financiar o desenvolvimento sustentável, é rejeitada pelos países ricos. O G-77, ao qual está se juntando a China, defende que o fundo seja suprido com recursos novos e adicionais aos repasses já previstos para cooperação internacional.

O texto do documento "O Futuro que Queremos", que trata do assunto, está todo entre colchetes, o que significa que não há consenso. O Canadá pediu formalmente a sua

eliminação, mas o tema ganhou força nas negociações, segundo o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador-chefe do Brasil na conferência.

Governança e dinheiro travam negociações no Rio. Daniela Chiaretti e Francisco Goes – Valor Econômico. 14/06/2012

As mesmas travas que bloqueiam as negociações internacionais de clima rondam a Rio+20. A principal delas, a implementação das decisões, é o nó que está longe de ser desatado no documento base da conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, que começou oficialmente ontem, no Rio. A outra trava é quem paga a conta do desenvolvimento sustentável e quem transfere tecnologia.

O grupo dos países em desenvolvimento apresentou uma proposta, na rodada de negociação anterior, em Nova York, em junho, de um fundo US$ 30 bilhões ao ano, a partir de 2017, para financiar o desenvolvimento sustentável. O fundo, pede o G-77 mais a China (onde estão todos os emergentes), deveria vir dos países ricos e ser alimentado por recursos novos e adicionais aos repasses já previstos para cooperação internacional. O parágrafo está todo entre colchetes, o que significa que não há consenso. O Canadá já pediu formalmente que ele seja eliminado. O tema voltou a ganhar força nas negociações da Rio+20.

"Essa é uma proposta que conta com grande respaldo no G-77 e faz parte da negociação que está sendo conduzida", disse o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20. "Em todas as conferências desse tipo, a questão dos meios de implementação tem sido sempre crucial e não poderia deixar de sê-lo aqui, ainda mais em uma fase em que tradicionais doadores atravessam dificuldades econômico-financeiras e se retraem quanto ao cumprimento de alguns compromissos assumidos no passado", afirmou. "Essa é uma questão importante e que tem que ser resolvida até o fim da negociação do documento."

Alguns observadores não acreditam que a Rio+20 terá a promessa de dinheiro novo. "Parece só um jogo de cena", diz Antonio Hill, porta-voz da ONG Oxfam. Ele lembra que essa proposta é muito similar à do chamado dinheiro de curto prazo das negociações de clima - US$ 30 bilhões ao ano, vindos dos países ricos para os mais pobres do mundo, entre 2010 e 2012. "E os recursos do clima não estão aparecendo", continua Hill.

"Todos sabem que as negociações de clima fazem parte de outro processo", disse Sha Zukang, secretário-executivo da Rio+20. "Mas o que decidirmos fazer aqui é algo que pode contribuir lá. Os processos são interligados", prosseguiu. "Nunca devemos subestimar a influência desta conferência."

Em evento que reuniu todos os setores da sociedade civil (que a ONU batiza de "major groups"), representantes de jovens, sindicatos, ambientalistas e agricultores reclamaram que as negociações do documento final da Rio+20 não refletem a urgência que os desafios do planeta exigem. Há apenas 25% de acordo sobre as propostas de "O Futuro que Queremos", o nome do documento final da Rio+20, e, formalmente, apenas mais dois dias de negociação e seis antes da chegada dos líderes mundiais ao Rio.

Para acelerar a negociação, os seis capítulos do documento foram divididos entre cinco grupos de delegados. Um deles discute economia verde; outro, os parágrafos sobre recursos, transferência de tecnologia e objetivos de desenvolvimento sustentável; o

terceiro debate oceanos; o quarto, produtos químicos e desertificação; e o quinto, governança ambiental (o fortalecimento do Pnuma, o braço ambiental da ONU, e a criação de um conselho para ambiente, economia e temas sociais).

Os representantes da sociedade civil, reunidos com o copresidente da Rio+20, o coreano Sook Kim, manifestaram sua frustração com o andamento vagaroso das negociações e resultados pouco ambiciosos da conferência. "Por que todos atuam como se esperassem pela Rio+40 ou Rio+60?", criticou um representante da Finlândia. Arrancou aplausos da plateia. Foi um dos únicos momentos mais animados do primeiro dia da Rio+20. O outro, no início da noite, foi um coquetel ao ar livre ao som de samba e regado a caldinho de feijão. O mestre de cerimônias era Sha Zukang, ladeado pelo ministro das Relações Anteriores Antonio Patriota.

Dilma critica ausências na abertura da conferência - Paola de Moura – Valor Econômico. 14/06/2012

Insatisfeita com a ausência da maioria dos chefes de Estado dos países desenvolvidos na Rio+20 por conta da crise mundial, a presidente Dilma Rousseff deu um recado aos líderes que não comparecerão à conferência. Ao inaugurar o Pavilhão Brasil, no Parque dos Atletas em frente ao Riocentro, Dilma afirmou que "sustentabilidade não se faz só em momentos de desenvolvimento econômico. É preciso respeitar o meio ambiente mesmo em momentos de crise".

Dentre as principais ausências, estão a dos premiês da Alemanha, Angela Merkel, e do Reino Unido, David Cameron, e a do presidente americano Barack Obama.

A presidente afirmou que a conferência vai mostrar um pouco do que o país alcançou nos últimos dez anos: "O Brasil cresceu em uma década 40%, criou 18 milhões de empregos formais e lançou à classe média 45 milhões de brasileiros". Dilma acrescentou que o Brasil "não tem a soberba de ter as respostas, mas é um dos melhores modelos que conseguimos".

Acompanha de dez ministros de Estado, entre eles Edson Lobão, das Minas e Energia, Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, e Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, do governador do Rio Sérgio Cabral, do prefeito da capital, Eduardo Paes, além do secretário-geral da Rio+20, embaixador Sha Zukang, Dilma lembrou que a conferência atual faz parte de um processo iniciado na Rio 92. "Naquela época, se colocou o meio ambiente na agenda internacional. Teremos que dar outra partida, outro início, um recomeço. Temos que provar que esse mundo que julgamos possível e real é também um mundo em que cabe um alerta, sobre a necessidade de um compromisso de todos os países do mundo", afirmou.

Dilma disse ainda que é "uma honra" para o Brasil sediar a Rio+20 e afirmou esperar que, durante a conferência, sejam firmados "objetivos importantes" para o futuro do planeta. "Nesta cidade que o poeta chamou de cidade maravilhosa, nós assistiremos ao longo dos próximos dias a discussão sobre o futuro que queremos para nós. O futuro que queremos para nossos filhos e nossos netos, e o presente que temos a responsabilidade de transformar.

A presidente disse que é necessário buscar solução para a crise financeira sem prejudicar o desenvolvimento sustentável e defendeu um modelo econômico que alie preservação, construção e crescimento. "Temos um modelo de desenvolvimento e não

achamos correto mudá-los ao sabor das crises", disse. "O meio ambiente não é um adereço, faz parte da visão de crescer e incluir", destacou.

Dilma também criticou a decisão dos países desenvolvidos de reduzir benefícios sociais. "Definimos para nós que a sustentabilidade é um dos eixos centrais da nossa concepção de desenvolvimento. Neste momento, em que nos países desenvolvidos os compromissos sociais sofreram um revés, vamos mostrar que não existe desenvolvimento possível com ajustes que só prejudiquem as pessoas e o meio ambiente", afirmou.

Dilma afirmou ainda que não vai mudar sua estratégia por causa das dificuldades econômicas. "Soubemos fazer muito este ano. Não achamos correto mudar o modelo ao sabor da crise. Vamos mantê-lo e incrementá-lo. Nosso compromisso com a redução da desigualdade definitiva é perene".

Dilma conclamou os países em desenvolvimento a partilhar seus programas de inclusão social. "Nós confluímos e convergimos para afirmar que os povos dos países emergentes, da África, da Ásia e da América Latina, que não partilharam dos frutos do desenvolvimento, possam partilhar através de um programa de inclusão social. Isso é possível fazer", afirmou. A presidente também lembrou que o país foi além das metas traçadas e que assumiu de forma voluntária compromissos para a proteção ambiental. "Aqui [no Pavilhão Brasil] apresentamos exemplos concretos de como o Brasil cumpre seus compromissos, aliás assumidos de forma voluntária. Consideramos que a sustentabilidade é um dos eixos centrais da nossa concepção de desenvolvimento. "Desde 2004, nosso desmatamento reduziu 77%. Temos 45% da nossa energia decorrente de fontes renováveis. Consideramos que nossa agricultura tem imensa capacidade de ser sustentável", afirmou.

Rio+20: oportunidade para benefícios fiscais. Leonardo Andrade Costa – Valor Economico. 14/06/2012

A sustentabilidade ambiental na produção econômica de bens e serviços, apesar de não constar expressamente dos artigos 145 a 169 da Constituição de 1988, consubstancia parâmetro atual e requisito futuro à concessão de favores fiscais, de acordo com uma interpretação sistemática e teleológica da Lei Maior, a despeito de os formuladores da política tributária nacional não observarem esse vetor axiológico implícito primário.

Parte da imprensa noticiou recentemente um exemplo concreto de inobservância a esse imperativo constitucional sistêmico, em matérias que ressaltaram que "o carro elétrico é o que recolhe a maior carga de impostos", ao contrário da maioria dos demais países onde o seu uso tem sido estimulado, razão pela qual o "incentivo a carro no Brasil anda na contramão".

Sob o ponto de vista jurídico-constitucional é possível demonstrar que a sustentabilidade ambiental constitui parâmetro atual inobservado e requisito futuro necessário à concessão de benefícios fiscais a partir de três linhas de pensamentos.

A primeira ressalta a direta interação entre o Título VI da Constituição de 1988 (Constituição tributária e orçamentária) e a disciplina da ordem econômica (Título VII da CR-88), sendo a última expressamente conformada pelo princípio da defesa do meio ambiente (inciso VI do art. 170). O Supremo Tribunal Federal (STF) já enfatizou a necessidade de harmonia entre o exercício da atividade econômica e a proteção

ambiental (ADI 3.540), observando, ainda, que a sustentabilidade ambiental deve servir de diretriz para aplicação dos princípios da garantia do desenvolvimento e do pleno emprego. Por sua vez, a conexão entre os princípios que regem a ordem econômica e a disciplina da ordem tributária também já foi reconhecida no âmbito do STF (ADI 4033), em jurisprudência que versa sobre a aplicação, no campo tributário, do princípio do tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte. Nesse julgamento, o ministro Joaquim Barbosa vai além, e sustenta que, no caso, o sistema tributário se subordina ao disposto na ordem econômica. Assim, há situações em que a disciplina tributária submete-se ao disposto no sistema econômico e social. Analogamente, o constituinte, ao mesmo tempo em que conferiu competência aos entes políticos para tributar e desonerar a produção econômica de bens e serviços no bojo da política extrafiscal, estabeleceu a sustentabilidade ambiental da atividade empresária como princípio constitucional, razão pela qual a unidade da Constituição pressupõe a interdependência entre três imperativos: a prerrogativa estatal de tributar a atividade econômica objetivando financiar as despesas públicas; a possibilidade de utilização do tributo com intuito extrafiscal, visando à intervenção na Ordem Econômica e Social; e a defesa do Meio Ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado considerando o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

A sustentabilidade ambiental é um princípio constitucional

A segunda linha argumentativa objetiva demonstrar que a sustentabilidade ambiental consubstancia parâmetro atual e requisito futuro necessário à concessão de benefícios a partir da indissociável correlação existente entre a dignidade da pessoa e a defesa do meio ambiente. A dignidade humana foi alçada ao centro dos sistemas normativos contemporâneos e tem sido utilizada nas decisões das mais altas Cortes (ADI 4424), tendo parte da doutrina nacional a qualificado como vértice axiológico constitucional. No entanto, importante ressaltar que a Constituição é instrumento de disciplina jurídica não apenas para a atual geração, o que implica dizer que a dignidade será prospectivamente alcançada somente se realizado, no presente, um modo de vida, de produção econômica de bens e serviços e de consumo coletivos sustentáveis ao longo do tempo. Assim sendo, a sustentabilidade ambiental é pressuposto ínsito fundamental à eficácia jurídica e à efetividade concreta da própria dignidade das gerações futuras, motivo pelo qual constitui verdadeiro vetor axiológico constitucional implícito primário. É primário posto ser requisito da própria dignidade humana.

Por fim, a terceira forma de se alcançar a mesma conclusão, que a sustentabilidade ambiental deve ser observada no campo tributário, fundamenta-se na tese de que a sustentabilidade é princípio constitucional sistêmico, não apenas vinculado ao direito ambiental, conforme destacam Saulo de Oliveira Pinto Coelho e André Fabiano Guimarães de Araújo. Nesses termos, a tributação, que se insere no contexto da sustentabilidade político-gerencial, deve ser norteada pelo critério da longevidade da própria política pública e não da permanência da representatividade parlamentar momentânea, voltada a interesses de curto prazo. Portanto, a política tributária deve ser orientada por parâmetros que estabeleçam uma racionalidade de longo prazo - de compromissos com as atuais e futuras gerações.

Nesse passo, com o avanço das chamadas tecnologias verdes, a defesa do meio ambiente na produção econômica de bens e serviços deve passar da atual condição de parâmetro adicional - a ser ponderado com os demais valores e princípios, como a busca pelo pleno emprego e o desenvolvimento econô

mico com inclusão social - para o status de requisito indispensável à concessão de favores fiscais - o qual também deverá ser sopesado com as múltiplas finalidades prestigiadas pela Constituição.

Portanto, deve-se aproveitar a oportunidade da Rio+20 para a formulação e apresentação de uma proposta legislativa que positive expressamente no sistema normativo infraconstitucional a eficácia progressiva da sustentabilidade ambiental como pressuposto à concessão de benefícios fiscais no Brasil.

Leonardo de Andrade Costa é professor de direito tributário e finanças públicas da graduação e da pós-graduação da FGV Direito Rio. Auditor fiscal de rendas do Estado do Rio de Janeiro, mestre em direito econômico e financeiro pela Universidade de São Paulo (USP)/ Harvard Law School, USA

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

CNA lança Política de Governança Climática da Agricultura na Rio+20 – Site da CNA. 15/06/2012

Seminário acontece no Espaço AgroBrasil no dia 20 de junho, a partir das 15h, no Pier Mauá

A agropecuária brasileira pode se tornar um modelo mundial de sustentabilidade. Para consolidar essa condição, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) promove no dia 20 de junho, a partir das 15h, no Espaço AgroBrasil, no Pier Mauá, o Seminário Governança Climática da Agropecuária. Com a iniciativa, a entidade que representa mais de cinco milhões de produtores rurais brasileiros pretende contribuir para a redução da emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEE) e transformar em vantagem competitiva no mercado internacional a adoção de práticas que minimizem os reflexos do aumento da temperatura global sobre a produção de alimentos.

Segundo a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, uma das finalidades da Política de Governança Climática da Agropecuária (PGCA) é atuar em favor do clima e da produção rural de baixo carbono. “Vamos procurar medir essas emissões e buscar os caminhos necessários para uma atividade cada vez mais eficiente e menos emissora de carbono”, destacou.

Considerado um dos setores mais vulneráveis às alterações climáticas devido aos impactos nos recursos hídricos, no solo e na produtividade, a agropecuária brasileira resolveu assumir o compromisso de ser também protagonista da discussão. Com a Política de Governança Climática da Agropecuária (PGCA) será possível mobilizar o setor - produtores rurais, fornecedores, distribuidores e comerciantes - além de viabilizar a cooperação do governo e da sociedade civil na direção de uma cultura setorial de baixo carbono.

Um dos instrumentos criados pela CNA para estimular o setor a adotar boas práticas na atividade, sem afetar a produtividade, é a implentação de programas, como o de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico e de Treinamento e Capacitação, por meio do Instituto CNA e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Por ser uma norma voluntária de boas práticas, a PGCA servirá de exemplo para a execução de ações que levem à redução das emissões de carbono, nos moldes manifestados pelo

Governo brasileiro, a exemplo do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Secretaria de Jovens participa de Encontro da Juventude na Rio+20 e discute sobre educação ambiental no campo – Site da CONTAG. 15/06/2012

Começou no dia 13 o Encontro de Juventude e Educação para Sustentabilidade Socioambiental, uma das atividades da Rio+20 voltadas para a reflexão dos jovens sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Elenice Anastácio esteve no Encontro, levando para debate a educação no campo como base para os jovens rurais trabalharem em suas unidades produtivas as práticas de produção sustentáveis.

A principal temática do encontro era o papel do jovem na mudança e na melhoria das relações que o ser humano tem com a natureza. Em que momento eles devem assumir a responsabilidade e agir, realizando transformações necessárias. E qual a base que ele precisa para isso? A resposta, sem dúvida, é a educação.

Elenice apresentou denúncia sobre o fechamento de milhares de escolas no campo, prejudicando a juventude rural que tem direito à educação, princípio básico fundamental para sua formação e capacitação para dar prosseguimento à agricultura familiar. A sustentabilidade no campo é um quesito importante para o desenvolvimento da produção de alimentos e conservação de recursos naturais, por isso é essencial que seja trabalhada com os jovens sucessores rurais. Além do debate, houve também um momento de trabalho, onde os presentes escreveram em cartazes as mudanças esperadas na educação dos jovens.

Rio + 20: relativamente pouco destaque na mídia internacional. Flávio Aguiar – Agência Carta Maior. 15/06/2012

Num mundo espremido pela crise financeira européia, e à beira de três eleições decisivas e dramáticas (França, Grécia e Egito), a Rio + 20, ainda a cinco dias de seu começo oficial (20 de junho) tem conseguido relativamente pouco espaço na mídia internacionaol. Ainda assim, alguns temas e expectativas se destacam, do El País e The Guardian, ao Der Spiegel e Le Monde, passando por outros veículos de comunicação. O artigo é de Flávio Aguiar, direto de Berlim.

Num mundo espremido pela crise financeira européia, que joga milhões de toneladas de adrenalina semanalmente nas artérias humanas de muitos países, e não só na Europa, e à beira de três eleições decisivas e dramáticas (França, Grécia e Egito), a Rio + 20, ainda a cinco dias de seu começo oficial (20 de junho) tem conseguido relativamente pouco espaço. Ainda assim, alguns temas e expectativas se destacam, do El País e The Guardian, ao Der Spiegel e Le Monde, passando por outros veículos de comunicação.

Três deles têm sido mais constantes.

O primeiro é o do documento do Global Network of Science Academies, uma organização que reúne mais de 100 instituições científicas de representação nacional e porte internacional, com sede em Trieste, na Itália. Neste documento a rede de

associações científicas lança duas consignas principais. Uma se refere à necessidade de mudar o padrão de consumo em escala global, dizendo que não haverá como mantê-lo por muito tempo sem confrontar as limitações da natureza e do planeta.

É uma tese de discussão necessária e polêmica, porque põe frente a frente países subdesenvolvidos, emergentes e desenvolvidos. Como convencer milhões e milhões de consumidores potenciais, por exemplo, a não comprar automóveis, se a proporção de veículos/habitantes nos Estados Unidos está chegando a três para cada quatro, apesar de toda a crise que devasta as populações empobrecidas naquele país? Ou seja, não adianta pensar apenas em promover um novo tipo de consumo nos países subdesenvolvidos e emergentes; é necessário também mudar o padrão de consumo nos já desenvolvidos, na Europa, Estados Unidos, Japão, Oceania (Austrália e Nova Zelândia).

A segunda consigna, também polêmica, diz respeito ao aumento de população. Diz o documento que no ritmo atual haverá, em 2050, uma população entre 9,5 e 11,5 bilhões de habitantes. Como promover programas educacionais de contenção da natalidade, sem cair em estereótipos reacionários (p. ex., o de que "os mais pobres" são os que "mais proliferam", e isso é um problema social "em si" para a "estabilidade política dos países"), e ao mesmo tempo enfrentando estereótipos religiosos que tornam o tema tabu? De todo modo, o tema ganhou destaque na mídia européia.

Outro tema constante é do impasse nas negociações sobre o documento final (ou inicial...) da Rio + 20 e das deliberações. Ganha destaque a polêmica entre países emergentes e subdesenvolvidos deum lado, e desenvolvidos do outro. A polêmica gira em torno do financiamento das políticas auto-sustentáveis, com distribuição desigual das responsabilidades dea cordo com a riqueza de cada economia. Os países mais desenvolvidos relutam em aceitar uma responsabilidade maior e também uma maior transferência de tecnologia para o "outro lado". E há também o impasse nas negociações sobre uma nova ou não governança mundial quanto ao meio-ambiente, com a possível criação de novas instituições internacionais.

Em todos os casos, destaca-se, como no Le Monde em 15/06/2021 ("*Brasilia, médiateur attendu das d'âpres négociations"*, de Nicolas Bourcier), o papel-chave do Brasil como mediador entre as posições conflitantes.

Um terceiro tema se refere, como de hábito, aos problemas, sempre expostos, da "devastação na Amazônia". Este é o caso de uma verdadeira exposição fotográfica feita pelo The Guardian, com fotos de fato muito impressionantes. Como sempre, não se leva muito em conta os progressos inegáveis feitos pelos atual governo brasileiro na matéria: ficamos com a pecha implìcita de sermos incompetentes para administrar nosso patrimônio natural.

É fato que muitos dos principais chefes de estado não estarão no Rio, como é o caso de Angela Merkel e Barack Obama, entre outros. Merkel já confirmou que tão logo termine a cúpula do G–20 marcada pra 18 e 19 de junho no México, ela retornará à Alemanha. Claro: a casa poderá estar em chamas, depois das eleições gregas e francesas, sem falar no mais distante mas não menos presente Egito.

Conab mostra ações de proteção ao meio ambiente na Rio + 20 – Site da CONAB. 15/06/2012

Durante a realização da conferência Rio + 20, promovida até o próximo dia 22 pelas Nações Unidas, no Rio de Janeiro, a Conab vai mostrar ações estratégicas dirigidas ao combate à pobreza e à insegurança alimentar e nutricional de áreas rurais, como a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), mantida em parceria com outros órgãos do governo federal.

Só para se ter uma idéia, desde a criação da PGPM-Bio, em 2009, foram aplicados mais R$ 6,3 milhões no pagamento de subvenções para produtos extrativistas como amêndoa de babaçu, castanha-do-brasil, fibra de piaçava, pequi e outros, beneficiando mais de 27 mil famílias de regiões carentes, sobretudo da Amazônia e do Nordeste.

Todas as delegações internacionais que vão ocupar o espaço Arena Socioambiental vão conhecer os mecanismos do uso sustentável dos recursos da biodiversidade que é um dos temas que serão discutidos na conferência. Montado ao lado dos pilotis e jardins do Museu de Arte Moderna (MAM) da capital carioca, o espaço vai apresentar exposições, atividades culturais e feira de produtos da sociobiodiversidade brasileira cultivados por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Produtos como carnaúba, castanha-do-brasil, pequi, açaí, mangaba, umbu e outros serão comercializados por extrativistas que recebem o apoio da Conab**.**

Como nasceu a PGPM-Bio - Em 2009, devido à necessidade de consolidar um novo modelo de desenvolvimento sustentável para os produtos extrativistas no país, o governo federal criou a PGPM-Bio, iniciativa que possibilita o desenvolvimento social e econômico de muitas regiões, permitindo a sustentação de preços de produtos da biodiversidade no mercado, o que contribui para a preservação dos recursos naturais.

O estímulo oferecido ao caboclo que vive na zona rural para integrar a política é feito a partir da realização de seminários regionais por bioma (Cerrado, Caatinga ou Pantanal, por exemplo), além de um encontro nacional, promovidos por técnicos da Conab. Em seguida, a equipe técnica da Companhia elabora os custos de produção e as propostas de preço mínimo para a venda desses produtos, contribuindo assim para manutenção dessas comunidades nas florestas. Até agora, foram escolhidos 11 produtos extrativistas, indicados por representantes tanto do governo como da sociedade civil.

A ação faz parte do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), criado para promover a conservação e o uso sustentável da sociobiodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades extrativistas. Desta forma, o extrativista tem acesso às políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural e tem disponibilidade de mercados e instrumentos de comercialização, de acordo com a política de garantia de preços mínimos.

A Conab atua no eixo do PNPSB, denominado como de Apoio à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade, que trata da inserção de novos produtos no mercado e de oportunidades de melhores preços para o extrativista que tem à frente dificuldades logísticas e regionais. O trabalho da estatal busca ordenar a cadeia produtiva no aspecto da oferta, utilizando para isso os recursos da PGPM-Bio e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da parceria com os ministérios do Meio Ambiente (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS).

De 2009 até agora, foram executados pelo PNPSB cerca de R$ 6,3 milhões no pagamento de subvenções da PGPM-Bio para amêndoa de babaçu, borracha natural

extrativista, castanha-do-brasil, fibra de piaçava e fruto do pequi, beneficiando mais de 27 mil famílias dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí e Rondônia.

"Estas populações que passavam antes da PGPM-Bio por situações de dificuldades para manter o sustento de suas famílias, devido à pobreza e falta de acesso aos serviços públicos básicos, encontram-se hoje, em sua maioria, vivendo bem melhor e em sua própria região. Depreende-se que os benefícios implementados são bem mais elevados do que o representado pelo montante de recursos aplicados pelo governo", observa a gerente de Produtos da Sociobiodiversidade da Conab, Ianelli Sobral Loureiro. *(Comunicação Social/Conab)*

Campanha do Mapa marca presença na Rio+20 – Site do MAPA. 16/06/2012

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) está presente na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e produziu uma campanha publicitária direcionada aos participantes e público geral durante os 10 dias do evento. Com o conceito "Brasil. Produzindo cada vez mais e melhor para o mundo", as ações publicitárias do Mapa visam deixar claro a importância da representatividade da agricultura brasileira no contexto da temática abordada pela Rio+20.

A campanha, nas versões em português e inglês, traçou nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília, além da mídia em web e impressos com circulação expressiva e gratuita, a divulgação dirigida em frontlights, mídia aeroportuária e metrô, displays em táxis, mídiacard em restaurantes e estabelecimentos turísticos, mostrando o País como um dos pioneiros em técnicas sustentáveis no campo. As peças publicitárias trazem alimentos que estão na pauta de exportação e representam o setor agropecuário.

Outro espaço de divulgação utilizado pelo ministério na cobertura do evento é o espaço Rio20 (www.agricultura.gov.br/rio20), em seu portal na internet, dedicado exclusivamente a conferência. Lá é possível encontrar informações como as principais premissas, programação e a contribuição da agropecuária brasileira na construção de uma economia sustentável. Além disso, a página traz áudios e matérias sobre o andamento da Rio+20.

Arena Socioambiental busca construção de propostas por um mundo melhor, diz ministra. Site do MDS. 16/06/2012

Ao abrir evento paralelo à Rio+20, Tereza Campello disse que o espaço integra o social com o ambiental e incentiva o diálogo do governo com a sociedade. Ela também leu mensagem enviada pelo ex-presidente Lula, que não pode participar da solenidade

Rio de Janeiro, 16 – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, abriu neste sábado (16) a Arena Socioambiental, um dos eventos paralelos à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A arena, destacou, é um espaço de integração do social com o ambiental e de diálogo do governo com a sociedade civil: "A arena congrega várias atividades de debates e construção de sínteses para um mundo melhor." Ela também leu mensagem enviada pelo ex-presidente

Luiz Inácio Lula da Silva, que não participou da solenidade por recomendação médica.

Tereza Campello também agradeceu a presença de todos os parceiros do MDS na concepção e montagem da Arena, que contou com o trabalho da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e dos Correios. A abertura teve a participação da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, do secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, do presidente da Apex-Brasil, Maurício Borges, do presidente dos Correios, Wagner de Oliveira, e de Moema Miranda, representante da Cúpula dos Povos.

A ministra lamentou a ausência de Lula, que participaria da solenidade, mas comemorou a recuperação da saúde do ex-presidente. Lula encaminhou mensagem para a abertura da Arena, que foi lida por Tereza Campello. "Ele sempre lembrou que não há como discutir meio ambiente sem discutir os homens que vivem neste ambiente", assinalou.

Na mensagem, Lula disse que "o mundo vive um momento de discutir como crescer, incluir e proteger o meio ambiente". E lembrou que a Arena é um espaço importante de discussão de políticas voltadas à sustentabilidade. Segundo ele, o país conseguiu integrar suas agendas econômica, ambiental e social: "O Brasil tem um exemplo a dar. A maior carência do mundo é de vontade política de nossos governantes."

Sociobiodiversidade – Antes de abrir a Arena, a ministra visitou a Praça da Sociobiodiversidade e conheceu os produtos expostos, representando os quatro biomas do Brasil. "É preciso construir uma economia que permita ao Brasil crescer e incluir. Estamos orgulhosos de participar da Rio+20 com a Arena e esta praça. Esperamos que a superação da extrema pobreza e a preservação ambiental sejam pontos fortes no documento final da Rio+20."

O secretário-geral da Presidência também discursou durante a abertura da Arena, destacando que o governo montou o espaço para ouvir a sociedade e exercer a democracia. "A Arena é um "orelhão" e tem uma simbologia muito forte. Significa que o governo quer fazer suas propostas, mas também ouvir a sociedade civil", ressaltou Gilberto Carvalho. "É levando o debate, o diálogo, que encontraremos o caminho." O melhor resultado para o desenvolvimento sustentável, acrescentou, é o exercício pleno da democracia.

EUA afirmam que não faz mais sentido diferenciar ricos e pobres. Claudia Antunes, Claudio Angelo e Isabel Fleck – Folha de São Paulo, Cotidiano. 16/06/2012

Brasil inicia pequenas reuniões para tentar contornar impasses sobre o documento final. Negociador americano tenta derrubar o princípio das responsabilidades acertado na Eco-92

Uma manobra americana de última hora embolou ainda mais as negociações do texto da Rio+20, que deveriam ter terminado ontem. O país exige tirar do documento a menção ao princípio segundo o qual a maior responsabilidade pela degradação ambiental é dos países ricos.

O princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, é um dos 27 contidos na Declaração do Rio, que completou 20 anos ontem e é um dos documentos aprovados na Eco-92.

O G-77, bloco dos países em desenvolvimento, insiste em que ele seja reafirmado na conferência de 2012.

Mas segundo Todd Stern, negociador-chefe dos EUA, uma diferenciação rígida entre países desenvolvidos e emergentes não faz mais sentido no mundo de hoje.

Em uma teleconferência ontem, Stern afirmou que, no atual contexto "dinâmico" da economia global, é preciso dar uma interpretação mais flexível ao princípio.

Alex Rafalowicz, assessor legal da rede de ONGs Third World Network, disse, porém, que a reafirmação dos princípios do Rio é uma "linha vermelha" para o G-77, que o grupo de 130 países não quer ver cruzada.

Esse é um dos nós que o Brasil terá de desatar a partir de hoje, quando assume a coordenação da Rio+20.

A contrabarganha dos pobres é o financiamento ao desenvolvimento sustentável. Tentarão cobrar dos ricos que banquem a transição para a economia verde. Já propuseram um fundo de US$ 30 bilhões por ano.

Mas a crise econômica torna a proposta inviável, segundo negociadores europeus.

O comissário do Ambiente da UE, o esloveno Janez Potocnik, disse que o bloco não tem condições de contribuir com recursos mais do que os 0,7% do PIB prometidos em 1992 -até hoje ainda não cumpridos. "Estamos em 0,42%, queremos colocar mais dinheiro na mesa, mesmo que estejamos lutando pela sobrevivência do euro", afirmou.

Cacique Raoni, 82, abre Cúpula dos Povos: 'Estou vivo e lutando'. Italo Nogueira – Folha de São Paulo, Cotidiano. 16/06/2012

A Cúpula dos Povos começou ontem com discurso do cacique Raoni, carros trafegando em ciclovias do Aterro do Flamengo, críticas à Rio+20 e à proposta da ONU de uma economia verde.

Para acompanhar as discussões, visitantes tentavam se encontrar nas dezenas de tendas espalhadas pelos 26 mil metros quadrados do aterro. Mapas improvisados foram colados em painéis. Mas, embora coloridos, os mapas não tinham legenda nem indicavam o ponto em que estavam localizados (o famoso "você está aqui").

A tenda mais concorrida foi a do cacique caiapó Raoni, 82, que fez críticas ao desmatamento em terras indígenas. "Estou aqui para dizer que estou vivo e lutando", disse ele, para uma plateia de cerca de 150 pessoas.

O comitê organizador da Cúpula dos Povos rejeita as negociações feitas pelos chefes de Estado na Rio+20.

"O sistema capitalista tenta se ressuscitar pintando-se de verde. Eles estão defendendo os interesses dos bancos, de Wall Street, das transnacionais e das petroleiras", disse a norte-americana Cindy Wiesner, do Grassroots Global Justice Alliance.

O deslocamento dos visitantes pelo aterro é feito a pé, por bicicleta ou carros elétricos, que não emitem poluentes. Mas, ontem, foi preciso disputar o espaço com carros particulares que trafegavam pela ciclovia.

O maior dilema contemporâneo. José Eli da Veiga – Folha de São Paulo, Cotidiano. 16/06/2012

NESTAS CÚPULAS de nações e de povos, dificilmente haverá momento tão esclarecedor sobre as limitações do slogan "economia verde" quanto o propiciado ontem no Forte de Copacabana pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), com patrocínio do Instituto Arapyaú e apoio do Vitae-Civilis e da Climate Works Foundation.

Ao contrário das atividades chapa-branca do Riocentro, assim como da maioria dos eventos paralelos que pululam pelos arredores, foi possível assistir a um ótimo confronto entre três visões sobre os rumos da economia global, duas das quais antagônicas.

O fraco bom-mocismo do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga contrastou com as análises dos dois acadêmicos que intervieram nessa 11ª sessão dos "Diálogos Sustentáveis": Tim Jackson, da Universidade de Surrey, autor do ícone sobre o tema "Prosperidade sem crescimento" (Earthscan, 2009), e Ricardo Abramovay, da FEA/USP, que lança hoje o livro "Muito Além da Economia Verde".

Os dois professores não creem, como Fraga, na eternidade do crescimento econômico. Afirmam que, em países sem aumento populacional e sem pobreza, o desenvolvimento humano não precisa mais de expansão do sistema econômico. Todavia, como é gigantesca a inércia da exigência inversa, absolutamente obrigatória por mais de dez milênios, vai demorar muito para que essa ficha possa cair.

Por isso, em vez de buscar a estabilização de suas economias, essas sociedades mais avançadas caem na pior armadilha contemporânea, ao terem que estimular o desperdício. Fazem de tudo para que seus consumidores gastem o que não têm para comprar o que não precisam com o propósito de impressionar pessoas que nem sequer admiram.

Até que seja possível sair de tal labirinto, será esse "dilema do crescimento" que dominará a macroeconomia das nações com população estável e pobreza erradicada. Depende de esquizofrênico consumismo a estabilidade social do capitalismo avançado.

Nesse contexto, a "economia verde" só pode ser paliativa, pois mesmo que reduza o teor de carbono e de insumos naturais das mercadorias, é incapaz de diminuir o resultante impacto ambiental. A expansão desse consumo sempre ultrapassa os ganhos ambientais relativos, inviabilizando a queda da pegada ecológica.

JOSÉ ELI DA VEIGA, professor dos programas de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da USP e do IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas), é enviado especial da Folha à Rio+20.
Site: www.zeeli.pro.br

Brasil quer exportar Bolsa Família 'verde'. Natuza Nery – Folha de São Paulo, Cotidiano. 16/06/2012

Governo usa evento para sensibilizar outros países a adotar políticas que aliem transferência de renda à proteção ambiental. 'É burro e atrasado separar a pobreza do meio ambiente', afirma a ministra do Desenvolvimento Social

O governo usará a Rio+20 para sensibilizar o mundo a adotar, no futuro, políticas de transferências de renda casadas com proteção ambiental.

É o que diz a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. Seu objetivo é definir um calendário para discutir formas de implementar globalmente o chamado piso socioambiental: remunerar famílias pobres que protejam e recuperem o ambiente.

Segundo a ministra, o rascunho do acordo final da Rio+20 já traz dois parágrafos defendendo o "casamento" entre transferência de renda e sustentabilidade. Para ela, "é burro e atrasado separar a pobreza do meio ambiente".

Folha - Transferir renda e proteger o ambiente é uma espécie de segunda fase do Bolsa Família?
Tereza Campello - Queremos que a população saia da pobreza. Se a gente puder tirar as pessoas da pobreza e melhorar a situação do planeta, ótimo para quem é pobre e para nós que vivemos nele.

O Bolsa Verde consegue preservar a floresta?

Se o pobre morar num ativo ambiental -reserva ou assentamento extrativista e floresta, fotografamos o local e fazemos um contrato com a família. Após um ano, checamos se não derrubou mata e se a família está fiscalizando.

Sustentabilidade não é só cuidar de floresta. Como avançar?

Estudamos transferências de renda para áreas já degradadas. O dinheiro serviria para a população recuperá-las. O Bolsa Verde foi nossa inspiração, mas queremos chegar a ribeirinhos, pescadores etc.

Essa é uma "agenda pop" para o mundo?

Acho que é a grande novidade da agenda de sustentabilidade no atual momento. Nunca foi tratado de forma tão conjunta como agora, em que falamos numa conferência tanto do verde quanto da pobreza. Se a gente não forçar essa agenda, ela não acontece naturalmente.

E o mundo aceita incluir a proposta no acordo da Rio+20?

Já há dois parágrafos sobre a superação da pobreza com a agenda ambiental. Não queremos seja uma ideia legal do Brasil, mas uma ideia legal para o mundo. A ideia é sair da Rio+20 com calendário para tentar implementar isso.

Não é natural juntar pobreza e ambiente?

Pelo contrário. Quando se fala em reduzir poluição, pensa-se em tecnologia, que não necessariamente inclui.

Dilma apela a líderes mundiais para superar impasse no Rio. O Globo, Capa. 16/06/2012

Economia verde provoca o rompimento entre países ricos e pobres

Com as negociações empacadas no Riocentro, a presidente Dilma Rousseff vai tentar um novo recurso: levará o rascunho do documento que está sendo preparado por diplomatas na Rio+20 para uma discussão com outros chefes de Estado e governo durante a reunião do G-20, na cidade de Los Cabos, no México. A cúpula acontece entre segunda e terça-feira da próxima semana, antes da fase decisiva da Rio+20. Ontem, no Rio, o G-77, que reúne os países mais pobres e em desenvolvimento, deixou a mesa de negociação por discordar dos ricos em relação ao tema da economia verde. O presidente Lula, ainda em tratamento de saúde, decidiu comparecer ao evento.

Ilusões à toa. Carlos Diegues – O Globo. 16/06/2012

Acidade está ocupada pela Rio+20. As direções do trânsito se modificam, os engarrafamentos se multiplicam, as escolas estão em férias compulsórias, o serviço público ganhou ponto facultativo. Aconselha-se, a quem não tem o que fazer na rua, a não sair de casa.

E no entanto, apesar de tanto transtorno, a cidade está alegre, muito diferente do que esteve há exatos 20 anos, por ocasião da Rio 92, quando o Exército teve que ocupar suas ruas a fim de garantir a paz do encontro e a segurança dos medalhões que vinham participar dele.

Podemos dizer que a cidade agora saúda a Rio+20 com entusiasmo e alegria. Não só na esperança de que ela se desenrole tranquilamente e confirme o bom momento do Rio de Janeiro, mas sobretudo porque sabemos que a Rio+20 é uma oportunidade (talvez uma das últimas, como disse Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU) de construir o futuro que nós queremos.

O homem sempre teve projetos para a natureza, mas a natureza nunca teve e nunca terá nenhum projeto para nós. E nem por isso precisamos tratá-la como inimiga, embora ela também não seja a mãe que um certo romantismo desejou que fosse. Mas assim como nos iludimos com a possibilidade de harmonia com a natureza, erramos gravemente quando inventamos de dominá-la, controlá-la, modificá-la, segundo nossos exclusivos interesses.

A cultura humana é uma espécie de vírus a atazanar o corpo do mundo com suas invenções. Nós somos os únicos filhos dele que resolvemos organizar sua vida, dizer para onde o mundo deve seguir. Mas ele é surdo, não tem nada a ver com nossas ilusões e vai em frente conforme suas próprias necessidades.

Todas as criações do universo são parte constitutiva da natureza, participam de sua existência sem mando sobre seus rumos. Mas quando o homem inventou a cultura, criou a ilusão arrogante de que o universo podia estar a seu serviço. Fomos longe demais e, agora, quando não temos mais esperança de harmonia com ela, nem podemos mais sonhar com o domínio sobre ela, só nos resta negociar com a natureza.

Negociar significa saber até onde podemos ir nessa nossa irreversível pretensão de criadores, o que é possível fazer para seguirmos em frente sem pensar em ocupar um espaço a que não temos direito. Significa ceder no insensato, para ganhar no razoável. Ou, como dizia Raymond Aron a propósito da política humana, Todas as criações do universo são parte constitutiva da natureza, participam de sua existência sem mando sobre seus rumos. Mas quando o homem inventou a cultura, criou a ilusão arrogante de que o universo podia estar a seu serviço. Fomos longe demais e, agora, quando não temos mais esperança de harmonia com ela, nem podemos mais sonhar com o domínio sobre ela, só nos resta negociar com a natureza.

O século 21 tem-nos surpreendido com uma constante queda da humanidade do alto dos tronos em que os humanismos triunfalistas a coroaram soberana, do controle sobre a história ao fim de todas as tiranias, da utopia cristã à sociedade sem classes, da harmonia com a natureza ao poder sobre o universo. Nenhum desses triunfos tão anunciados se realizou, nem tem como se realizar; e nós temos dificuldade em descer do carro alegórico de nossas ilusões.

Ilusões até justificadas pelas decepções com o mundo e conosco, nossas vidas e relações com os outros. Tenho um amigo que garante que o Juízo Final foi bolado para ser um gesto de Deus a nos pedir desculpas pela cagada que Ele fez. Aqueles que forem capazes de O perdoar terão direito ao céu. O mundo vai estar sempre muito aquém de nossos projetos e foi por isso mesmo que inventamos a cultura.

Nossa intervenção no mundo é única, como nenhum outro animal jamais ousou fazer. Arte, ciência, conhecimento, tecnologia, tudo isso é produzido por nossa insatisfação com as coisas como elas são, por nosso desejo de mudá-las. E se ignorarmos esse desejo, perderemos o sentido da existência de nossa própria espécie.

Negociar com a natureza significa conhecer os limites de nossos desejos e aprender a domá-los. Uma espécie de acordo de paz entre o vírus da cultura humana e o corpo da natureza, como as bactérias e os micróbios diversos convivem em paz em nosso próprio corpo. Seria uma atitude tirana acharmos que somos livres para fazermos o que bem entendermos do que está à nossa volta.

Para celebrar a cidade alegre, nada mais natural do que usar uma poeta e a imagem da primavera. A poeta é Cecília Meirelles, a primavera está nesse seu texto: "A primavera chegará, mesmo que ninguém mais saiba o seu nome, nem acredite no calendário, nem possua jardim para recebê-la. A inclinação do sol vai marcando outras sombras; e os

habitantes da mata, essas criaturas naturais que ainda circulam pelo ar e pelo chão, começam a preparar sua vida para a primavera que chega."

Salve, salve Rio+20, o anúncio da primavera no inverno carioca!

CARLOS DIEGUES é cineasta. E-mail: carlosdiegues@uol.com.br

Rio+20 e Mundo+50. Cristovam Buarque – O Globo. 16/06/2012

A Rio+20 começa sob o risco de ser apenas um evento comemorativo da Rio 92, e com a chance de ser um marco para o Mundo+50. Para o Rio ser uma cidade marcante, divisor de águas na história mundial, como Bretton Woods, será necessário que a Rio+20 seja não apenas um evento comemorativo do passado, mas uma reunião que traga propostas alternativas capazes de reorientar os destinos da Humanidade e construir um futuro diferente da continuação do passado.

Será preciso que os chefes de Estado e de governo afirmem que a civilização está doente, mostrem os riscos que enfrentamos e proponham caminhos para os próximos 50 anos, com a reorientação do atual modelo de desenvolvimento.

Devem deixar claro que a sinergia histórica entre a democracia política, o crescimento econômico, a inovação técnica e o bem-estar social foi quebrada. O progresso baseado no crescimento econômico está esgotado devido ao surgimento de alguns novos fatores na realidade sociopolítico-econômica: os limites ecológicos, apresentando custos e riscos ao aumento da produção; a independência como o sistema financeiro funciona sem vínculos com o setor produtivo e sem controle de fronteiras; a megaconcentração de renda e de patrimônio em mãos de poucas pessoas do mundo; a revolução científica e tecnológica que começa a fazer desnecessário o emprego; o esgotamento da capacidade de financiamento público para o sistema de bem-estar social; o endividamento dos governos, mesmo em países desenvolvidos. Soma-se a isso a legítima, mas impossível, exigência de grandes contingentes populacionais à voracidade do consumo.

Na definição de novos rumos para o mundo global em marcha, chefes de Estado e de governo devem levar em conta esses fatores que limitam o crescimento e oferecer alternativas sociopolítico-econômicas diferentes do progresso. Precisam reconhecer o esgotamento do projeto civilizatório baseado no crescimento da produção; deixar claro que a solução para o futuro não está apenas em usar insumos verdes; continuar atendendo à mesma voracidade do consumo graças ao aumento desenfreado da produção.

Muito mais do que se reunir para definir como continuar o mesmo progresso, apenas substituindo a energia fóssil por economia verde e definindo mecanismos para pequenas distribuições de renda aos mais pobres, será preciso acenar para um novo conceito de progresso: valorizar o bem-estar e mesmo a felicidade mais do que o nível de renda, produção e consumo; submeter o crescimento econômico ao equilíbrio ecológico e à manutenção da diversidade; modificar o PIB de maneira a valorizar o tempo livre e as atividades culturais; reorientar a primazia do consumo de bens privados para o uso de bens públicos; parar de considerar a produção de armas como avanço civilizatório.

Se a Conferência quer ser mais do que um evento de alguns dias comemorativos do passado, se quer durar décadas, deve formular um Programa Mundial para a Reorientação do Avanço da Humanidade. Agora, o caminho não é a reconstrução industrial, como foi concebido em Bretton Woods pelo Plano Marshall. Desta vez, o caminho está em transformar a própria mentalidade do desenvolvimento desigual e insustentável, mesmo usando economia verde, para um desenvolvimento harmônico, entre os seres humanos e deles com a Natureza.

O caminho para isso estaria em uma espécie de Plano Mundo+50, que defina regras mundiais para o controle internacional do uso dos patrimônios da Humanidade de cada país; determine uma política fiscal internacional para penalizar ou incentivar a produção, conforme seu impacto ecológico; ofereça acesso aos povos aos benefícios da ciência e tecnologia; assegure um fundo mundial que possa oferecer recursos para financiar programas de transferência de renda condicionada à educação; e garanta a formação e a remuneração de professores, a construção e a aquisição de equipamentos para as escolas. Deveria também adotar as medidas para implantar um Tribunal Internacional para Julgar os Crimes Contra o Futuro da Humanidade, a fim de combater a destruição do meio ambiente, o empobrecimento de populações, a destruição da diversidade biológica e cultural.

Esse seria o caminho para reorientar o progresso, redefinindo-o, e não apenas mudando os insumos usados na produção. Isto faria da Rio+20, assim batizada pelo passado, um Mundo+50, olhando o futuro.

CRISTOVAM BUARQUE é senador (PDT-DF).

Brasil acelera redação do documento oficial da Rio+20. Rodrigo Otávio – Agência Carta Maior. 17/06/2012

Durante o fim de semana, União Europeia (UE), Estados Unidos, Suíça, Noruega e Japão questionaram a especificação das responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas no texto. A UE se disse de acordo com a inclusão de todos os Princípios do Rio, mas quis que a redação do capítulo sobre as CBDR estipulasse o texto “respeito aos Princípios do Rio, levando-se em conta as realidades internacionais e capacidades de desenvolvimento”, segundo documento de assessores do grupo.

Rio de Janeiro - Cerca de 30 horas após assumir a condução da redação do documento oficial da conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, o Brasil mudou a dinâmica das reuniões diplomáticas para tentar colocar o ponto final no texto até o fim de segunda-feira (18). Sob o novo ritmo, segundo Pragati Pascale, porta-voz da ONU, o documento apresentava no domingo (17) 50 páginas e 287 parágrafos.

As consultas formais foram divididas em quatro grupos: Arcabouço Institucional em Desenvolvimento Sustentável, chefiado pelo embaixador Luiz Alberto Figueiredo; Meios de Implementação para o Desenvolvimento Sustentável, sob a responsabilidade do embaixador André Corrêa do Lago; Metas para o Desenvolvimento Sustentável, a cargo do embaixador Rafael Azevedo; e Oceanos, conduzido pela embaixadora Maria Luíza Pessoa.

No atual processo de negociações, ao invés de as delegações colocarem os temas na tela e discutirem palavra por palavra, os presidentes dos diferentes grupos estão ouvindo e anotando, provavelmente com caderninhos nas mãos, as observações que são feitas verbalmente. Os presidentes de mesa consolidam o texto.

O embaixador André Corrêa do Lago informou à Carta Maior que mais três grupos estariam em discussão ainda no domingo. Um para tentar debater especificamente o conceito de economia verde, que poderia ainda se subdividir em duas mesas, e mais dois grupos para discutir a introdução e o primeiro parágrafo do documento oficial. Provavelmente na introdução estará a forma ainda não decidida quanto ao termo "pobreza" ou "extrema pobreza", como querem os Estados Unidos, limitando o conceito e os débitos referentes, que encaminhará o documento ao viés ambiental e social que a ONU deseja.

Cabo de guerra

A principal cisão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento está subdividida nos grupos um e dois: Arcabouço e Meios de Implementação para o Desenvolvimento Sustentável. Ali são debatidos os Princípios do Rio, que estabeleceram uma série de temas progressistas para o manejo ambiental a partir da Eco-92; e as Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas (CBDR, em inglês), estipulando que os países que mais degradaram a natureza pagariam uma conta maior em políticas compensatórias e novos acordos.

Durante o fim de semana, União Europeia (UE), Estados Unidos, Suíça, Noruega e Japão questionaram a especificação das responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas no texto. A UE se disse de acordo com a inclusão de todos os Princípios do Rio, mas quis que a redação do capítulo sobre as CBDR estipulasse o texto "respeito aos Princípios do Rio, levando-se em conta as realidades internacionais e capacidades de desenvolvimento", segundo documento de assessores do grupo.

A linha de negociação europeia defende que as CBDR não são necessariamente parte dos objetivos para o desenvolvimento sustentável. Na visão do grupo, os diversos objetivos devem ir se intercalando aos poucos, com um horizonte inicial em 2015.

O G77 (grupo que o Brasil faz parte) e a China reforçaram o ponto de vista que não há porque a história retroagir, afirmando que não veem a questão dos Princípios Comuns Porém Diferenciados (CBDR) como fora de ordem ou lugar, mas sim um ponto crucial do próximo documento.

Pnuma

Outra questão que segue indefinida é sobre o futuro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). A possibilidade de o programa ser elevado ao status de uma das agências específicas da ONU desembarcou no Brasil sob forte lobby, mas parece perder fôlego na reta final da redação do documento oficial. Segundo Pragati Pascale, "a discussão sobre o fortalecimento do Pnuma está em andamento. O texto fala sobre um fortalecimento, mas não em o programa se transformar em um orgão especilaizado".

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo, negociador-chefe do Brasil na redação do documento, afirmou que o Pnuma não sairá da conferência da mesma forma como

entrou. “Não há consenso para se criar uma agência. O que se faz é um texto que fortalece o Pnuma. Destacado que se no futuro haver uma decisão de se criar uma agência, o texto adotado aqui é absolutamente pertinente para o assunto Pnuma como agência”, disse.

Zero a zero
A aceleração dos trabalhos trouxe para o Riocentro a avaliação geral de que, se o texto final parece que evitará retrocessos em relação a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Eco 92, ele também não representará avanços.

Para Figueiredo, haverá avanços no documento. “O texto não só impede retrocessos, como ele traz avanços em algumas áreas. Uma delas é a ideia de se criar objetivos de desenvolvimento sustentável. Essa é uma ideia de força nessa conferência e que marcará, sem dúvida nenhuma, a coperação internacional nas próximas décadas”, disse ele.

Figueiredo garantiu ainda que os chefes de estado terão o texto pronto quando chegarem ao país. “O documento não irá para os chefes de estado concluírem. O documento é para ser fechado antes do início da conferência. Os chefes de estado debaterão os temas que chefes de estado debatem, sempre. Eles terão quatro mesas redondas em que discutirão como cada um deles vê a situação global na área de desenvolvimento sustentável e como implementar as decisões daqui”, afirmou.

Pela internet
Também no domingo a ONU informou os dez primeiros itens a serem genericamente recomendados ao chefes de estado pelos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, iniciativa paralela a Rio+20 comandada por entidades da sociedade civil no Riocentro que pela primeira vez, de certa forma, permitiu a participação do cidadão comum em uma conferência da entidade.

A eleição foi pela internet e os três primeiros temas classificados foram Cidades Sustentáveis e Inovação, a Economia do Desenvolvimento Sustentável Incluindo Padrões Sustentáveis de Produção e Consumo, e Desenvolvimento Sustentável como Resposta às Crises Econômico e Financeira.

Pnuma vai à Cúpula dos Povos e ouve críticas à Economia verde. Vinicius Mansur – Agência Carta Maior. 17/06/2012

Para organizações e movimentos sociais, a economia verde, tal como vem sendo tratada nos fóruns da ONU, não aponta para mudança de modelo de desenvolvimento. Ao contrário, transferirá a tutela ambiental para o mesmo mercado que produziu a crise atual. Encontro reuniu o diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, com o ex-embaixador da Bolívia na ONU, Pablon Solon, e o presidente da CUT, Artur Henrique, entre outros.

Rio de Janeiro - O diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Achim Steiner, esteve na noite deste sábado (16) na Cúpula dos Povos para um “Diálogo sobre Economia Verde” com os movimentos e organizações sociais e ouviu uma saraivada de críticas ao conceito do qual é o principal formulador.

Steiner primeiro ouviu as intervenções das organizações sociais. A representante da articulação Carta de Belém e integrante da ONG Terra de Direitos, Larissa Packer, criticou o fato da economia verde propor a valoração econômica da biodiversidade e a regulamentação dos direitos de propriedade sobre bens comuns como únicas saídas para o uso sustentável e a conservação da natureza. “Vamos transferir a tutela ambiental par ao mercado?”, indagou.

Segundo a especialista, a economia verde, ao mesmo tempo em que induz à privatização de bens comuns como a água e ar, está tratando de criar uma série de mecanismos para transformar a não-degradação do meio ambiente em serviços e em capital fictício a ser negociado no mercado financeiro. Desta forma, a decisão de prosseguir ou não com as atividades econômicas de impacto ambiental serão regidas pelo critério do lucro ainda mais perverso. “Quanto mais o agronegócio avança sob os territórios, menos árvores eu tenho. Quanto mais escassez se produz, maior valor meu título terá”, exemplificou.

Resposta
Em resposta, Steiner disse que existem muitas interpretações sobre o que é economia verde e que o relatório do Pnuma não defende em momento algum o abandono da gestão dos recursos naturais ao mercado. “O relatório como um todo é uma crítica. Estamos dizendo que se a oferta e a procura é a única lei com a qual podemos administrar o mundo , não vamos resolver os nossos problemas”, contestou.

O diretor do Pnuma pediu para que a noção de economia verde não fosse colocada “na mesma panela” daqueles que defendem com ardor a economia capitalista e o mercado totalmente livre e salientou que para chegar ao coração do problema é preciso falar de economia e ter claro que “o mercado não é algo que acontece em Nova Iorque, fazem parte de nossas vidas, são construções sociais”.

Steiner também chamou atenção para as dificuldades de se construir um consenso entre 200 nações em um contexto em que o pensamento dominante em todas elas tem o crescimento como o critério dominante para as políticas. “Nós elegemos quem está no poder, compramos seus produtos, então legitimamos sua política (...) Queremos que as pessoas comecem a ver o que o desenvolvimento de outra maneira”.

Mais questionamentos
O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, disse que o desenvolvimento sustentável tem três pilares – o social, o ambiental e o econômico -, mas desde a conferência do Rio em 1992, só se fala no econômico. O sindicalista afirmou que discutir os três pilares significa falar em mudança de modelo de produção e consumo e cobrou de Steiner presença destas palavras no relatório do Pnuma. “Se temos que mudar de modelo, precisamos de financiamento. Mas não tem dinheiro para mudar o modelo e tem dinheiro para salvar banco. Não tem bilhões de dólares para salvar humanos. O que é mais importante do que construir esse novo modelo de desenvolvimento sustentável?”, cutucou.

Henrique também cobrou que os trabalhadores não sejam só ouvidos pelos organismos internacionais, mas que participem de fato das decisões. “Se não for mais produzir carro, nós temos que discutir com os trabalhadores dessa atividade como eles serão requalificados para em 20 anos estar trabalhando em outros setores”, exemplificou.

O presidente da CUT ainda lembrou a Steiner que os governantes de muitos países são eleitos através do financiamento dado pelos 5% das pessoas que possuem 58% da riqueza do mundo e que, quando se cobra que os movimentos tem que fazer valer a sua voz, há de se considerar que eles não tem os meios de comunicação para fazer a disputa na mesma condição.

Bolha financeira

O ex-embaixador da Bolívia na ONU, Pablon Solon, deu continuidade às críticas à Steiner, e disse que ele não estava admitindo ali as ideias que prega através da economia verde. ”Para que querem quantificar a quantidade de emissões carbono? Para emitir crédito de carbono. Assim darão permissão para poluição, justificado pela compra dos bônus. Assim vamos restabelecer o equilíbrio ou vai ter outro efeito mais permissivo? Muitos começam a desmatar para estar em melhores condições para reduzir depois”, disse.

Para Solon, propostas como o mercado de carbono levarão a uma bolha financeira muito mais complicada do que a já existente e responsável pela crise financeira atual. Ele também criticou o fato do relatório do Pnuma incluir como experiências exitosas de sustentabilidade a privatização de recursos naturais na Austrália e em Israel, mas não mencionar nada sobre casos como o da Bolívia, onde o controle da água foi retomado das mãos de empresas transnacionais.

O boliviano sustentou que outro modelo de desenvolvimento só será possível se não baseado no lucro e na crença do crescimento eterno. “Necessitamos distribuir a riqueza que está injustamente. Porque não estabelecemos um fundo as transações financeiras e com isso um fundo para o novo modelo de desenvolvimento?”, completou.

Em suas considerações finais, o diretor do Pnuma taxou de anacronismo a não participação das organizações da Cúpula dos Povos na conferência oficial da Rio+20, mesmo considerando equivocadas algumas posições destas organizações, que desconsideram os avanços já alcançados pelos esforços da ONU. “Criticar somente é um privilégio e um direito, mas as obrigações e as responsabilidades é explicar como vamos avançar. Mas pensem cuidadosamente se vão jogar tudo fora sobre como esverdear nossa economia”, concluiu.

Propostas do Setor Agropecuário para a Rio+20 - Site da CNA. 18/06/2012

Criação de um índice global de desenvolvimento sustentável, que permita a abertura de mercados para países que adotam práticas ambientais corretas, além de um fundo internacional para financiamento e difusão de tecnologia que contribua para o desenvolvimento agrícola e pecuário com respeito ao meio ambiente. Essas são duas das propostas do setor agropecuário para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. “O Brasil, que produz comida de qualidade e barata, ocupando apenas 27,7% do seu território, tem autoridade moral para, na Rio+20, defender novas propostas que garantam o crescimento sustentável da produção mundial”, afirma a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu. Nesta segunda-feira (18/06), no Espaço AgroBrasil, no Píer Mauá, a senadora Kátia Abreu detalhou o documento de posicionamento do setor para a Rio+20, consolidado pela Confederação a partir de contribuições obtidas em três

grandes debates, que reuniram lideranças rurais, técnicos, produtores, universidades e instituições do agronegócio em março e abril deste ano.

A presidente da CNA explica que, a partir da criação do índice global de desenvolvimento, os países que produzem de forma sustentável poderão obter remunerações mais adequadas para manejo e comercialização de seus produtos, premiando os serviços ambientais gerados. “A idéia é dar viabilidade econômica ao processo, inserindo socialmente maior número de produtores, para permitir a superação da pobreza”, afirma. A erradicação da pobreza, um dos temas centrais da Rio+20, depende, no caso das áreas rurais do Brasil, de políticas que garantam o acesso a tecnologias, sementes, crédito, capacitação e extensão rural, especialmente nas classes mais pobres. “Aumentar a classe C no campo ajudará a produzir mais alimentos e, paralelamente, a erradicar a pobreza”, afirma a senadora Kátia Abreu.

Tecnologia e inovação, economia verde, trabalho decente e meio ambiente são os temas que norteiam o documento apresentado, nesta segunda-feira, pela CNA na Rio+20. Todos esses tópicos têm como pano de fundo o compromisso dos produtores rurais com a ampliação da oferta de alimentos e a preservação ambiental, que, no Brasil, é de 61% em todos os biomas. Ao detalhar o documento elaborado pelo setor agropecuário, a senadora Kátia Abreu ressalta que a expansão da agricultura brasileira não depende, exclusivamente, da abertura de novas áreas e que, além de ter vegetação nativa nas propriedades privadas, o Brasil possui, como diferencial, uma extensa área de pastagens – 158,7 milhões de hectares –, além de áreas degradadas que podem ser recuperadas. “Com o uso de tecnologia e a recuperação de áreas degradadas, o Brasil poderá liberar até 70 milhões de hectares, nos próximos anos, para produzir cerca de 400 milhões de toneladas de grãos e fibras”, afirma.

Para a presidente da CNA, também é tema prioritário no debate da Rio+20 a preservação dos recursos hídricos. Neste sentido, defende a criação de um conceito mundial de Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas margens dos rios, proposta que tem sido apresentada pela CNA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pela Agência Nacional de Águas (ANA) em fóruns internacionais e que será tema de debate no Espaço AgroBrasil. Neste sentido, a entidade propõe que os governos implementem ações de saneamento básico urbano, de modo a evitar a poluição dos recursos hídricos, garantindo assim a qualidade da água ao consumo e à produção de alimentos.

Rio+20 (+3) – Folha de São Paulo, Editorial. 18/06/2012

Com muita festa e boas intenções, reunião de poucos resultados deve deixar para 2015 o detalhamento de metas ambientais. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, foi aberta na semana passada com o esboço de um fracasso.

Não que se esperasse grande coisa dessa nova Cúpula da Terra, que tenta repetir os feitos da primeira, 20 anos atrás, a Eco-92 (ou Rio-92). Naquela oportunidade adotaram-se duas convenções (tratados) em que as nações se comprometiam a cuidar de duas ameaças ao ambiente global: mudança do clima e destruição da biodiversidade.

Nada de parecido surgirá no Rio desta vez. A fase de negociações diplomáticas sobre a declaração final da reunião terminou sem consenso; decisões, só a partir de quarta-feira, com os chefes de Estado.

Como de hábito em encontros multilaterais sobre ambiente, houve até aqui festa, exotismo, muitas boas intenções e pouco resultado. A falta de consenso entre delegações oficiais decorre dos mesmos impasses que travam a arrastada negociação sobre clima desde o Protocolo de Kyoto (1997).

O ponto nevrálgico, como sempre, é dinheiro. Países pobres e emergentes, reunidos sob o guarda-chuva puído do G-77, lançaram com estrondo sobre a mesa a proposta irrealista de um fundo de US$ 30 bilhões para o ambiente global, a cargo dos países ricos.

Foi, obviamente, recusado. Nenhum governo, da Europa aos Estados Unidos e ao Japão, em meio à grave crise econômico-financeira, tem condições políticas de justificar um gasto desse tipo perante os respectivos eleitores.

Ao contrário: se dependesse deles, seria arquivado o princípio oriundo da Eco-92 que fala em "responsabilidades comuns, mas diferenciadas": nações desenvolvidas enriqueceram e se beneficiaram antes com a deterioração do ambiente global; é justo que paguem mais por sua remediação.

Essa dicotomia entre "ricos" e "pobres", no entanto, já não faz tanto sentido, 20 anos depois. China, Índia e Brasil, pelo menos, tornaram-se países de renda média e seu desenvolvimento industrial contribui de modo significativo para ameaças como o aquecimento global. Insistir no prisma do conflito Norte-Sul não leva a lugar algum.

A Rio+20 já daria um grande passo se conseguisse produzir um elenco curto de metas ambientais voluntárias, cujo cumprimento, país a país e no seu conjunto, pudesse ser monitorado. Seriam objetivos como aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética mundial, reduzir as taxas de desmatamento e criar áreas de proteção do ambiente marinho.

A decisão de adotá-las pode até ser tomada no Rio, mas não serão detalhadas. Isso ficaria para 2015 -ou mais três anos de impasses.

Metas para seres humanos iguais. Luiz Carlos Bresser-Pereira – Folha de São Paulo, Mundo. 18/06/2012

Nos últimos 50 anos a proteção do ambiente tornou-se, historicamente, o quinto objetivo político fundamental das sociedades modernas. Todas as sociedades, desde a antiguidade, buscaram segurança.

E a partir do século 18, acrescentaram a esse objetivo mais quatro objetivos: a liberdade, o bem-estar ou o desenvolvimento econômico, a igualdade ou a justiça social, e finalmente a proteção da natureza.

Na luta por esse quinto objetivo, o mundo se reúne hoje no Rio de Janeiro, na conferência patrocinada pelas Nações Unidas, Rio +20.

Já sabemos que não é possível esperar muito dessa reunião. Que ela acontece em um momento difícil para todos os países, sobretudo para os ricos imersos na crise profunda que herdaram dos 30 Anos Neoliberais do Capitalismo (1979-2008).

Mas isso não significa que não haverá avanços. Duas conquistas estão bem encaminhadas: o fortalecimento do Pnuma (a agência da ONU que cuida do ambiente) e a definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

No primeiro caso, trata-se de melhorar a governança global; no segundo, definir metas para o mundo e para os países como foram estabelecidos os Objetivos do Milênio.

Pode-se argumentar que não haverá um meio de exigir o cumprimento dos objetivos, porque os países não vão se dispor a adotar metas nacionais compatíveis e porque, mesmo fortalecido, o Pnuma não terá condições de forçá-los a adotá-las. Isso é verdade. Sabemos que o problema fundamental da proteção da natureza e do aquecimento global é a prática do "carona".

O problema é de todos porque os prejuízos evitados beneficiam a todos, mas cada um quer se aproveitar do esforço dos outros e minimizar os seus. Mas o "carona" não é o único princípio que comanda tanto os seres humanos como os países.

Há também valores morais compartilhados, e espírito de cooperação. O fato é que o futuro da humanidade -dos nossos filhos e netos- está em risco. E que, ao definir objetivos e melhorar a governança global na área do ambiente, além de afirmar nossa vontade de cooperar, dizemos que precisamos regular o presente e planejar o futuro.

Que a alternativa de deixar o problema "por conta do mercado", como ainda vejo economistas neoclássicos e neoliberais afirmarem, não faz o menor sentido.

E que mesmo o mercado de carbono faz pouco sentido. Faz mais sentido, a curto prazo, taxar as empresas e as atividades poluidoras. E, a médio prazo, desenvolver sistemas de acompanhamento e de execução das metas acordadas.

Mas é importante ser razoável na definição das metas, porque desenvolvimento sustentável não é apenas proteção do ambiente; é também crescimento e diminuição das desigualdades.

O desenvolvimento sustentável deve ser econômico, social e ambiental. E não podemos repetir tolices como a de afirmar que os países em desenvolvimento não podem reproduzir os padrões de consumo dos países ricos.

Talvez isso não seja possível, mas, se não for, não são os pobres que devem renunciar a melhores padrões de vida, mas os ricos que devem diminuí-los. E para isso só há uma solução: começar a discutir metas ambientais.

Vinda de presidente do Irã à conferência provoca protestos. Laura Caproglione e Juliana Cunha – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/06/2012

Os líderes estimaram em 2.000 o número de pessoas que se concentraram ontem na avenida Atlântica, em Ipanema, para protestar contra a presença do presidente iraniano

Mahmoud Ahmadinejad na conferência da ONU. A previsão é de que ele chegue amanhã ao Rio.

Percussionistas do Afroreggae e militantes gays reunidos a uma maioria da comunidade judaica deram ares de diversidade ao ato.

Foram distribuídas 2.000 camisetas com dizeres anti-Ahmadinejad. Teve quem só pegou a peça e foi embora. Como Alzira Mendes de Almeida, que pegou duas, "para levar para a empregada".

Ativistas da organização judaica Habonim Dror (Construtores da Liberdade) portavam faixa em inglês em que se lia "We Love Iranians". Luana Gutmacher, 19, estudante da UFRJ, explicou: "É que somos pacifistas".

O cozinheiro Abrahão Haratz, 61, usava camiseta com estrela de Davi e a inscrição "Juden", como a que os nazistas obrigavam os judeus a usar. "Não se pode aceitar que um sujeito negue o Holocausto, como Ahmadinejad. Assim se perpetuam crimes."

Depois, em Copacabana, ativistas esticaram faixa de 135 m2 exigindo o fim de subsídios ao petróleo. Segundo Pedro Abramovay, diretor da Avaaz, rede ambiental on-line, o US$ 1 trilhão (R$ 2 trilhões) despejado por governos na indústria petrolífera deve ir para a pesquisa de combustíveis alternativos.

SÃO PAULO

Em São Paulo também houve ato contrário à presença de Ahmadinejad. Aconteceu em Higienópolis e, segundo a PM, reuniu 200 pessoas.

"Como a ONU, que prega a paz, pode convidar um líder sanguinário que afirma que Israel deveria ser varrido do mapa?", perguntou Mário Fleck, presidente da Federação Israelita de SP.

Segundo ele, o objetivo do ato foi pedir para que a presidente Dilma não receba o presidente do Irã.

Brasil exclui agência ambiental de texto – Folha de São Paulo, Cotidiano. 18/06/2012

Documento da conferência também deve deixar de fora o fim dos subsídios à produção de combustíveis fósseis. País é criticado e eleito o 'Fóssil do Dia' por ter diluído propostas na sua versão, em nome de consenso entre nações

O documento final da Rio+20 não incluirá a transformação do Pnuma, o programa da ONU para o ambiente, em agência especializada com contribuições obrigatórias de todos os países.

Esse foi apenas um dos pontos nos quais o texto apresentado pelo Brasil para tentar conciliar posições ficou mais aguado, o que rendeu ao país críticas da União Europeia e de ambientalistas.

A diluição de compromissos em nome do consenso levou o Brasil a ganhar ontem o "Fóssil do Dia", um prêmio às avessas dado por ONGs aos países que mais atrapalham as negociações ambientais.

O texto até evita retrocessos em relação à Eco-92, mas não avança. Questões consideradas cruciais para o desenvolvimento sustentável, como o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, foram excluídas da nova versão.

A decisão sobre o Pnuma e a falta de metas para a economia verde representam uma dupla derrota para a UE.

Entretanto, segundo o embaixador brasileiro Luiz Alberto Figueiredo, coordenador das negociações, o Pnuma será fortalecido em suas funções e nos meios para exercê-las. "Não há consenso para criar uma agência."

Os EUA não querem a agência para não criar mais despesas; Brasil e outros emergentes também não, porque acham que ela só contemplaria o pilar ambiental do desenvolvimento sustentável, e não o social e o econômico.

Figueiredo se disse "muito otimista" com a conclusão do documento final até hoje à noite, antes da chegada dos chefes de Estado.

Do lado positivo, afirmou que será mesmo fechado o acordo para a proteção do alto-mar, item que sofria resistência dos EUA.

Do lado negativo, reconheceu que os nós da negociação são os "meios de implementação", isto é, financiamento e transferência de tecnologia.

Além de terem vetado o fundo de US$ 30 bilhões anuais, UE e EUA resistem ao trecho do rascunho que reafirma compromisso firmado por eles há 20 anos de dar o equivalente a 0,7% do seu PIB em ajuda ao desenvolvimento.

O porta-voz africano, embaixador queniano Macharia Kamau, insiste na transferência de tecnologia limpa sem custo aos mais pobres. Mas o texto contempla a exigência dos ricos de citar direitos de propriedade intelectual.

"Esta Rio+20 vai nos levar a perder uma geração. Temos que começar a pensar na Rio+40", disse o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. "O texto traz avanços. A ideia de se criar Objetivos de Desenvolvimento Sustentável marcará a cooperação internacional", respondeu Figueiredo

---

‘Se você deixa muita coisa em aberto, não conclui nunca’. Entrevista com Antonio Patriota - O Globo. 18/06/2012

O ministro das Relações Exteriores do Brasil não vê riscos de a crise financeira abalar a posição da União Europeia pelo desenvolvimento sustentável

As críticas ao novo rascunho do documento que sairá da Rio+20 pareciam, ontem, não abalar a confiança do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. Ao contrário.

Ele assegurou que a proposta brasileira foi bem recebida pelas delegações. Após comparar os países em desenvolvimento à periferia na semana passada, ele vê o início de convergência. E negou que o país teria outro texto para apaziguar o desconforto com os termos gerais, considerados vagos.

O Globo: A periferia continua dando o tom das negociações?

ANTONIO PATRIOTA: Fiz esse comentário em relação a como a crise impactava as diferenças no cenário internacional e político entre 1992 e 2012. O que eu acho é que hoje em dia há uma distribuição de poder econômico diferente e um engajamento muito maior de países como o Brasil, que tem essa temática do desenvolvimento sustentável e até uma certa liderança. Eu costumo dizer que liderança é mostrar que você é capaz de produzir avanços, encontrar soluções, elaborar fórmulas, mas também identificar com clareza os desafios. As áreas onde você tem ainda que fazer melhor. Isso também é liderança, porque ajuda todo mundo a debater no espírito de franqueza, de transparência, de exercer a responsabilidade coletiva com sabedoria.

A perspectiva de a Grécia permanecer na zona do euro deve tranquilizar os chefes de Estado que participarão da Rio+20?

PATRIOTA: O G-20 nem começou ainda. Estou acompanhando as eleições na Grécia como todo mundo, são importantes.

Em que medida a crise europeia afeta a Rio+20?

PATRIOTA: A crise europeia está sendo tratada em um contexto de debates. A União Europeia continuará existindo. Na UE há um interesse muito grande por aquilo que está sendo discutido aqui no Rio. A minha percepção é que a UE não diminuirá seu engajamento com os fundamentos do desenvolvimento sustentado. Pelo contrário. Os europeus são parceiros fundamentais, pela força econômica que eles representam e ainda podem representar, além da força política, intelectual, científica e de tecnologia da inovação.

A nova versão do documento final da Rio+20, apresentado pelo Brasil no sábado, foi bastante criticado por organizações não governamentais e pela própria União Europeia. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

PATRIOTA: Eu diria que o documento foi muito bem recebido de modo geral. É natural que diferentes atores procurem produzir mais daquilo que constitui sua posição. Foi um teste muito importante, ao ser aceito por todos os participantes do processo numa base em que, pelo que entendo, a aceitação foi bem positiva. Ontem (sábado), quando estavam agendadas reuniões sobre trechos do texto para aproximar posições, houve um pedido de uma plenária para se trabalhar em relação ao texto.

Mas não há datas, números, nada sobre implementação.

PATRIOTA: Quando você começa a aproximar posições, tem de encontrar fórmulas que, sem comprometer os objetivos, permitam que se conclua a negociação. Se você

deixa muita coisa em aberto, não conclui nunca. O que é melhor? Não ter um texto negociado, sem concluir a negociação, ou manter alguns objetivos que neste momento não são alcançados? Você está deixando oportunidades, janelas, para que eles sejam alcançados a partir de um processo que se instaura no Rio de Janeiro. A Rio+20 é uma conferência que está olhando para o futuro, não só o imediato, que é importante, mas a médio e longo prazos.

O que deve sobrar para os líderes mundiais decidirem, ao chegarem à Rio+20?

PATRIOTA: Você acha que ministros são líderes também? Os ministros já estão chegando e estou começando a conversar com eles. Hoje já falei um pouquinho com alguns, como a ministra do Meio Ambiente da Dinamarca (Helle Thorning-Schmidt), país que ocupa a presidência rotativa da União Europeia. Estou recebendo delegações, posso ter conversas com ministros sobre aspectos específicos do texto que ainda estão a exigir algum trabalho e, com isso, procurar concluir as negociações.

Nessas conversas, pode sair uma nova versão do texto?

PATRIOTA: Podem surgir ajustes ao texto atual. O texto final não será muito diferente do que está sobre a mesa.

Existem rumores entre outras delegações de que o Brasil já teria apresentado uma nova versão desse rascunho.

PATRIOTA: São rumores infundados.

O Brasil poderá anunciar novas metas voluntárias na Rio+20?

PATRIOTA: O Brasil está permanentemente anunciando metas e adotando medidas e programas. No Dia do Meio Ambiente, por exemplo, foram anunciados aqui, no Riocentro, vários programas.

O incentivo à produção de bens sustentáveis, por exemplo, ainda não saiu.

PATRIOTA: Isso não envolve só o Itamaraty, você sabe...

Ainda nessa área de relações bilaterais, existem rumores de que há uma recomendação da presidente Dilma de não receber o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, e isolá-lo devido ao contexto delicado em que está o país. Existe essa orientação?

PATRIOTA: A presidente Dilma está definindo a lista de encontros bilaterais que ela vai manter. São muitos pedidos e o tempo é escasso. Ela terá oportunidade de conversar em outros eventos oficiais, dos quais participará

Brasil é eleito o país que mais trabalha contra a sustentabilidade. Renata Cabral – O Globo. 18/06/2012

O Brasil ganhou neste domingo, na Rio+20, o Fóssil do Dia, premiação que elege os países que mais trabalharam contra a sustentabilidade. O motivo foi o fraco rascunho de texto que o país apresentou para as negociações da conferência.

Arábia Saudita e Venezuela tiraram o segundo lugar por tentarem bloquear, em negociações a portas fechadas, o progresso de um acordo para acabar com os subsídios a combustíveis fósseis. Empatados, em terceiro lugar, foram eleitos também União Europeia, EUA, Canadá e outros países desenvolvidos que chegaram à conferência de bolsos vazios.

A Rede de Ação Climática (CAN, na sigla em inglês), uma rede internacional que congrega mais de 700 organizações não-governamentais que lutam pela sustentabilidade, lançou a premiação na conferência sobre mudanças climáticas que se realizou em Bonn, na Alemanha, em 1999. Seus membros elegem, nas convenções da Organização das Nações Unidas sobre o clima, os países que fizeram seu "melhor" para bloquear o progresso em negociações em favor da sustentabilidade. Essa tradição continua na Rio+20.

Segundo comunicado divulgado pela CAN, "parece que o Brasil está perdendo a chance de ser uma força frente às ambições crescentes, à esperança e à confiança que o mundo depositou em seus ombros". Para a rede internacional, o segundo lugar, atribuído aos países desenvolvidos, se deve à vinda deles ao Rio "sem um centavo de euro ou de dólar":

"Agora que vemos que todas as referências a compromissos financeiros e tecnológicos foram deletados do texto da negociação, é claro que os países desenvolvidos estão tentando escapar dos princípios assinados 20 anos atrás no Rio, especialmente das chamadas responsabilidades comuns, porém diferenciadas", disse o comunicado.

Quanto à Venezuela e à Arábia Saudita, a rede internacional destacou que "apesar de um esforço honesto do Brasil", os dois países "permanecem como o maior obstáculo para impedir que os governos ofereçam o dinheiro do contribuinte para indústrias de energia suja".

Brasil não aceita medidas punitivas – Valor Econômico, Capa. 18/06/2012

O principal avanço da Rio+20 será a criação, até 2014, de metas claras que garantam econômico com combate à pobreza e proteção ambiental, disse ao **Valor** o ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota. O Brasil quer evitar que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abram espaço para medidas discriminatórias ou punitivas contra países pobres. "É uma conquista da maior importância, desenvolvida no âmbito multilateral. Uma nova responsabilidade coletiva", afirmou.

Rio+20: Onde estão as montadoras? Marli Olmos – Valor Econômico. 18/06/2012

Tem sido cada vez mais frequente ver a indústria automobilística engajada na causa ambiental, com planos consistentes para tornar o automóvel cada vez mais limpo. Já faz

alguns anos, inclusive, que os slogans dos salões de veículos em todo o mundo são inspirados na batalha do setor em busca de energias alternativas. Os fabricantes de veículos parecem à vontade para tratar o tema quando estão em seus próprios fóruns. Mas seus representantes praticamente desaparecem quando a discussão se amplia para um universo de debates tão global e tão diversificado como a Conferência das Nações Unidas.

É fácil notar a ausência das montadoras em qualquer dos espaços dedicados a debates na Rio+20. Uma das exceções será uma apresentação, amanhã, do vice-presidente mundial da Nissan, Toshiaki Otani, responsável pela área de veículos elétricos e emissão zero da montadora japonesa, em um dos fóruns dedicados ao setor privado.

Até sexta-feira, dia do encerramento da conferência, diversos outros grupos vão, no entanto, debater os problemas da mobilidade nos centros urbanos, o desafio de encontrar formas de reduzir o nível de emissões de CO_2 e as alternativas para o transporte. Essas discussões não contam, no entanto, com representantes da indústria automotiva, que teriam muito a contribuir.

Ontem mesmo, o debate sobre cidades sustentáveis e energias renováveis, durante o fórum de sustentabilidade corporativa, seria uma das boas oportunidades de a indústria automobilística ter dividido seus planos com outros agentes da iniciativa privada, interessados em compartilhar experiências. Talvez por isso as palestras conduzidas por representantes da indústria de eletricidade e de planejamento urbano tenham tratado o automóvel de forma vaga.

Não se pode, no entanto, numa análise sobre a ausência da indústria automobilística na Rio + 20, fazer injustiça com a BMW. Na contramão da postura das demais empresas do setor, a marca alemã trouxe para a Conferência das Nações Unidas executivos da Alemanha graduados no desenvolvimento de energias alternativas. Eles passaram o fim de semana por conta de apresentações sobre os planos de desenvolvimento do carro do futuro e dos resultados de pesquisas com consumidores que experimentaram automóveis elétricos em seu estande, de 400 metros quadrados, instalado no Parque dos Atletas.

Fora isso, a presença do setor é bastante tímida. A Volkswagen também montou estande no Parque dos Atletas, defronte ao Riocentro, com suas soluções para reduzir emissões e consumo. Nessa área, formada por pavilhões com exposições da iniciativa privada e de representantes governamentais, também podem ser vistos os ônibus híbridos da Volvo, que a Prefeitura de Curitiba adotou para o transporte público. Mas, em geral, os executivos dessas empresas não se envolveram com o evento.

A modesta presença dos estandes no parque e a quase total ausência nas salas de debates da conferência revelam, em boa parte, que a indústria automobilística participa da Rio+20 como se estivesse numa exposição.

E, apesar de a BMW se mostrar mais participativa, ainda que tenha sido por meio de palestras limitadas à imprensa, as novidades que seus executivos trouxeram para o Rio de Janeiro pouco servem para o consumidor brasileiro. A experiência dos carros elétricos e híbridos que a montadora exibe no Rio ficará, por enquanto, quase que totalmente limitada aos mercados onde os governos calculam as taxas de impostos de

acordo com o consumo e emissões do veículo. Ou seja, nos países mais alinhados com a causa ambiental, onde recolhe menos imposto o carro que polui menos e gasta pouco.

O Brasil ainda não adotou essa cultura. É justamente no carro elétrico que incide a mais alta carga tributária, já que o modelo de tributação do país é feito com base no motor a combustão e esse tipo de veículo teria que ser importado, por enquanto. Depois da intervenção do governo para elevar o IPI dos importados, os tributos num veículo desse tipo chegam hoje a 125%.

Como o automóvel é tradicionalmente apontado como um dos vilões do aquecimento global, é bem provável que a indústria automobilística tenha preferido adotar uma postura mais discreta para sequer ser notada num fórum mais heterogêneo, como a Rio+20.

É quase certo, porém, que, logo que a conferência terminar os fabricantes de veículos voltarão à toda carga para exibir seus planos para ajudar a salvar o planeta. Em outubro, eles certamente retomarão o tema, e farão muita propaganda dele, no salão do automóvel de São Paulo, a principal feira do setor no Brasil. Protegidas, em seu território, as montadoras provavelmente se sentem mais à vontade para falar com o público que mais lhes interessa: o consumidor que enlouquece com as novidades que essa indústria lhes oferece. E pelas quais ele quase sempre se endivida.

Mudar padrão de consumo é desafio. Francisco Góes e Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 18/06/2012

A transição para uma economia sustentável esbarra em um ponto crítico: o fato de que o consumo, nos padrões atuais, continua a ser o motor de muitas economias, inclusive a do Brasil. Nos debates da Rio+20, esse é um tema crucial, que tem apoio de muitos países e blocos, como a União Europeia e os africanos, mas também enfrenta resistências de peso, como dos EUA. Há quem entenda que a posição americana tem cunho ideológico, segundo o qual há áreas em não é papel do Estado interferir.

O pano de fundo dessa discussão na Rio+20 é a inclusão, no documento-base da conferência, de compromissos para a futura implementação de um programa-marco de dez anos sobre padrões de consumo e de produção sustentáveis. A versão do texto negociado que está circulando indica que o cumprimento desse programa pelos países deve ter caráter voluntário e não obrigatório.

A iniciativa visa dar meios de capacitação e apoio a comunidades em níveis locais e regionais. "É possível ter uma moldura global sobre o assunto. Mas isso está sendo negociado", diz Charles Arden-Clarke, do Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma).

Ele diz que A União Europeia (UE) tem um programa chamado "Switch Asia", de € 150 milhões, que vem ajudando 18 países asiáticos a mudar para padrões sustentáveis de produção e de consumo. Clarke lembra que o Brasil também tem uma estratégia nacional para produção e consumo sustentáveis. O caminho nessa direção pode ser mais demorado a partir de escolhas do governo, como a recente decisão de tentar estimular a economia reduzindo o IPI dos carros. "Isso não vai ajudar", disse

Uma pergunta nesse debate é como fazer para continuar a crescer a partir de um consumo menos focado em bens e mais em serviços. Esse movimento requer não só políticas governamentais, mas um trabalho de longo prazo de educação e de mudança de hábitos de consumo. "Isso pode levar a que uma pessoa opte por aproveitar a praia ao invés de usar um jet ski."

Ao incluir o tema na declaração da Rio+20, abre-se um caminho para continuar trabalhando. Esse processo exigirá produzir conhecimento científico que permita criar políticas ligadas a consumo sustentável. "É o início de um processo que, depois, terá que ser [mais bem] definido", diz Luis Flores, responsável de políticas e campanhas do escritório regional da ONG Consumers International, que reúne entidades de consumidores.

Flores entende que a Rio+20 discute a produção e o consumo com foco no impacto sobre o ambiente. A ideia é que, ao mudar padrões de consumo e produção, seja possível produzir bens de modo mais eficiente, com menos custos e maior rentabilidade para as empresas, poluindo menos e reduzindo o impacto ambiental.

"Queremos reforçar o vínculo do consumo sustentável, além do ambiente, em temas como saúde pública e crise financeira", diz Flores. Um exemplo está no efeito que o consumo excessivo de açúcar e de sal tem sobre a saúde humana e, por consequência, sobre os orçamentos públicos dos governos.

Essa mudança requer investimento, tecnologia e politicas que contemplem vários tipos de incentivos. "Consumo e produção são o centro do desenvolvimento sustentável", diz Arden-Clarke. "Não teremos desenvolvimento sustentável a menos que a gente mude para um novo padrão."

O economista Jeffrey Sachs, da Universidade de Columbia, de Nova York, chama a atenção para a urgência do assunto. "Se apenas expandirmos a economia fazendo o mesmo tipo de coisa, vamos ultrapassar limiares cruciais, criando um grande problema para a biodiversidade e para a humanidade."

Escolhas ainda são conflituosas, insiste Akyuz – Valor Econômico. 18/06/2012

É irreal imaginar que não há conflito nas escolhas entre meio ambiente, crescimento econômico e combate à pobreza, diz Yilmar Akyuz, ex-economista-chefe da Unctad (órgão da ONU para Comércio e Desenvolvimento) e uma das estrelas dos diálogos promovidos com a sociedade pelo governo brasileiro, na Rio+20. Pessimista, em contraste com o tom esperançoso que se percebe na conferência, Akyuz defendeu e conseguiu aprovar a proposta de uma taxa sobre movimentações financeiras internacionais para financiar a "economia verde", como uma das contribuições da sociedade civil a ser levada aos líderes na Rio+20.

Invenção do governo brasileiro, os Diálogos com a Sociedade têm caráter praticamente simbólico, envolvendo votação pela Internet e em auditório no Riocentro, mas apenas para informação aos governantes.

Em uma mesa com um banqueiro, o presidente do Deutsche Bank, Caio-Koch Weser, um ex-banqueiro, o presidente do grupo Abril, Fábio Barbosa, o economista Jeffrey

Sachs e outros representantes da sociedade civil, Akyuz, hoje economista-chefe no centro de estudos South Centre, foi o único a insistir que os países pobres e em desenvolvimento não podem ser submetidos aos mesmos padrões de proteção ambiental que os países ricos, a menos que seja assegurado a eles financiamento por parte das economias maiores.

"Reconheço que há limites [para o uso dos recursos naturais e agressão ao meio ambiente], mas não se pode fingir que os três componentes do desenvolvimento sustentável reforçam-se uns aos outros", disse Akyuz. "Há trade-offs (escolhas conflituosas). Às vezes tem de se apostar em uma área em detrimento da outra", argumentou. "Tem de ser realista, a mãe com filho ameaçado de morrer de fome não está preocupada com os riscos do futuro; mesmo na Europa, é o emprego, não o meio ambiente, a prioridade número um", argumentou, resumindo um dos impasses que dificultam a conclusão das negociações da Rio+20.

Legado da Rio+20 será decisão de criar metas claras, diz Patriota - Valor Econômico. 18/06/2012

O principal avanço da Rio+20, a ser lembrado daqui a 20 anos será a decisão de se criar, até 2014, metas claras que garantam crescimento com combate à pobreza e proteção ambiental, acredita o ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, na coordenação das negociações da conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. O Brasil está preocupado, porém, em evitar que essas metas - os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- abram espaço para medidas discriminatórias ou punitivas aos países com dificuldades.

"Os objetivos não podem ser transformados em obstáculo; isso é uma preocupação", disse Patriota, em entrevista exclusiva ao **Valor**, em seu gabinete no Riocentro, de onde acompanha as discussões e contacta ministros de alguns dos 193 países da ONU. Outro resultado possível será a decisão de iniciar um processo de negociação que proteja a biodiversidade nos oceanos e regule a exploração dos recursos genéticos em alto -mar.

O ministro descartou a proposta defendida por países europeus e apoiada pelas nações africanas de transformar em uma agência das Nações Unidas o Pnuma, o braço ambiental da ONU, que hoje é um programa sem orçamento definido, força política e participação de todos os países. O provável será fortalecer o Pnuma, sem torná-lo uma agência, como a Organização Mundial da Saúde, por exemplo, já que existe forte oposição dos EUA. "É uma ideia divisiva", diz. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *O que pode garantir, na Rio+20, o financiamento às metas de desenvolvimento sustentável?*

Patriota: A proposta de estabelecimento de um processo intergovernamental, sob a égide da Assembleia Geral da ONU, com apoio do sistema ONU e em consulta de instituições financeiras regionais e internacionais para a mobilização de recursos, está sendo bem aceita.

Valor: *Como é essa proposta?*

Patriota: A ideia é a criação de um comitê intergovernamental que apresentará suas conclusões em 2014. Poderá se criar um processo que transcorrerá, dentro da filosofia do documento final da Rio+ 20, em paralelo à definição dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Esperamos que seja lançado também um processo que culmine com adoção de objetivos específicos até 2015.

Valor: *A Europa está sem dinheiro, os EUA terão eleição. Como a Rio+20 está sendo afetada?*

Patriota: É óbvio que tudo é interligado. Aqui na Rio+20 o trabalho é voltado a prazos mais longos, tanto na avaliação do que foi ou deixou de ser feito desde 1992 como o que prevemos para o futuro. Teremos os objetivos de desenvolvimento sustentável, e queremos um desenvolvimento inclusivo, articulando-se com as metas do milênio. Isso já indica um pensamento mais no médio e longo prazo.

Valor: *Sim, mas a Europa...*

Patriota: A Europa tem uma crise imediata e urgente, mas não vai deixar de existir e continua sendo um centro extraordinário de poderio econômico, liderança política, conhecimento e tecnologia. Na Europa toda a temática do desenvolvimento sustentável, imbricação do meio ambiente com crescimento econômico e desenvolvimento social só vai ganhar importância. É um dos atores mais interessados em níveis elevados de ambição na Rio+20. É incontornável o fato de que ela terá de contribuir para esse esforço, mas há muito que os países poderão fazer em seus próprios territórios.

Valor: *Países ricos têm pedido cada vez mais que os países emergentes participem mais...*

Patriota: Eles estão fazendo mais. No Fórum Nacional de Mudanças Climáticas, a presidenta Dilma [Rousseff] disse que o Brasil tem condições de fazer muito nessa área, por características que lhe são próprias, que envolvem tanto o mérito das lideranças brasileiras na antecipação de desafios, com matriz energética mais limpa, política contra a pobreza, mas também por características do território, que permite diminuir gás de efeito estufa evitando desmatamento. Podemos talvez fazer até mais que alguns outros.

Valor: *Na conferência de Copenhague, o Brasil assumiu um posicionamento corajoso em metas de redução de emissões. Está se pensando em algo assim na Rio+20?*

Patriota: Esta conferência tem características próprias, é diferente de Copenhague e também da Rio92, onde havia o fechamento de acordos. Aqui estamos fazendo uma avaliação e planejando o futuro, a partir do documento "O Futuro que Queremos", que é uma declaração e aponta direções. O embaixador Marcos Azambuja, que trabalhou na Rio92, disse outro dia que a proa está apontada na direção certa, falando em relação ao Brasil. É o que queremos fazer com esta conferência também: apontar a proa na direção da comunidade internacional.

Valor: *Mas a questão é saber se a embarcação vai navegar, não?*

Patriota: A embarcação está navegando. Já não se questiona a ideia da responsabilidade coletiva na articulação de um futuro sustentável. Também não se questiona a importância da erradicação da pobreza, da redução das desigualdades, na mudança de padrão de consumo. Na Rio92 foi considerada uma vitória se falar em meio ambiente e

desenvolvimento. Hoje o segundo parágrafo do documento já diz que a erradicação da pobreza é central.

Valor: *Como avançar, por exemplo, no capítulo de oceanos, uma área muito cara ao Brasil, mas onde os EUA se opõem? OS EUA sequer assinaram a convenção do mar...*

Patriota: A secretária de Estado, Hillary Clinton, foi ao Congresso e está envolvida em uma mobilização política para que os EUA ratifiquem a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar. Não me cabe pronunciar sobre a dinâmica interna de um país, mas há uma dinâmica nos Estados Unidos em que o Executivo tem muito interesse em se associar a esta convenção. Na medida em que os negociadores são representantes do Executivo, podemos tirar as nossas conclusões. Aqui, nas negociações de agora, os pontos de discórdia são pequenos e superáveis.

Valor: *A ideia é se criar um processo que regulamente a exploração da biodiversidade do mar em águas muito profundas, que não pertencem a nenhum país, não é?*

Patriota: Sim, tem a ver com a biodiversidade para além das jurisdições nacionais. Deve haver um processo negociador sobre isso.

Valor: *Nas negociações de clima se pensa em um centro de tecnologia específico, e os países emergentes gostam dessa ideia. Aqui poderia sair algo parecido com isso?*

Patriota: A seção sobre transferência de tecnologia é bastante genérica no texto. Mas, em paralelo, correm muitas iniciativas. Está bastante avançada a ideia de um centro de desenvolvimento sustentável com sede no Rio. Seria um instituto com patrocínio da ONU e que poderia também ser financiado por outras contribuições. Mas isso em paralelo à conferência, não será anunciado aqui.

Valor: *Como o Brasil enfrentará essa agenda, rico em recursos naturais mas com uma população que quer consumir mais?*

Patriota: O papel da educação é muito importante. É muito através da mudança da mentalidade que vamos avançar nessa direção. É o desafio político do momento em que vivemos. Exigirá coragem, liderança, capacidade de quebrar padrões aos quais estamos acostumados.

Valor: *O Brasil tem adotado políticas como o estímulo ao consumo individual, sem cobrar mudanças da indústria, como nos incentivos ao setor automotivo.*

Patriota: Que outro país tem uma frota de automóveis flex fuel como no Brasil? Não conheço nenhum. Isso aí tem implicação em relação à sustentabilidade.

Valor: *Mas é transporte individual, quando a sustentabilidade pede estímulo ao transporte coletivo.*

Patriota: São questões legítimas. Quem está fazendo mais tem de continuar fazendo mais; e temos de trabalhar para que quem está fazendo menos comece a fazer um pouco.

Valor: *A dependência maior das reservas do pré-sal não ameaçam a economia verde no Brasil?*

Patriota: Não é esse o espírito em que a presidenta, que entende muito de energia, pretende trabalhar. Temos conquistas importantes em termos de matriz energética renovável; não vamos deixar que essa característica da matriz brasileira sofra um retrocesso.

Valor: *A Rio+20 será lembrada como daqui a 20 anos?*

Patriota: Jeffrey Sachs acha que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um tremendo ganho. É uma conquista da maior importância, desenvolvida no âmbito multilateral. Uma nova responsabilidade coletiva. É muito importante que os objetivos sejam encarados da perspectiva da articulação dos três pilares do desenvolvimento sustentável: não podemos ter um objetivo ambiental, outro social e outro econômico. Outro aspecto é: os objetivos não podem ser transformados em obstáculo. Isso é uma preocupação.

Valor: *Pode detalhar?*

Patriota: Não queremos objetivos que sejam condicionalidades, que sejam transformados em barreiras ao comércio, utilizados de maneira que possa ser discriminatória contra países mais pobres. A erradicação da pobreza tem que estar no centro das atenções. Estamos olhando para o futuro sustentável do planeta. Os objetivos têm de ser curtos e a governança que será criada tem de ajudar na sua implementação, de maneira construtiva, que apoie esforços bem sucedidos, que não se penalize os que têm mais dificuldade.

Valor: *Quais as mudanças na governança institucional? Como estão as negociações?*

Patriota: O que está sobre a mesa nesse momento é fortalecer o papel do conselho geral do Ecosoc, que já tem um pilar econômico e social e pode ganhar um papel na área ambiental. Existe a ideia de se criar um Fórum de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, em substituição à comissão existente nessa área, a CDES, que seria turbinada, digamos assim. Ao mesmo tempo existe aquela ideia de fortalecimento do Pnuma.

Valor: *Por que o Brasil não apoia a transformação do Pnuma em uma agência, com maiores poderes?*

Patriota: Não há um consenso sobre a agência. A ideia da agência especializada é divisiva. Aqui estamos trabalhando com as maiorias. Chegando perto de um acordo, com uma voz ou duas dissonantes, a gente empurra para aquela direção. Quando há divisão, que não vai ser resolvida em dois dias, a gente vê como pode lidar. Uma maneira é trabalhar pelo fortalecimento, como fazer o Pnuma aberto à participação universal que hoje é limitada a poucos países.

Peso da crise. Jacqueline Farid – Valor Econômico. 18/06/2012

Gylvan Meira Filho, debatedor do painel sobre mudanças climáticas: "Ou os líderes admitem que o clima mude mais do que o acordado, ou será preciso reduzir as emissões globais em até 80%. Esse é o tamanho do esforço global"

O desafio de limitar o aumento da temperatura do planeta nos próximos anos vai esbarrar em restrições de ordem econômica no curto prazo. Especialistas na área ambiental consideram que o agravamento da crise em escala mundial e as incertezas quanto ao financiamento de iniciativas para redução de emissões de gases de efeito-estufa em países em desenvolvimento vão representar um obstáculo adicional na já complexa agenda global referente ao clima.

Evitar o aquecimento dos termômetros acima dos dois graus centígrados até o fim do século - considerados por cientistas como o limite máximo para evitar catástrofes ambientais supõe uma composição de forças bastante difícil na análise dos participantes do "Diálogo sobre Mudança do Clima: cenários nacional e internacional", promovido dia 13 pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) - parte de uma série de eventos e debates que ocorrerão de forma paralela à Rio+20 no espaço Humanidade, montado no Forte de Copacabana.

Uma ofensiva para limitar o aquecimento excessivo do planeta precisa vencer todos os limites geográficos para ter eficácia. Mas questões geopolíticas são determinantes no xadrez das negociações. Uma das principais dúvidas é como se dará a participação dos países em desenvolvimento no processo. Como aponta o ex-vice-presidente do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), Luiz Gylvan Meira Filho, alcançar essa meta significa reduzir, inevitavelmente, em quase 80% as emissões na atmosfera em longo prazo. O esforço, de grande porte, vai exigir uma adesão de alcance global.

Jacques Marcovitch, da Universidade de São Paulo (USP), que também participou do encontro realizado no Humanidade, alerta que as discussões em torno da crise global vão afetar as decisões formais dos chefes de Estado a serem tomadas na semana que vem, na reunião de cúpula no Riocentro que acontece entre os dias 20 e 22. Para ele, a questão é como as declarações que serão dadas pelos líderes mundiais na reunião do G-20 que ocorre nos dias 18 e 19, em Los Cabos, no México, vão repercutir nos possíveis acordos da Rio+20.

Marcovitch considera preocupante que países que tinham a responsabilidade de tratar de temas globais sejam obrigados, agora, a se voltar para dentro, para tratar de temas locais. "O fato é que hoje precisamos de capacidade de análise para dar espaço a convergências apesar dos conflitos", afirma.

A preocupação em torno do impacto dos atuais problemas econômicos para os avanços na contenção do aquecimento global é compartilhada pela especialista em mudança do clima e membro do IPCC, Thelma Krug. "O momento da Rio+20 não é um momento econômico propício, é de dificuldade e precaução. Não tenho expectativa de que em curto prazo haja um comprometimento das nações", alerta ela.

Mesmo com as incertezas, há expectativa de avanços em médio e longo prazo. Thelma acredita que será possível encontrar alternativas para viabilizar acordos globais, com revisão de alguns prazos acertados anteriormente. "Acredito que sairá daqui alguma métrica, mas de longo prazo, dando oportunidade para que a crise possa ser superada", avalia.

Os especialistas em mudanças climáticas ressaltam que, ainda que não existam dúvidas sobre a necessidade de redução da emissão de gases de efeito-estufa e de colocar um freio na escalada do aumento da temperatura, a questão é definir como viabilizar as mudanças. Thelma Krug, que há 11 anos discute mudanças climáticas no âmbito da ONU, considera "hercúleo" o esforço a ser empreendido em escala mundial.

No centro das dúvidas, está a questão de como os países em desenvolvimento vão financiar as reduções de emissões e quem pagará a conta das iniciativas que serão tomadas domesticamente em prol do planeta. Thelma observa que os países emergentes, em desenvolvimento e até mesmo os menos desenvolvidos sabem que precisam fazer esforços para garantir um futuro melhor, mas também têm consciência de que são as nações ricas as principais responsáveis pelos erros cometidos no passado e que resultaram nos problemas ambientais da atualidade.

Independentemente de quais serão as fontes de recursos, não há alternativa e as iniciativas são fundamentais, segundo destaca Gylvan Meira Filho. "É uma lei física. Ou os líderes desistem e admitem que o clima mude mais do que o acordado, ou será preciso reduzir as emissões globais drasticamente, em até 80%, esse é o tamanho do esforço global", alerta.

Carlos Augusto Klink, secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, assegura que o Brasil está fazendo a sua parte. Segundo ele, a Política Nacional de Mudança do Clima estabeleceu como meta a redução de 36,1% a 38,9% nas emissões no país até 2020, o que será viabilizado pela reunião de "desenvolvimento nacional, integração de ações públicas e privadas, ganhos de eficiência e competitividade".

De acordo com o secretário, o crescimento econômico não é incompatível com a sustentabilidade e existem pesquisas recentes que demonstram que em anos de expansão do Produto Interno Bruto (PIB), há redução de desmatamentos no país. Klink observou que há planos em andamento como o combate ao desmatamento da Amazônia, a prevenção e controle de queimadas no Cerrado e o Plano de Eficiência Energética, entre outros.

Outra iniciativa em curso no país, nesse caso no universo das ferramentas estatísticas, é a criação de um indicador especifico para medir os avanços ambientais. O objetivo, segundo Jacques Marcovitch, é possibilitar que os administradores municipais disponham de dados sobre os quais possam elaborar suas políticas para o meio ambiente, além de medir avanços e deficiências nessa área. Marcovitch avalia que o ideal é manter o IDH, criar o indicador de meio ambiente e, de posse de ambos, definir um índice de sustentabilidade.

O argumento de Marcovitch é que o IDH foi crucial para a evolução das políticas de distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida implementadas nos últimos anos, porque seus resultados são de compreensão fácil para os que determinam o destino dos recursos públicos. Com o índice ambiental, a expectativa é que a importância das iniciativas de preservação também fique mais clara.

Um espaço para refletir e acolher novas propostas. Silvia Torikachvili – Valor Econômico. 18/06/2012

Empresas do Rio e de São Paulo terão participação especial na Rio+20. O Humanidade 2012, edificação de 7 mil m^2 dentro do Forte de Copacabana, é uma sede de eventos paralelos à conferência da ONU. Com patrocínio da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), ficará aberta durante todos os dias do evento para mostrar às 5 mil pessoas por dia que ali são esperadas um modelo possível de crescimento econômico, com respeito ao meio ambiente e inclusão social. Todos poderão participar das discussões. "Considerando os impactos passados e presentes, quem quiser terá possibilidade de lançar ideias e propostas para um futuro com melhor qualidade", diz Eduardo Gouvêa Vieira, presidente da Firjan.

São Paulo e Rio têm no rio Tietê e na Baía de Guanabara dois exemplos de como não se deve tratar o ambiente, lembra Gouvêa Vieira. "Embora existam tecnologias que garantam a recuperação, é preciso motivar a população a pressionar os agentes públicos que, no final, são os responsáveis pelo investimento; para que isso aconteça, a opinião pública deve estar atenta, precisa aprender a demandar, a opinar, a reclamar."

A uma distância de cerca de 30 quilômetros do Riocentro, o Humanidade 2012 tem uma programação com eventos, mostras e fóruns abertos a quem quiser participar. "As pessoas vão conhecer ali o protagonismo do Brasil e suas ações práticas de desenvolvimento sustentável", diz Paulo Skaff, presidente da Fiesp.

São dezenas as atividades programadas. O C-40 reunirá 56 prefeitos do mundo inteiro para apresentar e discutir ações locais de combate e adaptação às mudanças climáticas. O Fórum de Biocombustíveis de Aviação vai mostrar o processo de produção a partir da cana-de-açúcar. O Fórum de Empreendedorismo Social promete discutir ações e ideias com foco na sustentabilidade. Entre os seminários programados está o Energy Day, que apresenta as várias opções do setor energético brasileiro. O TEDxRio+20 abrigará discussões complementares à conferência do Riocentro com o objetivo de promover a reflexão sobre desenvolvimento sustentável a partir da educação não-formal.

Entre as exposições haverá uma representação da Mata Atlântica e do bioma amazônico. Algumas espécies estão dispostas num amplo jardim, para que as pessoas possam avaliar sua diversidade. O Espaço das Humanidades abriga uma biblioteca com mais de 7 mil livros escolhidos por profissionais de todas as áreas de atuação. O objetivo é compartilhar experiências e conhecimento nos diferentes setores para que a nova economia seja construída a partir do crescimento sustentável e da redução das desigualdades sociais. Produção e consumo consciente, parcerias público-privadas e emissões de poluentes também são temas.

Ministra quer mulheres em conselhos de empresas. Carmen Nery – Valor Econômico. 18/06/2012

Por que discutir equidade de gênero num evento de meio ambiente? Para os participantes do fórum dedicado ao tema, que ocorreu no Humanidades 2012, evento

paralelo à Rio+20, não é possível caminhar rumo ao desenvolvimento sustentável sem a participação das mulheres.

Durante o evento, promovido pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, convocou Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Firjan, e Paulo Skaf, presidente da Fiesp, a se engajarem para que as empresas ampliem a presença das mulheres em seus conselhos de administração.

A ministra citou que apenas 11% das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo têm representatividade feminina em seus conselhos. "Empresas como o Banco do Brasil e até a Natura, que conta com um histórico de boas práticas, não têm mulheres em seus conselhos. Com a participação das mulheres, as empresas poderão ter uma nova escala na questão da sustentabilidade e, principalmente, nas escolhas da produção de consumo. Não é possível falar em desenvolvimento sustentável sem a participação das mulheres", resumiu a ministra.

Izabella Teixeira lembrou que um dos temas mais importantes do debate político da conferência é o da produção e do consumo sustentável que tem a ver diretamente com as mulheres e seu cotidiano em relação às suas famílias e às suas escolhas. "O dialogo não é sobre não consumir e sim como consumir melhor, com menos agrotóxicos, com produtos mais duráveis, ou que não gerem produção de resíduos e com uma visão de sustentabilidade que gere bem estar. Por esta razão a mulher tem um papel fundamental", defendeu a Teixeira.

Em resposta à ministra, o presidente da Fiesp anunciou que a Fiesp vai criar, em conjunto com a Firjan, um conselho de mulheres para discutir com as empresas uma maior participação feminina nas decisões empresariais.

Skaf também anunciou que a Fiesp e a Firjan vão se engajar em uma campanha para que os governos zerem o déficit atual de creches para crianças de mães trabalhadoras, que no Rio de Janeiro chega a 100 mil crianças e em São Paulo, a 300 mil. Outra iniciativa anunciada é a criação de um MBA gratuito para 5 mil diretores de escolas públicas, desenvolvido e patrocinado pelas duas entidades.

Skaf apontou os pontos principais do documento "A desigualdade é insustentável", elaborado pela Fiesp e Firjan e encaminhado aos negociadores da Rio+20 e ao governo. No documento, as duas federações defendem que é preciso criar condições dignas de trabalho a todos, combater o trabalho escravo, assegurar salários iguais para homens e mulheres, garantir o livre acesso das mulheres ao mercado de trabalho, bem como direitos aos portadores de necessidades especiais e às minorias e combater e criminalizar a discriminação racial.

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) destacou que a mulher está, finalmente, tendo um espaço próprio em eventos da ONU para as grandes discussões do planeta e não apenas em eventos de gênero. "Nesta Conferência do Meio Ambiente é a primeira vez que não se discute apenas a condição da mulher, mas sim, que, sem a sua participação, nós não vamos a canto algum. E a mulher está inserida como uma das peças fundamentais numa discussão mundial da sobrevivência do planeta", disse a senadora, lembrando que quem educa e quem consome para as famílias é a mulher. "Demorou-se um tempo para se perceber que, se a mulher não entrar com tudo na proteção do meio ambiente, o

resultado vai ser muito mais vagaroso. A rapidez na equidade de gênero é o que mais pode impulsionar a sustentabilidade do planeta".

Também presente ao evento, a ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), Luiza Helena de Bairros, destacou que a Rio+20 é uma oportunidade para se avaliar os desafios a serem vencidos para a garantia da equidade de gênero, sobretudo da mulher negra. Ela lembrou que o desenvolvimento dos países foi marcado pela exploração da mão de obra negra e estes padrões históricos permanecem.

"Os negros já passaram pela escravidão e hoje continuam sendo os detentores dos piores indicadores sociais. O Brasil desenvolveu um esforço de inclusão social e conseguiu que 38 milhões de pessoas ascendessem de classe. Todos os analistas atestam que, dentro desta comunidade, a fotografia da nova classe média é uma mulher negra, universitária e que sabe que tem de ir à luta para manter os avanços e torná-los sustentáveis", diz Bairros

A ministra-chefe informou que a secretaria fez um grande investimento na Rio+20 com o objetivo de deixar marcada, inclusive em documento, a importância da igualdade racial. Para a ministra, se as mentalidades e o olhar das pessoas sobre a realidade e a sociedade não mudarem, a tendência é que se perpetuem certas exclusões baseadas em preconceitos como o racismo.

PAA é um dos destaques durante discussões da Rio + 20 – Site da CONAB. 19/06/2012

O fortalecimento da agricultura familiar e a valorização da biodiversidade estão entre os temas centrais da Arena Socioambiental - espaço de debates da sociedade civil na Rio+20. As duas ações vêm sendo defendidas como alternativas ao combate à insegurança alimentar e nutricional no mundo. A informação é do diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, Sílvio Porto, que acompanha as discussões.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operacionalizado pela companhia desde 2003, ganhou destaque no debate *Segurança e Soberania Alimentar*, realizado nesta segunda-feira (18) no Aterro do Flamengo. O Programa garante renda aos produtores rurais ao comprar deles os alimentos cultivados a preços justos e doá-los a instituições assistenciais.

Segundo Silvio Porto, ao conhecerem melhor as ações da Conab, representantes dos países da América Central manifestaram interesse em estabelecer acordos de cooperação técnica com o Brasil, para aplicar as experiências do PAA em seus territórios. "As políticas públicas do governo federal relativas à agricultura estão tendo uma repercussão muito positiva durante a Rio + 20, frente às delegações internacionais", avalia. Além do PAA, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e a PGPM-BIO, voltada para produtos da biodiversidade, também têm despertado o interesse dos países estrangeiros

O risco do vazio. Miriam Leitão – O Globo. 19/06/2012

O Brasil jogou a toalha. O documento da Rio+20 será mais fraco do que o imaginado no cenário pessimista. A crise econômica bloqueou as soluções para salvar o futuro. Por

outro lado, a China - com a ajuda do Brasil - tenta manter o passado. Há 20 anos, a China era 4,3% do PIB global, e os Estados Unidos, 22,7%. Hoje, os chineses são 15%, e os americanos, 18,8%. Países que já cresceram querem privilégio de quando eram pequenos.

Em 1992, estabeleceu-se o princípio das "responsabilidades comuns porém diferenciadas". Isso dava aos países pobres e aos países em desenvolvimento um tratamento diferenciado e jogava mais peso, com justiça, nos mais ricos. Quem tinha emitido mais no passado pagava a conta, depositava recursos nos fundos, assumia o papel de "tradicional" doador. Os outros receberiam e teriam responsabilidades menores.

Perfeito para a época. Vinte anos depois, tudo mudou. Veja o gráfico abaixo das emissões de gases de efeito estufa da China e dos Estados Unidos. Em 1990, uma enorme distância separava os dois países; em 2005, a China passou os Estados Unidos. Obviamente que a hora é, de fato, de flexibilizar esse princípio, para que os países emergentes, especialmente os Brics, participem mais do financiamento aos países pobres na transição para uma economia sustentável.

A grande briga, no entanto, foi para reafirmar o princípio das "responsabilidades comuns porém diferenciadas". E lá está ele escrito, explicitamente, e mais de uma vez, como inegociável, nas várias versões do texto. Países de renda média, como bem disse o economista Jeffrey Sachs neste jornal, podem e devem assumir mais responsabilidades.

No texto negociado, falta quase tudo. Mas, principalmente, faz falta uma proposta concreta sobre o fundo que se pensava criar no Rio. Os governantes vão apenas "reconhecer a necessidade" de que existam formas de financiamento, que ele envolva fontes variadas, como os órgãos multilaterais - leia-se FMI e Banco Mundial -, e criam um comitê intergovernamental de trinta especialistas que vão desenvolver estratégias de financiamento até 2014.

Isso parece pouco. E é. A explicação dada pelos negociadores do texto tão aguado é que, diante da situação de crise econômica em que o mundo vive, seria irreal falar de recursos adicionais aos que os "tradicionais doadores" já se comprometeram a aportar em outros fundos.

A Rio+20 estabeleceria os objetivos de desenvolvimento sustentável. Agora se sabe que os governantes vão se comprometer a ter objetivos no futuro mas não estará claro quais serão. Extra oficialmente se sabe que seriam metas sobre áreas como água, energia, transportes, cidades e oceanos. O fundo seria criado aqui. Agora se sabe que ele terá uma arquitetura financeira a ser proposta pelo painel intergovernamental. Outra intenção era criar no Rio um órgão para comandar as negociações de sustentabilidade. Agora, já se sabe que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) será fortalecido e que haverá no texto a possibilidade de elevar seus poderes em algum momento. Também no futuro. No começo da negociação, estava quase certo que os países se comprometeriam a negociar uma legislação complementar do Direito do Mar, cobrindo áreas internacionais. Ontem, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo admitiu, na conversa com os jornalistas, que também este ponto está encrencado. Claro que ele não fala a palavra encrencado. Na linguagem dos diplomatas, é assim: "O tema oceanos continua sendo negociado, mas exigirá um esforço mais intenso."

Figueiredo também disse que a negociação seria concluída ontem mesmo. Ela já está na prorrogação, porque oficialmente acabou na sexta-feira. Na delegação brasileira falava-se que poderia encerrar à meia-noite, "mas o conceito de meia-noite é bem elástico".

Negociam-se palavras em uma sucessão de consultas bilaterais, ou com grupos de países, para tornar mais sólido um texto que foi emagrecido pelo Brasil. Inicialmente, a lipo tinha razão de ser: era para tirar as redundâncias. Em seguida, o Brasil passou a tirar tudo o que era controverso, pela razão explicada pelo ministro Patriota ao GLOBO de ontem. Ele disse que "se deixar muitos pontos em abertos, não se conclui nada". Se todos os pontos em aberto forem retirados acabam as polêmicas, mas fecha-se um acordo sobre nada.

Três passos para chegar lá. Nick Clegg – Valor Econômico. 19/06/2012

A Eco-92 foi um momento decisivo e dela resultaram ações reais e globais - incluindo a criação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Mas o que aconteceu desde então? Com a chegada da Rio+20 - onde estarei chefiando a delegação do Reino Unido - precisamos nos questionar sobre o quão longe chegamos e o que mais precisamos fazer.

De muitas formas, o mundo avançou a passos largos. Em cada região do mundo em desenvolvimento, a porcentagem de pessoas vivendo com menos de US$ 1,24 por dia diminuiu. Temos visto melhorias significativas no acesso a educação, água e assistência médica também.

Queremos que a declaração do Rio crie um arcabouço global que fará com que essa agenda realmente vá adiante, traga uma ampla gama de iniciativas e faça com que o relatório de sustentabilidade das empresas seja uma norma, não uma exceção.

Ainda assim, o mundo não avançou tanto quanto os delegados da primeira conferência no Rio esperavam. Alguns dos indicadores ambientais mostram sinais preocupantes. As taxas de perda da biodiversidade aumentaram. Em relação ao crescimento econômico, a riqueza continua concentrada e os benefícios ainda não foram universalmente sentidos. Aproximadamente 1,4 bilhão de pessoas ainda vivem em condições de pobreza extrema.

E, com o crescimento dramático da população mundial, nossos desafios só irão crescer. A resposta tem que ser o desenvolvimento sustentável. E, por isso, um dos temas mais importantes da Rio+20 é a criação de uma economia verde. Erradicando a pobreza, protegendo o meio ambiente, atingindo nossas necessidades futuras e garantindo que a prosperidade seja sentida por todos. Da nossa parte, o Reino Unido irá pressionar parceiros internacionais em três pontos prioritários: assinatura dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que levem a ações; o PIB plus, e o estímulo para o setor de negócios faça sua parte com a elaboração de relatórios de sustentabilidade corporativa.

Primeiramente, a Rio+20 deve acordar o desenvolvimento dos ODS. Estes devem ser poucos em número e focados em ajudar as pessoas a sair da pobreza. Eles precisam se fixar em acordos e compromissos relacionados à distribuição de água e segurança alimentar, bem como expandir massivamente o acesso à energia sustentável. Depois da Conferência no Rio, o secretário-geral da ONU irá designar um Painel de Alto Nível para desenvolver um arcabouço pós-2015 para o desenvolvimento sustentável. Esse painel será co-presidido pelo primeiro ministro, David Cameron. Queremos objetivos que eliminem a pobreza mundial e que a agenda do Rio trabalhe em estreita colaboração com eles.

Outra prioridade é o PIB plus. As limitações do PIB como única medida de progresso foram reconhecidas há muito tempo. Um país pode crescer financeiramente e ainda assim destruir simultaneamente o capital natural do qual depende sua prosperidade futura. Precisamos ir além de um modelo no qual o progresso é medido unicamente com base nos ganhos financeiros de curto prazo, rumo a uma medida que avalie a qualidade do crescimento. Isso significa criar indicadores de desenvolvimento, os quais, por exemplo, considerem o valor da floresta em pé e da água limpa. A Avaliação Nacional do Ecossistema do Reino Unido calculou o valor que os pântanos representam para nossa economia, no que se refere à melhoria da qualidade da água, em £ 1,5 bilhão. O Reino Unido está abrindo novos caminhos, no sentido de incluir o capital natural nas contas nacionais. O Governo de Coalizão se comprometeu em ter isso pronto até 2020 - estamos pedindo que os outros façam o mesmo.

Obviamente, está claro que somente ações governamentais não serão suficientes. A Rio+20 precisa integrar o setor de negócios, ajudando a desenvolver uma economia mais verde pela forma como negociamos, inovamos e investimos. Por isso, não estamos apenas pedindo aos Governos que se comprometam com o PIB plus. Precisamos que os negócios tenham essa mesma linha de pensamento. Queremos que a declaração do Rio crie um arcabouço global que fará com que essa agenda realmente vá adiante, traga uma ampla gama de iniciativas e faça com que o relatório de sustentabilidade das empresas seja uma norma - e não uma exceção.

No Reino Unido as empresas estão mudando a forma como fazem seus negócios, colocando a sustentabilidade no centro de suas atividades e relatando seu progresso. Apreciamos as iniciativas de negócios como as da Aviva que está na liderança dos relatórios de sustentabilidade. Precisamos que pessoas saibam dessas iniciativas no Rio, e sigam o exemplo.

Eu apoio o setor de negócios britânico fazendo mais nessa área, especialmente em países onde a água, comida e energia não são suficientes - criando assim oportunidades de negócios que sejam verdadeiramente sustentáveis e boas para o desenvolvimento. A iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4All) é um bom exemplo e o secretário-geral Ban Ki Moon deve ser parabenizado por isso. Em uma recente reunião, em Londres, do painel do SE4All promovida por mim, anunciei que o Reino Unido irá apoiar essa Parceria Público-Privada global em £ 25 milhões. Caso um forte plano de ação seja desenvolvido, esperamos poder dobrar essa quantia.

Três prioridades. Três ideias claras do que queremos atingir. Três passos para o desenvolvimento sustentável: crescimento verde do qual depende a prosperidade real. O Reino Unido deixa claro: precisamos mostrar liderança, precisamos ser ambiciosos. Para os países desenvolvidos, assim como para os que estão se desenvolvendo. Para essa geração, e para todas que seguirem.

Nick Clegg é vice-primeiro-ministro do Reino Unido desde 2009 e lidera a delegação britânica na Conferência das Nações Unidas - Rio+20

O Brasil e a Rio+20. Izabella Teixeira – Valor Econômico. 19/06/2012

Vinte anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, chegou o momento de o Brasil novamente assumir papel de liderança

mundial, sediando a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Apesar de todos os avanços realizados desde então, o paradigma do desenvolvimento sustentável não foi adotado por todos. Persistem ainda graves problemas de pobreza e exclusão social em todos os quadrantes do planeta. Essa situação agrava as consequências de políticas de crescimento econômico que visam exclusivamente o aumento da produção de bens e serviços sobre o meio ambiente.

A Rio+20 é parte de um ciclo que começou em 1972, em Estocolmo, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Essas Conferências, convocadas pelas Nações Unidas, servem para repensar o mundo em que vivemos. Nesses momentos podemos reunir diferentes vozes para refletir sobre quem somos, o que queremos e estabelecer juntos compromissos políticos com a sustentabilidade. As diretrizes determinadas nesses encontros influenciam profundamente os rumos do desenvolvimento a longo prazo.

Em 1992, havia a expectativa de que se criariam novas condições para o crescimento econômico, em melhor harmonia com o meio ambiente, com base no desenvolvimento sustentável. Precisamos avaliar as realizações e lacunas no cumprimento dos objetivos da Agenda 21 e das convenções de 1992, bem como enfrentar as razões pelas quais não avançamos mais.

Crescimento econômico não pode ser dissociado do combate à pobreza e da gestão sustentável dos recursos naturais

O debate sobre a conservação do meio ambiente e sobre o crescimento econômico nos últimos 20 anos criou condições para inflexão política em prol do desenvolvimento sustentável, com base nos princípios aprovados em 1992, e tendo em conta novos consensos. Por essa razão, buscamos a convocação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Rio+20.

O contexto atual é diferente daquele no qual ocorreu a Rio 92. Aquele era um momento de grande esperança em relação à cooperação internacional. Hoje, o multilateralismo se encontra em outro patamar, desafiado pela crise econômica internacional e pela globalização, com suas vantagens e desvantagens. A configuração política mundial, com a forte presença de países emergentes no cenário internacional, nos apresenta oportunidade para o fortalecimento do multilateralismo. A realidade atual pede arranjos mais dinâmicos, mais eficazes.

É nesse cenário que representantes de quase 200 países estão no Brasil, esta semana, para formular consensos sobre os dois principais temas da Conferência: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e governança para o desenvolvimento sustentável. Obter tais consensos é fundamental para criar condições de aplicar efetiva e concretamente nossas políticas econômicas, sociais e ambientais, nacionais e internacionais, uma vez que hoje está ainda mais claro que a cooperação internacional é fundamental para superar os obstáculos para alcançar o desenvolvimento sustentável.

A economia verde inclusiva poderia ajudar na incorporação, pelos diversos agentes econômicos - governos centrais e locais, empresas, bancos, instituições financeiras, agências de desenvolvimento nacionais e internacionais etc. -, do paradigma do

desenvolvimento sustentável em sua plenitude. Vejo a economia verde como um modelo econômico inclusivo, com vigoroso crescimento econômico que promova inclusão social, num cenário de baixa emissão de carbono e de conservação dos recursos naturais. O papel da Rio+20 é reverter a ideia de que desenvolvimento sustentável é um desafio só ambiental. São inseparáveis o crescimento econômico, a inclusão social e o respeito ao meio ambiente.

Um dos prováveis resultados da Rio+20 será a definição de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que levem em consideração as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento. Esses Objetivos poderão vir a orientar, a partir de 2015, a elaboração de políticas públicas e privadas, e assim contribuir para dar foco e direção ao desenvolvimento sustentável. Deverão ser elaborados como metas globais, para cumprimento coletivo, por países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Como anfitriões, esperamos oferecer a hospitalidade necessária para a criação de espaço de diálogos entre os povos, respeitando a diversidade cultural, política e de expectativas. Antecedendo a Rio+20, o Brasil organizou, com o apoio das Nações Unidas, os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável. Essa iniciativa inovadora visa construir uma ponte entre a sociedade civil e os tomadores de decisão, dando oportunidade a todos para contribuir com os esforços globais de consolidação do desenvolvimento sustentável como paradigma para a ação pública e privada.

A sustentabilidade não é mais questão de idealismo, mas de pragmatismo. As crises precisam ser resolvidas com mudança do padrão de desenvolvimento, com plena aceitação e gestão correta dos limites ambientais e redução das desigualdades entre nações e pessoas. A ascensão de milhões de brasileiros a condições dignas de vida nos credencia a falar de desenvolvimento sustentável na sua essência: a inclusão, a participação e o interesse público como guia da economia e do uso dos recursos naturais.

A mudança nos padrões globais de desenvolvimento é inevitável, pois o crescimento econômico não pode deixar de estar associado ao combate à exclusão social e à gestão sustentável dos recursos naturais. Isto só acontecerá se conseguirmos mobilizar nossos governos, cientistas, movimentos sociais, empresas e cidadãos. A Rio+20 tem esse fim.

Izabella Teixeira é ministra do Meio Ambiente.

Europa acusa Brasil de adiar decisões e aceitar acordo fraco – Valor Econômico. 19/06/2012

Com a expectativa de fechar o texto-final do documento base da Rio+20 na madrugada de hoje, os negociadores brasileiros enfrentavam a resistência europeia de não aceitar um resultado que consideram fraco, sem metas e nem objetivos. No entender dos europeus, o texto em negociação fará com que a Rio+20 não tenha impacto na vida das pessoas.

O questionamento europeu, apoiado por organizações da sociedade civil, é que a Rio+20, sob a presidência brasileira, está adiando decisões e que falta coragem de avançar. O Brasil se defende dizendo que está tentando criar consenso em temas complexos e que envolvem financiamento em um mundo sem recursos.

Em uma reunião às 18h, negociadores europeus reafirmaram que não o consideravam forte o suficiente. "Não há menção de metas concretas ou objetivos", disse ao Valor Monica Westerén, porta-voz de Janez Potocnik, o comissário de Meio Ambiente da União Europeia. "A Rio+20 está olhando mais para o passado do que para o futuro." Os europeus querem definições para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), um dos prováveis resultados da conferência. Querem que a Rio+20 defina, por exemplo, áreas - água, energia, cidades, por exemplo - e metas. Na avaliação do Brasil, isso não está maduro o suficiente, e a Rio+20 tem que "lançar um processo" para definir isso.

O esforço feito pelos negociadores brasileiros era de resolver os problemas com "linguagem apropriada", como costumam dizer os diplomatas. Assim, procuravam, por exemplo, agradar tanto à Europa como aos EUA, em polos opostos sobre o destino do Pnuma. Fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente é um ponto de consenso entre todos os países que negociam o documento final da Rio+20, o chamado "O Futuro que Queremos". Mas a Europa e os países africanos querem que o Pnuma vire uma agência da ONU. Os americanos dizem que isso não é possível e alegam uma questão técnica: que a mudança teria que ser feita através de um tratado, o tratado teria que ser ratificado no Congresso americano, e a decisão não seria aprovada.

A saída encontrada na proposta que estava na mesa na noite de ontem era um jogo semântico para satisfazer a todos. Um programa da ONU não têm acesso a recursos das Nações Unidas, não pode abrir escritórios no exterior, não pode coordenar decisões ambientais tomadas em outros órgãos da ONU. O Pnuma tem 40 anos e nenhuma autonomia em suas decisões, que têm que ser ratificadas pela Assembleia Geral, em Nova York. Seu orçamento é imprevisível, com contribuições voluntárias dos países. Só 58 dos 193 países tomam decisões em seu conselho rotativo. É um órgão sem força, influência e nem dinheiro, mas que elabora relatórios científicos que são referência e tem um corpo técnico que ajuda os países africanos.

"O texto sobre o Pnuma usa os termos fortalecer e upgrade", disse o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado à imprensa, no fim da tarde, frisando que o texto não cita a criação de uma agência. "É um texto que dá margem a um processo de levar o programa para outro tipo de patamar", prosseguiu o secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20. Traduzindo o jargão, Figueiredo diz que esse é o caminho, mas sem fazer com que o braço ambiental da ONU vire algo como a Organização Mundial da Saúde ou do Comércio.

"Não se pode subestimar o simbolismo de se criar uma agência de meio ambiente", avalia Daniel Mittler, diretor de políticas do Greenpeace Internacional. "Para tudo o que importa dentro da ONU há algum organismo." Mittler lembra que dizer apenas que o Pnuma terá mais recursos financeiros, e não especificar como nem quanto, "pode significar somente US$ 5".

Em entrevista ao Valor, o chefe dos negociadores, embaixador André Aranha Corrêa do Lago, disse que "O Brasil quer que da Rio+20 saia um documento que tenha influência sobre o longo prazo. Não um documento que impressione apenas nesse momento". Prosseguiu: "É muito mais ambicioso criar um processo de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no qual vai se discutir com atenção o que fazer nos

próximos anos do que apenas soltar aqui palavras muito mais impressionantes, mas que, na realidade, tenham um efeito muito menor no longo prazo".

A proposta é estabelecer na Rio+20 um comitê intergovernamental que irá apresentar, em setembro de 2014, em quais áreas o mundo quer ter objetivos de desenvolvimento sustentável e como eles seriam. No entender dos europeus, isso deveria ser resolvido aqui e não adiado. Corrêa do Lago não considera a discussão madura o suficiente.

Em outro ponto complexo da negociação, sobre os recursos financeiros para bancar o desenvolvimento sustentável, a solução foi alterar completamente o texto. Na versão anterior, apontava-se para um caminho que mobilizasse recursos. Agora, a ideia é decidir sobre uma avaliação das necessidades incluindo a análise de novas fontes de financiamento. "Parece algo mais claro e, talvez, mais viável de colocar tudo em marcha", avaliou Antonio Hill, porta-voz para a Rio+20 da Oxfam.

Europeus pensam só no curto prazo, rebate brasileiro – Valor Econômico. 19/06/2012

Os europeus pensam somente no curto prazo e os governos dos países desenvolvidos estão mais preocupados em tirar ganhos políticos das negociações, acusou o embaixador André Corrêa do Lago, chefe dos negociadores brasileiros. Ele reagiu às críticas das delegações europeias, que acusam o Brasil de reduzir o alcance dos resultados da conferência no esforço para buscar o consenso.

"A ambição dos europeus é muito de curto prazo. São paises mais preocupados em preservar o que eles já têm do que em pensar no futuro", disse Corrêa do Lago, em resposta à avaliação (compartilhada por ONGs) de que o documento final da Rio+20 está ameaçado de ter poucos resultados práticos, pelo tom genérico e a falta de compromissos mais detalhados por parte dos 193 países participantes.

Para o Brasil, a melhor forma de ter resultados práticos na negociação sobre o crescimento com preservação dos recursos naturais e redução das desigualdades é fixar, na Rio+20, uma data para os países chegarem a um acordo. A discussão "ainda não está madura", diz. A data de 2014 para os países definirem metas de desenvolvimento sustentável será a melhor maneira de garantir a participação da sociedade na decisão dos governos, disse. A seguir, os principais pontos da entrevista. (DC, SL e FG)

Valor: A Europa não está contente, acha que o resultado da conferência vai ser nivelado pelo mínimo denominador comum. Como fazer?

André Corrêa do Lago: O Brasil quer que, da Rio+20, saia um documento com influência sobre o longo prazo. Não um documento que impressione apenas neste momento. Então é muito mais ambicioso criar um processo de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no qual vai se discutir com atenção o que se fará nos próximos anos do que simplesmente soltar aqui palavras mais impressionantes, mas que, na realidade, tenham um efeito muito menor no longo prazo. O Brasil tem que resistir como resistiu em 1992 a ter um resultado que seja apenas de curto prazo. Quando acabou a Rio92 a maioria dos analistas perguntou: cadê os resultados? A convenção do clima acabou virando a maior negociação do mundo.

Valor: Aqui se critica que os resultados estão sendo limitados.

Corrêa do Lago: O Jeffrey Sachs [economista americano] tem dito que os ODS são a coisa mais inovadora dos últimos anos em matéria de compromissos novos, de compromissos pensados para o mundo contemporâneo.

Valor: Mas a Rio+20 não define nem as áreas dos ODS.

Corrêa do Lago: O problema é esse. É que se nos concentrarmos em ter as áreas vamos limitá-los. Se nos anteciparmos com as áreas, vamos pré-julgar. Há quem considere que padrões sustentáveis devem ser transversais aos ODS. Tem gente que acha que deve ser apenas uma das áreas. Outros dizem que energia deve ser transversal porque afeta agricultura, cidades e redução de pobreza. Tem que pensar muito bem os ODS. São uma coisa muito ambiciosa. A ideia começou a ser discutida só em abril de 2011.

Valor: O debate não está maduro?

Corrêa do Lago: Os processos mais efetivos da ONU são os processos bem desenvolvidos. A ambição dos europeus é de curto prazo. São países que estão naturalmente muito mais preocupados em preservar o que já têm do que em pensar no futuro. É óbvio que os países que estão pensando mais no futuro são os países em desenvolvimento. O documento que o Brasil apresentou ontem [no domingo] é um documento que tende mais para o futuro e os países em desenvolvimento reconhecem mais esse documento do que os desenvolvidos. Os países desenvolvidos querem voltar e ter ganhos políticos imediatos dessa negociação. O Brasil poderia fazer esse jogo, mas não está fazendo esse jogo apesar de ser sede da conferência.

Valor: Se a Rio+20 jogar tudo para a frente, não mina as possibilidades futuras?

Corrêa do Lago: Acho que não. Acho que o fato de colocar o processo com data para terminar em 2014 é um convite para a maior participação da sociedade civil. Desenvolvimento sustentável não pode ser feito somente por governo, a sociedade civil tem que participar. Se não houver envolvimento das pessoas, não haverá mudanças nos padrões de consumo.

Valor: Países desenvolvidos e em desenvolvimento têm princípios diferentes para planejar o futuro?

Corrêa do Lago: A questão, importante aqui, de que devem haver responsabilidades comuns, mas diferenciadas, é vista por países desenvolvidos como algo que ajuda os em desenvolvimento a fazer menos. Achamos que é exatamente o contrário. A segurança de que existe esse princípio é que dá o conforto aos países em desenvolvimento de poderem se comprometer a fazer mais.

Valor: Negociadores dos países desenvolvidos têm dito que é pequeno o nível de ambição e que os emergentes poderiam fazer mais...

Corrêa do Lago: Eu adoraria ouvir dos países desenvolvidos o que eles vão fazer a mais, e não o que eles acham que os outros deveriam fazer mais. Temos de entender e respeitar as posições de todos os países, entendo perfeitamente a lógica que leva os

europeus, os americanos e o G-77 [o grupo dos países em desenvolvimento] a defender suas posições. E a ideia da ONU é ajudar os países a participar desse processo. A proposta apresentada pelo Brasil é ambiciosa para o longo prazo, não exatamente um texto para impressionar hoje, mas para abrir as portas.

China exige flexibilidade para a transição à "economia verde". Sergio Leo – Valor Econômico. 19/06/2012

Metas para a "economia verde" sim, mas não obrigatórias, e com flexibilidade para que cada país siga seu próprio caminho, em seu próprio ritmo. Às vésperas da chegada dos chefes de Estado para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, essa é uma das demandas prioritárias da China, segundo o coordenador dos negociadores chineses, o vice-presidente da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento do país, Du Ying. A posição da China opõe-se à de países desenvolvidos, que querem metas globais, e é um exemplo das dificuldades para um texto de consenso entre os 193 países das Nações Unidas nesse tema.

"É preciso buscar um equilíbrio", afirmou Du Ying, ao argumentar que os compromissos em adotar tecnologias menos agressivas ao meio ambiente e às reservas de recursos naturais têm de conciliar a necessidade de garantir o crescimento econômico e o combate à pobreza.

"Temos de cuidar também do direito à sobrevivência e ao desenvolvimento", insiste, ao comentar a demanda por metas de desenvolvimento sustentável, um dos pontos de impasse na negociação que avançaria pela noite de ontem.

Os países em desenvolvimento, reunidos no grupo chamado de G-77 no jargão diplomático, acusam os países desenvolvidos de exigir novos compromissos sem ter cumprido aqueles assumidos no passado, como a meta de dedicar 0,7% do PIB à assistência internacional. "Temos um ditado que diz: todas palavras que disse serão contadas; por isso, vamos fazer o que dissermos", ironizou Du Ying, citando esforços da China para reduzir a agressão ao meio ambiente e aos recursos naturais. "Tenho a esperança de que os países ricos realizem as palavras que disseram."

Para o dirigente chinês, não é "acurada" a noção de que a China já se equivale a países desenvolvidos, por ter se tornado rapidamente a segunda maior economia do mundo. "O Produto Interno Bruto per capita da China é de apenas 53% da média mundial e 122 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, segundo os limites tradicionalmente aceitos", argumentou. "A China está ainda no processo de aceleração da industrialização, e estamos lidando com problemas concentrados, enfrentados há três centenas de anos pelos países desenvolvidos", acrescentou. "Temos grandes desafios em termos de proteção ambiental e de inovação".

"Vamos seguir um caminho de crescimento econômico verde; mas precisamos permitir aos diferentes países que persigam seu próprio caminho de acordo com suas próprias condições nacionais", resume o coordenador da delegação chinesa.

Os argumentos de Du Ying são similares aos de outros países em desenvolvimento e mostram por que tem sido impossível encontrar um consenso sobres os compromissos a serem assumidos pelos chefes de Estado que se reúnem a partir de amanhã no Rio de

Janeiro. O impasse levou o governo brasileiro a propor um documento final para a reunião que, na prática, adia para 2014 as principais definições.

Para a pesquisadora da Academia Chinesa de Ciências Sociais Chen Ying, que faz parte da comitiva chinesa como observadora das negociações, o problema das negociações na Rio+20 é a pressão dos países ricos sobre as nações em desenvolvimento para adotarem padrões de produção "verdes", sem que se garanta a ajuda internacional para obter os recursos financeiros e tecnológicos necessários.

"A China tem feito grande esforço no curto prazo para mudar de uma economia de baixa eficiência em energia, cimento, indústrias, e tem perdido empregos com isso", argumentou a pesquisadora. "Temos de fazer a transição, não só pela pressão internacional, mas pelos problemas domésticos, como a poluição; mas passo a passo".

Governo diz que legado será avanço do debate. Fernando Exman – Valor Econômico. 19/06/2012

Enquanto a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, reiterava ontem seu otimismo com o desfecho das negociações do documento final da Rio+20, integrantes do núcleo político do governo Dilma Rousseff afirmavam que a avaliação sobre os resultados da conferência sobre o desenvolvimento sustentável não deve se limitar ao texto em discussão.

O Brasil, que nos últimos dias assumiu a dianteira das costuras diplomáticas, trabalhará para que os países assumam "compromissos concretos". A própria presidente Dilma Rousseff deve fazer tal cobrança em seu discurso durante a cúpula a ser realizada entre amanhã e sexta-feira. No entanto, dizem os ministros com gabinete no Palácio do Planalto, a série de debates sobre a chamada economia verde e inclusiva que ocorre no âmbito da Rio+20 já representa um avanço significativo por si só.

Ontem, negociadores se preparavam para passar a madrugada buscando um consenso sobre o texto do documento final. Perguntada se o país teria um trunfo para destravar as negociações, a ministra do Meio Ambiente se limitava a dizer que "o Brasil é um hábil negociador". Outros ministros alimentavam o mistério.

"Que eu saiba não tem nenhum coelho na cartola ou carta na manga. O que tem é uma persistência nossa de até os 49 minutos do segundo tempo trabalhar na perspectiva de conseguir alguns avanços e compromissos concretos", afirmou ao Valor o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

Para ele, independentemente do resultado das negociações, a Rio+20 deixará um legado de avanços nos debates sobre o desenvolvimento sustentável. "A Rio+20 não vai poder ser avaliada pelo que vai ocorrer no papel, no texto final. Há toda uma dinâmica de discussão e dos debates dentro do Riocentro e fora, aqui nesses ambientes [Fórum de Sustentabilidade Empresarial] e na Cúpula dos Povos, que faz parte da Rio+20 e vai fazer da Rio+20 muito mais que um documento no papel", ponderou o ministro.

O secretário-geral da Presidência argumentou que o mesmo se passou com a Rio-92. Durante aquela conferência, disse, a imprensa classificou o resultado do encontro como um fracasso. "Hoje, olha-se para trás e se diz que foi uma marca", sublinhou.

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, reforçou o discurso do colega: "Ninguém faz um evento desses sem ter consequências. Tenho certeza que vai ter consequências para toda uma geração".

Os ministros citam uma mudança dentro do próprio governo como exemplo do progresso nos debates. Segundo eles, a presidente Dilma Rousseff tem afirmado que as questões ambientais devem ser objeto da preocupação de todas as pastas, e não só mais do Ministério do Meio Ambiente.

Brasil recebe críticas por 'falta de ambição'. Daniela Chiaretti, Sergio Leo e Francisco Góes – Valor Econômico, Capa. 19/06/2012

Sob fortes críticas dos representantes europeus, a Rio+20 pode terminar sem resultados concretos. O questionamento europeu, apoiado por organizações da sociedade civil, é que a conferência, sob a presidência brasileira, está adiando decisões e que falta coragem para avançar. O Brasil se defende dizendo que está tentando criar consensos em temas complexos e que envolvem financiamento em um mundo sem recursos. As negociações do documento "O Futuro que Queremos" estavam previstas para avançar na madrugada de hoje.

Em reunião no início da noite de ontem, os negociadores do bloco europeu reafirmaram que não viam ambição no texto e que não o consideravam forte o suficiente. "Não há menção de metas concretas ou objetivos", disse ao **Valor** Monica Westerén, porta-voz de Janez Potocnik, o comissário de Meio Ambiente da UE. "A Rio+20 está olhando mais para o passado que para o futuro".

Os europeus querem definições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um dos possíveis resultados da conferência. Querem que a Rio+20 defina, por exemplo, metas para áreas como água, energia e cidades. Na avaliação brasileira, o assunto ainda não está "maduro" e a Rio+20 deve "lançar um processo" para definir essas questões no futuro.

Texto final do Brasil é considerado fraco por UE. Claudia Antunes, Claudio Angelo e Isabel Fleck – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012

Para embaixador brasileiro, redação deve 'equilibrar descontentamentos'. Na avaliação europeia, documento pende para erradicação da pobreza e não contempla o "pilar ambiental"

As negociações do documento final da Rio+20 se aproximavam do fim na noite de ontem, com uma crise aberta entre Brasil e União Europeia. O bloco considerou o texto apresentado pelo anfitrião desequilibrado, com ênfase na erradicação da pobreza e não no ambiente.

Depois de uma reunião tensa com o chanceler Antônio Patriota, a ministra do Ambiente da Dinamarca, Ida Auken, e o comissário do Ambiente da UE, Janez Potocnik, declararam que estava na hora de a negociação sair das mãos dos diplomatas e ser entregue aos ministros para a resolução dos impasses.

Isso, porém, exigiria mais tempo de conversa, o que o Itamaraty considerava fora de questão: o Brasil queria o documento fechado ainda na madrugada de hoje.

"Isso foi abundantemente informado pelo país anfitrião muitas vezes na primeira plenária [sábado à noite], e é isso que vamos fazer. Vamos fechar e aprovar o documento esta noite", afirmou ontem aos delegados o coordenador brasileiro da Rio +20, Luiz Alberto Figueiredo.

A UE ficou irritada com a retirada, pelo Brasil, dos temas que deveriam ser tratados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os europeus exigiam que o documento fizesse menção explícita a pelo menos cinco deles, como degradação de solos, conservação de oceanos e segurança alimentar.

Também irritou a UE o fato de a proposta brasileira excluir a conversão do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) em agência independente.

"Qualquer que seja a substância que acordemos, não podemos deixar de pareá-la com instituições adequadas", disse Potocnik à**Folha**.

O Brasil se contrapõe às reclamações europeias afirmando que o bloco é inflexível no debate sobre financiamento, recusando-se a contribuir com mais dinheiro.

Sobre o órgão ambiental da ONU, Figueiredo declarou ontem que a redação do documento "dá margem a um processo para levar o Pnuma a outro tipo de patamar".

FRACO

O descontentamento com o rumo da Rio+20 não veio só de dentro das mesas de negociação no Riocentro.

O grupo chamado "The Elders" ("Os Anciãos"), formado em 2007 por iniciativa do ex-presidente sul-africano Nelson Mandela, fez ontem um apelo dramático para que os líderes atuais salvem o documento final da Rio+20.

"Há uma avaliação de que o texto ainda é muito fraco", disse Mary Robinson, ex-presidente da Irlanda.

Ainda havia vários impasses a contornar minutos antes da plenária final, marcada para começar às 23h.

Um dos impasses mais graves era a questão relativa ao acordo sobre a proteção de áreas marinhas fora de jurisdição nacional.

Uma negociadora sênior da área disse à **Folha** ontem que não havia mais a menor possibilidade de resolver a questão entre os diplomatas: a resistência dos EUA e do Japão só poderia ser quebrada por meio do envolvimento de esferas decisórias superiores.

Vaticano faz pressão em trechos que reafirmam direito da mulher – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012

O Vaticano insistia, em negociações na noite de ontem, em enfraquecer trechos do documento da Rio+20 que reafirmam direito das mulheres de acesso a métodos "efetivos e seguros" de planejamento familiar.

A proposta da Santa Sé, que tem status de observadora na ONU, é retirar do texto o parágrafo que menciona os "direitos reprodutivos", expressão que designa a autonomia da mulher para decidir quando ter filhos.

A Igreja Católica também sugeriu a exclusão de referências à Declaração de Pequim, de 1995. A declaração, entre outros temas sobre igualdade de gêneros, trata de direitos sexuais femininos.

A posição do Vaticano, segundo grupos feministas, foi apoiada por Chile, Honduras, Nicarágua, Egito, República Dominicana, Rússia e Costa Rica. Os quatro primeiros alegaram não reconhecer "direitos reprodutivos", que relacionam à descriminalização do aborto, e que apoiam o "direito à vida". Os três últimos sugeriram acrescentar ao termo o qualificativo "de acordo com as leis nacionais".

Bolívia, Peru, México, Uruguai, Canadá, Islândia e EUA se pronunciaram em favor do texto original. O arcebispo Francis Chullikat, observador do Vaticano na ONU, disse que não comentaria o tema enquanto as negociações estivessem em andamento.

De acordo com Beatriz Galli, da ONG Ipas, a delegação brasileira disse que estava comprometida com a Secretaria para as Mulheres da Presidência da República a manter "direitos reprodutivos" no texto.

Manifestações de ativistas param o Rio. Fabio Brisolla, Diana Brito e Laura Capriglione – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012

Ambientalistas em defesa das florestas; mulheres com os seios de fora criticando a exploração do corpo feminino; sem-terra na luta contra o capitalismo; índios armados com arcos e flechas reivindicando demarcação de terras. E todos juntos contra o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), eleito como a força do mal a ser combatida.

Durante todo o dia, a sede do BNDES foi sitiada por manifestações. Os protestos causaram engarrafamentos, com interdições das principais vias do centro, além das pistas do aterro do Flamengo.

Apelidado de "Banco Nacional do Desmatamento e da Exclusão Social" pelo grupo dos ambientalistas, o BNDES é criticado por conceder empréstimos a empresas em projetos que causariam impactos sociais e ambientais. Entre eles a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA) -o banco financiará 80% da obra.

ÍNDIOS PRIMEIRO

O cerco à sede do banco foi feito inicialmente pelos índios. Cerca de mil, de várias etnias, saíram do Aterro do Flamengo, onde fica a Cúpula dos Povos. Quase 200 estavam pintados para guerra, com cocares, lanças, arcos e flechas. Tocavam tambores.

A manifestação terminaria no largo da Carioca, ponto tradicional de protestos, onde se encontrou com militantes pela reforma agrária e com a Marcha das Mulheres. Mas aí os índios decidiram continuar em direção ao BNDES.

Escalaram as grades do banco e entraram no terreno entoando gritos de guerra. Só não invadiram o prédio porque funcionários fecharam as portas. No fim, conseguiram o compromisso de que, em julho, cinco deles serão recebidos para conversar.

De volta ao aterro, entraram na frente dos carros com arcos e flechas para dar passagem à passeata.

Às 14h30, outro "cerco" ao banco reuniu centenas de ambientalistas contra o que chamam de "retrocesso socioambiental do governo". Por causa disso, a passeata levou o nome de "Marcha à Ré". Manifestantes andavam de costas com cartazes da presidente e uma motosserra e gritavam: "Ei Dilma, vou te derrubar. Quem mata a floresta não merece governar".

"Nós viramos robôs de fazer dinheiro" critica Nobel da Paz. Denise Menchen – Folha de São Paulo, Cotidiano. 19/06/2012

Para o 'banqueiro dos pobres', sistema que criou a miséria não pode resolvê-la

O ser humano se tornou um "robô de fazer dinheiro", e essa obsessão o está impedindo de enfrentar de forma adequada desafios como a erradicação da pobreza.

A avaliação foi feita ontem pelo ganhador do prêmio Nobel da Paz de 2006, economista Muhammad Yunus, em entrevista à**Folha**.

Fundador do Grameen Bank, que contribuiu para a inclusão social de moradores de comunidades carentes de Bangladesh ao conceder a eles microcrédito, o 'banqueiro dos pobres', como é conhecido, disse que a estrutura econômica que temos hoje criou a pobreza, então não tem como solucioná-la.

"No sistema atual tudo gira em torno de fazer dinheiro. Nós esquecemos que somos seres humanos. O dinheiro é parte de nossas vidas, não é nossa vida".

Yunus se mostrou cético em relação aos resultados da Rio+20, mas afirmou que a cúpula é importante para promover a troca de ideias, criando oportunidades para que as pessoas pensem sobre o mundo que querem.

"Os governos vêm com seus textos e ficam tentando empurrá-los uns para os outros. Eles ficam apegados a suas posições. Mas são os indivíduos, especialmente os jovens, que podem levantar as questões que não estão nos documentos."

CONTAG é convidada para abertura oficial da Conferência da Nações Unidas 20/06/2012

O presidente da CONTAG, Alberto Broch, foi convidado pela presidenta Dilma Roussef para acompanhar nesta quarta (20 de junho) a cerimônia de abertura oficial da Rio + 20, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. A CONTAG foi uma das poucas entidades selecionadas pela presidenta, numa cerimônia restrita a apenas 100 chefes de Estado do mundo inteiro.

Para Alberto Broch, presidente da confederação, a iniciativa da presidenta demonstra o "reconhecimento pelo trabalho sério que a CONTAG está realizando, a nível nacional, em prol da sustentabilidade, por um país mais justo, pautado em um modelo de desenvolvimento baseado na agricultura familiar".

A abertura oficial da Rio + 20 acontece às 16h, no Rio de Janeiro, com a presença de grandes líderes mundiais. A delegação da CONTAG é composta por diretores e assessores da confederação e representação das cinco regiões do país.

Amanhã, entre as atividades paralelas à conferência, a CONTAG organiza o seminário "O Papel da agricultura Familiar na Garantia do Desenvolvimento com Sustentabilidade", das 9h às 13h, no Espaço Arena Socioambiental – Aterro do Flamengo, com o objetivo de promover a integração entre as organizações da agricultura familiar para a promoção do desenvolvimento sustentável e a divulgação do Ano Internacional da Agricultura Familiar

---

Cúpula dos Povos leva 80 mil às ruas contra capitalismo. Rafael Soriano – Site do MST. 20/06/2012

Mais de 80 mil homens e mulheres formaram um mar de pessoas que, organizadas, cobriram a Avenida Rio Branco no Centro do Rio de Janeiro, desde a Candelária até a Cinelândia.

A mobilização global convocada pelo Grupo de Articulação da Cúpula dos Povos e engrossada por diversos movimentos e a população do Rio de Janeiro, foi o marco do levantar das vozes dos povos de todo o mundo contra o que consideram um teatro barato encenado na conferência oficial, a Rio +20, por chefes de Estado e grandes corporações, que seriam incapazes de promover justiça social e ambiental.

Num chamado à unidade de toda a classe trabalhadora mundial, o dirigente da Via Campesina, João Pedro Stedile, convocou o grande contingente a um pacto histórico: "Propomos o pacto do Rio de Janeiro dos povos em luta, para que voltemos para nossos locais de origem e façamos todos os dias lutas contra os inimigos certos".

Stedile alertou para o mundo que os grandes poluidores, usurpadores dos recursos naturais dos povos, que destroem a vida na Terra, tem "nome e sobrenome, é o Capitalismo, as grandes transnacionais, Monsanto, Cargil, os bancos!".

O líder Sem Terra chamou atenção para o momento em que vive a humanidade, de capitalismo em crise, quando os capitalistas ficam mais gananciosos. "Avançam para querer se apoderar dos recursos do mundo, para se protegerem da crise e, em seguida,

com a privatização da terra, água e até do ar (com os créditos de carbono), poderem retomar seus ciclos de usurpação", explicou.

No entanto, frente a um contingente jamais visto em lutas nas ruas do país desde 1989, deixou a esperança de que novos tempos podem estar se anunciando, o qual os povos, "cansados das políticas do neoliberalismo, caminham por suas próprias pernas".

Agroecologia

Os gritos de todas as comunidades, movimentos e povos em luta foram ouvidos ao longo da manifestação, que pautou o fim deste sistema de exploração do trabalho e dos recursos naturais até esgotá-los, a construção de novos paradigmas, como a alternativa da Agroecologia na alimentação do planeta, os direitos, culturas e demandas dos povos.

Trazendo o que chamou de calor revolucionário dos povos do Caribe, Camille Chalmers, do Haiti, foi enfático ao exigir o fim do colonialismo em países como Curaçao e Porto Rico, do neocolonialismo sofrido pelo Haiti e esbravejou: "as tropas da ONU devem sair do Haiti já!"

Os milhares de homens e mulheres, camponeses, urbanos, de todos os confins do planeta faziam coro contra a "Economia Verde", proposta dos bancos e chefes de Estado para o planeta: o capitalismo travestido de sustentabilidade.

Iniciativas como os REDD ou mesmo a farsa dos créditos de carbono, que financeirizam a própria vida e o meio ambiente, foram rechaçadas pelas populações que ora convergem para uma plataforma mundial de soluções apresentadas e já praticadas pelos próprios povos do mundo para "esfriar o planeta" a partir da agricultura camponesa e um novo marco econômico.

Para Elizabeth Mpofu, que veio do Zimbábue na delegação da Via Campesina Internacional, "a Rio +20 deveria se chamar Rio -20! A economia Verde não é solução, pois somente serve às transnacionais, não respeita os Direitos Humanos, não respeita as gentes. Cria, por sua vez, uma agenda de destruição. Nós vamos destruir esta agenda". A militante exemplificou como a concentração de terras é um dos problemas mais sérios do mundo, citando o caso recente do Paraguai em que, assim como outros semelhantes, viu tombar lideranças camponesas que contrariam o latifúndio devastador.

Durante o grande ato, o evento oficial da ONU foi lembrado, destacando-se o desprestígio das principais economias dos países do Norte para com os "governos puxa-sacos do Imperialismo", que se encontram na Rio +20.

Foi questionada a cessão por parte do governo brasileiro de um aporte de US$ 10 bilhões (dez bilhões de dólares) ao fundo de resgate dos bancos europeus em crise. No total, somando as colaborações de todos os países do G-20, serão desprendidos US$ 456 bi dos cofres públicos para a crise do capitalismo.

Enquanto os diplomatas e chefes de Estado de uma centena de países se encontraram para redigir um único documento (que não prevê punições e metas para os poluidores), um sem número de organizações da sociedade promovem a Cúpula dos Povos, por Justiça Social e Ambiental e em Defesa dos Bens Comuns. Além de grandes

mobilizações de rua, acontece uma série de debates e momentos de convergência nos eixos que englobam as denúncias das reais causas da crise, as soluções já praticadas pelos povos e as agendas e unidades para a luta nos próximos períodos.

Agropecuária e Sustentabilidade no foco dos debates – Site do MAPA. 20/06/2012

Exemplos de projetos inovadores na área mostram que é possível obter grande produtividade respeitando o meio ambiente

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), apresentará nesta quarta-feira (20), durante a programação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), as experiências que comprovam a viabilidade de uma pecuária sustentável e produtiva. O painel "Agropecuária e Sustentabilidade: Exemplos de Sucesso", promovido pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) abordará o tema a partir de projetos inovadores na área e mostrará que é possível obter grande produtividade respeitando o meio ambiente.

Ontem, também no espaço programado para debates (Ideias Circulantes, Humanidade 2012), o ministro da Agricultura Mendes Ribeiro Filho abordou com demais autoridades no assunto, a "Segurança Alimentar e Sustentabilidade no Agronegócio".

Ainda na manhã de hoje, a partir da 11h, o ministério se reúne com autoridades agropecuárias de vários países, que vão discutir sobre as práticas sustentáveis adotadas por seus países e pelo Brasil.

Na programação paralela da Rio+20, o Mapa destaca no painel de hoje os modelos de produção orgânica desenvolvido na Fazenda da Toca, em Itirapina (SP); o programa de saúde animal na pecuária de leite realizado, no Rio Grande do Sul, pelo Programa Nacional de Controle de Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) e o projeto Pecuária Verde, criado em Paragominas (PA).

O tema Recuperação de Pastagens Degradadas será tratado em duas apresentações: Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e o Programa de Recuperação de Pastagem de Mato Grosso do Sul. O painel será ministrado pelo assessor especial do Mapa, Francisco Jardim, e cada palestra terá duração de 30 minutos. No final, será promovido um debate com o público. O painel começa às 14h, no Auditório da Embrapa Solos (Rua Jardim Botânico, 1.024 – Jardim Botânico – Rio de Janeiro).

Até Vaticano consegue esvaziar o documento final da Rio+20 – O Globo, Capa. 20/06/2012.

Texto é aprovado após madrugada tensa de negociações no Riocentro

Um documento muito mais fraco do que se poderia esperar. Essa foi a conclusão do texto aprovado ontem, numa plenária quase relâmpago no Riocentro, após uma madrugada tensa em que os europeus ameaçaram deixar a mesa de negociações. A conclusão foi um relatório sem ambições e que muitos ambientalistas e observadores da sociedade civil chegam a batizar de "Rio menos 20", numa alusão à Rio-92, que apresentou avanços bem significativos. Até o Vaticano, um mero observador nas discussões da ONU, vetou o texto sobre o direito reprodutivo das mulheres.

Na retranca. Miriam Leitão – O Globo. 20/06/2012

O momento mais difícil dos últimos dias para o Itamaraty foi quando a União Europeia ameaçou, na segundafeira, não levar o documento aos níveis superiores, o que significava sair das negociações. O momento de maior alívio para a diplomacia brasileira aconteceu ontem, ao meio-dia, quando o documento foi aprovado. A estratégia foi tirar o que incomodasse qualquer grupo. A soma dos vetos desidratou o texto O Futuro que Queremos.

A partir de hoje começa a reunião dos chefes de Estado, e o texto está fechado. A comissária europeia para a Ação Climática, Connie Hedegaard, desabafou no Twitter: "Riomais20, muito 'tomam nota' e 'reafirmam' e pouco 'decidem' e 'se comprometem'." De fato, dos 20 primeiros parágrafos, cinco começam com "reconhecemos", e seis, com "reafirmamos".

Na entrevista coletiva, as autoridades brasileiras repetiram com palavras diferentes o mesmo recado. "Foi possível assegurar o não retrocesso", disse a ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente. "Depois de uma longa batalha confirmamos os princípios do Rio", disse o ministro Antonio Patriota, referindo-se à conferência de 20 anos atrás. O embaixador Figueiredo também comemorou ter sido possível "preservar e não retroceder". O negociador André Corrêa do Lago disse que foi "possível reiterar e não ir para trás".

Some essas declarações e você entenderá o que houve. O Brasil jogou na retranca. O importante passou a ser reafirmar o que foi estabelecido há 20 anos. Assim, o futuro que queremos ficou com a cara do passado que tivemos.

E não fomos felizes no passado. O Brasil, como já disse aqui, desmatou em 20 anos uma área equivalente a São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo somados. A China mais que duplicou as emissões dos gases de efeito estufa. Estados Unidos, Brasil, China, Índia não assinaram o Protocolo de Kioto e isso aumentou as muitas falhas do único acordo de redução de emissões já assinado. Depois de 15 Conferências das Partes, o mundo não tem um novo acordo global de emissões dos gases de efeito estufa. O acordo de proteção da biodiversidade não impediu o desaparecimento de inúmeras espécies. O Itamaraty teve medo de que a reunião fracassasse por não fechar o documento. O Brasil é que propôs a reunião. Na época, a proposta foi mal recebida por muitos. Vários países disseram que o ciclo das grandes conferências da ONU já havia se esgotado. A insistência e a articulação do Brasil, da qual participaram ONGs internacionais, levaram à aprovação do encontro.

O Brasil trabalhou para evitar que esta fosse uma espécie de COP-17 e meia, ou seja, não quis que fosse sobre a questão climática. Se as duas últimas reuniões, de Cancún e Durban, fossem mais bem sucedidas, aqui poderia ser o local da assinatura do tão sonhado acordo global das emissões dos gases de efeito estufa.

Por isso, o Brasil manobrou para evitar essa estrada interditada e propôs que o tema fosse "desenvolvimento sustentável". Negociou para que a reunião estabelecesse objetivos de desenvolvimento sustentável e decidisse qual órgão passaria a comandar a questão ambiental na ONU. Parecia uma trilha, mas reuniões preparatórias foram uma sucessão de impasses. Na quarta-feira da semana passada, os delegados se debruçaram sobre um documento apenas 30% fechado. Ontem, o Itamaraty se congratulava por estar com ele 100% aprovado.

Para isso teve que abandonar a ideia de transformar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) na agência ambiental da ONU. Os Estados Unidos vetaram a

agência porque têm medo de interferência em sua política interna. A União Europeia queria muito que o Pnuma ganhasse poderes de agência. A solução foi pôr no documento que o órgão será fortalecido. Em vez de ter apenas 52 membros, será universal. Terá mais dinheiro e pode ser promovido. A que e quando, o documento não diz.

O fundo de US$ 30 bilhões que seria criado desapareceu. Agora há apenas a decisão de criar uma comissão de especialistas intergovernamentais, que vai até 2014 estabelecer mecanismos financeiros para garantir recursos. O que atrapalhou aqui foi a insistência da China, com Brasil e Índia, de manter intocado o princípio das "responsabilidades comuns porém diferenciadas". Esses países não querem pagar o preço de terem crescido. Fica mais absurdo no caso da China, a maior chaminé do mundo.

Seriam lançados aqui no Rio os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ficou assim: os chefes de Estado reconhecem a importância de ter objetivos. Vai se constituir um grupo de trabalho na próxima assembleia da ONU, que fará um relatório para a reunião do ano que vem. Houve um momento nos últimos dias de tensas e longas negociações que o Brasil dava como certo que haveria um acordo sobre oceanos que permitiria a negociação de legislação sobre águas territoriais. Estados Unidos e Venezuela ficaram contra. Foi a mais exótica aliança da reunião.

O Brasil recolheu os vetos, avançou para o passado e confirmou a Rio 92. A diplomacia brasileira diz que foram lançadas pontes para decisões futuras. Resta torcer pelas pontes. Hoje começa a reunião dos chefes de Estado. O Brasil comemora o fato de que há um texto aprovado sobre a mesa.

Sem ambições – O Globo. 20/06/2012

Documento final da conferência ficou muito mais fraco do que se esperava e até o Vaticano, que era observador das Nações Unidas, vetou trecho sobre direito reprodutivo das mulheres

Após uma negociação que varou a madrugada, diplomatas de 193 países aprovaram ontem, numa reunião plenária simbólica de menos de um minuto de duração, o rascunho do documento final da Rio+20. O texto será entregue hoje aos chefes de Estado que chegam para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável como “um consenso possível, mas não o desejado”. Até a preservação dos oceanos, uma das prometidas conquistas do documento, ficou aquém do esperado.

Se, por um lado, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, considerava uma vitória brasileira a aprovação do texto diante de tantas posições contraditórias, por outro os ambientalistas e cientistas não escondiam sua decepção com um documento que consideram “restrito, vago e pouco ambicioso”. Tanto que a conferência ganhou imediatamente, nos corredores do Riocentro, o apelido de “Rio menos 20”, numa alusão ao fato de que, no geral, o documento aprovado ontem pouco ou nada avança nas decisões cruciais sobre meio ambiente tomadas há 20 anos na Rio 92.

Quem esquadrinhasse o rascunho de 49 páginas percebia de cara o que um integrante do próprio governo brasileiro chamou de “navegar no limite da subjetividade”. O conceito de economia verde, por exemplo, pecou pela falta de precisão: “...consideramos economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza como uma das importantes ferramentas disponíveis para alcançar o

desenvolvimento sustentável e que ela pode dar opções para a elaboração de políticas, mas não deve ser uma série de regras rígidas".

Na ânsia de aprovar um documento e evitar um impasse maior, o governo brasileiro construiu um texto sem pontos polêmicos. Mas também sem substância e ambição. A União Europeia queria incluir que países emergentes, como Brasil e China, ajudassem a financiar o desenvolvimento sustentável, mas a discussão ficou num impasse e a definição foi adiada para 2014. Até o Vaticano, um observador nas discussões da ONU, conseguiu impedir que a expressão "direito e saúde sexual" das mulheres fosse adotada porque poderia facilitar o aborto.

Negociadores: acordo fechado era 'o possível'. Cláudio Motta, Eliane Oliveira, Henrique Gomes Batista, Liana Melo, Fernanda Godoy e Renata Malkes – O Globo. 20/06/2012

Na busca por consenso, foi preciso ceder até a exigência do Vaticano para retirar do texto menção a direitos reprodutivos; ambientalistas veem vitória da burocracia e derrota da Terra

Apesar de fazerem críticas pontuais ao conteúdo do texto, os diplomatas envolvidos na aprovação do rascunho do acordo final da Rio+20 após uma longa maratona de negociações saudaram o texto obtido como o melhor resultado possível.

O secretário da ONU para a Rio+20, Sha Zukang, agradeceu "à liderança do governo brasileiro e a forma de consulta abrangente que o Brasil liderou".

Mesmo admitindo que o texto "obviamente não seja tudo o que todo mundo queria", o chefe das negociações pelo lado americano, Todd Stern, avaliou que o documento aprovado na Rio+20 é um importante passo adiante. Ele elogiou ainda as decisões de fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e de criar o Fórum do Desenvolvimento Sustentável, na sede da ONU.

Para Stern, o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, deixou bastante claro que o texto não será mais aberto a novas modificações durante a reunião dos chefes de Estado.

> — Os brasileiros não têm a intenção de abri-lo, e há uma boa razão para isso: todo mundo tem coisas das quais não gosta no documento. Esse é um fio que, se você começar a puxar, vai tudo rapidamente.

Assim como Stern, o comissário europeu de Meio Ambiente, Janez Potocnik, disse que a versão final do texto da Rio+20 não atingiu a ambição desejada, mas preferiu evitar críticas à liderança brasileira.

> -- É o maior passo, o possível, nessas negociações. Os caminhos e objetivos foram bem definidos, ainda que não haja um cronograma de implementação — afirmou.

Para Potocnik, houve progressos, e a maior conquista foi compreender a necessidade de se concentrar nos pilares da vida, como energia, água, terra, ecossistemas e oceanos. A ministra dinamarquesa do Meio Ambiente, Ida Auken, por sua vez, ressaltou o desejo de ver uma definição melhor, mais detalhada, da economia verde. Mas também se disse satisfeita diante da conjuntura de crise atual:

— Este não é o melhor acordo do mundo, mas é um acordo para um mundo melhor.

A opinião dos diplomatas não teve eco entre os ambientalistas. Para o diretor da Campanhas do Greenpeace Brasil, Marcelo Furtando, o documento aprovado ontem representa a "vitória da burocracia e a derrota do planeta Terra":

— O texto final joga fora as metas que estavam presentes em documentos anteriores, que já eram poucas. Estamos saindo da Rio+20 numa situação ainda pior do que aquela em que entramos na Rio 92.

Carlos Rittel, coordenador do programa de mudanças climáticas e energia da WWF Brasil, se disse indignado, porque as discussões sobre formas de financiamento foram jogadas para 2014 e as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável, para 2015.

Vaticano consegue excluir direitos reprodutivos

A falta de avanços não se limitou a temas ambientais. A pressão do Vaticano conseguiu que fosse retirada do texto final uma menção aos direitos reprodutivos da mulher. Na versão adotada, os 193 países concordaram apenas em "promover as oportunidades iguais do acesso de mulheres e meninas à educação, serviços básicos, oportunidades econômicas e serviços de saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva da mulher".

O embaixador do Vaticano nas Nações Unidas, Francis Chullikatt, evitou polemizar. Ele admitiu problemas, mas se limitou a pedir a união da comunidade internacional.

— Este é o documento que temos —- disse Chullikatt ao GLOBO. — Não é um texto perfeito, mas podemos nos unir em torno dele para torná-lo perfeito.

Para Dilma, documento é uma vitória para o Brasil. Flávia Barbosa – O Globo. 20/06/2012

No México, presidente destaca o ineditismo de uma conferência ambiental começar já com um acordo fechado e o esforço para conseguir contemplar visões de todos os países

A presidente Dilma Rousseff rechaçou ontem a visão de setores da sociedade civil de que, com um documento final fraco, a Rio+20 já pode ser considerada um fracasso. Dilma defendeu que nunca um encontro ambiental desta magnitude começou oficialmente com um texto aprovado. Para ela, o Brasil, como anfitrião, sai vitorioso das negociações, por ter conseguido costurar um relatório contemplando as diferentes, e às vezes inconciliáveis, opiniões de 191 países.

A presidente lembrou que acompanhou diretamente negociações de outras conferências ambientais, como Copenhague e Cancún, e elas não foram capazes de produzir consenso.

— Nós estamos fazendo o documento que é o documento possível entre diferentes países e diferentes visões do processo relativo à questão ambiental. Eu acredito que o documento da Rio+20 é um grande avanço e uma vitória, porque eu não conheço nenhuma outra reunião ambiental que tenha tido um documento prévio acordado entre as partes — afirmou.

Dilma, que participou no México da reunião do G-20 (grupo das maiores economias do mundo), embarcou diretamente para o Rio, onde chefes de Estado e governo se reunirão entre hoje e sexta-feira. Ela rebateu as críticas europeias de que o Brasil deveria ter

lutado por um texto com metas mais ambiciosas em vez de propor um acordo menos conflituoso em troca de uma rápida aprovação.

> — Eu acho que a gente tem que comemorar sim, como uma vitória do Brasil, ter conseguido aprovar um documento, que seja um documento oficial, entre os diferentes países, contemplando posições distintas. Desculpe, mas não tem só europeu, só asiático, só país do G-77 (grupo dos países menos desenvolvidos). São todos e cada um tem a mesma consideração. Ou então não tem reunião possível.

Segundo a presidente, ela não discutiu com seus pares do G-20 o documento da Rio+20. O desenvolvimento sustentável foi um dos tópicos da terceira e última plenária dos governantes em Los Cabos, mas Dilma disse que o debate foi superficial:

— Foi uma discussão genérica. Todo mundo a favor. E o problema está no detalhe.

Gilberto Carvalho: texto ainda pode ser mudado

No Rio, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse que o documento final da Rio+20 não está fechado ainda e que, a partir da chegada dos chefes de Estado, podem ocorrer surpresas e avanços.

> — O texto apresentado ontem (anteontem) ainda não é definitivo. O documento ainda está em aberto. Os chefes de estado não virão ao Riocentro apenas para fazer um ritual. As negociações continuam. E já houve outras conferências em que a chegada dos líderes mudou os rumos das negociações.

Não devemos deixar escapar esta oportunidade. José Manuel Durão Barroso – O Globo. 20/06/2012

Hoje, ou o desenvolvimento é sustentável ou é só crescimento estatístico. A sustentabilidade não é escolha nem opção; é uma condição para o desenvolvimento

Há 20 anos, realizou-se a primeira Cimeira da Terra no Rio de Janeiro. Essa Cimeira, da qual tive o privilégio de participar, constituiu uma tentativa da comunidade global de moldar o curso do desenvolvimento humano no sentido de o tornar mais equitativo e sustentável. Durante as últimas duas décadas, alcançaram-se progressos significativos em direção a uma maior sustentabilidade.

O mundo de hoje é muito diferente. A Cimeira Rio+20 realiza-se num contexto global caracterizado por transformações profundas, por uma crise econômica internacional, pelo crescimento contínuo da população global, acompanhado por uma utilização mais intensa dos recursos globais e, apesar de todos os progressos, por um nível de pobreza inaceitável. A comunidade internacional tem, por conseguinte, uma responsabilidade ainda maior de avançar para uma nova fase na procura de inclusão e de sustentabilidade global.

A crise econômica de hoje é não só o resultado de comportamentos irresponsáveis de alguns no setor financeiro, em conjugação com uma supervisão deficiente, como também o resultado de desequilíbrios instalados que precisam ser corrigidos se quisermos gerar mais crescimento sustentável. Trata-se não apenas de desequilíbrios econômicos globais, mas também de desequilíbrios ecológicos. Durante o século XX, a produção econômica global multiplicou-se 40 vezes e a qualidade de vida aumentou de

um modo extraordinário. Mas esse desenvolvimento teve um preço: uma utilização insustentável de recursos globais, como os combustíveis, os metais, os minérios, a madeira, a água e os ecossistemas. Em 2050, a população mundial terá alcançado 9 bilhões de habitantes, tornando-se assim, perante essa pressão demográfica, absolutamente necessário agir em conjunto. Se não ultrapassarmos esse desafio, necessitaremos o equivalente a dois planetas para nos sustentarmos.

Na última Cimeira do G-20, no México, discutimos a necessidade de estabilizar a economia global e de promover o crescimento. A Cimeira do Rio oferece a oportunidade de canalizar esse crescimento no sentido de um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Não podemos deixar escapar esta oportunidade.

A União Europeia está empenhada em alcançar resultados concretos no Rio de Janeiro. Sugerimos metas e objetivos em áreas essenciais para a consolidação de uma economia verde e de um crescimento sustentável: água, oceanos, terra e ecossistemas, florestas, energia sustentável e eficiência de recursos. Uma atuação decisiva nessas áreas contribuirá igualmente para a diminuição da pobreza, o desenvolvimento social, a segurança alimentar e uma nutrição mais correta. Se utilizarmos os nossos recursos de uma forma insustentável, os que mais vão sofrer serão os mais pobres.

Estas são as razões pelas quais a União Europeia continuará a lutar por uma agenda positiva para a Cimeira no Rio. Tal não será possível sem o apoio, o empenho e a mobilização de todos, tanto no setor público como no privado. É crucial que a Rio+20 reforce o empenhamento do setor privado e da sociedade civil — os verdadeiros motores das nossas economias — no desenvolvimento sustentável. Um forte empenhamento do setor privado ajudará igualmente as economias em desenvolvimento a avançarem para tecnologias mais eficientes, evitando ficarem encerradas em práticas insustentáveis.

A UE permanece ainda empenhada em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Além disso, sem diminuição dos esforços para a respectiva realização até 2015, estamos também preparados para encetar discussões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sugeridos por alguns países do G-77.

A fim de apoiar a sustentabilidade global, a União Europeia continuará a ser o contribuinte principal da ajuda ao desenvolvimento. Por exemplo, em 16 de abril de 2012 organizamos, em Bruxelas, a Cimeira da Energia Sustentável para Todos, em coordenação com as Nações Unidas e na presença do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Durante esta Cimeira, anunciei uma nova iniciativa da UE, a “Energia para o desenvolvimento”, que deverá ajudar a dar acesso a serviços de energia sustentável a 500 milhões de pessoas até 2030. A Comissão Europeia está atualmente a criar um mecanismo de assistência técnica no valor de 50 milhões de euros para prestar aos governos os conhecimentos técnicos necessários a fim de encetarem reformas e desenvolverem as suas próprias estratégias nacionais de acesso à energia.

Tencionamos mobilizar pelo menos 400 milhões de euros durante os próximos dois anos em apoio a essas estratégias. Se acrescentarmos à energia outras áreas, apenas para 2012-2013, a ajuda da UE às três dimensões do desenvolvimento sustentável elevar-se-á a cerca de 8 bilhões de euros — mais de 10 bilhões de dólares.

Mas precisamos ir além das formas tradicionais de assistência ao desenvolvimento. Em tempos de crise econômica, precisamos ser capazes de gerar novas fontes de financiamento. Um imposto global sobre as transações financeiras (ITF) assegurará não só que o setor financeiro pague um contributo justo para a economia, como poderá

garantir recursos valiosos para financiar o desenvolvimento. A UE é pioneira nessa matéria, tendo a Comissão proposto que muitas das receitas geradas por um ITF europeu deveriam ser inscritas no futuro Orçamento da UE. Tal ajudará a garantir que a UE continue a ser um dos maiores contribuintes mundiais para a assistência ao desenvolvimento.

Este é um sinal tangível do empenho firme da Europa em relação à agenda da Rio+20, e esperamos que os nossos parceiros partilhem essa responsabilidade global. Pretendemos construir uma agenda sustentável ambiciosa para o futuro. O resultado desta Cimeira tem que ser mais do que uma declaração de boas intenções. No mundo de hoje, ou o desenvolvimento é sustentável ou é apenas crescimento estatístico. A sustentabilidade não é uma escolha nem uma opção; é uma condição para o desenvolvimento. O nosso planeta necessita de um crescimento verde e de uma agenda para o emprego. Devemos isso aos bilhões de pessoas que vivem atualmente na pobreza, mas que aspiram com razão a um futuro melhor. Devemo-lo também às gerações vindouras.

Atuação de diplomacia brasileira gera controvérsias. Eliane Oliveira, Fernanda Godoy e Henrique Gomes Batista – O Globo. 20/06/2012

Alguns, como o negociador americano, saúdam esforço do Itamaraty em busca de consenso; para outros, como o ministro alemão, pressa por acordo se sobrepôs a conteúdo

Elogiada por diversas delegações estrangeiras e criticada por representantes da sociedade civil, a atuação da diplomacia brasileira na Rio+20 foi bem-sucedida, apesar da pressa em aprovar, em poucas horas, um texto com mais de 200 parágrafos. Um dos méritos dos negociadores foi jogar duro com os europeus na reta final da negociação quando, na madrugada de terça-feira, os comissários da União Europeia (UE) foram ao gabinete do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, no Riocentro, pedir mais um dia de reunião, desta vez em nível ministerial.

Patriota disse não. Preocupado com a possibilidade de fracasso, que obrigasse os negociadores a repassarem o problema aos chefes de Estado, ele designou uma equipe de 25 diplomatas para examinar profundamente o texto em negociação para, se necessário, fazer ajustes imediatos em busca de consenso.

O documento começou a ser negociado há quase dois anos. O texto chegou à Rio+20 com 25% dos parágrafos fechados. Em três dias, o avanço foi de apenas 10%. O Brasil assumiu a presidência das negociações no sábado passado, fez duas novas versões do texto final e, ontem, a presidente Dilma Rousseff acompanhou por telefone passo a passo a votação em plenário.

> — Não queríamos que o processo atrasasse muito. Não dava para correrm os risco de repetir o que houve em Copenhague — disse um ministro, referindo-se à conferência sobre mudanças climáticas realizada há dois anos, na Dinamarca, quando não houve documento final.

O ministro do Meio Ambiente da Alemanha, Peter Altmaier, criticou a condução das negociações pelo Brasil, no papel de presidente da Rio+20, para chegar ao documento final.

> — O Brasil estava numa posição difícil, porque havia muitas demandas e muita controvérsia, mas fiquei decepcionado. Na noite de segunda-feira, tive a impressão de que o Brasil estava mais interessado em concluir as negociações,

independentemente dos resultados. Isso foi evitado por uma firme reação da União Europeia — disse.

Já o chefe das negociações pelos EUA, Todd Stern, avaliou o desempenho da diplomacia brasileira como “excepcional”.

— E não digo isso porque pense que tudo tenha saído tão bem para os EUA. É realmente duro administrar um grupo de jogadores tão indisciplinados como são os países. Os brasileiros fizeram um trabalho excepcional — disse.

Para o embaixador Rubens Barbosa, do conselho de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), estava claro que não havia como aprovar um documento mais ambicioso.

— É preciso ser realista. O Brasil assumiu a responsabilidade e acabou apresentando um texto menos ambicioso. Nessa circunstância, foi uma vitória fazer um texto de consenso.

Já Marcelo Coutinho, professor da UFRJ e da Iuperj, concluiu que a atuação da diplomacia brasileira foi um “fracasso retumbante", embora tenha evitado um mal maior. Em sua opinião, o Brasil pecou ao se apressar e descartar um dia a mais de negociação.

Jornais dos EUA e da Europa reagem a texto com críticas – O Globo. 20/06/2012

O rascunho do documento final da Rio+20 foi recebido com críticas pela imprensa internacional. O britânico “The Guardian” concluiu que “o enfraquecido documento gerou irritação e consternação”. No texto, o jornal explica que o acordo desapontou ativistas e que o Brasil deixou de lado itens fundamentais com relação à biodiversidade, à redução da pobreza e à decisão de tornar a economia global algo mais sustentável.

Para o “New York Times”, a Rio+20 acabou em segundo plano diante da crise econômica. E o jornal mantém o ar de ceticismo ao dizer que são baixas as expectativas para que os planos, de fato, saiam do papel.

Já o francês “Le Monde”, que ontem editou um suplemento especial sobre o tema, supõe que a conferência pressagia um fracasso nas discussões internacionais sobre o meio ambiente, salientando a incapacidade dos países industrializados de promover os investimentos necessários para a transição para o desenvolvimento durável, mas também a recusa dos países em desenvolvimento a aderir ao novo modelo de crescimento. “Os países do Sul, principalmente o Brasil, temem ver um freio ao seu desenvolvimento e suspeitam uma manobra dos países ricos para impor seu know-how e suas tecnologias, sob a cobertura de considerações ambientais”, opina o jornal.

Deixando o tempo dizer que futuro queremos. Sergio Abranches – O Globo. 20/06/2012

Negociadores brasileiros conseguiram aprovação para o documento da conferência, mas o consenso teve seu preço: foi necessário ceder em ambição e ações concretas

Os negociadores brasileiros conseguiram um feito notável, em menos de quatro dias de negociação: convencer os europeus a aprovarem o documento da Rio+20, sem alienar o apoio de países do G77/China; agradar aos Estados Unidos, à União Europeia, à China e à Venezuela ao mesmo tempo. A construção teve seu preço: trocaram conteúdo por um

documento de consenso. O que ganharam com a remoção dos vetos tiveram que conceder em substância, ambição e ações concretas.

O negociador dos Estados Unidos, Todd Stern, concordou com o ministro Antonio Patriota: ninguém saiu inteiramente satisfeito das negociações. Mas admitiu que, em uma conferência dessa amplitude, foi o melhor possível. A ministra dinamarquesa do Meio Ambiente, Ida Auken, disse que o documento dá uma direção mais clara para o mundo enfrentar o desafio da sustentabilidade. Um negociador brasileiro disse que a União Europeia criou os momentos de maior risco de impasse insuperável. Não é pouco ter conseguido convencêlos a aprovar o resultado final.

Que fórmula política é capaz de transformar insatisfação em apoio? Uma operação com três elementos chave. O primeiro, a decisão inflexível de ter um documento fechado a qualquer custo, para ser entregue aos chefes de Estado e de governo na abertura da Rio+20. “O documento está fechado”, disse Todd Stern, na abertura de sua única entrevista coletiva. “Não há mais possibilidade de reabrir o documento”, disse Janez Potocnik. “O documento está fechado em definitivo, para adoção, pelos chefes de Estado”, disse o ministro Antonio Patriota.

Segundo, transferir conflitos certos no presente para um futuro ainda incerto, trocando decisões concretas por processos de negociação. Foi o que aconteceu com as três questões mais espinhosas da reunião: objetivos de desenvolvimento sustentável; meios de implementação desses objetivos (financiamento, tecnologia e capacitação) e governança para o desenvolvimento sustentável.

O comissário europeu, Janez Potocnik, disse que o melhor resultado das negociações foram os processos decididos para definir os objetivos de desenvolvimento sustentável e o quadro institucional da ONU para o meio ambiente, embora preferisse que o Pnuma fosse transformado em agência com plenos poderes. A ministra Ida Auken ressaltou que a parte do texto na qual há maior comprometimento dos países é a que determina o caminho para os objetivos e as metas de desenvolvimento sustentável, com um cronograma estabelecido. Todd Stern disse que há um roteiro claro para as negociações futuras. Não há garantias de que, até 2015, o clima para tomar essas decisões melhore, todos reconhecem. Mas “organizou-se a burocracia das negociações”, disse um ambientalista insatisfeito com o resultado.

Terceiro: equilibrar ganhos e perdas entre os principais grupos em confronto. Ninguém se sentiu perdedor, porque conseguiu evitar que entrassem no documento pontos aos quais se opunha fortemente e manter no texto o que considerava mais importante, ainda que sem a força desejada.

Assim se faz o milagre da multiplicação de apoios e subtração de vetos: um limite temporal para as conversas; deixar que o tempo seja o senhor das soluções; acomodar todos os interesses, ainda que à custa de substância e decisões de relevância imediata. Agora, os chefes de governo poderão confraternizar, posar para a foto da assinatura da declaração do Rio sobre o futuro que queremos e se dedicar a reuniões bilaterais, diante do celebrado sucesso do multilateralismo. Na Rio+20, a história terminou antes de a conferência começar.

Ambientalistas se dividem sobre impacto de protestos. Antonio Werneck e Emanuel Alencar – O Globo. 20/06/2012

Nova passeata da Cúpula dos Povos deve fechar Avenida Rio Branco hoje à tarde

Direito fundamental e intransferível, requisito para a existência de uma sociedade democrática. A liberdade de expressão, assim descrita pela Constituição federal, pode se sobrepor à garantia de ir e vir das pessoas? A discussão ganhou corpo nos últimos dias, em que manifestações deram nó no trânsito carioca e testaram a paciência de milhares de pessoas. Para o antropólogo e professor da UFF Fábio Reis Mota, os transtornos evidenciam a exaustão de um modelo que não prioriza o transporte de massa. Já Alfredo Sirkis diz que "não convocaria uma passeata que fechasse rua".

O fato é que a cidade deverá ter um dia mais complicado hoje, com nova passeata organizada pela Cúpula dos Povos, no Centro. Segundo o secretário de Conservação, Carlos Roberto Osório, é possível que a Avenida Rio Branco seja fechada. Ele destacou a civilidade das manifestações — "não tivemos um registro de desrespeito ao patrimônio público" — mas lamentou que nem todas estejam sendo comunicadas com antecedência:

> — O diálogo é permanente (com a Cúpula dos Povos), mas infelizmente eles não têm acatado nossas recomendações de evitar passeatas em horários de rush. Atos que fecham as ruas me parecem pouco sustentáveis, pois contribuem para o trânsito e a poluição.

Liszt Vieira: a cidade aceitou sediar o grande evento

O antropólogo Fábio Reis Mota critica a falta de planejamento do poder público, problema crônico do Rio:

> — Esses transtornos evidenciam um problema histórico estrutural. Não há planejamento adequado, vias alternativas, investimento em transporte de massa.

Presidente do Jardim Botânico do Rio, o ambientalista Liszt Vieira põe panos frios na discussão ao propor uma "maior compreensão" dos cariocas:

> — Faz parte do jogo, a cidade aceitou sediar o grande evento.

As passeatas que param o trânsito estão contribuindo para a emissão de gases do efeito estufa. Um estudo divulgado no ano passado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) revelou que um automóvel emite quase oito vezes mais CO2 que um ônibus e 36 vezes mais que o metrô. Então faça a conta: nos últimos dias, se a carga de gás de efeito estufa expelida por um veículo em movimento já é grande, imagine a quantidade de emissão de um carro no engarrafamento.

Segurança não previu punição a arco e flecha

Para João Paulo Capobianco, ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, essas manifestações são uma discussão de menor importância na conferência. Segundo ele, o vital é saber se o resultado do encontro será insignificativo como parecem apontar os documentos formalizados até agora:

> — Eu mesmo há muito tempo apontava para o risco de a Rio+20 ter um desfecho insignificante. Se o prognóstico for esse mesmo, será a mais antiecológica da História. E há um risco concreto muito grande de a conferência terminar sem um resultado objetivo. Então, nesse sentido, o único resultado concreto será ter produzido uma grande quantidade de gases de efeito estufa — afirmou Capobianco.

No meio dos protestos, até um índio virou personagem. Munido de arco e flecha, ele pôs para correr seguranças do BNDES. Perguntado se o governo considera o índio passível de punição, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, foi lacônico.

Disse que a cidade está sujeita a esse tipo de imprevisto e que a secretaria não passou nenhuma orientação aos policiais no sentido de repreender qualquer pessoa que resolva se manifestar com arco e flecha.

Beltrame também revelou que o assunto é uma novidade e lembrou que “cada caso é um caso e vai depender da interpretação do policial na hora das manifestações”.

Já a Polícia Federal observou que o uso de arco e flecha pode ser considerado uma ameaça, mas que o caso é da alçada da polícia estadual.

Acordo final posterga as decisões para 2015. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 20/06/2012

A Rio+20 só não é um fracasso porque a expectativa em torno dos resultados da conferência sempre foram muito baixos. O Brasil conseguiu o que queria com o documento-base, que agora será apresentado aos chefes de Estado: evitar o retrocesso em pontos já acertados na Rio92, há 20 anos. O maior avanço, no entanto, se resume à criação de uma agenda para os próximos três anos. Mais uma vez, o sistema multilateral foi salvo. Mas a distância entre o que os governos avançaram em seu acordo de ontem, no Riocentro, e o que a ciência tem constantemente indicado que se faça, continua imensa.

O texto-base "O Futuro que Queremos" dificilmente será reaberto nos próximos dias. Tem 283 parágrafos em 49 páginas. Não entrará para a história e nem é especial. Se tem algum mérito é o de abrir alguns processos importantes - que só no futuro se saberá se funcionaram --, como aumentar a consciência sobre esse debate no Brasil e incentivar a postura sustentável dos negócios. A governança institucional do desenvolvimento sustentável e do ambiente, no sistema das Nações Unidas, também avançou.

Depois de aceitar o texto apresentado em plenária pelo ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota - o que levou 30 segundos, sem nenhuma objeção dos delegados de 193 países --, os negociadores começaram a elogiar o trabalho da diplomacia brasileira e a fazer seus comentários. "Chegamos aqui com 30% do texto acordado e hoje temos um texto 100% acordado por 193 países", disse Patriota, ao término da plenária. Só que o Brasil esteve sempre na defensiva e, na prática, a Rio+20 apenas cria grupos de trabalho para que planejem o desenvolvimento sustentável nos próximos dois anos. Decisões concretas, com metas e objetivos, não saíram do Riocentro.

Em oceanos o Brasil teve sua maior derrota. A proposta defendida pelo país e pela Europa era que se abrisse um processo para criação de um mecanismo legal que protegesse os oceanos em áreas de alto-mar e regulamentasse a exploração da biodiversidade em regiões fora das jurisdições nacionais. A proposta enfrentou resistência.

Brasil e Argentina em prol do desenvolvimento na Rio+20. Luis María Kreckler – Valor Econômico. 20/06/2012

Chefes de Estado e de governo estarão reunidos no Rio de Janeiro, a partir de hoje, para debater os múltiplos desafios econômicos, sociais e ambientais que enfrentamos nos

dias atuais, em busca de caminhos que nos permitam atingir o futuro que queremos: o desenvolvimento sustentável, equitativo e inclusivo.

Sustentável porque os padrões atuais de produção e consumo têm ultrapassado o ponto máximo de exigência à natureza e o problema já não é só das gerações futuras, mas das presentes: o problema é nosso. Equitativo porque já não podemos fugir do compromisso de fechar a distância entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, nem abrir espaço a regras do jogo que restrinjam o crescimento. Inclusivo porque é fundamental erradicar a pobreza no mundo, procurando novos modelos de desenvolvimento que gerem empregos dignos que deem lugar a integração plena de toda a sociedade, em uma cultura de sustentabilidade na qual os interesses das classes até agora excluídas sejam devidamente tratados, garantindo pelo menos um nível mínimo de proteção social.

Nada disso é realmente novo. Os temas que serão abordados na Rio+20 têm sido debatidos pelas diversas agências e programas das Nações Unidas durante décadas. A novidade é que pela primeira vez todos esses temas serão tratados conjuntamente em uma única conferência: para essa multiplicidade de problemas globais é imperativo alcançar uma resposta também global, coordenada e com consenso.

Além de novos compromissos, também é preciso evitar um retrocesso em relação ao que já foi acordado

Sim, nada é novo, e a maior parte dos temas não foi só já debatida, mas também já foram assumidos compromissos a respeito deles. Na Cúpula da Terra, a Rio 92, assim como em numerosos tratados multilaterais, os países desenvolvidos aceitaram suas obrigações específicas, baseadas no sétimo princípio da Declaração do Rio: as responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Todos os países têm responsabilidades com o meio ambiente, mas aqueles países que atingiram o mais alto grau de desenvolvimento às custas da degradação ambiental global têm responsabilidades históricas que os obrigam, mais que nunca e mesmo hoje em um contexto de crise econômica mundial, a ser sinceramente generosos na cooperação com os países em desenvolvimento.

É por isso que, além de eventuais novos compromissos, o que estamos precisando é evitar um retrocesso em relação ao já acordado e lograr que recursos financeiros novos e adicionais, assim como a transferência profunda e efetiva de tecnologia, incluindo a cabal capacitação dos recursos humanos, sejam garantidos por parte dos países desenvolvidos. Em outras palavras: já temos definido os objetivos, agora precisamos dos meios de implementação.

A relação entre a Argentina e o Brasil é uma das mais intensas, variadas e multidisciplinares do mundo. Todos os dias assistimos na mídia as infinitas interações entre ambos os países: desde a reivindicação dos direitos soberanos contra os resíduos do colonialismo até as diferenças em detalhes comerciais inevitáveis entre parceiros privilegiados. Diante da Rio+20 podemos com grande prazer constatar que nossos países estão bem juntos, jogando no mesmo time, defendendo as posições dos países em desenvolvimento no contexto do G-77 + China. A presidenta Cristina Kirchner, ciente da urgência que implica o desenvolvimento sustentável para nossa região, chegará na

Rio+20 para reforçar a luta que ela e a presidenta Dilma Rousseff, junto a tantos outros chefes de Estado da nossa América Latina, vem lutando há muito tempo.

A Argentina tem historicamente exercido em foros ambientais uma função de facilitação dos consensos, de aproximação de posições antagônicas em prol de uma solução comum. Basta lembrar a adoção em 1997 do Protocolo de Kyoto, peça fundamental do regime global sobre mudanças climáticas, mesmo num contexto adverso, graças às conciliadoras gestões da delegação argentina, que presidiu as negociações.

Assim, eu não posso deixar de parabenizar o Brasil na sua função de presidência da Conferência Rio+20: independentemente de suas fortes posições como país, o Brasil tem demonstrado uma maravilhosa capacidade para facilitar os consensos em uma das negociações mais delicadas e complexas dos últimos anos.

Sua flexibilidade, seus esforços de coordenação e diálogo, assim como sua imensa generosidade devem servir como exemplo para todos os países do mundo, especialmente hoje quando sabemos que só uma verdadeira solidariedade internacional nos permitirá atingir o futuro que queremos.

Luis María Kreckler é embaixador da República Argentina no Brasil

---

Documento final apenas cria agenda para próximos anos – Valor Econômico. 20/06/2012

O Brasil conseguiu o que queria com o documento-base da Rio+20 que agora será levado a chefes de Estado: evitar o retrocesso em pontos já acertados na Rio92, há 20 anos. O maior avanço, no entanto, se resume à criação de uma agenda para os próximos três anos. Mais uma vez, o sistema multilateral foi salvo. Mas a distância entre o que os governos avançaram em seu acordo de ontem, no Riocentro, e o que a ciência tem constantemente indicado que precisa ser feito continua imensa. A Rio+20 só não é um fracasso porque a expectativa em torno dos resultados da conferência sempre foi muito baixa.

O texto-base de "O Futuro que Queremos" dificilmente será reaberto nos próximos dias. Tem 283 parágrafos em 49 páginas. Não passará para a história e nem é especial. Se tem algum mérito é o de abrir alguns processos importantes - que só no futuro se saberá se funcionaram -, aumentar a consciência desse debate no Brasil e incentivar a postura sustentável dos negócios. A governança institucional do desenvolvimento sustentável e do ambiente, no sistema das Nações Unidas, também avançou.

Depois de aceitar o texto apresentado em plenária pelo ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota - o que levou 30 segundos, sem nenhuma objeção dos delegados de 193 países -, os negociadores começaram a elogiar o trabalho da diplomacia brasileira e a fazer seus comentários. O delegado dos Estados Unidos disse que o resultado era "balanceado", que estavam desapontados por não haver menção aos "direitos de reprodução" - ideia que tinha o apoio europeu mas forte objeção do Vaticano -, e satisfeitos que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estejam lá. Cuba disse que o resultado não era "tão negativo" e que o Princípio das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas foi preservado, mas que o texto não era bom no capítulo do dinheiro - uma impressão compartilhada pelos países em desenvolvimento.

"Chegamos aqui com 30% do texto acordado e hoje temos um texto 100% acordado por 193 países", disse Patriota ao término da plenária. "Foi uma vitória do multilateralismo." Sem dúvida. Só que o Brasil ficou sempre na defensiva e, na prática, a Rio+20 apenas cria grupos de trabalho para que planejem o desenvolvimento sustentável nos próximos dois anos. Decisões concretas, com metas e objetivos, não saíram do Riocentro.

Em oceanos o Brasil teve sua maior derrota. A proposta defendida pelo Brasil e pela Europa, entre outros países, era que a Rio+20 abrisse um processo para a criação de um mecanismo legal que protegesse os oceanos em áreas de alto mar e também regulamentasse a exploração da biodiversidade em regiões fora das jurisdições nacionais. A proposta, no entanto, enfrentou resistência dos EUA, Canadá, Japão, Rússia e Venezuela.

Tentava-se proteger dois terços do planeta que estão sem cuidados e avançar em um debate que já acontece há seis anos. "O alto-mar não pertence a nenhum país e pertence a todos", disse Matthew Gianni, co-fundador da Deep See Conservation Coalition. Depois da Rio+20, o alto-mar continuará desprotegido. "Perdemos uma oportunidade histórica no Rio", concluiu. Alguma decisão nessa área, se acontecer, foi postergada para até setembro de 2016.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram reconhecidos como uma necessidade. Uma comissão formada por representantes dos países irá definir algo, se tudo der certo, até 2014. Não se sabe em que áreas - não se sabe se em oceanos, água, energia, cidades. Isso ficou para depois. "Mas é uma ideia muito nova, que existe há apenas um ano e tem que amadurecer", destacou o chefe dos negociadores brasileiros, embaixador André Corrêa do Lago.

No capítulo de recursos, voltou-se a se falar no compromisso de os países ricos de dedicarem 0,7% de seu Produto Interno Bruto à ajuda internacional. Essa proposta já existe desde 1992, mas nunca foi completamente cumprida. O comissário europeu Janez Potocnik disse que a Europa tem destinado 0,4% de seu PIB. Em entrevista, ele lembrou que esses recursos representavam US$ 53 bilhões em 1992 e dez vezes mais - US$ 547 bilhões - em 2010. No período, o mundo em desenvolvimento tinha uma fatia de 8% do PIB mundial, que em 2010 saltou para 35%. "Mas isso não é bem distribuído, por isso nos preocupamos em que esses recursos cheguem aos países mais pobres do mundo", explicou. Dinheiro novo, evidentemente, não há.

Na madrugada de terça, Potocnik havia demonstrado seu descontentamento com a falta de ambição do rumo das negociações e a pressa do Brasil em fechar o texto antes da chegada dos chefes de Estado. "Não é o tempo que nos move. Achamos que o conteúdo é que é importante", disse. "O ministro Patriota teve uma reunião com os europeus, que estavam pegando muito duro", conta uma fonte. "Para eles é fundamental voltar aos seus países dizendo que a União Europeia buscou maior ambição na Rio+20. Nós entendemos."

A definição de economia verde teve que ser ajustada para satisfazer União Europeia e Estados Unidos, de um lado, e tirar os temores de países em desenvolvimento. Os Estados Unidos exigiram cuidado com todos os termos que envolvem transferência de tecnologia. A China queria a manutenção, no texto, dos Princípios das

Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas, que existe há 20 anos, é um conceito implantado nas negociações de clima e garante que os países ricos têm que fazer mais, dar mais dinheiro e se esforçar mais que os outros.

A governança institucional foi vista como um avanço pelos delegados, mesmo se o Pnuma, o braço ambiental da ONU, que é apenas um programa há 40 anos, não tenha se tornado uma agência, como queriam europeus e africanos. Mas seu poder de fogo, influência e autonomia foi ampliado. Também se criou um Fórum de alto nível sobre desenvolvimento sustentável, nas Nações Unidas, para tentar coordenar estas políticas e decisões. Outro ponto importante do documento foi reconhecer, no segundo parágrafo, que a erradicação da pobreza é o grande desafio global que o mundo enfrenta hoje.

A reação das ONGs, que já haviam sinalizado que o texto da Rio+20 não tinha nenhuma - ou pouca - ambição, veio dura. Kumi Naidoo, diretor-executivo do Greenpeace International disse que "o futuro que queremos ficou um pouco mais longe hoje". E avaliou: "A Rio+20 virou um fracasso épico. Falhou na equidade social, falhou na ecologia e falhou na economia." Para Carlos Rittl, coordenador do WWF na Rio+20, "'O Futuro que Queremos' não foi definido claramente e fica no processo que, esperamos, siga acontecendo."

Para ONGs e ambientalistas, acordo é fraco e não reflete urgência de ação. Guilherme Serodio – Valor Econômico. 20/06/2012

A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, criticou o texto final da Rio+20, que classificou como "fraco"

"Um documento fraco e que não reflete a urgência que o planeta está a reclamar dos líderes políticos." Assim a ex-ministra do Meio Ambiente e ex-candidata à Presidência, Marina Silva, definiu o texto final da Rio+20.

Celebrado como uma vitória da capacidade de negociação brasileira pelos diplomatas brasileiros na tarde de ontem, o documento O Futuro que Queremos não é visto por ativistas e organizações ambientalistas com a mesma sensação de dever cumprido. Para eles, não apresentar retrocessos não é o suficiente.

O documento que será apresentado aos chefes de Estado hoje é uma declaração de objetivos genéricos para o desenvolvimento sustentável, fruto da falta de compromisso dos países com o meio ambiente, afirma Marina. "Os pontos de tensão entre os países foram retirados para se chegar a um documento completamente inerte", disse no fim da tarde de ontem.

A ambientalista critica a postura brasileira durante as negociações e afirma que o Brasil trabalhou por um documento anêmico. Na sua visão, o governo brasileiro não quis liderar o processo de avanço e acabou patrocinando o retrocesso global, enquanto os países desenvolvidos priorizaram a crise econômica. Desesperançosa, Marina acredita que o que for aprovado na Rio+20 não será efetivado.

A decepção é compartilhada por ativistas, que fazem coro com a ex-ministra do Meio Ambiente. Em entrevista ao Valor, o coordenador do programa de clima da WWF Brasil, Carlos Rittl define o desapontamento: "Esse não era exatamente o futuro que

queremos". A WWF vê o documento como uma nova agenda de negociações, não como a definição de resultados concretos.

A celebração por não haver perdas, comemorada ontem por diplomatas brasileiros, não é suficiente para os ambientalistas. "Não ter havido retrocesso não é de longe o que a gente pode definir como sucesso", disse Ritll, em crítica à afirmação do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, de que a outra opção seria não haver acordo. Para ele, a reafirmação das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, não seria necessária se alguns países não quisessem voltar atrás.

A WWF espera que os chefes de Estado possam avançar mais até o fim da conferência, na sexta-feira, definindo, por exemplo, temas prioritários para as metas do desenvolvimento sustentável. "Ninguém espera que eles venham aqui para fazer discursos, como sugeriu a delegação brasileira", disse Rittl.

Já o Greenpeace tem ainda menos esperanças. Para a organização, a Rio+20 se transformou em um fracasso épico e falhou em conquistar avanços nos três pilares do desenvolvimento sustentável, ambiental, social e econômico. A ambientalista e feminista indiana Vandana Shiva concorda com essa visão. Para ela, o texto aprovado como irresponsável. "É basicamente um documento para os governos não fazerem nada", definiu.

Cidades prometem ação, mas cumpre quem quiser. Marta Nogueira e Paola de Moura – Valor Econômico. 20/06/2012

Prefeitos de grandes cidades reunidos na C40, evento paralelo à Rio+20, se comprometeram a reduzir emissões de dióxido de carbono em 5,8% até 2020

Prefeitos das 58 maiores cidades do planeta prometem reduzir suas emissões de dióxido de carbono em 5,8% até 2020. As cidades, reunidas no C-40, divulgaram ontem que emitem 1,7 bilhão de toneladas de dióxido de carbono equivalente (GHG, na sigla em inglês para "greenhouse gas emission"). E destacaram que buscam a meta de, em 18 anos, chegar 1,6 bilhão. Como? Não se sabe.

Depois de anunciar as metas ambiciosas na reunião Rio+C40, fórum paralelo à Rio+20, que pretendia mostrar que as cidades podem mais que os governos centrais, o presidente do grupo, o prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, pediu, no discurso de encerramento, que a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização para Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criem metodologia universal para medir a emissão de carbono no mundo.

O próprio grupo havia anunciado, na segunda-feira, um acordo para discutir as normas que vão padronizar a medição das emissões nas 58 cidades que fazem parte do grupo. Mesmo assim, os prefeitos anunciaram que farão um grande esforço, já que as projeções do grupo mostram que, se continuarem no ritmo atual de crescimento, as cidades estarão emitindo 2,9 bilhões de toneladas até 2020. A redução de emissões projetada seria de 45%.

Os prefeitos alegam que, para chegar a esse nível no ano de 2020, a queda deveria ser de 248 milhões de toneladas. A quantidade, segundo a entidade, equivaleria ao total

emitido por Argentina e Portugal juntos no ano de 2008 ou às emissões da extração de 523 milhões de barris de petróleo, ou ainda ao desmatamento de 2,2, milhões de acres de florestas - ou 8.900 quilômetros quadrados.

O prefeito do Rio, Eduardo Paes - que participou do encontro no espaço Humanidade 2012, no Forte de Copacabana - disse que não será necessário esperar "grandes acordos" dos chefes de Estado para tomar atitudes para a preservação do planeta. "A gente pode pensar no mundo inteiro, mas é nas cidades que as decisões são tomadas, que os cidadãos são afetados diretamente", disse Paes.

As 58 cidades são responsáveis por 20% do PIB mundial, num total de US$ 13 trilhões, e onde vive 8% da população do planeta. No entanto, apesar disso, não podem abrir mão das verbas que vêm dos governos centrais. Paes reiterou que, ao combinar metas, as grandes cidades esperam, sim, que os governos federais entendam que os recursos têm que chegar.

Apesar das metas ambiciosas, e ao contrário dos que pedem a maior parte dos ambientalistas que desejam uma corte que regule e até puna quem não cumprir o combinado, não haverá punição para as cidades do C-40 que não obedeçam as metas traçadas. "É um compromisso público, com metas muito claras. Compete à opinião pública e à imprensa cobrar para que de fato as metas sejam cumpridas", concluiu Paes.

Michael Bloomberg lembrou, porém, que muitas das metas acertadas na Rio92 não foram concretizadas. Segundo ele, questões como poluição e emissões de gases que causam o efeito estufa foram tratadas na época, mas pouco foi feito. E acrescentou que questões do meio ambiente devem ser decididas localmente, assim como educação e saúde. "Se existe uma usina de lixo, que incomoda a população por causa do vento ou outro motivo, somos nós, os prefeitos, que vamos resolver, porque estamos lá, conhecemos a geografia", declarou o Bloomberg.

Ele lembrou, no entanto, que todo prefeito precisa do dinheiro do governo central e estadual para implementar suas políticas. "Queremos que eles nos deem dinheiro, mas não queremos que deem opinião sobre o que fazemos."

Eduardo Paes fez coro. O prefeito do Rio afirmou que as discussões de cúpula no Riocentro são muito lentas. "São 200 pessoas discutindo cada vírgula de um grande documento. Sinceramente, como prefeito, eu não gostaria de participar dessa discussão. Quando se governa uma cidade com milhões de pessoas, é preciso ter agilidade", afirmou Paes.

Mais tímido e concreto, o prefeito de Seul Park Won-soon, mostrou como a mudança pode começar pelas cidades. Na capital da Coreia do Sul, foi implementado um programa de voluntários que se comprometeram a reduzir suas emissões em casa.

"Já são 500 mil que, atualmente, economizam a quantidade de energia produzida por uma usina nuclear", afirmou. "Esse programa avançou para cidades vizinhas e está sendo incluído na agenda nacional do governo central."

Paes também fez propaganda também de seus feitos e levou o Bloomberg às favelas do Chapéu Mangueira e da Babilônia, ambas no Leme, para mostrar o projeto das

Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e o Morar Verde Carioca que está construindo 117 habitações nas comunidades.

Financiar a economia verde é desafio. Fernando Exman – Valor Econômico. 20/06/2012

Bancos de fomento de todo o mundo aproveitaram ontem a realização da Rio+20 para discutir formas de aumentar a oferta de crédito a projetos verdes. O desafio é grande. Além de mobilizar investidores privados, os bancos de desenvolvimento precisam lidar com diretrizes governamentais que muitas vezes privilegiam o crescimento econômico e a promoção do consumo de combustíveis fósseis, em vez da sustentabilidade dos empreendimentos.

A reunião dos bancos ocorreu em meio a protestos de movimentos sociais e ONGs contra a construção de alguns dos grandes projetos de infraestrutura que recebem seus financiamentos e às negociações multilaterais sobre desenvolvimento sustentável.

Ontem, um dado divulgado pelo International Development Finance Club demonstrou que o esforço é de longo prazo. Em 2011, os 19 integrantes do IDFC aprovaram a liberação de US$ 89 bilhões em linhas de "financiamento verde", cerca de 20% do total observado no período. A expectativa do IDFC é que tal cifra seja revisada para cima na reunião do grupo que está agendada para o fim do ano e será realizada em Tóquio, pois os bancos ainda não definiram uma metodologia única que determine o que é "financiamento verde". E, mesmo sem fixar metas, o grupo integrado por instituições latino-americanas, europeias, asiáticas e africanas informou que pretende aumentar nos próximos anos a oferta de linhas de crédito voltadas à chamada economia verde.

No caso do Banco do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), comentou o presidente Luciano Coutinho, tais desembolsos representaram aproximadamente 20% dos R$ 139,7 bilhões liberados em 2011. Foram contemplados projetos nas áreas de energias renováveis, corredores urbanos, saneamento ambiental, eficiência energética e o Fundo Amazônia. Para Coutinho, os bancos de desenvolvimento podem "fazer a diferença" neste momento de crise financeira internacional ao adotar um comportamento anticíclico, aumentar a oferta de crédito e promover investimentos que visem o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas ao aumento da competitividade das energias renováveis e à eficiência energética.

"O aspecto da inovação tecnológica é chave para induzir novos padrões e novas práticas que poupem a emissão de carbono", afirmou o presidente do BNDES, durante entrevista coletiva da diretoria do IDFC.

O presidente da entidade e do banco alemão KfW Bankengruppe, Ulrich Schröder, contou que o estoque de financiamentos do IDFC representa 80% dos cerca de US$ 2 trilhões dos ativos financeiros de todos os bancos de desenvolvimento do mundo. "O financiamento verde não é contraditório ao crescimento. É uma condição", destacou.

Em um seminário sobre o tema realizado na sequência na sede do BNDES, representantes de outros bancos foram além. O diretor-executivo do Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), Hiroshi Watanabe, defendeu que projetos com metas de redução de emissões de carbono recebam condições melhores de financiamento. "É

uma espécie de incentivo, de indução", sublinhou o executivo, no evento promovido à margem da Rio+20.

O diretor-geral da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Dov Zerah, deu outro exemplo de medida concreta voltada à promoção de projetos sustentáveis. Segundo ele, na área de geração de energia elétrica, a AFD não financia usinas nucleares. Apenas projetos de energia eólica e solar recebem apoio. "Impulsionar os investimentos do setor privado é essencial para nós", comentou o francês.

Outro desafio enfrentado pelos executivos dos bancos de fomento estatais ou regionais deverá ser conciliar decisões governamentais não sustentáveis ao plano de impulsionar a economia verde. Wang Yuan, diretora-geral do Banco de Desenvolvimento da China (CDB), por exemplo, contou que a instituição tenta influenciar o "ambiente" responsável pelas definições das políticas do país. Schröder fez o contraponto, afirmando que evita misturar as estações: "Quando eu começar a falar em público sobre questões políticas, eles vão querer me dizer como dirigir um banco".

Para o presidente-executivo do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Enrique Garcia, cabe também à iniciativa privada evitar que as questões ambientais só sejam analisadas depois da conclusão dos projetos de engenharia de empreendimentos de infraestrutura. "Você precisa de um estudo de viabilidade técnica que tenha desde o início a questão ambiental."

Resultado final é frustrante, mas oferece esperança – Valor Econômico. 20/06/2012

Oitenta por cento das patentes mundiais estão nas mãos de seis países. Esse fato, pouco mencionado durante as negociações da Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, é um dos grandes fantasmas do encontro, e ajuda a explicar dois dos principais motivos do impasse nas discussões: a definição de metas para o "desenvolvimento sustentável" (crescimento sem ameaça aos recursos naturais e ao ambiente) e a decisão sobre os chamados "meios de implementação" dessas metas, jargão diplomático para dinheiro e tecnologia.

Até questões aparentemente folclóricas trafegam por esse terreno. Quando os barulhentos países da Aliança Bolivariana dos Povos da América (Alba), como Bolívia e Venezuela, ameaçam barrar a negociação porque querem incluir dispositivos sobre a "Mãe Terra", o que está em jogo é a disputa de governos que reagem fortemente à adoção de princípios de mercado para o uso de reservas naturais, como a água. O Canadá, dono de uma das maiores reservas de água doce do planeta, rejeita considerar a água um direito universal pois pretende lucrar, no futuro, com esse patrimônio, por exemplo.

Há razões menos altruístas também entre os defensores da Mãe Terra: países que dependem do petróleo e outros combustíveis fósseis, como muitos da Alba, não querem ser obrigados a mudar abruptamente seu modelo de sustentação econômica.

Quando resistem à fixação de metas para o desenvolvimento sustentável, cavalo de batalha montado pelos europeus, os países em desenvolvimento, reunidos no grupo conhecido como G-77, dizem temer que se criem padrões rígidos que os obrigariam a depender da compra de serviços e produtos tecnológicos desenvolvidos nos países ricos,

sob ameaça de perder acesso a financiamentos ou mercados caso não embarquem na "economia verde". Cobram dos países ricos dinheiro e cessão de tecnologia (leia-se: abrir mão de patentes e direito de propriedade intelectual) para ter "meios de implementação" das futuras metas.

Direitos de propriedade intelectual são um ponto inegociável por parte de seus detentores, segundo antecipavam negociadores americanos na preparação da Rio+20.

Tem uma lógica a posição dos países em desenvolvimento, que vem conquistando mercados dos países ricos com mão de obra barata e atração de capitais internacionais, deixando aos desenvolvidos a alternativa de apostar no lucro com a economia de conhecimento, apoiada em tecnologia gerada nos últimos anos.

Mas é uma lógica sujeita a contradições: no Riocentro, onde se reúnem as delegações, até funcionários da ONU apontavam para o contraste entre a reunião no Rio e a do G-20, no México, onde os emergentes do Brics (Brasil, Índia, China e África do Sul) alegremente se comprometeram, a aportar US$ 75 bilhões no Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto dizem faltar recursos para financiar as mudanças que podem evitar uma corrida catastrófica aos recursos do planeta.

Durante muito tempo, a diplomacia brasileira resistiu a introduzir dispostitivos sobre ambiente e proteção ao trabalho nos acordos comerciais, por temor de que se transfomassem em pretexto para protecionismo dos países ricos, mais equipados ambientalmente e com melhores padrões de trabalho. Mas essa posição tem mudado, com a constatação de que a falta de regras trabalhistas e ambientais mínimas dá vantagens indevidas a países de grande competitividade no comércio internacional (alguém aí pensou na Ásia?).

Contra as acusações de "baixa ambição" feitas pelos países europeus, governos como os de Brasil e China insistem que é preciso respeitar as condições e o ritmo de cada país e que há responsabilidades "comuns, mas diferenciadas": os países ricos, maiores responsáveis pelo estado a que chegou o aquecimento global e a exploração dos recursos naturais, devem contribuir mais para evitar o desastre. Tese difícil de vender aos eleitores europeus e americanos massacrados pela crise econômica e pelo desemprego.

Em um ponto, todos concordam: sem uma ação rápida e consistente, o padrão atual de consumo do planeta exigirá os recursos de duas Terras para atender à população de 9 bilhões de pessoas que o mundo terá em 2030, segundo a ONU. Diferentemente do que acontece com as obras da Copa ou das Olimpíadas, nesse caso, o atraso dos governos não dá margem a remendos posteriores, nem restos a pagar.

A distância entre os países nessas questões não é coisa que se resolva em reuniões de diplomatas, por mais experientes que sejam os negociadores, limitados por instruções e mandatos de suas capitais. Na preparação para a Rio+20, os governos teriam de ter mantido conversas de alto nível, como as que se veem no G-20, para enfrentar a crise financeira. Houve pouco disso nos últimos dois anos, e um pouco mais nos últimos seis meses.

Só com engajamento direto e intenso dos governos foi possível, por exemplo, obter na Organização Mundial do Comércio (OMC) permissão de licenciamento compulsório de patentes em casos de ameaça à saúde pública (não é coincidência que a disputa aí também se deu sobre direitos de propriedade intelectual).

No processo de preparação para a Rio+20, cuja realização enfrentou resistências por parte da Europa e dos Estados Unidos, os chefes de Estado se mantiveram ligados no curto prazo. Não se viu, por parte do anfitrião da conferência, o Brasil, um engajamento público da presidente, Dilma Rousseff, que, pelo contrário, patrocinou medidas, na área ambiental e em política industrial apontadas pelos críticos como nocivas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (o código florestal e o incentivo à produção de automóveis, por exemplo).

A diplomacia brasileira apostou que o principal seria comprometer os países com o "processo": fixar, na Rio+20, prazos para definir as metas e os "meios de implementação", em meio a um texto mais genérico, com linguagem cifrada capaz de acomodar os interesses não conciliados dos diversos países. Ao final desses prazos, a ONU deveria ter medidas claras para garantir que o mundo atenda as necessidades crescentes de sua população sem afundar na poluição, no esgotamento dos recursos naturais e na extinção da biodiversidade.

Por pouco, com reações como a dos negociadores europeus ao texto proposto pelo Brasil, essa conferência não se tornou um fracasso como a de Copenhague, em 2009. O resultado frustra quem acreditou ser a Rio+20 capaz de definir um rumo concreto para o desenvolvimento mundial, e dá esperanças a quem acredita ser possível ainda influir nesse processo.

Do ponto de vista diplomático, a Rio+20 trouxe um resultado importante, por comprometer os governos com uma agenda definida de discussões, com prazo para acabar. Do ponto de vista das preocupações mundiais com o desenvolvimento sustentável, houve um avanço medíocre, como têm sido muitas das ações da ONU, um compromisso em comprometer-se: uma Rio+20 com a promessa de que o futuro trará promessas mais claras contra o desenvolvimento insustentável, de governos que, entre 2014 e 2015, firmarão um acordo que parece impossível até agora para evitar que o mundo entre em um beco sem saída.

O futuro que teremos. Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Opinião. 20/06/2012

Há um tremendo clima de conformismo nos corredores do Riocentro em relação ao teor do documento final da Rio+20. Nunca esperou-se muita coisa. A profecia se autocumpriu.

O texto saiu fraco. Comedido. Passará a partir de hoje pelo crivo de chefes de Estado e de governo presentes à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Os diplomatas brasileiros no comando do processo de redação ficaram aliviados só pelo fato de conseguirem concluir o documento. Comemoraram. Até ontem de manhã, havia risco de nem haver uma declaração final.

Um exemplo de como a declaração da Rio+20 foi desidratada ao osso: ficou para 2014 a definição das fontes de financiamento de programas e políticas de desenvolvimento sustentável da chamada economia verde -para usar o jargão do evento.

Decidiu-se também pela criação de um comitê cuja missão será encontrar soluções e dinheiro. É a velha fórmula de empreendimentos mal gerenciados. Quando não se sabe nem se quer resolver um problema, monta-se um grupo de trabalho.

Entre outras explicações na apresentação do documento final, diplomatas brasileiros disseram que o texto é "rico em potencialidades". O ministro Gilberto Carvalho, que tem sala dentro do Palácio do

Planalto, completou: "Não era a intenção do Brasil assumir um papel de vanguarda isolada".

Com essas potencialidades e a abdicação de liderar um processo de maneira mais arrojada, o Brasil volta à sua vocação histórica há vários séculos. Somos novamente o país do futuro. O título do documento ajuda. É "O futuro que queremos". Poderia ser, como na anedota ouvida no Riocentro, "O passado que sempre tivemos".

É uma pena. Mas em meio à atual crise econômica mundial, o resultado da Rio+20 deve ser matizado. Afinal, poderia ser pior

---

Menos é mais no Rio? Julia Sweig – Folha de São Paulo, Mundo. 20/06/2012

A crise financeira de 2008 salientou a frase "grande demais para falir", em alusão às consequências econômicas fatídicas que adviriam se os grandes bancos americanos não fossem socorridos.

A dificuldade em chegar a resultado significativo nos encontros do G20 e Rio+20 desta semana sugere a frase alternativa: grande demais para ter êxito. Os trunfos em jogo são grandes demais: em Los Cabos, a economia global; no Rio, o bem-estar ambiental e social global.

Em Los Cabos, a divisão em torno de estímulo fiscal ou austeridade está distante das expectativas de quatro anos atrás de que o G20 pudesse criar soluções financeiras para lidar com tais crises.

No Rio, a divisão crescente entre países em desenvolvimento e desenvolvidos cedeu a uma verdade mais gritante: a impossibilidade de mais de 50 mil pessoas representando mais de cem países e organizações produzirem consenso significativo para desenvolvimento, proteção e crescimento sustentáveis. Você se lembra da falta de sintonia entre a rua e as delegações oficiais na reunião da OMC em Seattle, em 1999?

Ou do caos nas negociações climáticas em Copenhague?

Uma década de benefícios decrescentes dessas conferências globais fez das expectativas baixas ingrediente necessário ao seu próprio êxito -é essa a visão majoritária.

Outro verso deste Novo Testamento: cada chefe de Estado, especialmente os democraticamente eleitos, leva a esses encontros sobretudo preocupações domésticas.

A eleição de Obama este ano, por exemplo, pode depender de se impedir que as consequências da crise europeia afetem a já fraca recuperação econômica dos EUA.

A presença de Obama no Rio reforçaria sua posição nos EUA ou favoreceria os resultados do encontro? Provavelmente não. A estatura global da secretária Clinton -tão mega quanto seu chefe e mais sintonizada com as questões de desenvolvimento, gênero e segurança-mais do que satisfaz.

Mas o sucesso no Rio será definido menos pela estatura das delegações oficiais e mais por governadores estaduais e prefeitos de grandes cidades que se engajem com o capital privado para criar investimentos infraestruturais verdes e mecanismos reais para reduzir emissões.

Ou nas margens da conferência, onde a explosão da livre expressão é evidente nas mídias sociais, na calçada diante do BNDES, nas tendas do Flamengo e nos protestos contra Ahmadinejad em Ipanema.

Vinte anos atrás, Guatemala e Colômbia, que hoje promovem o conceito das Metas de Desenvolvimento Sustentável, travavam guerras civis, não se preocupando com o impacto que o tratamento dado ao ambiente global poderia ter sobre o bem-estar nacional.

Minha aposta? Dentro de 20 anos teremos feito progressos mensuráveis nas metas de crescimento verde, segurança alimentar, redução da pobreza e proteção da água, dos oceanos e florestas.

Mas esses avanços serão feitos nos espaços menores do possível, onde menos poderá resultar em mais do que os fóruns globais gigantescos conseguem de fato realizar.

Líderes globais recebem hoje documento genérico decisões mais difíceis para depois – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012

Após negociações que vararam a madrugada de ontem, o documento final da Rio+20 chega hoje às mãos dos chefes de Estado esvaziado de compromissos. As decisões principais sobre desenvolvimento sustentável foram postergadas para 2014 e 2015. A nova versão do texto 'O Futuro que Queremos' procurou acomodar interesses do bloco de emergentes, de parte dos países ricos e até do Vaticano. O resultado foi um documento considerado "genérico".

A ausência de metas fez a cidade do Rio ser novamente palco de manifestações. O desfecho do texto desagradou mulheres, ambientalistas e movimentos sociais. Hoje o Riocentro recebe chefes de Estado e de governo para o encontro de alto nível, que termina na sexta. Há 17 confirmados até agora. São 190 os países representados, mas os ricos são minoria. Entre os desfalques estão o presidente dos EUA e os premiês do Reino Unido, da Alemanha e do Japão.

Decisões difíceis são jogadas para depois. Claudia Antunes, Claudio Angelo e Isabel Fleck – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012

Conferência adia definições sobre financiamento e metas para 2014 e 2015

Compromisso político entre 193 países com interesses díspares, o documento final da Rio+20 foi aprovado. Como esperado, "O Futuro que Queremos" avança pouco na agenda do desenvolvimento sustentável e joga para o futuro as decisões difíceis.

Os líderes mundiais reunidos a partir de hoje, premidos pela crise, terão diante deles para adoção um texto genérico, "rico em potencialidades", como definiu a embaixadora brasileira na ONU, Maria Luiza Viotti. E duas datas em vista: 2014 e 2015.

Em 2014, termina o prazo para que um comitê a ser formado defina mecanismos para financiar a transição até a economia verde inclusiva, tema central da conferência.

Em queda de braço com o G-77 (países em desenvolvimento), os ricos encontraram na crise justificativa para não se comprometerem já com dinheiro "novo e adicional".

Em 2015, deverão ser implementados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, principal inovação da Rio +20. Trata-se de um conjunto de metas incorporando critérios socioambientais. A proposta das metas será feita em 2013, após sua definição por um comitê técnico. Os temas, não foram definidos.

Isso representou uma derrota para a União Europeia, O bloco não emplacou um "roteiro" da economia verde, rejeitado por pobres e emergentes.Também não conseguiu elevar o status da agenda ambiental na ONU, transformando o Pnuma em agência autônoma.

A UE, que chegou a criticar o Brasil pelo texto, acabou suavizando sua resistência por causa de uma manobra brasileira. A **Folha** apurou que o G77 ameaçou deletar o capítulo sobre economia verde.

O Brasil conseguiu manter a essência do tema. "Lutamos o tempo todo e chegamos até onde pudemos", disse Ida Auken, ministra do Meio Ambiente da Dinamarca e negociadora-chefe da UE.

O chanceler brasileiro, Antonio Patriota, definiu o documento como um "equilíbrio de insatisfações".

O G77 teve menos razões de queixas. Evitou que o ambiente saísse como o pilar privilegiado do desenvolvimento sustentável -o texto dá ênfase ao social. E garantiu a menção às "responsabilidades comuns, mas diferenciadas", princípio no qual ricos arcam com o maior custo da transição à sustentabilidade.

O Itamaraty destacou a "visão de longo prazo" e a viabilidade de haver consenso.

O secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse que o texto poderá ser alterado pelos chefes de Estado. Ninguém aposta nisso.

"Não acredito que o Brasil pretenda abrir o documento. Haveria grande risco. Muitos países têm descontentamentos com partes do texto", disseTodd Stern, dos EUA.

'Declaração é fracasso colossal', dizem ativistas – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012

Ambientalistas presentes ao Riocentro chamaram de "fracasso colossal" o rascunho final do texto da Rio +20, aprovado ontem.

"Dois anos e uma madrugada de negociações depois, os diplomatas no Rio decepcionam o mundo", afirmou Jim Leape, diretor do WWF. Segundo ele, faltou visão e liderança. "Eles deveriam ter vergonha de sua incapacidade de encontrar consenso."

O texto brasileiro apenas reafirma os compromissos firmados 20 anos atrás, na Eco-92, mas não avança.

"Entramos numa reunião em 2012 e saímos achando que estávamos numa reunião no Rio em 1992", resumiu Marcelo Furtado, diretor-executivo do Greenpeace. "A conferência não está entregando nada além de uma promessa de que até 2015 tudo talvez possa estar resolvido."

As ONGs manifestaram ontem uma esperança de que os líderes mundiais possam aumentar a ambição da Rio +20 ao decidir como serão implementadas suas decisões.

Reunião de alto nível começa esvaziada. Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Cotidiano. 20/06/2012

Presidente Dilma assume formalmente hoje comando da conferência, marcada pela ausência de potências. Encontro de líderes vai durar três dias; chefes de Estado ou de governo confirmados são apenas 17 até agora

A presidente Dilma Rousseff assume hoje no Rio formalmente o comando da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Será uma cúpula com 190 países representados, mas esvaziada de chefes de Estado ou de governo da parte rica do planeta.

A **Folha** comparou quais dos 30 países mais ricos enviaram seus representantes principais em 1992 e quais estarão presentes hoje. O número é semelhante: 19 chefes de Estado ou de governo vieram à Eco-92. Para a Rio+20, há até agora 17 confirmações.

Mas quando se observa o PIB desses países, nota-se uma grande desproporção. Em 1992, quando se consideravam os 30 mais ricos, a soma dos PIBs dos que enviaram chefes de Estado e de governo à conferência equivalia 70% desse grupo. Hoje, o percentual cai para 44%.

Diferentemente de 1992, não enviaram seus representantes principais agora EUA, Alemanha, Reino Unido e Canadá, entre outros.

Uma contabilização bem precisa só poderá ser feita na sexta-feira, último dia da Rio+20. Sempre pode haver confirmações ou cancelamentos de última hora. Em 1992, o primeiro-ministro do Japão decidiu não vir ao Brasil na noite anterior.

A cúpula dos chefes de Estado vai durar três dias. Todos os representantes dos 190 países usarão a tribuna para falar. O discurso de Dilma enfatizará o interesse do Brasil em avançar nas políticas para o ambiente -compensando um pouco o conteúdo comedido da declaração final. Sua chegada estava prevista para a madrugada de hoje.

Via Campesina protesta contra 'casa do agronegócio' na Rio+20. Vinicius Mansur – Agência Carta Maior. 21/06/2012

Militantes da Via Campesina "tomaram" de surpresa o espaço AgroBrasil, organizado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) no Rio de Janeiro para "demonstrar" a sustentabilidade do modelo agrícola do país, mas considerado "propaganda enganosa" pelo movimento social. "Agronegócio é a mentira do Brasil", disseram os manifestantes durante o protesto. Presidente da CNA, a senadora Kátia Abreu divulgou nota contra ato, para ela, "antidemocrático".

Rio de Janeiro - Manifestantes organizados pela Via Campesina Internacional realizaram um protesto na manhã desta quinta-feira (21) dentro do AgroBrasil, espaço preparado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para a Rio+20.

Por volta das 11h30, um coro de vozes, que diziam "o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo", tomou conta de um dos salões do AgroBrasil e deu início à abertura de faixas e a distribuição de cartazes com mensagens críticas ao agronegócio.

Em poucos minutos, centenas de manifestantes ocuparam o espaço, e uma enorme maquete, que simulava um latifúndio moderno, foi coberta por cartazes que diziam "Reforma agrária gera emprego e alimentos saudáveis. Agrotóxico mata". Em forma de samba, os militantes da via campesina cantaram:

"Comida ruim ninguém aguenta, é a Syngenta. É veneno em todo canto, é a Monsanto. Mata gente e mata rio, é a Cargil. Agronegócio, a mentira do Brasil."

Em menos de 20 minutos, o protesto caminhou para a porta de entrada do AgroBrasil, onde centenas de outros militantes da Via Campesina os esperavam com um carro de som.

O espaço AgroBrasil é organizado pela CNA no Pier Mauá, na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, e conta com o apoio da Monsanto, frigorífico JBS, Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Nota da CNA

A senadora Kátia Abreu, presidente da CNA, divulgou uma nota em que lamentou o protesto. "A CNA considera inaceitável que manifestações antidemocráticas como estas

ainda tenham lugar em um evento como a Rio+20, onde os povos e as nações buscam o entendimento e a convergência para um mundo melhor, sempre respeitando a diversidade de ideias", diz o texto, divulgado no site da entidade.

Dilma diz que Rio+20 abre nova era e prega ambição. Rodrigo Otávio – Agência Carta Maior. 21/06/2012

Na abertura oficial da conferência, a presidenta Dilma Rousseff disse que a avaliação da Rio+20 como um ponto de virada deve-se "a intensa mobilização e participação ativa da sociedade civil no encontro", promovendo "o engajamento de todos nessa nova agenda". "Desde já essa é a maior conferência das Nações Unidas em termos de participação da sociedade civil. Estamos no limiar de um novo momento", disse ela.

Rio de Janeiro - A presidenta Dilma Rousseff abriu a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, na quarta-feira (20) , no Rio de Janeiro, classificando o encontro como um marco de mudanças para diferentes sociedades mundo afora. "Em nossas mãos estão as decisões políticas que certamente afetarão o crescimento econômico, a inclusão social e a defesa do meio ambiente. Nós temos a responsabilidade histórica de fazer da Rio+20 um marco onde firmemente estabeleceremos os compromissos para o futuro que nós queremos", afirmou Dilma, paulatinamente deixando a retórica diplomática de lado e indicando caminhos para esses novos tempos.

"A tarefa que nos impõe a Rio+20 é desencadear um movimento de renovação de ideias e de processos para enfrentarmos os dias difíceis em que hoje vive ampla parte da humanidade. Com plena consciência do muito que temos pela frente, este país, o Brasil, que os recebe hoje, avança com soluções e identidade próprias. (...) Adotamos um programa de dez anos para a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo. (...) Reconhecemos a insuficiência do Produto Interno Bruto (PIB) como critério para medir o desenvolvimento", discursou a petista.

Dilma lembrou que a avaliação da Rio+20 como um ponto de virada deve-se "a intensa mobilização e participação ativa da sociedade civil no encontro", promovendo "o engajamento de todos nessa nova agenda". "Desde já essa é a maior conferência das Nações Unidas em termos de participação da sociedade civil. Estamos no limiar de um novo momento", disse ela.

No papel
Segundo Dilma, existe a possibilidade de o documento oficial da Rio+20, apesar de classificado como inerte por setores da sociedade civil e diversos governos, representar essa renovação. "Temos de ser ambiciosos. O texto aprovado pelas consultas pré-conferência representa antes de tudo uma decisão de não retroceder de nehuma forma nos compromissos que assumimos em 1992. Mas não basta manter as conquistas do passado. Temos que construir sobre este legado", disse.

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, falando logo depois da presidenta na cerimônia de abertura, fez coro para os chefes de estado evoluírem nas discussões que começariam logo em seguida. "Eu peço o compromisso de vocês. Nós tivemos grande progresso nesses últimos dias, agora é a hora de darmos o passo final. Vamos fazer da Rio+20 um ato de compromisso e ação, agora é a hora da ação. Não vamos

deixar para as nossos filhos e nossos netos a responsabilidade de uma Rio+40, ou Rio+60. Não deixemos essa oportunidade passar, vamos fazer dela nosso legado".

Responsabilidades

Apesar de anunciar o protagonismo do Brasil e dos países emergentes no futuro próximo, Dilma não deixou de cobrar a conta dos países desenvolvidos. "Políticas mais poluentes possibilitaram economias desenvolvidas alcançarem maior poder de produção e consumo, mas deixaram pesada carga e conta socioambiental para os países em desenvolvimento. A promessa de financiamento do mundo desenvolvido, para o mundo em desenvolvimento, ainda não se materializou nos níveis prometidos e necessários", afirmou.

Dentro do tema, a presidente referiu-se ao polêmico parágrafo 15 do documento, que reafirma as responsabilidades dos países desenvolvidos nas formas de financiamento para a implementação dos programas para o desenvolvimento sustentável, sinalizando que o Brasil não aceitará um retrocesso durante as discussões nas quatro mesas redondas que os chefes de estado participarão até aprovarem o texto, na sexta-feira.

"O princípio fundamental das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas, consagrado na Rio 92, tem sido muitas vezes recusado na prática. Sem ele, não há consenso possível na construção de um mundo mais justo e inclusivo", disse ela.

Já a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante entrevista coletiva após o pronunciamento da presidenta Rousseff, alfinetou a recusa dos países desenvolvidos em assumir um maior comprometimento financeiro para programas de desenvolvimento sustentável. "Interessante a gente comparar a questão de países desenvolvidos na alocação de recursos e a África do Sul, agora mesmo, colocando US$ 2 milhões no FMI para ajudar os europeus. Essas contradições têm que ser expostas. Uma coisa é chegar e 'vou colocar dinheiro', outra coisa é dizer que precisava melhorar meios de implementação".

Saindo da fleuma diplomática, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, chefe brasileiro nas negociações que resultaram no documento oficial, também atacou os países desenvolvidos. "Não se pode exigir ambição de ação, se não existe ambição de financiamento. Então quem exige ambição de ação e não põe dinheiro sobre a mesa, está sendo no mínimo incoerente", afirmou o representante do Itamaraty.

"Investimentos sustentáveis"

Se durante a tarde de quarta-feira a retórica da presidente Dilma Rousseff durante a abertura oficial do encontro enalteceu a participação da sociedade civil como força motriz para fazer da Rio+20 um marco em novas práticas econômicas e sociais; pela manhã, a porta-voz da ONU, Pragati Pascale, informava que na sexta-feira Ban ki-moon e líderes empresariais anunciarão um total de quase 500 "compromissos" assumidos pelo setor privado durante o Fórum de Sustentabilidade do UN Global Compact na Rio+20.

A conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) também anunciou que as bolsas de valores de promoverão, a longo prazo, investimentos sustentáveis de mais de 4.600 empresas em seus mercados. As envolvidas são a Nasdaq e bolsas do Egito, Turquia e Brasil.

A inexpressiva atuação dos EUA. Daniela Chiaretti e Sergio Leo – Valor Econômico. 21/06/2012

Os EUA tiveram até agora uma falta de atuação inédita em uma conferência do porte da Rio+20. Seus negociadores tiveram papel ativo nos bastidores, defendendo uma agenda que, segundo delegados de outros países, era dizer não a alguns itens fundamentais do documento-base da conferência. Mas a participação da maior economia do mundo na conferência que tenta dar novos rumos à economia global foi a mais inexpressiva entre as cúpulas internacionais das quais participou recentemente.

O país está em plena campanha presidencial e os eleitores americanos costumam não ser sensíveis a apelos ambientais, ao contrário dos europeus.

Os americanos reforçaram as pressões dos europeus para que a conferência adotasse um modelo de economia verde, mas resistiram a incluir no documento final compromissos explícitos sobre mudanças no padrão de consumo.

O boletim de notas no Rio. Jeffrey D. Sachs – Valor Econômico. 21/06/2012

A "Nature", uma das publicações científicas de maior destaque do mundo, acaba de lançar um vergonhoso boletim de notas sobre desenvolvimento sustentável, em antecipação ao encontro de cúpula Rio+20 de desenvolvimento sustentável. O grau de adoção dos três principais tratados assinados na primeira Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Eco-92, recebeu as seguintes avaliações: Mudanças Climáticas - nota "F"; Diversidade Biológica - nota "F"; e Combate à Desertificação - nota "F". Será que a humanidade ainda pode evitar ser "expulsa" da sala?

Sabemos há pelo menos uma geração que o mundo precisa corrigir seu rumo. Em vez de alimentar a economia mundial com combustíveis fósseis, precisamos fazer um uso muito maior de alternativas de baixa emissão de gás carbônico, como as energias eólica, solar e geotérmica. Em vez de caçar, pescar e desmatar terras sem preocupação com o impacto sobre outras espécies, precisamos controlar o corte de árvores e nossa produção agrícola e pesqueira em conformidade com a capacidade de nosso ambiente. Em vez de deixar as pessoas mais vulneráveis do mundo sem acesso a planejamento familiar, educação e assistência médica básica, precisamos acabar com a pobreza extrema e reduzir os elevados índices de fertilidade que ainda existem nas partes mais pobres do mundo.

Em resumo, precisamos admitir que nossa capacidade coletiva de destruição dos sistemas de suporte à vida no planeta chega a níveis sem precedentes com as atuais 7 bilhões de pessoas e as 9 bilhões, projetadas para a metade do século, todas interconectadas em uma economia mundial de alta tecnologia e alto consumo de energia. As consequências de nossas ações individuais, no entanto, ficam tão afastadas de nossa consciência diária que podemos estar nos dirigindo à beira do penhasco sem mesmo saber disso.

Por todo o mundo cresce o clamor para que o desenvolvimento sustentável fique no centro da mentalidade e das ações mundiais, para ajudar as pessoas a solucionar o desafio: bem-estar econômico, ambiente sustentável e inclusão social - que vai definir sua era.

Quando ligamos nossos computadores ou acendemos as luzes, estamos alheios às emissões de gás carbônico resultantes dessas ações. Quando comemos nossas refeições, estamos alheios ao desmatamento resultante da agricultura insustentável. E quando bilhões de nossas ações combinam-se para criar fome e enchentes do outro lado do mundo, afetando as populações mais pobres em países propensos à seca como Mali ou Quênia, somos poucos os que têm mesmo uma ligeira noção das perigosas armadilhas das interconexões mundiais.

Há 20 anos o mundo tentou enfrentar essas realidades por meio de tratados e da lei internacional. Os acordos que emergiram em 1992 no primeiro encontro no Rio eram bons: ponderados, previdentes e concentrados nas prioridades mundiais. Ainda assim, não nos salvaram.

Esses tratados ficaram nas sombras de nossas políticas, de nossa imaginação e dos ciclos dos meios de comunicação no dia a dia. Ano após ano, diplomatas convergiram aos trancos para conferências tentando colocar esses acordos em vigor, mas os principais resultados foram negligência, atrasos e bate-bocas por detalhes legais. Passados 20 anos, o que temos para mostrar são apenas três notas "vermelhas".

Há alguma maneira diferente de agir? O caminho da lei internacional envolve advogados e diplomatas, mas não engenheiros, cientistas e líderes comunitários que estão nas linhas de frente do desenvolvimento sustentável. É um caminho repleto de informações técnicas, conhecidas por poucos, sobre monitoração, compromissos obrigatórios, países do anexo-I e países fora do anexo-I e milhares de outros legalismos. Um caminho que não conseguiu dar à humanidade uma linguagem para discutir nossa própria sobrevivência.

Temos milhares de documentos, mas somos incapazes de nos comunicar abertamente uns com os outros. Queremos salvar a nós mesmos e a nossas crianças? Então, por que não o dizemos?

Na Rio+20, temos de dizê-lo, de uma forma clara e decisiva, de uma forma que resulte em ações e na resolução de problemas, e não em brigas ou atitudes defensivas. Como os políticos seguem a opinião pública em vez de liderá-la, é preciso que o público exija sua própria sobrevivência, e não as autoridades eleitas, que supostamente deveriam nos salvar de alguma forma, apesar de nós mesmos. Há poucos heróis na política; esperar pelos políticos seria esperar demais.

O resultado mais importante no Rio, portanto, não será um novo tratado, cláusulas obrigatórias ou compromissos políticos. Será uma convocação global por ações. Por todo o mundo, cresce o clamor para que se coloque o desenvolvimento sustentável no centro da mentalidade e das ações mundiais, especialmente para ajudar as pessoas mais jovens a solucionar o desafio triplo - bem-estar econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão social - que vai definir sua era. A Rio+20 pode ajudá-los a fazer isso.

Em vez de um novo tratado, adotemos na Rio+20 um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que inspirem as ações de uma geração. Assim como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio abriram nossos olhos para a pobreza extrema e promoveram ações mundiais sem precedentes para combater a aids, tuberculose e malária, os ODS podem abrir os olhos da atual juventude para as

mudanças climáticas, perda de biodiversidade e desastres da desertificação. Ainda podemos salvar os três tratados do Rio, colocando as pessoas na dianteira dos esforços.

Os ODS para acabar com a pobreza extrema; descarbonizar o sistema de energia; desacelerar o crescimento populacional; promover o fornecimento de alimentos sustentáveis; proteger oceanos, florestas e terras secas; e reparar as desigualdades de nossa era podem estimular uma resolução de problemas que valerá gerações. Magos da engenharia e tecnologia por todo o mundo, do Vale do Silício a São Paulo, de Bangalore a Xangai, têm ideias em suas mangas para salvar o mundo.

Universidades por todo o mundo são lar de legiões de estudantes e professores empenhadas em solucionar problemas práticos em suas comunidades e países. As empresas, pelo menos a boas, sabem que não podem prosperar e motivar seus funcionários e consumidores a menos que façam parte da solução.

O mundo está pronto para agir. A Rio +20 pode ajudar a desencadear uma geração de ações. Ainda há tempo, muito pouco, para transformar as notas "Fs" em "As" e para a humanidade conseguir passar em seu exame definitivo. (Tradução de Sabino Ahumada)

Jeffrey D. Sachs é professor de economia e diretor do Instituto Terra, da Columbia University. É também assessor especial do secretário-geral das Nações Unidas no tema das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Copyright: Project Syndicate, 2012.

Brasil tenta reverter percepção de fracasso. Daniela Chiaretti e Francisco Góes – Valor Econômico. 21/06/2012

O Brasil fez ontem uma tentativa de reverter a imagem de fracasso da Rio+20 depois de reações negativas no exterior e também por parte de organizações não-governamentais, insatisfeitas com o texto, considerado de baixa ambição e sem nenhum compromisso novo relevante. "Não se pode ter ambição de ação se não há ambição de financiamento", disse o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, secretário-executivo da Comissão Nacional da Rio+20. "Quem exige isso está sendo, no mínimo, incoerente".

Foi uma resposta do principal negociador brasileiro às críticas da União Europeia de que o documento-base da Rio+20 é pouco ambicioso. Mais do que isso, foi a tentativa brasileira de desfazer a ideia predominante no Riocentro de que a conferência fracassou.

As negociações entre os 193 países das Nações Unidas na conferência do Rio poderiam ter se estendido mais, o que tiraria a imagem de que o Brasil queria chegar à cúpula com a lição feita, mesmo se às pressas, diz um diplomata internacional. "A impressão é que o Brasil quer algo na Rio+20 sem drama."

Figueiredo e a ministra brasileira do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, se esforçaram, em entrevista, em mostrar aspectos positivos do documento. A intervenção de Izabella começou com a leitura de manchetes feitas pelos jornais depois da Rio92, e que falavam em fracasso da conferência -- hoje considerada um marco nas negociações internacionais.

"A Rio+20 não é uma conferência que tenha fracassado. Ela assegura um documento, sinaliza novos caminhos de debate e de convergência da agenda de desenvolvimento

sustentável e mantém os princípios de 1992", disse Izabella. Ela afirmou que o documento adota a decisão de estabelecer um novo critério para mensurar a riqueza considerando aspectos ambientais e sociais. E indicou ainda que o texto adota um plano marco de dez anos sobre produção e consumo sustentáveis.

As organizações não-governamentais reagiram, porém, com ceticismo ao documento. "O problema fundamental é que o texto não contém nenhum compromisso novo com grande significado. Não há nada que indique que os governos vão fazer algo diferente na próxima semana", disse Antonio Hill, porta-voz da Oxfam International para a Rio+20.

Um exemplo da natureza frouxa do texto, segundo a Oxfam, está na parte que trata de alimentos. Há ali referências a muitas prioridades, mas o documento apenas reconhece e enfatiza a importância desses temas. "A única palavra operativa nessa seção diz que se resolve aumentar investimento para a produtividade agrícola, mas não especifica. Então não sabemos se é para biocombustíveis, palma africana ou outra coisa", disse Hill.

Ele afirmou que nesse capítulo também não há referência à agricultura familiar, tema importante para resolver o problema da segurança alimentar. "Esse é, portanto, apenas um exemplo da falta de compromisso político desta conferência."

Desde segunda-feira, circularam no Riocentro rumores segundo os quais o Brasil poderia tentar fazer uma emenda ao texto mediante uma declaração, a ser aprovada pela conferência, e que poderia dar maior ênfase a pontos do documento que os chefes de Estado considerassem mais importantes como mensagem para o mundo. Seria uma forma de dar maior clareza e foco ao texto tão criticado pela sociedade civil.

O governo brasileiro, via Itamaraty, se apressou em desmentir essa hipótese: "O entendimento político é que esse é o texto, o texto que está negociado e concluído", disse em entrevista o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado. O principal negociador brasileiro na Rio+20, o embaixador André Correa do Lago, disse ao Valor que não haverá qualquer emenda ao texto da conferência. "O documento é o que está aí", afirmou. O texto da Rio+20 deverá ser adotado pelos chefes de Estado na sexta-feira.

Com ausência dos ricos, conferência vira palco para os emergentes. Joe Leahy e Pilita Clark (Financial Times) – Valor Econômico. 21/06/2012

Ao anunciar os planos para a cúpula Rio +20, neste mês, o Ministério da Defesa do Brasil disse que se encarregaria de transportar os líderes e delegações de 10 países em desenvolvimento da África e do Caribe. "A expectativa, no momento, é de que essas aeronaves transportem 66 delegados, mas o número pode subir, conforme a demanda", disse o Ministério.

Esse show de hospitalidade foi visto por alguns observadores como um sinal de preocupação com que um número insuficiente de chefes de Estado estejam planejando participar da cúpula no Rio.

Essas preocupações estavam bem fundamentadas. Apesar importância do evento - 20 anos após a pioneira Cúpula da Terra (a Rio92), também no Rio -, o encontro não é alvo do nível esperado de interesse, sobretudo por parte do mundo desenvolvido.

Acredita-se que apenas dois líderes do Grupo dos Sete países industrializados - François Hollande, da França, e Mario Monti, da Itália - comparecerão. O presidente Barack Obama permanecerá em casa travando sua campanha eleitoral nos EUA, ao passo que outros políticos europeus estão ocupados com a crise da zona do euro. Os líderes do Canadá e do Japão, estarão em outros países.

Em contraste, figuras importantes dos países do Bric - Brasil, Rússia, Índia e China - deverão participar, o que leva alguns observadores a saudar um ponto de inflexão no palco mundial.

"Este é, potencialmente, o momento de referência para daqui a 10 anos, quando poderemos dizer que este foi quando as economias emergentes subiram ao palco e ganharam maior influência no processo internacional", disse Lasse Gustavsson, chefe da delegação do WWF no Rio de Janeiro.

Mas os países do Bric também foram alvo de críticas de alguns presentes no Rio por retardarem as negociações, ao insistir que não podem fazer mais pelo ambiente a menos que os países ricos contribuam deem ajuda financeira.

Meses de disputas que precederam a Cúpula do Rio sobre um dos temas que a ONU escolheu para a conferência: como criar uma economia verde que coloque o mundo em um caminho para o desenvolvimento sustentável.

Muitos países em desenvolvimento rejeitavam empregar o termo "economia verde", diz Martin Khor, diretor-executivo do think-tank Centro Sul. Eles temem que essa designação seja usada como justificativa para proteção do comércio ou para novas obrigações com as quais não podem arcar.

"Por isso, eles têm relutado em emprestar muita relevância ao termo "economia verde", insistindo em que se trata de um dos vários conceitos e ferramentas que podem ser usados para alcançar o desenvolvimento sustentável, e que não deveria ser usado como uma receita ou novo referencial para políticas internacionais", escreveu ele em um artigo recente.

Outros analistas advertem contra dar demasiada importância ao predomínio dos Brics na Rio+20. A razão pela qual alguns líderes não compareceram pode ser em parte burocrática. A atual agenda de cúpulas está lotada: houve um encontro do G-20 no México, alguns dias atrás, e haverá uma reunião do Conselho Europeu na próxima semana.

Chris Garman, analista do Eurasia Group, disse que a ausência dos países ricos deveu-se mais a uma fria avaliação da improbabilidade de que a Rio+20 venha a produzir resultados num momento de questões mais urgentes.

"Eles têm questões mais importantes para enfrentar, neste momento", disse ele.

ONU esperava mais – Valor Econômico. 21/06/2012

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon (foto), fez ontem críticas ao acordo fechado pelos negociadores da Rio+20. "Eu esperava um acordo mais ambicioso. A natureza não espera, não negocia", disse. Na abertura do painel da tarde da Rio+20, o secretário-geral disse que os países não estão fazendo a sua parte para enfrentar o que está por vir. "Vamos reconhecer que nossos esforços não tiveram resultados. Nos comportamos e consumimos como se nada fosse findável", afirmou o secretário. "Chegamos ao limite de nosso planeta. Temos que fazer da sustentabilidade a nossa meta." O embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, reagiu às críticas de Ban Ki-moon ao texto final: "O texto está fechado, negociado e não será mexido".

Dilma recebe líderes com críticas aos países ricos. Paola de Moura e Guilherme Serodio – Valor Econômico. 21/06/2012

A presidente Dilma Rousseff fez críticas ao modelo de desenvolvimento dos países ricos a uma plateia que contou com o presidente francês, François Hollande

Diante de uma plateia com o maior número de chefes de Estado desde a posse, a presidente Dilma Rousseff fez, ontem, críticas contundentes ao modelo de desenvolvimento do primeiro mundo e à transferência de indústrias mais poluentes do hemisfério Norte para o Sul.

Discursando para chefes de Estado como presidente francês François Hollande, o do Equador, Rafael Correa, do Irã, o polêmico Mahmoud Ahmadinejad, e o do Zimbabwe, Robert Mugabe, Dilma afirmou que os modelos atuais estão esgotados e não são capazes de resolver os problemas contemporâneos. Ela acrescentou que, apesar disso, os países em desenvolvimento vêm passando por um momento de significativo crescimento. "A recuperação da economia mundial, para ser estável, tem que ser global."

Em seu discurso, Dilma voltou a criticar a forma como os países desenvolvidos em crise vem cortando benefícios. "Neste momento, o mundo atravessa a pior crise da sua história desde a década de 30. Não podemos fazer políticas de ajustes com a parte mais frágil, os trabalhadores, os aposentados ou as mulheres. São modelos que se esgotaram, que não são capazes de resolver os problemas contemporâneos", afirmou a presidente.

Dilma disse que o Brasil tem avançado muito em suas políticas de crescimento distribuindo riquezas. " Incluímos 40 milhões na classe média, criamos 18 milhões de empregos, expandimos a nossa matriz energética limpa e temos 45% de fontes de energia renovável. Sabemos que o desenvolvimento sustentável é a melhor resposta", afirmou. Dilma ressaltou ainda que o desenvolvimento sustentável "implica mais de distribuição de riqueza, em mais emprego, em mais distribuição de renda, acesso à educação, à saude e à segurança, ao bem-estar da população".

Ao terminar, a presidente elogiou o documento-base acordado na terça-feira, considerado pelos representantes do governo como uma vitória brasileira: "O texto é resultado de um esforço. Representa a decisão de não retroceder nos compromissos assumidos em 92". Dilma ressaltou que foram introduzidos novos conceitos no texto,

como o da erradicação da pobreza como objetivo global, o princípio de desenvolvimento sustentável, o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a ampliação da participação da sociedades civil na discussão dos temas, entre outros.

A presidente concluiu dizendo que os "olhos do mundo estão voltados para o Rio. Demonstramos capacidade de lidera e de agir. O futuro das próximas gerações aguarda as decisões".

O texto-base da conferência também foi mencionado pela presidente. Entre os pontos de acordo, Dilma Rousseff disse que o objetivo de erradicação da pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta. Ela também afirmou que o texto inclui um entendimento dos países de que o PIB é um indicador insuficiente para avaliar o grau de desenvolvimento de uma nação.

"Reconhecemos a insuficiência do PIB para medir o critério de desenvolvimento. E lançamos a alternativa de critérios tanto ambientais quanto sociais para medir o desenvolvimento", afirmou.

Dilma disse ainda que o texto incentiva as empresas a incluir informações de sustentabilidade em seus balanços financeiros. Ela acrescentou que o documento traz ações para promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo.

Conferência registra uma inédita falta de protagonismo dos EUA. Daniela Chiaretti e Sergio Leo – Valor Econômico. 21/06/2012

Os EUA registraram até agora uma falta de protagonismo inédita em uma conferência do porte da Rio+20. Os negociadores tiveram um papel ativo nos bastidores - defendendo uma agenda que, segundo delegados de outros países, era de dizer não a alguns itens fundamentais do documento-base da conferência. Mas a participação da maior economia do mundo, maior consumidor e maior poluidor na conferência de desenvolvimento sustentável que tenta dar novos rumos à economia global, foi a mais inexpressiva das cúpulas internacionais em que os EUA esteve presente recentemente.

O país está em plena campanha presidencial e os eleitores americanos costumam não ser sensíveis a apelos ambientais, bem ao contrário dos europeus. O presidente Barack Obama foi a Los Cabos, no México, mas não se animou a esticar até o Riocentro. "Mesmo se o Brasil começa a se posicionar de uma maneira forte no cenário internacional e é um parceiro importante dos EUA", reconhece um delegado. Um evento como a Rio+20, que discute mudanças nos padrões de produção e consumo, não parece ter grande apelo eleitoral nos EUA.

William K. Reilly, que dirigiu a Agência Ambiental de Proteção (EPA) e chefiou a delegação americana em 1992, disse ao "New York Times" que esperava que muitos delegados presentes à Rio+20 criticassem a decisão de Obama de não vir ao Rio e enviar a secretária de Estado, Hillary Clinton, em seu lugar. Segundo Reilly, Obama não tinha como vir - sem recursos financeiros a oferecer e tendo que enfrentar críticas em casa de estar mais preocupado com as questões globais do que com as questões domésticas.

"A comunidade internacional terá que aprender a nunca fazer uma grande conferência global em ano de eleição presidencial", disse Reilly na entrevista ao "NYT".

Se publicamente os EUA ficaram silenciosos na Rio+20, o time liderado por Todd Stern, o enviado especial para mudança climática, teve uma atuação intensa nos bastidores. Para alguns delegados, a equipe, que é a mesma das negociações internacionais do clima, veio colocar arestas a pretensões chinesas. Em seu comentário final, logo depois da plenária de aprovação do texto, Stern elogiou a atuação dos diplomatas brasileiros e em seguida deixou claro que se o texto decidido fosse reaberto, principalmente no ponto de pretender transformar o Pnuma, o braço ambiental da ONU, em uma agência nos moldes da Organização Mundial da Saúde, os EUA imediatamente abririam novos flancos. Ou seja: um acordo na Rio+20 começaria a ficar ameaçado.

Jonathan Pershing, o braço direito de Stern, reagiu duramente durante um debate sobre a proposta de a Rio+20 decidir lançar um instrumento legal, na Convenção dos Direitos do Mar, que protegesse a biodiversidade nos oceanos além das jurisdições nacionais. "Ele disse que aquele não era o mandato da Rio+20", conta um delegado.

Os EUA resistiram até o último momento da negociação a reafirmar, na conferência, o "Princípio das Responsabilidades Comuns porém Diferenciadas", que impõe obrigações maiores aos países desenvolvidos - e era ponto fundamental para os negociadores chineses e países em desenvolvimento. "Foi uma verdadeira disputa diplomática, eles colocaram força para rever esse princípio. Tivemos que discutir muito para não haver retrocesso", disse uma autoridade brasileira.

Os americanos reforçaram as pressões abertas pelos europeus para que a conferência adotasse um modelo de economia verde, mas resistiram a incluir no documento final compromissos explícitos de mudanças no padrão de consumo mundial. O capítulo sobre transferência de tecnologia foi examinado com lupa pelos delegados americanos.

"Os EUA neutralizaram a ambição em todas as frentes e em um rigoroso plano de resgate dos oceanos, que teria terminado com a pilhagem do gênero 'velho oeste' que acontece em alto-mar", disse Martin Kaiser, especialista do Greenpeace.

Líderes chegam ao Rio e Hollande critica falta de uma agência ambiental. Daniel Rittner, Juliana Ennes, Guilherme Serodio e Marli Olmos – Valor Econômico. 21/06/2012

O presidente da França, François Hollande, demonstrou frustração com a falta de acordo sobre a transformação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em agência especializada e a criação de fontes específicas de financiamento para o desenvolvimento sustentável. Para ele, o documento ficou "aquém das expectativas".

Sua primeira crítica foi direcionada à desistência de se criar uma nova agência, conforme proposta originalmente apresentada pela França, que encontrou forte oposição dos EUA. "Essa é uma das condições do multilateralismo", disse Hollande, em discurso na sessão plenária da Rio+20, diante de dezenas de chefes de Estado.

A segunda crítica de Hollande, que usou duas vezes a expressão "eu lamento" para referir-se ao rascunho final do documento, teve como alvo a falta de novas formas para financiar a chamada economia verde. "Se não tivermos financiamento jamais atingiremos os nossos objetivos", afirmou, citando especificamente a proposta de criar uma taxa sobre transações financeiras na Europa. Hollande prometeu transferir parte da arrecadação com essa taxa para financiar a adaptação às mudanças climáticas de países africanos.

O primeiro-ministro espanhol, Mariano Rajoy, foi um dos últimos a falar. Ele defendeu a expansão do Conselho das Nações Unidas de Desenvolvimento Econômico e Social (Ecosoc) para que abrigue também os temas de desenvolvimento sustentável após a Rio+20.

Para o espanhol, o Pnuma continua a ter importante papel como o principal órgão especializado em meio ambiente. Disse que a Espanha vai continuar trabalhando para a reforma do órgão da ONU.

Para ele, o meio ambiente só pode ser preservado se o seu valor econômico for incorporado nas decisões dos governantes. Ao mesmo tempo, o que não for sustentável ambientalmente não será útil economicamente, afirmou.

Já o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, anunciou que vai propor o aumento de € 400 milhões voltados para energias sustentáveis. "A Rio+20 é a ocasião para melhor mobilizar e focar os recursos nacionais e internacionais, públicos e privados, que são necessários para alcançar as nossas prioridades [em desenvolvimento sustentável]."

O presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, criticou os países desenvolvidos. Para ele, a ordem mundial está em colapso e precisa ser redesenhada para servir às necessidades espirituais e materiais de todos os seres humanos.

O presidente do Quênia, Mwai Kibaki, reforçou o sentimento de frustração quanto à falta de acordo para transformar o Pnuma em agência. "Precisamos dar o status de agência especializada igual a outras instituições da ONU para poder equilibrar melhor as dimensões do desenvolvimento sustentável", disse Kibaki.

Adeus, Rio – Folha de São Paulo, Editorial. 21/06/2012

Malogrou a Rio+20. Não há outra forma de descrever o resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Não se encontra palavra mais apropriada que "fracasso" para qualificar uma reunião cujo mérito maior foi evitar um retrocesso de duas décadas, em relação à primeira Cúpula da Terra, no mesmo Rio de Janeiro, em 1992.

Até o comedido Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, permitiu-se afirmar que desejaria um documento final mais ambicioso. Só o governo brasileiro, no papel de anfitrião, saudou os 283 parágrafos da peça "O Futuro que Queremos" como "vitória" e "avanço".

O Itamaraty pode ter evitado um fiasco do porte da conferência do clima de Copenhague (2009), que se mostrou incapaz de produzir uma declaração conjunta. Mas falar em texto "estupendo" é um exagero que nem mesmo a proverbial presunção diplomática autorizaria.

Todo o esforço da representação brasileira foi fechar um documento de consenso antes da chegada dos chefes de Estado e de governo ao Rio, ontem. Entre hoje e amanhã, eles devem limitar-se a fazer discursos pomposos e chancelar uma declaração inócua.

A habilidade negocial brasileira se resumiu a tentar agradar a todos retirando substância do texto. A União Europeia (UE) queria uma Organização Mundial do Ambiente, mas não levou. Os EUA vetaram, com apoio do Brasil e de países emergentes.

Estes pediam um fundo de US$ 30 bilhões custeado pelos desenvolvidos. Tiveram de contentar-se com a manutenção do princípio -velho de 20 anos- das "responsabilidades comuns porém diferenciadas" (ricos e desenvolvidos devem investir mais e transferir tecnologia para combater os males do ambiente global) e com um grupo de trabalho sobre o assunto.

O máximo que se logrou acordar foi que o mundo precisa de metas quantitativas de desenvolvimento sustentável, ao estilo das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Quantas e quais, fica para outra comissão, com prazo até 2015.

O produto mais evidente da Rio+20, ao final, talvez seja o esgotamento da via multilateral para concertar decisões de governos nacionais quanto a questões globais complexas. Como no caso da negociação sobre mudança do clima, as idas e vindas desembocam sempre nos mesmos impasses.

Seria bem mais promissor delegar a formatação de soluções para quem realmente conta, econômica e ambientalmente: EUA, UE, Brasil, China, Índia e Rússia. Mas desse futuro ninguém na ONU quer saber.

Mundo congelado para o aquecimento global. Marcelo Coutinho – Folha de São Paulo, Opinião. 21/06/2012

Um stand-by global: os países estão na defensiva, esperando. Rodadas comerciais paradas, veto sino-russo no Conselho de Segurança. Pior para a Rio+20

Na Rio+20, os países demonstram que são incapazes de gerar ações globais contra o aquecimento. Emergentes e desenvolvidos não oferecem respostas políticas satisfatórias.

EUA e China trocaram a ONU pelos laboratórios. Os dois maiores poluentes apostam tudo na ciência e na revolução energética pela indústria, lançando os combustíveis fósseis à idade da pedra. Alemanha e Reino Unido vão pelo mesmo caminho.

Já o Brasil não sabe que rumo tomar. O mundo tampouco sabe o que quer de nós. Aguardam que multipliquemos nossa produção de alimentos nos próximos anos,

impedindo uma catástrofe humanitária. Ao mesmo tempo, esperam que não avancemos sobre florestas e rios.

Não explicam como conseguiremos contornar, simultaneamente, mudanças climáticas e a fome no mundo. Celeiro ou parque de preservação? Vocações difíceis de conviver.

A corrida pelas fontes renováveis se tornou a disputa pelo sistema internacional. Quem dominar a nova indústria será a maior potência do século. A China, que mais investe no setor, é uma liderança oblíqua. Um governo autoritário que viola os direitos humanos pode ser um membro responsável da comunidade mundial? O caso sírio diz que não.

É impossível saber quais serão as intenções da China ou mesmo dos EUA em alguns anos. O medo e o egoísmo podem não ser bons conselheiros, mas em política internacional costumam prevalecer.

Os países seguem comprando muitas armas. Os EUA concentram forças militares justamente na Ásia. Não se adquire armas assim por esporte. De alguma forma, querem se precaver. Com uma mão, cumprimentam com afeto. Com a outra, abrem o coldre.

Pequim percebe a governança global não como o lugar dos indivíduos e grupos sociais numa modernidade avançada, mas como meio de construir uma sociedade internacional ainda baseada nos Estados, com ditaduras e democracias em paz fria.

Emergentes não sabem responder aos desafios crescentes na área de direitos humanos. São conservadores. Ficam na defensiva, entorpecidos diante de massacres, apenas preocupados em conter as intervenções das democracias desenvolvidas.

Esperamos algo acontecer. Um stand-by global. Rodadas comerciais estão paralisadas. O veto sino-russo amarra o Conselho de Segurança.

O maior assunto do momento é o aquecimento. Pena ele encontrar um mundo tão congelado.

Secretário-geral da ONU critica falta de ambição do resultado – Folha de São Paulo, Cotidiano. 21/06/2012

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, afirmou ontem que esperava um documento final "mais ambicioso" da conferência mundial sobre desenvolvimento sustentável.

Entretanto, ele relevou: "É preciso entender que as negociações foram difíceis e lentas, devido a ideias conflitantes". O secretário destacou que a conferência não é o fim, mas o início dos compromissos entre os países.

Outras críticas foram menos gentis. Como a da representante dos jovens, Karuna Rana, 24, das Ilhas Maurício: "Este não é o futuro que nós queremos. As crianças e os jovens estão fortemente frustrados com o documento".

"É uma vergonha que tenha sido preparado um texto tão tímido aqui", disse a egípcia Hala Yousry, representante do "major group" (grupo que representa a sociedade civil) das mulheres.

Entre os pontos criticados está a derrubada, por pressão do Vaticano e de países em desenvolvimento, de um parágrafo que falava dos direitos reprodutivos femininos.

O grupo das ONGs pediu que fosse retirada a menção à sociedade civil do texto, pois as ONGs "não endossam o documento final".

O presidente da França, François Hollande, um dos raros líderes de peso presentes, destacou duas deficiências: não transformou o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Ambiente) em uma agência autônoma e não decidiu sobre novos mecanismos de financiamento.

Hollande prometeu que continuará lutando pela mudança de status do Pnuma e defendeu a proposta de criação de uma taxa sobre transações financeiras para mobilizar dinheiro para a economia verde.

Governo afirma que documento final reflete a ambição coletiva. Denise Luna, Denise Menchen e Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Cotidiano. 21/06/2012

Texto consagra "avanços", segundo o discurso de Dilma; embaixador rebate países ricos. 'Quem exige ambição de ação e não põe dinheiro sobre a mesa está sendo incoerente", responde Luiz Alberto Figueiredo

A presidente Dilma Rousseff e vários integrantes de seu governo saíram ontem em defesa do documento final da Rio+20. "O texto aprovado consagra avanços importantes", disse a presidente, em seu discurso no primeiro dia da cúpula de chefes de Estado da Rio+20, ontem à tarde no Riocentro. Depois, citou conceitos que foram introduzidos na declaração, como erradicação da pobreza e igualdade racial.

Mas a própria presidente fez uma ressalva ao afirmar que "a crise financeira e as incertezas que pairam sobre o futuro da economia mundial" criam um ambiente no qual "a disposição para acordos vinculantes fica muito fragilizada".

Ou seja, o documento tem muitas intenções, só que poucos compromissos compulsórios dos países para a implementação do desenvolvimento sustentável.

Dilma fez as declarações durante discurso para a plenária de líderes e representantes de 193 países da ONU. Ela iniciou sua fala de 20 minutos às 16h34. Na plateia, estavam três ex-presidentes: Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello.

Metade do discurso foi para exaltar realizações de seu governo e de seu antecessor. Falou da ascensão de 40 milhões de pessoas à classe média, da redução do desmate da Amazônia e da criação de 18 milhões de empregos.

Ao listar esses feitos, Dilma sugeriu que o Brasil é um exemplo de que é possível "crescer, incluir e proteger" -as três palavras que, segundo ela, traduzem o desenvolvimento sustentável.

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo, secretário-executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, respondeu às críticas de que teria faltado arrojo ao acordo.

"Não se pode exigir ambição de ação se não existe ambição de financiamento. Quem exige ambição de ação e não põe dinheiro sobre a mesa está sendo pelo menos incoerente", disse.

'DENOMINADOR COMUM'

A questão do financiamento foi uma das principais divergências da Rio+20. A proposta dos países emergentes de criar um fundo de US$ 30 bilhões anuais foi rejeitada pelos ricos.

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, admitiu que houve dificuldade de chegar a um consenso, mas atribuiu isso ao grande número de interesses distintos. "Se juntarem 190 ONGs de diferentes países, as ONGs também terão dificuldade de encontrar um denominador comum."

Os ministros Izabella Teixeira (Meio Ambiente) e Aloizio Mercadante (Educação) destacaram os pontos que consideraram mais relevantes, como os acordos para a incluir critérios ambientais na avaliação de desempenho econômico; o comitê para a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o compromisso de um novo tratado para os oceanos.

Líderes têm na mão um texto sem narrativa e sem alma. Ricardo Abramovay – Folha de São Paulo, Cotidiano. 21/06/2012

A superficialidade é a contrapartida da excessiva abrangência. Assim, parece inevitável que diante de tão grande quantidade de temas (água, mulheres, financiamento, governança, economia verde) o documento que os chefes de Estado reunidos para a Rio+20 têm sob os olhos só possa indicar, em cada assunto ao qual se volta, linhas genéricas.

Mas o problema do texto não é o excesso de temas. É a falta de narrativa. Na sua ausência, o resultado só pode ser esse: um conjunto sem alma, que reitera o compromisso com o passado, mas se mostra incapaz de colocar-se no caminho do futuro. Um melancólico reflexo da ausência de liderança global.

No cerne do que deveria e poderia ser esta narrativa estão os dois mais importantes desafios das sociedades contemporâneas. O primeiro é o combate à miséria absoluta.

O segundo desafio é que não é mais possível avançar na luta contra a pobreza se não houver redução das desigualdades.

A ONU, as grandes consultorias globais e ONGs produziram documentos recheados de diagnósticos e propostas para a Rio+20. O texto que os governantes têm em mãos não

faz jus à riqueza deste extraordinário processo de mobilização. Mas ainda há um dia para que o jogo mude.

Três antídotos para reverter a choradeira. José Eli da Veiga – Folha de São Paulo, Cotidiano. 21/06/2012

O grande campeão da quarta cúpula mundial sobre as fronteiras ecológicas do desenvolvimento humano foi um dos dez piores vícios de linguagem: a prolixidade. Mas a boa notícia é que pode valer a pena o exercício masoquista de examinar com lupa os 283 maçantes tópicos da declaração "O Futuro que Queremos".

Como previsto, o Pnuma não será mesmo uma nova agência especializada. Mas até poderá vir a ser muito mais do que isso se forem levadas à prática as oito promessas elencadas depois do estúpido subtítulo "Pilar ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável".

De lambuja, ainda surgirá um fórum de alto nível para substituir a raquítica Comissão de Desenvolvimento Sustentável.

A também prevista diluição da "economia verde" foi bem inferior à que desejavam seus detratores, mesmo que não tenha sido consagrada a singela definição original. Conforme o terceiro capítulo, só é verde o investimento que promover inclusão social via empregos decentes sem aumentar a pegada ecológica.

Se consumidores e contribuintes pressionarem empresas e governos nessa direção, só faltará quebrar o tabu da redução das desigualdades para que se comece a falar sério sobre desenvolvimento sustentável.

Também foi confirmada a previsão de que o melhor resultado dessa cúpula das Nações Unidas nem chegou a ser pautado por sua Assembleia-Geral: o prazo de três anos para que sejam adotadas métricas de monitoramento. Em breve será formado um grupo de trabalho com 30 especialistas indicados pelas cinco comissões regionais da ONU.

É preciso apostar muitos cacifes nesse páreo, pois o maior obstáculo a evoluções cognitivas e institucionais na direção do tal futuro que as 193 nações declaram querer está na ausência de critérios objetivos, legitimados e persuasivos sobre a principal assimetria global.

O grosso das 193 nações que estão reunidas no Riocentro dispõe de alto crédito ecológico, pois a pressão que exercem sobre os ecossistemas não atrapalharia a regeneração da biosfera. É a parte do mundo em que as pegadas ecológicas são inferiores à biocapacidade global, mas que infelizmente ainda convive com o cosme e damião do subdesenvolvimento: ampla pobreza multidimensional alavancada por expansão demográfica.

O outro lado do balcão é dos países cujos fortes déficits ecológicos resultam de altíssimo desenvolvimento humano. Onde a erradicação da pobreza já engendrou encolhimento populacional. Lado que ainda está quase vazio, pois são apenas dois: Alemanha e Japão.

Centro do Rio é tomado por todo tipo de protesto. Laura Capriglione e Lucas Vettorazzo – Folha de São Paulo, Cotidiano. 21/06/2012

Multidão incluía de ambientalistas a sem-teto contra a 'economia verde'. Manifestação gigante foi convocada pela Cúpula dos Povos, grupo de ONGs e movimentos sociais

Tinha de tudo entre os manifestantes que tomaram ontem à tarde a avenida Rio Branco, no centro do Rio. Segundo a polícia, eram de 15 mil a 20 mil. O comando da Cúpula dos Povos, que convocou o protesto, avaliou a multidão em 50 mil.

Ecologistas, quilombolas, sem-teto, sem-terra, feministas, homossexuais, professores em greve, hare-krishnas, e evangélicos, todos apareceram para protestar contra a "economia verde" e "em defesa dos bens comuns e dos direitos dos povos".

Sem falar uma palavra de português e arranhando um inglês, o religioso franciscano alemão Han Jürgen conseguiu se fazer entender: "Economia verde é o mesmo velho capitalismo, com novo rótulo. E onde há capitalismo há desigualdade social", disse.

"Esta é uma manifestação anticapitalista", resumiu a estudante Shananda Linder, 19, que desfilou na ala das feministas, uma das mais animadas da manifestação. "Ô Vaticano, vai se f..., existe aborto independente (sic) de você", era um dos gritos de guerra da turma.

O governo do PT e a presidente Dilma estiveram todo o tempo em xeque. "O povo tá na rua. Dilma, a culpa é sua", gritavam os militantes na ala do Greenpeace, criticando a atuação do governo na aprovação do novo Código Florestal.

"Dilma fantocheee, Dilma fantocheeee" também se ouvia na ala dos defensores de uma área de mananciais no Maranhão. Shelly de Andrade Moutinho, 38, lavradora, explicava: "É fantoche do agronegócio".

Bonecos-caricaturas de Dilma apareceram nas alas dos professores das universidades federais, em greve há mais de mês por aumento de salários.

DIVERSIDADE

Mas valia reivindicar qualquer coisa. Catadores levaram a faixa "Deus recicla, o diabo incinera". Argentinos protestavam contra uma mineradora. E teve até o engraçadinho fazendo a sugestão radical: "Salve o planeta. Mate-se", lia-se em inglês no cartaz escrito com pincel atômico. Ninguém mexeu com ele.

Em razão da Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20 que reúne ONGs e ativistas de todo o mundo, vários estrangeiros participaram da manifestação.

O ativista americano Karli Akuno caminhava no meio da multidão empurrando seu filho em um carrinho de bebê. Vindo do estado da Geórgia, ele aproveitou a manifestação

para demonstrar sua insatisfação com relação às discussões oficiais da ONU que ocorrem no Rio Centro. "É um evento demagógico", disse.

Não houve comício no final dos protestos. Não dava para colocar tanta gente, entidades, sindicatos, ONGs e partidos em um só palanque.

Recusa ao chamado. Marina Silva – Folha de São Paulo, Opinião. 22/06/2012

Mesmo com a visão tolhida pela proximidade dos fatos, arrisco-me a dizer o que saiu 100% vitorioso dessa "Rio-20". Foram as posições defendidas abertamente pelos negociadores dos EUA -e adotadas por Índia, China e Rússia-, de recusa a submeter seus interesses a decisões multilaterais -uma das melhores formas para encontrar saídas para a grave crise ambiental que ameaça o futuro do planeta.

A Europa, que durante 20 anos sustentou política e operacionalmente a tese da primazia do multilateralismo junto com um grupo de países, entre eles o Brasil, manteve esse discurso no Rio, mas, ao mesmo tempo, transferiu para a burocracia diplomática o papel de subtrair dele a imprescindível chancela da ação.

Já o Brasil optou pela renúncia à ousadia e perdeu o acanhamento em assumir-se conservador no agir e no falar. Esse documento anódino aprovado pode ter sido muito duro para o multilateralismo, na medida em que lhe passa atestado de incompetência como espaço de negociação. Não faltará quem advogue o ocaso do multilateralismo para resolver a crise ambiental. Os resultados pífios da agenda oficial dessa lamentável "Rio-20" devem-se à trama de interesses e de vontades que agiu persistentemente desde a Rio 92, para que nenhuma mudança os afetem ou possa vir a ameaçar sua hegemonia geopolítica.

Em 1992, o apelo da menina Severn Suzuki aos chefes de Estado, para que assumissem compromissos ambientais, comoveu o mundo. Agora, a neozelandesa Britanny Trilford foi mais incisiva: "Vocês estão aqui para salvar suas imagens ou para nos salvar?". E mais: "Cumpram o que prometeram". Rostos impassíveis ouvindo a crítica. Será que essa denúncia contundente de sua inação os abala de fato?

A conferência mostrou a distância crescente entre os povos e os Estados. O contraste não foi apenas entre as cores barulhentas da diversidade social e as formalidades do Riocentro. Trata-se de um deslocamento que a sociedade faz, um trânsito na civilização que não é acompanhado pelos governos. Estes limitam-se a falar do futuro enquanto disputam o espólio do século passado e se prestam a ser os guardiães da insustentabilidade.

A grande decepção, infelizmente, foi a recusa do governo brasileiro em assumir a liderança inovadora que sua condição de potência socioambiental lhe dá, afastando-se de sua tradição diplomática na agenda ambiental.

Ao permitir-se ser a mão que enfraqueceu o multilateralismo e reforçou as estratégias exclusivistas dos países ricos, rendeu-se à mesma lógica que levou ao retrocesso interno expresso no Código Florestal. Faltou atitude aos países, e o Brasil nada fez para reverter essa situação ou denunciá-la.

A Rio+20 não é um fracasso. Gilberto Maringoni – Agência Carta Maior. 22/06/2012

Setores do movimento ambientalista e alguns órgãos de mídia apressam-se em decretar a "falência" da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, que termina nesta sexta-feira (22) no Rio de Janeiro. É preciso avaliar o evento em seu contexto e examinar o documento final levando-se em conta o mundo em que vivemos.

Rio de Janeiro - É no mínimo precipitada a avaliação corrente desde a quarta-feira (20) entre ambientalistas e órgãos de imprensa de que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20 – "fracassou". A base para essa sentença é o texto a ser ratificado pelos representantes dos 193 países presentes ao evento.

Se a métrica for o documento final, os resultados da Eco-92 também foram pífios. Resoluções de fóruns tão diversificados em sua composição tendem a ser genéricos. Some-se a isso o fato de utilizarem o método de aprovação por consenso, o que retira diferenças e visões mais incisivas de qualquer instrumento aprovado.

No entanto, a Rio+20 é muito mais do que suas resoluções. São seis mil eventos com a participação de quase cem mil pessoas de várias partes do mundo em iniciativas das mais diversificadas. A conferência comporta fóruns governamentais, parlamentares, empresariais, de movimentos sociais e de entidades privadas, como ONGs. Raros eventos de escala planetária comportam tamanha pluralidade de agentes em seu interior.

Totalizante e vago

Mesmo a última versão do documento final, intitulado "O futuro que queremos", a ser aprovado pelos chefes de Estado, não pode ser avaliado secamente como "avanço" ou "retrocesso".

Ele apresenta uma característica extremamente avançada: é totalizante no método. Ou seja, difere-se em muito de reivindicações estanques, fragmentadas e setoriais que setores do movimento ambientalista apresentam (não todos, é bom frisar), de limitada serventia para a construção de políticas globais. O documento da Rio+20, ao contrário, busca relacionar e contextualizar a questão ambiental aos temas das desigualdades sociais e das diferenças econômicas entre países.

Os problemas do texto são de outra ordem. Ele é longo – 49 páginas – abrangente e genérico. Aponta diversos problemas estruturais no modelo de desenvolvimento predatório existente, mas sem definir responsáveis ou ações claras para suas soluções. Há poucas decisões ali, a não ser vagas declarações de preocupações com o futuro do planeta. Ao longo de seus 283 parágrafos, a expressão "nós decidimos" aparece apenas cinco vezes, e "nós resolvemos" é proferida 16 vezes. Em compensação, expressões como "reconhecemos que" (149 vezes), "Reafirmamos" (56), "Sabemos que" (33) e "Enfatizamos que" (30) estão por toda parte.

Existem razões para isso. Os Estados Unidos e alguns países da União Europeia admitiram a menção de problemas, mas bloquearam seu comprometimento com ações concretas para sua superação. O Vaticano pressionou para que se retirasse uma defesa mais explícita aos direitos das mulheres sobre a sexualidade.

Se alguém se der ao trabalho de substituir cada uma daquelas expressões por outras

mais claras, como “deliberamos” ou “aprovamos”, o arrazoado muda substancialmente de tom. Não são essas as únicas insuficiências do documento, mas são as principais.

Desigualdades sociais

As linhas iniciais do texto destacam que “Erradicar a pobreza é o grande desafio global colocado para o mundo atual e um pressuposto indispensável para o desenvolvimento sustentável. Para isso, teremos de libertar a humanidade da pobreza e da fome com urgência”. Mais adiante, é dito que o desenvolvimento sustentável se dará através da integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais, “reconhecendo seus vínculos intrínsecos”.

Ao longo de todas as páginas fica claro que desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico, e que a redução das desigualdades sociais é matriz essencial para o chamado desenvolvimento sustentável.

“O futuro que queremos” advoga “a mudança de padrões insustentáveis de produção e consumo”. E aponta como alternativa a “promoção da gestão sustentável e integrada dos recursos naturais”, para que se criem maiores oportunidades para todos, reduzindo as desigualdades.

Adiante é reafirmada a importância da liberdade, da paz e da segurança, além do respeito aos direitos humanos e o direito a um adquado padrão de vida, incluindo o direito alimentar, o império da lei, a igualdade de gênero, dentre outros. Além disso, relaciona a questão ambiental a tópicos como transportes, mortalidade infantil, erradicação de doenças endêmicas (aids, tuberculose, malária e outras), trabalho precário, defesa de populações originárias etc.

O texto “reconhece a necessidade de se “acelerar o progresso para que se reduza a distância entre os ritmos de desenvolvimento entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento”. Para isso, é necessário “aumentar a cooperação internacional” que logre combinar crescimento econômico, desenvolvimento social e preservação ambiental.

Economia Verde

As indefinições do documento não podem ser consideradas negativas apenas pelo lado daqueles que pregam – com razão – decorrências mais concretas para a defesa do meio ambiente. Quando fala em “economia verde”, o documento final não explica o que significa o conceito. Isso faz com que sua enfática defesa ao longo de treze parágrafos dependa de detalhes mais explícitos sobre o que se pretende.

Mesmo dentro do sistema ONU, o texto apresenta características positivas. Em uma das raras decisões arroladas está a de se criar “um fórum político intergovernamental” para a discussão do desenvolvimento sustentável. É muito menos do que a pretendida elevação do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) à condição de agência permanente, mas o texto deixa clara a existência de uma forte tensão nesse sentido entre os países signatários.

Ao mesmo tempo, apesar de mencionar a necessidade de se “considerar a necessidade” de se criarem fundos, agências e outras entidades no sistema ONU voltadas para o meio ambiente, o documento joga para a frente deliberações nesse sentido.

Há poucas metas concretas para que se alcance o desenvolvimento sustentável. Muitas dessas decisões foram proteladas para depois de 2015.

Qualidade da crítica
As críticas ao documento parecem não levar em conta a hierarquia entre países existente no mundo. Apesar da emergência de novos pólos de luta política e social nos últimos quinze anos – em especial na América Latina – a hegemonia estadunidense segue determinante no jogo pesado das relações internacionais.

Não se trata apenas da "vontade política" deste ou daquele governante, mas de se ter condições de enfrentamento com uma potência imperial e com o poder militar-financeiro e midiático das grandes corporações globais. "O futuro que queremos" não pode ser julgado apenas pela métrica dos desejos de quem quer estabelecer limites à devastação ambiental que se combinem com o desenvolvimento dos países. Deve-se levar em conta a realidade objetiva da cena mundial.

Ministro avalia resultado da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável – Site do MAPA. 22/06/2012

No último dia da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, avalia os encontros realizados durante o evento.
"Foi importante a vinda de mais de trinta ministros da Agricultura do mundo para participar desse evento. Todos preocupados que a Rio+20 produzisse os seus resultados como realmente produziu. O desenvolvimento sustentável foi um debate que cresceu durante o evento. A igualdade racial, alguma coisa que se confirmou. E todos com a mesma preocupação: fazer com que o nosso crescimento fosse sustentável. O Brasil empolgou quem participou do evento. Todos marcaram a organização e a forma que foram tratados. E o Ministério da Agricultura se sente extremamente honrado de poder ter feito os eventos que fez, o lançamento do selo do cooperativismo, que teve a participação de muitos ministros da Agricultura. E o debate, como disse, ficou no calor do próprio evento. Foi extremamente gratificante participar da Rio+20, que será muito importante para o futuro do mundo."
Acesse o áudio ou faça download em http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/galeria-multimidia-audios (22.06.2012 - Ministro avalia resultado da Rio+20).

Tereza Campello considera agenda social parte da solução na Rio+20 – Site do MDS. 22/06/2012

Ao participar de mesa sobre trabalho decente e piso de proteção, com representantes da OIT e do FMI, ministra disse que debate deve incluir temas sociais, ambientais e econômicos

Rio de Janeiro, 22 – Mais do que ser incorporada às discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, a agenda social se tornou parte da solução. A avaliação foi feita nesta sexta-feira (22) pela ministra do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, durante debate sobre Trabalho Decente e Piso de Proteção Social para o Desenvolvimento Sustentável.

"É uma alteração de paradigma em relação à Eco 92. À época, isso não era possível porque a agenda social era considerada gasto", afirmou a ministra. Hoje, acrescentou, o grande debate é como trabalhar com os três pilares, alinhando ações nas áreas social, ambiental e econômica.

O objetivo da mesa, promovida no último dia da Rio+20, foi discutir mudanças necessárias para o novo modelo de desenvolvimento sustentável por líderes mundiais. Além da ministra, participaram representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Noruega e Indonésia também apresentaram suas experiências.

"O Brasil está promovendo uma nova iniciativa de piso social com o Bolsa Verde", assinalou Tereza Campello. O programa condiciona o pagamento do beneficio a atividade sustentáveis desenvolvidas por moradores extremamente pobres de reservas e assentamentos. "A ideia de adicionar uma condicionante ambiental foi para que os beneficiados nos ajudem a proteger o meio ambiente. Componente ambiental é possível porque acreditamos que um novo mundo seja possível."

A iniciativa do Bolsa Família, destacou a ministra, é uma plataforma para inclusão em uma grande rede de proteção social. Segundo ela, desde o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva 18 milhões de pessoas passaram a ter trabalho formal. "Mesmo assim, a rede de proteção social se faz necessária, especialmente em tempos de crise."

Análise global – O diretor da OIT, Juan Somavia, disse que a Rio+20 deu um avanço na questão do trabalho, porque a economia verde vai levar a mudanças no setor. "O trabalho se relaciona com os três pilares: meio ambiente, social e econômico". De acordo com ele, a OIT vai fazer uma análise global em sete setores – agricultura, pesca, floresta, energia, custo, indústria e transporte – para promover conhecimento básico.

Um dos principais financiadores de experiências sustentáveis, a Noruega defendeu padrões mínimos na questão do trabalho. "É necessário haver cooperação entre as organizações", disse o ministro de Desenvolvimento Internacional da Noruega, Heikki Holmas. Ele sugeriu transparência sobre o fluxo de capitais para o exterior e também vai buscar novas formas de financiamentos para atividades sustentáveis.

"Emprego e a área ambiental se tornaram fundamentais para a questão do trabalho", avaliou o diretor do FMI, Min Zhu. "Queremos fazer parte da discussão sobre o piso e também defendemos a economia verde. Os ricos recebem 6% mais subsídios do que os pobres. Com o imposto sobre o carbono seria possível gerar 240 bilhões dólares ao ano".

Segundo Min Zhu, esses temas serão incluídos na agenda do FMI. "Vemos essas questões com mais seriedade e vamos incluir o aspecto social na agenda do FMI para que a economia verde seja levada em consideração para o desenvolvimento." Ele observou ainda que as organizações internacionais podem trabalhar juntas com governos e autoridades locais.

Uma outra visão fundamentada. Rodolfo Landim – Folha de São Paulo, Mercado. 22/06/2012

Estamos em plena Rio+20, encontro que marca 20 anos da realização da Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente.

Além de focar a conservação e a proteção dos ecossistemas da Terra, a Rio-92 foi marcante por introduzir o conceito de que isso somente seria possível aliando o desenvolvimento socioeconômico dentro dos princípios da sustentabilidade, cujos compromissos assumidos pelos países foram incluídos na Agenda 21.

Entre os temas debatidos na Rio-92, aquele que atraiu maior atenção foi a mudança do clima, seus impactos e a discussão sobre possíveis ações mitigadoras prescritas, algo que levou cinco anos mais tarde ao Protocolo de Kyoto.

Nele, foram definidas metas de redução da emissão de gases poluentes que ajudam a provocar o efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global, com destaque para o CO₂ (gás carbônico) fruto da queima de combustíveis fósseis.

É incontestável que o planeta se encontra em processo de aquecimento, mas a real influência humana nas mudanças que vêm ocorrendo no clima global é algo discutível.

Há uma clara divisão de opiniões sobre o tema: existe um grupo de cientistas que acredita que o comportamento da humanidade nos coloca a caminho de grandes desastres, enquanto outros defendem que o aquecimento global que estamos vivenciando é apenas parte de um processo cíclico que vem ocorrendo na face da Terra ao longo dos últimos milhares de anos.

Os impactos causados pelo lançamento de compostos de carbono de origem humana na atmosfera afetariam apenas os locais em que eles se situam, ou, no máximo, o seu entorno, sem nenhuma expressão em termos de abrangência global.

Toda a energia consumida pela humanidade por dia equivale a sete milésimos da que o nosso planeta recebe do Sol no mesmo período.

Em recente carta enviada à Presidência da República, um grupo de renomados cientistas brasileiros de algumas das mais importantes instituições do país (como USP, UFRJ, Inpe, ITA, Unesp e CPRM), formado por geólogos, geógrafos, físicos, meteorologistas, engenheiros e ambientalistas, defenderam essa visão de forma clara e objetiva.

Considerando somente o período dos últimos 20 mil anos, ou seja, a partir do início do degelo da última glaciação, as evidências geológicas demonstram ter havido períodos em que as variações de temperatura e do nível do mar foram várias vezes maiores que no período de 1850 a 2000, pós-Revolução Industrial, quando a temperatura subiu 0,74ºC (grau centígrado) e o mar subiu 20 centímetros.

Entre os diversos exemplos citados no documento está o de que entre 6.000 e 5.000 anos atrás as temperaturas médias chegaram a ser de 2ºC a 3ºC superiores, enquanto o

nível do mar atingiu três metros acima do atual. Entre 12,9 mil e 11,6 mil anos atrás, as temperaturas caíram cerca de 8ºC em menos de 50 anos e, ao término deles, voltaram a subir na mesma proporção, em pouco mais de meio século.

Quanto ao nível do mar, ele subiu cerca de 120 metros entre 18.000 e 6.000 anos atrás, o que equivale a um metro por século.

Portanto, as variações observadas no período da industrialização estariam com folga dentro da faixa de oscilações naturais do clima, não podendo elas serem atribuídas ao uso de combustíveis fósseis.

A "descarbonização" da economia seria desnecessária e contraproducente por buscar uma pseudossolução para um problema inexistente, já que, além de não implicar nenhum efeito palpável sobre o clima, levaria ao encarecimento das tarifas de energia pelo uso de outras fontes alternativas mais caras ou subsidiadas, cujos recursos poderiam ser mais bem direcionados.

Dessa forma, a humanidade, que hoje detém um enorme acervo de conhecimentos e recursos técnicos e humanos, deveria deixar de lado o alarmismo climático e dirigir seu foco para viabilizar de forma sustentável a universalização de melhores níveis de bem-estar por meio de obras de infraestrutura de água, saneamento, transportes, comunicação, serviços de educação e saúde e prover eletricidade a mais de 1,5 bilhão de pessoas hoje desassistidas.

RODOLFO LANDIM, 55, engenheiro civil e de petróleo, é presidente da YXC Oil & Gas e sócio-diretor da Mare Investimentos. Trabalhou na Petrobras, onde, entre outras funções, foi diretor-gerente de exploração e produção e presidente da Petrobras Distribuidora. Escreve, às sextas-feiras, a cada duas semanas, nesta coluna.

ONGs vão à ONU contra resultado da cúpula. Claudio Angelo – Folha de São Paulo, Cotidiano. 22/06/2012

Ambientalistas e organizações oficializam em documento que não endossam o texto produzido na conferência. A carta 'A Rio+20 que Não Queremos', assinada por personalidades, será entregue a Ban Ki-moon

Severn Suzuki voltou a discursar no Riocentro. Vinte anos depois de ter calado os líderes mundiais na Eco-92, a menina canadense, hoje uma mãe de 32 anos, engrossou as críticas feitas por ambientalistas ao texto produzido pela conferência, "O Futuro que Queremos'.

Suzuki é uma das personalidades que assinaram ontem uma carta declarando que não endossam o texto da conferência do Rio. Será entregue hoje ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon.

"Essa declaração, a menos que tenhamos nela uma reintegração da democracia, será prova de um colapso na governança mundial", declarou Suzuki na reunião onde a carta "A Rio +20 que Nós Não Queremos" foi apresentada.

O tempo longo decorrido entre o anúncio da conclusão do documento da conferência, na segunda-feira, e sua adoção formal pela cúpula de chefes de Estado, hoje, permitiu que vários setores da sociedade civil fizessem críticas públicas ao texto.

Um grupo de ambientalistas encenou um abandono simbólico da reunião, como delegações fazem quando uma negociação afunda.

ONGs, sindicatos, cientistas e ex-chefes de Estado pressionam os atuais líderes mundiais a fazer mudanças no texto ou, pelo menos, a se comprometerem com um plano ambicioso de implementação da Rio+20.

"Não sei o que eles podem fazer, mas, se os presidentes e primeiros-ministros não podem pegar esse documento e acrescentar algo forte a ele, quem mais poderá?", disse Suzuki à**Folha**.

Os ex-governantes Fernando Henrique Cardoso, Gro Harlem Brundtland (Noruega) e Mary Robinson (Irlanda), do grupo "The Elders", disseram num comunicado que a Rio+20 não faz o suficiente para pôr a humanidade na trajetória de desenvolvimento sustentável.

"É uma falha de liderança", disse Robinson.

FHC queixou-se do peso menor dado à proteção ambiental em relação a inclusão social e crescimento.

"Não podemos mais assumir que nossas ações coletivas não levarão a colapsos à medida que limiares ambientais são rompidos, trazendo o risco de danos irreversíveis tanto a ecossistemas quanto a comunidades humanas", disse Brundtland.

A secretária-executiva da Confederação Sindical Internacional, Sharan Burrow, pediu que a presidente Dilma reconheça publicamente a frustração geral com o resultado. "Ela tem uma oportunidade de delinear as expectativas dela sobre os próximos passos, dizer que está falando sério sobre suas intenções de implementação", afirmou.

Via Campesina invade exposição agrícola na Rio+20 – Folha de São Paulo, Cotidiano. 22/06/2012

A exposição da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil na Rio+20, localizada no Pier Mauá, foi invadida por mais de 200 militantes da Via Campesina ontem pela manhã.

Sob o slogan: "Agronegócio é a mentira do país", os manifestantes espalharam cartazes pelo espaço. A CNA, em nota assinada pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da instituição, repudiou o ato.

Dilma mostra irritação ao ser criticada na Cúpula de Mulheres. Laura Capriglione – Folha de São Paulo, Cotidiano. 22/06/2012

Ex-premiê norueguesa disse não entender contradição entre fala da presidente e documento. Grupo de feministas invade reunião portando faixas contra retrocesso do texto final da conferência

A presidente Dilma Rousseff foi criticada abertamente pela ex-premiê da Noruega Gro Harlem Brundtland e pelo movimento feminista pelo fato de o documento submetido à Rio+20 ser omisso em relação à questão dos direitos reprodutivos.

"Não entendo como a presidente Dilma Rousseff [em sua fala inicial na Cúpula de Mulheres Líderes] menciona os direitos reprodutivos e esse tema não aparece no documento", disse Brundtland, considerada a mãe do termo "desenvolvimento sustentável", tema central da Rio+20.

Dilma pediu a palavra uma segunda vez (não estava previsto) para dizer que o documento não foi feito para agradar a um setor específico.

"Até duas décadas atrás, o que se tinha era bilateralismo e posições hegemônicas. O multilateralismo da Rio+20 leva em consideração posições diferentes das minhas. Se todas as minhas posições não estão lá é porque há que respeitar a diversidade. E a diversidade implicar recuar um pouco e avançar outro pouco", disse em tom seco, transparecendo irritação.

Cerca de 30 feministas com faixas invadiram a sala cujo acesso era restrito.

As faixas -"Os direitos das mulheres não se negociam" e "Pelos direitos reprodutivos"- foram abertas depois da intervenção da ex-premiê da Irlanda Mary Robinson, que lamentou o retrocesso do documento em relação a direitos reprodutivos.

O documento da Rio+20 usou "saúde reprodutiva" no lugar de "direitos reprodutivos" - expressão consagrada na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) quando, pela primeira vez, houve posicionamento favorável da ONU aos "direitos sexuais e reprodutivos".

Segundo as feministas, não se trata de uma questão semântica, o termo refere-se ao acesso a métodos contraceptivos e à educação sexual, além da dimensão sanitária.

Pressionado, secretário da ONU recua e elogia texto. Denise Menchen e Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Cotidiano. 22/06/2012

Ban Ki-moon, que havia criticado documento, muda discurso após levar 'bronca' do governo brasileiro

Pressionado pela presidente Dilma Rousseff, o secretário-geral das Nações Unidas recuou ontem das críticas que havia feito ao documento final da Rio+20. Depois de afirmar, na véspera, que o texto tinha sido pouco ambicioso, Ban Ki-moon convocou uma entrevista de última hora, ontem pela manhã, apenas para jornalistas brasileiros.

Mudou seu discurso.

Disse que o resultado foi "um grande sucesso". Elogiou ainda a "liderança visionária da presidente Dilma Rousseff e de sua equipe".

A mudança de tom ocorreu depois de Dilma ter lido na imprensa as críticas tecidas anteontem pelo secretário-geral. Irritada, ela ordenou ao Itamaraty que expressasse seu descontentamento a Ki-moon.

Coube ao chanceler Antonio Patriota repassar o recado ao secretário-geral, na manhã de ontem. A presidente argumentou que todos os países assinaram o documento, assim como a ONU. Na visão dela, quem é signatário tem de defender o texto.

A presidente repetiu para assessores que as queixas em relação ao acordo final da Rio+20 desconsideram o fato de que houve risco real de nada ser aprovado. Aí sim a conferência seria um fracasso.

Como os países se comprometeram a reafirmar compromissos e fizeram declarações de intenções sobre o futuro é errado afirmar que faltou ambição, na avaliação de Dilma.

SÓ PARA BRASILEIROS

Após a bronca, Ban Ki-moon convocou uma entrevista coletiva às pressas. Funcionários do Itamaraty circularam pelo pavilhão de imprensa do Riocentro em busca de jornalistas dos principais veículos, que foram conduzidos para a sala do secretário.

Assim que chegou ao local, Ki-moon anunciou o propósito da convocação.

"Eu quis encontrar a imprensa brasileira porque acho justo que os brasileiros saibam o quanto o Brasil tem contribuído para o sucesso da Rio+20", disse.

O tom da rápida conversa com os repórteres, que durou oito minutos, foi de retratação. A palavra sucesso e suas variações foram repetidas seis vezes.

Sobre o documento, disse que ele contém "um pacote [de decisões] muito amplo, ambicioso e prático".

Pouco depois, a porta-voz do secretário-geral reforçou a mensagem em declaração na sala de imprensa principal da Rio+20, aberta a todos os jornalistas.

Ela disse que Ban Ki-moon "está confiante de que o documento final da Rio+20 fornece uma base sólida para promoção do desenvolvimento sustentável" e "agradece o papel seminal desempenhado pela presidente Dilma Rousseff na realização dos acordos alcançados no documento final."

Rio+20, sucesso ou fracasso? Katia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 23/06/2012

Num mundo mais aberto e mais democrático, são mais complexos os processos de tomada de decisão

As conferências internacionais não têm a intensidade dramática capaz de satisfazer a nossa fome de espetáculo. No entanto, elas não ocorrem em vão e dispersam sementes para além das aparências.

No caso das questões do ambiente, foi assim com a Rio-92, com Kyoto e certamente será assim também com a Rio+20.

O modo de funcionamento dessas conferências reflete a realidade de um mundo mais multipolarizado, em que se multiplica sem cessar o número de atores relevantes. Não é mais possível, felizmente, que dois ou três países se reúnam e decidam o destino da humanidade.

Os próprios governos, por sua vez, ao falar e decidir por seus países, devem respeitar a vontade livre de suas sociedades. O mundo tornou-se claramente mais aberto e muito mais democrático.

E nesse mundo, mais opiniões estão sendo levadas em conta, tornando mais complexos os processos de tomada de decisão.

A partir dessas duas premissas, pode-se fazer um julgamento mais equilibrado e mais justo da nossa conferência. É verdade que ela não foi ambiciosa e que renunciou depressa demais a seus objetivos?

Não é uma tarefa simples conseguir que 190 governantes, representando 7 bilhões de pessoas, se ponham de acordo sobre mudanças nos modos de produção, nos estilos de vida e nas expectativas de crescimento econômico para as próximas décadas.

Os próprios termos do problema dificilmente são matéria consensual, mesmo entre profissionais e ativistas. Há importantes setores dos movimentos ambientalistas que contestam duramente a "economia verde" que não passa, segundo eles, de mais um disfarce ou uma variante do desenvolvimento capitalista.

E os objetivos de uma economia sustentável não devem ser impostos por meio de ordens de governos centralizadores e sim por meio da administração de incentivos que, num ambiente de liberdade, alterem os comportamentos de produtores e de consumidores. Afinal, em que sociedade queremos viver?

Como bem disse o negociador-chefe do Brasil, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, a objetivos ambiciosos devem corresponder recursos também ambiciosos. Uma coisa sem a outra é, no mínimo, incoerência, disse ele.

Eu diria que chega mesmo a ser hipocrisia. Os países ricos desenvolveram-se sem as regras e limites que hoje pesam sobre os países de desenvolvimento tardio e sem incorrer nos custos em que essas restrições implicam.

Por isso, se a União Europeia e os Estados Unidos desejam estabelecer objetivos concretos, devem antecipar-se e oferecer uma parte grande dos recursos necessários.

O papel da política é agir conforme a circunstância, avançando ou recuando conforme as condições reais. Nesse sentido, foi prudente recuar em relação aos recursos e aos financiamentos.

Mas, pela mesma razão, foi necessário não avançar em compromissos que custarão muito, principalmente para os países em desenvolvimento, que ainda enfrentam situações de extrema pobreza.

A preservação dos recursos naturais, para que eles possam ser aproveitados de modo duradouro pelas futuras gerações, é uma tarefa importante e que deve obrigar a todos

nós. Mas ao olhar para a natureza e para os homens de amanhã, não podemos fechar os olhos para os homens de hoje; para as centenas de milhões de pobres na África, na Ásia e na América Latina, especialmente mulheres e crianças.

Para eles é preciso haver mais crescimento econômico e mais produção de alimentos. E não vamos conseguir isso retrocedendo a formas primitivas de organização da produção, abolindo o uso de novas tecnologias no campo, renunciando à engenharia genética e amaldiçoando o desenvolvimento.

A Rio+20 é o espelho do Mundo Novo, mais aberto e mais democrático, sem protagonismos excessivos. O governo brasileiro mostrou-se um ator apropriado desses tempos novos, exercendo um tipo de liderança serena, lúcida e democrática.

Estou convicta de que o Brasil, em todos os aspectos, cumpriu bem o seu papel como anfitrião de uma das conferências mais importantes deste século.

Conferência repete promessas e adia ações para 2015. Claudio Angelo, Denise Menchen e Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012

Saldo é um documento político de 53 páginas; metas do desenvolvimento sustentável são a maior inovação. Dilma diz que cúpula foi 'ponto de partida, não de chegada'; ONU destaca parcerias e acordos voluntários

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável terminou como começara: num tom melancólico e sem surpresas.

Num mundo vitimado pela crise econômica, os 114 líderes reunidos no Riocentro contentaram-se em repetir as promessas feitas em 1992 e adiar de novo ações que a ciência aponta como urgentes.

A presidente Dilma Rousseff, em seu discurso de encerramento, destacou como um dos grandes resultados do encontro o "resgate do multilateralismo" -algo repetido em toda reunião internacional que não acaba em um fracasso óbvio.

"O Futuro que Queremos", de 53 páginas, fixa 2015 como data mágica da sustentabilidade global. É quando entrariam em vigor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ideia que deve ganhar definições a partir de 2013.

Os objetivos são o principal processo internacional lançado pela Rio+20, que também prometeu adotar um programa de dez anos para rever os padrões de produção e consumo da humanidade.

Outras decisões esperadas, como um mecanismo de financiamento ao desenvolvimento sustentável e um acordo global sobre a proteção do alto-mar, foram adiadas.

"É como trocar as cadeiras de lugar no deque do Titanic", disse Kumi Naidoo, diretor-executivo do Greenpeace, resumindo a reunião.

Para o ex-presidente da Costa Rica José Maria Figueres os diplomatas no Rio estão desconectados da realidade. "Não são mais negociadores, são 'no-goal-tiators'", afirmou, num jogo de palavras em inglês ("no goal" significa sem objetivos).

Para Dilma, a Rio+20 é o "alicerce" do avanço. "Não é o limite, nem tampouco o teto do nosso avanço."

'FESTA CÍVICA'

Dilma chamou de "festa cívica" os protestos que pipocaram pelo Rio durante a semana e parabenizou os emergentes por se comprometerem com o desenvolvimento sustentável "mesmo na ausência da necessária contrapartida de financiamento prometida pelos países desenvolvidos."

Anunciou que o Brasil dará R$ 12 milhões ao Pnuma (programa ambiental da ONU) e mais R$ 20 milhões para o combate à mudança climática em países pobres.

O secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, afirmou que parte do legado da Rio+20 são os compromissos voluntários firmados entre setor privado, governos e sociedade civil. Segundo ele, foram registrados 705 acordos, que irão direcionar R$ 1,6 trilhão ao desenvolvimento sustentável nos próximos dez anos.

O caráter voluntário dos compromissos foi criticado. "Não precisávamos de pessoas anunciando aqui o que poderiam ter anunciado em suas capitais", disse Naidoo.

Sha lançou uma nota de cautela, lembrando que os compromissos feitos em Copenhague, em 2009, não foram cumpridos até hoje.

Eco-92 deixou de herança cinco documentos – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012

Foram 11 dias, 172 países participantes, mais de cem chefes de Estado. E a Eco-92 fez o que, desde a 2ª Guerra Mundial, nenhum outro evento conseguira: voltar a atenção do mundo para o tema ambiente.

No que se propôs, a Eco-92, no Rio, deixou cinco documentos, entre eles a Agenda 21 e as convenções da biodiversidade e do clima. Na época, foram considerados resultados tímidos, mas tiveram o mérito de fazer avançar a agenda ambiental no mundo. Depois da Eco-92, cem países incorporaram leis ambientais às suas constituições.

A conferência viu nascer um "Muro de Berlim", entre países ricos e pobres, divisão evidente na Agenda 21, que foi fechada sem definir quem pagaria a conta e quando o faria. Mas, desde então, não se discute ambiente sem pensar na economia mundial.

Apesar de o Brasil festejar ter organizado a Eco-92, os países pobres se frustraram, levando só 1,6% dos US$ 600 bilhões que pediram para áreas verdes. E os ricas saíram malvistos, com os EUA como vilões. "Sou presidente dos EUA, não do mundo", falou o presidente George Bush. E a ONU apontou rumos, sem forçar seguí-los.

Ambição baixa do encontro reflete indefinição global. Claudia Antunes – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012

A Rio+20 evitou definir o conteúdo do que seria uma "economia verde inclusiva".

Era irrealista esperar mais, quando há crise nos países ricos, campanha eleitoral nos EUA e transição na ordem global -os emergentes têm maior força econômica, mas bolsões internos de subdesenvolvimento.

Sinal dos tempos: a delegação dos EUA evitou exposição pública. No bastidor, agiu para aguar o acordo.

Desenvolvimento sustentável pode ser um termo surrado, mas não é desafio corriqueiro. Como disse o chefe do Pnuma, Achim Steiner, ele exige dos ricos que descasem desenvolvimento e consumo, e dos demais que cresçam de maneira "verde".

O barulho midiático das ONGs cumpre o papel de pressionar os poderes. Mas não pode substituir decisões de governos.

Além disso, se um fórum de ambientalistas tivesse que definir metas obrigatórias para o mundo, um acordo seria improvável. Para citar uma divergência, só parte deles aceita mecanismos de mercado para compensar emissões.

O governo Dilma chegou à Rio+20 desgastado com ativistas, por causa do Código Florestal e de Belo Monte. Na cacofonia de protestos, tentou reduzir danos de imagem num ambiente menos controlável do que o Planalto.

O governo enquadrou as críticas de Ban Ki-moon, o secretário-geral da ONU, e antes fez questão de um acordo prévio à chegada dos chefes de Estado. Acabou dando às ONGs mais tempo para expressar descontentamento.

Há quem diga que megaconferências são ineficazes, e que decisões devem caber a grupos de poderosos ou sábios. Mas são reuniões como esta, quando Alemanha e Haiti sobem ao mesmo pódio, que dão legitimidade a instâncias mais restritas.

Cúpula dos Povos acaba com carta genérica e imensa lista de pedidos. Laura Capriglione – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012

ONGs reunidas em evento entregam à ONU documento sem prioridades nem agenda

Depois de três dias de reuniões, várias assembleias e uma grande passeata pelo centro do Rio na última quarta-feira (manifestantes falam em 50 mil pessoas, a polícia em 15 mil a 20 mil), a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, encerrou ontem suas atividades. De concreto, produziu um documento, entregue ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon.

Nele, fala-se de tudo: contra o capitalismo, contra o sistema patriarcal, racista e homofóbico, contra a violação dos direitos dos povos, contra a economia verde, contra os agrotóxicos, contra o estímulo ao consumo, contra as mineradoras, contra o agronegócio, em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, dos espaços públicos, dos bens comuns etc.

Sem uma liderança, mas ao contrário, organizada como um somatório de ONGs, movimentos sociais e partidos, a cúpula consolidou uma imensa lista de reivindicações - sem hierarquia, prioridades ou agenda.

Segundo o dirigente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Pedro Stédile, "o mais importante não foi o documento final, mas o processo de discussão na cúpula".

Um militante da organização internacional Amigos da Terra disse que o evento possibilitou o estabelecimento de contatos e o encontro de afinidades entre organizações diferentes.

Texto é 'rico em iniciativas', diz o diretor ambiental da ONU. Claudia Antunes – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012

Resultado é 'boa notícia' em governança, afirma Steiner

O diretor-geral do Pnuma (programa ambiental da ONU), Achim Steiner, em tese derrotado pelo resultado da Rio+20, defendeu o documento da conferência e rebateu críticas feitas por ONGs.

"O que emerge do Rio é uma boa notícia para a governança ambiental. O documento é rico em iniciativas. As pessoas esperam que uma cúpula venha com resultados finais, mas, como sempre na ONU, vamos em passos paulatinos", disse.

Cobrado sobre o fato de não terem sido criadas metas ambientais, Steiner respondeu que a Rio+20 não foi sobre ambiente, mas sobre desenvolvimento sustentável. "Quem tentar proteger o ambiente contra forças sociais e econômicas vai ficar parado."

Apesar de a Rio+20 não ter transformado o Pnuma em agência, o diretor se declarou satisfeito com a decisão de elevar sua importância. Lembrou que todos os países terão participação obrigatória no órgão (hoje são só 52) e que ele terá mais verbas da ONU (hoje, 96% dos gastos do Pnuma dependem de doações).

Ao lado de Steiner, o diretor-geral da OIT (Organização Internacional do Trabalho), Juan Somavia, disse que o mundo não atingirá o desenvolvimento sustentável se mantiver o padrão atual da globalização.

"Há um sistema que não quer um modelo socialmente justo e que respeite o ambiente. Temos um sistema financeiro muito forte e um reconhecimento fraco dos direitos dos povos", disse o chileno Somavia.

Somavia foi cumprimentado ao final por um jovem que usava uma máscara do Anonymous, símbolo dos movimentos de indignados na Europa e do Ocupe Wall Street nos EUA.

Secretário-geral do evento anuncia saída das Nações Unidas. Denise Menchen – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012

Chinês diz que agora pode falar o que quer e cobra cumprimento de compromissos

O chinês Sha Zukang, secretário-geral da Rio+20, cobrou publicamente os países por promessas não cumpridas na área ambiental.

Após declarar que estava de saída da ONU e que, portanto, podia falar o que queria, Sha disse que os países ainda não tiraram do papel as promessas feitas na conferência do clima de Copenhague (Dinamarca), em 2009.

"O que foi feito dos compromissos de Copenhague? Cumpriram?", questionou. "Ninguém os forçou a assinar esses compromissos.".

As declarações foram dadas em entrevista à imprensa para apresentar os resultados da Rio+20. Ele disse que o documento final da conferência foi "importante", mas lembrou que "o trabalho árduo começa agora", numa referência à necessidade de implementação das decisões.

"O que diferencia um compromisso de uma boa intenção é uma palavra: responsabilidade", afirmou Sha.

Ele defendeu que os países estipulem prazos para seus objetivos e elaborem relatórios de monitoramento dos avanços. O chinês voltou a dizer que seu trabalho é "fazer todo mundo igualmente insatisfeito", numa referência aos interesses divergentes das nações. "Se todos estão igualmente infelizes, todos estão igualmente felizes."

A assessoria da ONU na Rio+20 não soube informar o motivo da saída de Sha.

Apagados, EUA mandam Hillary só no último dia. Fernando Rodrigues – Folha de São Paulo, Cotidiano. 23/06/2012

Há 20 anos, o noticiário da Eco-92 era totalmente dominado pela presença das posições dos Estados Unidos em todos os debates. Na Rio+20, os norte-americanos estiveram longe dos holofotes.

O trabalho mais efetivo do governo dos EUA foi nos bastidores, para impedir alguns avanços no texto final da Rio+20. Por exemplo, os norte-americanos se opuseram fortemente à criação de um fundo de US$ 30 bilhões para financiar a transição dos países a um modelo de desenvolvimento sustentável.

Ontem, no último dia do evento, chegou a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton. Sua intenção era passar menos de 24 horas no Rio. Em 1992, veio o então presidente dos EUA, George Bush.

Na sua agenda ontem, Hillary não foi recebida por Dilma Rousseff - apesar de ter solicitado uma reunião bilateral. A chefe da diplomacia norte-americana fez um anúncio de US$ 20 milhões para programas de energia limpa na África -um valor pequeno perto dos US$ 2 bilhões que o Congresso dos EUA aprovou no ano passado para esse tipo de empreendimento em países em desenvolvimento.

DIREITOS REPRODUTIVOS

No seu discurso na plenária da Rio+20, um pouco antes do almoço, Hillary disse que os EUA são um país que assegura os "direitos reprodutivos" da mulher de escolher quando quer ter filhos.

"Os EUA vão continuar trabalhando para assegurar que esses direitos sejam respeitados", afirmou a secretária de Estado norte-americana.

Esse termo ("direitos reprodutivos") constava do documento final da Rio+20 entregue aos chefes de Estado e de governo, mas foi trocado pelo Brasil por pressão do Vaticano e de países árabes. No lugar ficou "saúde reprodutiva", numa referência ao direito das mulheres de acesso a métodos de planejamento familiar

Depois da Rio+20. Irina Bokova, Lena Ek e Hirofumi Hirano – Folha de São Paulo, Opinião. 24/06/2012

Suécia, Japão, China e outros países incluíram nas escolas o desenvolvimento sustentável. O crescimento verde não virá apenas com acordos políticos

Quando o terremoto e a tsunami atingiram o Japão em 2011, quase todos os estudantes do ensino médio e fundamental de Kamaishi sobreviveram, pois tinham sido ensinados a reagir. Lá, a defesa contra essas catástrofes está nas mentes de crianças e adultos. É uma habilidade.

Habilidades são a chave para o desenvolvimento sustentável em tempos de mudança global. Construir essas habilidades deve começar o mais cedo possível nas escolas.

Muito longe dali, na Jamaica, Lorna Down leciona literatura. Em sua primeira reunião sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), ela ainda não entendia como a sua disciplina estaria relacionada com o tema.

Logo percebeu que poderia abordar a questão nas aulas por meio do tema da violência, um assunto social importante em seu país. Hoje, seu programa foi adotado pelos professores universitários na Jamaica.

Essas duas histórias têm algo em comum: a importância de educar para o desenvolvimento sustentável.

Após a Rio +20, os líderes globais devem seguir com a ideia de que o crescimento verde não é alcançado exclusivamente por acordos econômicos e políticos ou soluções tecnológicas. Não há desenvolvimento sustentável se riscos corroem o progresso, se desigualdades e violência enfraquecem as sociedades. O crescimento verde acontece se enraizado nas sociedades sustentáveis, baseado no conhecimento adequado e em habilidades e valores.

Esse é o propósito da EDS, que exige revisão de currículos, qualificações profissionais, programas educacionais, formação adequada e capacitação para ampla variedade de profissionais. Nada fácil, mas vale a pena todo esforço.

Imagine alunos do ensino médio discutindo mudanças climáticas. Depois de aprender sobre as causas e os efeitos de gases de efeito estufa na atmosfera, eles trabalham em pequenos grupos sobre o que podem fazer para reduzir a emissão individual de carbono. Desenvolvem uma lista sobre como poupar energia em casa e na escola. Iniciam plantio de árvores na escola. Adquirem as habilidades sociais necessárias para empregos verdes, aprendendo sobre contextos ecológicos.

Os alunos também informam a comunidade sobre o projeto, com material para a revista da escola e o jornal local, criando novas competências, essenciais para a inovação e o desenvolvimento sustentável.

Essa visão deve ser uma realidade em todas as escolas.

A Suécia tornou obrigatório no currículo nacional de ensino a aprendizagem do desenvolvimento sustentável nos níveis do sistema educacional. Mais de 800 profissionais de 42 países na Ásia e África já participaram de programas de formação financiados pela Suécia.

O Japão colocou a EDS nas diretrizes curriculares nacionais. A China designou mil escolas como experimentais para EDS e a incluiu em sua reforma educacional.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável amadureceu. A Rio +20 proporcionou uma oportunidade de reconhecê-la e aplicá-la. O próximo passo é inclui-la nas estratégias de desenvolvimento.

Quando os objetivos de desenvolvimento do milênio expirarem em 2015, um novo quadro de "objetivos de desenvolvimento sustentável" deve renovar o nosso compromisso para o desenvolvimento. A EDS deve ser parte integrante do quadro de cooperação pós-2015.

Rio+20 cobra relatório ambiental na Bolsa. Carolina Matos – Folha de São Paulo, Mercado. 25/06/2012

Documento da conferência ressalta importância de companhias divulgarem informações sobre sustentabilidade. Intenção é encorajar publicação de dados; empresas brasileiras 'fazem bom trabalho', afirma organização

Em um esforço para incentivar empresas a divulgar relatórios socioambientais, o documento final da Rio+20, conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, destinou um trecho ao tema.

O parágrafo encoraja companhias, especialmente as listadas em Bolsa, a publicar dados sobre sustentabilidade.

São informações como uso de água e energia, conservação de florestas e sobre o relacionamento com a comunidade onde a empresa está localizada, que devem ser integradas aos dados financeiros.

Para Ernst Ligteringen, presidente global da GRI (Global Reporting Initiative), que estabelece o padrão internacional para divulgação de relatórios socioambientais, as companhias estão mais cientes da importância das informações, inclusive no Brasil.

. Melhorar relações

As empresas têm percebido que relatórios socioambientais consistentes podem ajudá-las a melhorar a relação com investidores, acionistas e sociedade em geral.

Tanto integrantes do mercado financeiro quanto os clientes esperam que as companhias sejam cada vez mais claras na divulgação de dados sobre sustentabilidade.

No Brasil, a Bolsa passou a recomendar que as empresas listadas publiquem essas informações.

Aqui, a qualidade dos relatórios socioambientais ainda é variável, mas isso não é surpresa porque se trata de algo relativamente novo e muitas companhias estão começando nisso. Leva algum tempo para que qualquer empresa aprenda como preparar um bom documento.

Comunicação

Uma das dificuldades é as empresas entenderem que não se trata de marketing, mas de comunicar de forma consistente e objetiva que impactos ambientais elas têm causado e o que tem sido feito para superar os desafios.

Países como Reino Unido, Alemanha e outros na Europa, e também o Japão, estão mais desenvolvidos nessa área. Mas, no Brasil, as maiores companhias também têm feito um bom trabalho.

Investidores

Grande parte dos investidores confia em analistas e gestores de recursos para direcionar as aplicações. E esses profissionais analisam a performance das empresas em sustentabilidade.

Também existem índices para avaliar o desempenho das companhias nesse quesito, e muitos investidores são guiados por isso. Assim, ainda que os aplicadores não sejam consumidores diretos dos relatórios socioambientais, os documentos acabam influenciando as decisões.

O maior objetivo das informações, no entanto, não é ser ferramenta para a compra ou a venda de ações no curto prazo, mas sim melhorar a relação da empresa com investidores e a sociedade no longo prazo.

Seminário durante Rio+20 debate a importância da agricultura familiar para a sustentabilidade do planeta. Site da CONTAG. **21/06/2012**

Nesta quinta-feira (21 de junho), a CONTAG promoveu o seminário internacional *O Papel da Agricultura Familiar na Construção do Desenvolvimento com Sustentabilidade* durante as atividades da Rio+20, no Espaço Arena Socioambiental, no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro. O evento teve como objetivo promover a integração entre as organizações da agricultura familiar para a promoção do desenvolvimento sustentável e a divulgação do Ano Internacional da Agricultura Familiar.

O evento contou com as participações de Alberto Broch, presidente da CONTAG, de José Graziano, diretor-geral da FAO, de Pepe Vargas, ministro do Desenvolvimento Agrário, e de Carlos Sere, chefe de Desenvolvimento Estratégico do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). “Este evento teve uma dimensão muito maior do que podemos dar por várias razões: primeiro, porque acontece dentro do contexto da Rio+20; segundo, porque contou com a presença do diretor-geral da FAO, do representante do FIDA, assim como do ministro do Desenvolvimento Agrário; e o terceiro, talvez o mais importante, é a aliança internacional firmada com a Ásia, África, América Latina e a Europa”, avalia Broch.

O sindicalista acredita que essa aliança estratégica, política e de troca de experiências leve a diante a luta da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento sustentável de um novo padrão de produção. “Este é um marco dentro da Rio+20”, afirma o presidente da CONTAG.

Muitos agricultores familiares e representantes das FETAGs também participaram do seminário. Marcos Vinícius Dias Nunes, agricultor familiar de Jordânia (MG) e secretário de Finanças da FETAEMG, destacou a importância de espaços de discussão como esse para buscar uma solução para os problemas enfrentados pela agricultura familiar mundial. “Vemos que os problemas são os mesmos, como o êxodo rural, a masculinização e o envelhecimento do campo. Os problemas enfrentados pelos jovens rurais também são comuns a todas as nações. Precisamos discutir a sucessão rural ao falarmos em segurança alimentar. Afinal, a maioria dos agricultores que hoje estão produzindo os alimentos são de média idade ou idosos”, conclui.

O presidente da FETAG-RS, Elton Weber, também elogiou a iniciativa dessa agenda política em defesa desse segmento. “A agricultura familiar tem um papel estratégico na garantia da soberania e segurança alimentar, além da gestão sustentável dos recursos naturais”, disse.

Cúpula dos Povos: As bases para um novo modelo de desenvolvimento. Reiko Miura. Site do MST. 26/06/2012

A Fundação Perseu Abramo realizou o debate "A crise do capitalismo e a construção de um modelo de desenvolvimento justo e sustentável” no dia 21/6, durante a Cúpula dos Povos, com as participações de Rui Falcão, presidente nacional do PT, Marcio Pochmann, professor de Economia da Unicamp, ex-presidente do IPEA, Márcio

Macedo, deputado federal (PT/SE), presidente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional e João Pedro Stedile, dirigente nacional do MST.

“Um véu nos aliena, que nos conduz a um processo de individualização”

Marcio Pochmann, professor de Economia da Unicamp, ex-presidente do IPEA, iniciou sua exposição afirmando que esta é a crise mais profunda de todo o século XXI, porém não acredita na tese de que o capitalismo estaria na sua fase final por não conseguir seguir explorando a mais valia. Pelo contrário, ele acredita que o capitalismo se modifica, se dinamiza a partir de suas crises. Ele alerta: “estamos diante de uma situação muito difícil; as raízes dessa crise ainda não foram atacadas; a crise é mais ampla, extrapola a dimensão financeira.”

A superação da atual crise, segundo Pochmann, tem a ver com o que vai acontecer nos Estados Unidos, se estes aceitarão perder o poder atual, tendo em vista o fortalecimento de outros centros dinâmicos e o deslocamento dos centros de manufatura, especialmente para a Ásia. Ele questiona se o deslocamento desses centros será aceito tranquilamente pela Europa e pelos Estados Unidos, cujo padrão atual de produção e consumo não insustentáveis.

O professor da Unicamp afirmou que no continente sul-americano, o Brasil soube aproveitar momentos de instabilidade internacional, de regorganização do capitalismo mundial, para se reposicionar. E o momento atual é especial para esse reposicionamento brasileiro.

Momento de crise é propicio para aparecimento de propostas para superação, mas segundo Pochmann, não existe um projeto claro para colocar o socialismo no século XXI e isso se deve a fatores como a profunda fragmentação existente tanto em relação à agenda temática específica, por exemplo, a luta das mulheres, dos afrodescendentes, dos ambientalistas, dos jovens etc.; à profunda transformação na estrutura demográfica e laboral, com a mudança na centralidade do trabalho. Com o avanço do capitalismo, nasce uma nova classe trabalhadora, ligada aos serviços, e, portanto, introduzindo o conceito do trabalho imaterial. Os sindicatos passam a ser vistos como agentes do passado, e não como comprometidos com as transformações dos próximos anos.

Pochmann acrescentou a crescente tendência à individualização. Ele citou os exemplos da geração de 22 milhões de postos de trabalho durante os governos Lula e Dilma, que não se refletiu na taxa de sindicalização. Outro exemplo: o Prouni incluiu 1 milhão de novos estudantes no ensino superior, mas isso não se refletiu na ampliação do movimento estudantil.

Outra dificuldade citada pelo economista, é a alienação das ciências sociais, resultado da superespecialização. "Temos um volume muito grande informação, mas temos grande dificuldade de análise das mesmas", disse Pochmann. Para ele, a visão cada vez mais fragmentada reflete na incapacidade de entender o todo e isso não ajuda a criar um novo padrão civilizatório, que pressupõe que a educação associada à condição humana é para a vida toda, que o ensino superior passa a ser o piso, e não o teto, que a jornada de trabalho não supere 12 horas por semana, e assim por diante.

Capacidade de recuperação da natureza está se esgotando

O deputado federal Márcio Macedo analisou a conjuntura sob a qual acontece a Rio +20 e alertou para a necessidade de mudança do modo de vida e do padrão de consumo atual dos países desenvolvidos. Os recursos naturais não são ilimitados e sua capacidade de recuperação está se esgotando, o que impõe à sociedade mundial a adoção de um modelo de apropriação ordenada desses recursos, caso contrário, vão deixar de existir.

O Brasil, segundo Márcio, precisa investir em tecnologia. Ele defendeu que parte da arrecadação do Pré-sal seja investida em energia limpa e em tecnologia.

Sobre a Rio +20, o deputado enfatizou que o mundo chega à conferência com o acúmulo de 40 anos, com a Europa e os Estados Unidos em crise, e países periféricos - os BRICS -, em ascensão. "Penso que esta Rio+20 é uma arena para discutir o tema da biodiversidade sob nova perspectiva. A arena da Rio +20 é importante para dizer que pode haver um reposicionamento, disse o deputado, que também afirmou que o Brasil está se adequando a um modelo de desenvolvimento, com inclusão social, com distribuição de renda.

O deputado disse ainda, que o debate sobre a biodiversidade vai se tornar econômico: "é o homem botando a mão no meio ambiente e transformando em bem material". Sobre o debate sobre economia verde, ele afirmou que ele retrata a mesma desconfiança que havia na Rio 92 com o desenvolvimento sustentável. O conceito d economia verde, segundo ele, não está no documento final da Rio +20, porque não há acordo, e a proposta do Brasil é que a economia seja verde, inclusiva (colocar respeito direitos individuais e não intolerância, instrumentos democráticos, erradicaçao da pobreza etc.). "O conceito da economia verde deve estar no debate sobre desenvolvimento, unindo social com econômico.

Mas o deputado faz dois alertas: primeiro, quem vai pagar a conta da transição para outro patamar? Os países que hoje estão vivendo o esgotamento de seus recursos naturais querem resolver seus problemas deixando aqui só as comodities; segundo, se a questão do desenvolvimento sustentável não for amplamente discutido, ele não ganhará força nas mesas governamentais.

“Só mobilização das massas podem resolver os problemas estruturais da sociedade brasileira”

O dirigente do MST e da Via campesina João Pedro Stédile, disse ver com total ceticismo os debates da Rio +20. Ele criticou a forma como os governos vem travando o debate sobre o meio ambiente e também não poupou críticas ao governo brasileiro. Ele alertou para a ação predatória do capitalismo internacional, protagonizada por grandes corporações e bancos internacionais que controlam a produção e o fluxo de capitais especulativos que também atinge o Brasil.

De 1990 para cá, segundo Stedile, o Brasil vive sob a hegemonia do capital financeiro internacionalizado e que a política econômica adotada pelos governos Lula e Dilma, não foi suficiente para reverter essa subordinação. Depois da crise de 2008, segundo ele, a situação se agravou: "houve uma avalanche do capital para transformar em patrimônio - terras, usinas hidroelétrica, pré-sal, petróleo, recursos naturais em geral; e agora querem

privatizar as florestas, com os créditos de carbono, que nada mais são que a privatização do ar. Os recursos naturais estão sendo desnacionalizados no país e isso trará consequências gravíssimas para as futuras gerações e para a economia em geral. Os capitalistas sabem que os recursos naturais, depois que levados ao mercado, adquirem preços superiores ao seu valor original e geram lucro extraordinário, muito maior que o gerado nas fábricas. "

Para Stédile, o projeto que previa crescimento econômico com distribuição de renda adotado pelos governos Lula e Dilma Rousseff está esgotado. Ele reconheceu que iniciativas dos dois governos distribuiram renda com o aumento do salário mínimo, pagamento do Bolsa Família, aumento dos empregos etc, mas que isso já não basta no novo cenário de crise econômica, pois para gerar crescimento seria preciso investir em produção para que ele seja multiplicador na sociedade.

O dirigente do MST disse ainda que a sociedade elegeu um governo interclassista, mas que não tem força de massa para impor mudanças estruturais. Ele citou algumas iniciativas urgentes para que que o cenário na América Latina mude: a mudança na taxa de câmbio brasileira, a criação de uma moeda latino-americana para sair da esfera do dólar, o fortalecimento de instrumentos regionais como a Unasur e a Alba.

Stélide finalizou sua participação enfatizando que para discutir novo projeto para o Brasil e resolver os problemas estruturais da sociedade brasileira, é necessário a mobilização das massas, que devem ir para as ruas para disputar com a burguesia.

Países em desenvolvimento e a sociedade em geral requerem o seu espaço na governança global

Para o presidente do PT, Rui Falcão, nos vinte anos que separam a Eco92 da Rio +20, muitas esperanças foram frustadas, devido, principalmente, à ação devastadora do neoliberalismo com a liberalização financeira, comercial e de investimentos, e esse modelo, que está em crise, jogou seus custos sobre os ombros dos trabalhadores e dos segmentos mais vulneráveis da população por meio de redução de salários, eliminação de direitos sociais e promoção do desemprego, que afeta particularmente a juventude.

Falcão disse achar difícil que resoluções da Rio +20 tenham destino diferente daquelas da Eco92, por enteder que desenvolvimento economicamente, socialmente e ambientalmente justo e sustentável não rima com capitalismo e, muito menos, com neoliberalismo. Mas o contraponto a tudo isso, segundo ele, são as iniciativas adotadas por países da América Latina, dos BRICS e d outras parte do mundo, que buscam um modelo de desenvolvimento com outras bases e capaz de enfrentar a crise. Na América Latina, por exemplo, houve avanços em relação à Eco92 e para Falcão, isso se deve à atuação de movimentos sociais e de governos de esquerda que assumiram na região.

O PT, segundo Falcão, quer discutir questões como a necessidade de outro modelo de desenvolvimento no mundo e a incapacidade do atual sistema de governança global de lidar, de forma justa, com temas desta magnitude. Para ele, "é preciso adotar um novo paradigma de desenvolvimento no mundo que amplie a qualidade de vida dos setores populares, que amplie a capacidade produtiva e tecnológica de nossos países, que preserve os direitos das gerações futuras e o ambiente comum que todos compartilhamos, o Planeta Terra". Mas este modelo, segundo Falcão, não se conquistará

sob o neoliberalismo: "Devemos focar na busca da igualdade, entre as pessoas e entre as nações. Para que isto seja sustentável, é preciso pensar em mecanismos eficazes de divisão da riqueza, de padrões de consumo igualitários, sustentáveis, exigindo impor limites aos atuais padrões de consumo dos países desenvolvidos, bem como das elites nos países em desenvolvimento. Tudo isso combinado com a elevação dos padrões de consumo da maioria das populações do sul do planeta."

Esta mudança, segundo Falcão, requer adoção de medidas imediatas sobre a contenção do aquecimento global e consequentemente a implementação de uma economia menos apoiada nas fontes fósseis de energia. Também deve ser considerada a questão do financiamento e a transferência de tecnologias limpas. Falando sobre participação social e governança global, Falcão enfatizou que o PT quer discutir a democratização, o financiamento e a eficácia dos organismos internacionais. O multilateralismo, segundo ele, deve ser fortalecido e os países em desenvolvimento e a sociedade em geral requerem o seu espaço na governança global para assegurar que as organizações internacionais atendam às necessidades de todos.

Falcão defendeu também a adoção de novos indicadores de sustentabilidade internacional, que extrapolem a dimensão econômica e incluam os aspectos sociais e ambientais.

Brasil fará mais do que texto da Rio+20 prevê'. Lucianne Carneiro – O Globo. 26/06/2012

Secretária do Ministério do Meio Ambiente diz que país doará US$ 16 milhões para reforçar fundo e programa da ONU

A secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Samyra Crespo, afirmou que o Brasil fará mais do que as propostas presentes no documento final da Rio+20. Ao participar do Seminário O GLOBO "Os desafios do Desenvolvimento e da Sustentabilidade" representando a ministra Izabella Teixeira - realizado ontem no Hotel Windsor Atlantica -, Samyra destacou que o Brasil reforçou sua liderança no multilateralismo com gestos efetivos, e não apenas simbólicos: o país vai doar US$ 10 milhões para um fundo de clima que vai ajudar países africanos e pequenas ilhas e outros US$ 6 milhões para o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

> - Aquilo que está no documento é a linha básica. Não significa que os países não podem fazer mais e o Brasil fará. Portanto, aguardem o Brasil, confiem no Brasil, fiquem apaixonados pelo Brasil, que esse é o nosso momento - afirmou a secretária, citando as oportunidades que o país terá nas conferências de Qatar e Índia para mostrar seu desempenho.

Já Sérgio Besserman Vianna, presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável do Rio, afirmou que a Rio+20 foi "muito boa" como evento, mas que o documento final da conferência "não está à altura do que percebemos como necessário". Ele disse que teria apresentado uma opção mais ambiciosa para a discussão.

A crise econômica, segundo Besserman, tem sido responsável pela paralisação dos chefes de governo nos últimos anos, que "não conseguem se reunir e gerar ação sobre assunto nenhum desde 2008".

> - A equipe é de uma excelência admirável, mas nós (o Brasil) fizemos a opção do mínimo denominador comum. Teria apresentado uma opção mais ambiciosa, embora o mais importante seja o momento histórico. Avançou-se muito - disse o economista.

O desafio agora, segundo Besserman, é que os próximos 20 anos serão os mesmos para que o mundo deixe a crise de 2008 e também construa uma economia de baixo carbono.

Um dos temas do seminário foi a importância dos relatórios de sustentabilidade das empresas para medir e avaliar suas ações, como ressaltou a presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), Marina Grossi. Para ela, todas as empresas devem mostrar seus dados, que devem ser comparáveis.

> - O relatório é uma ferramenta extremamente importante. Se tiver um padrão para ser usado, vai ajudar muito - afirmou a diretora-executiva de Sustentabilidade da Vale, Vania Somavilla.

Relatórios são ferramenta para mensurar ações

A secretária do Ministério do Meio Ambiente Samyra Crespo acenou com a possibilidade de o governo recomendar o uso da norma ISO 26.000, lançada em 2010, para os relatórios de responsabilidade social das empresas. Tal sugestão, no entanto, só deve ocorrer depois da definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, prevista para 2014. A ideia, segundo ela, é permitir que esses objetivos ajudem a nortear o que cobrar das empresas:

> - Não há no governo política para cobrar responsabilidade socioambiental das empresas. Há uma profusão de indicadores e a tendência é adotarmos modelo mais simplificado.

Em sua apresentação, Vania defendeu que governo, empresas e terceiro setor trabalhem juntos para lidar com a mudança climática e a desigualdade na distribuição de riqueza e renda.

> - Mineração não é uma coisa bonita de ver, mas se trabalhar bem ela pode deixar um legado, de forma que o que a gente deixa é mais do que tirou, que deixe um polo de desenvolvimento. Esse é o desenho em que estamos trabalhando - disse .

Ela destacou, ainda, que a empresa tem buscado "a licença social", ou seja, o desejo da sociedade de que a atividade seja desenvolvida naquela área.

> - Estamos abertos ao diálogo, não acertamos sempre, aprendemos às vezes até a duras penas, com nossos erros, mas acreditamos que já tem muita coisa bonita para mostrar - disse Vania.

Questionada se há um paradoxo das políticas do Ministério do Meio Ambiente com os subsídios dados pelo governo à indústria automobilística e ao consumo de gasolina, Samyra Crespo disse que, embora não possa falar por todo o governo, os incentivos à indústria são parte da política anticíclica para evitar a desaceleração da economia. Já o subsídio ao combustível, segundo ela, busca evitar o repasse de todo o custo de elevação do preço do petróleo na inflação:

> - Temos desafios de curto prazo muito fortes, mas não duvido do compromisso da presidente Dilma Rousseff.

Também participaram do seminário, mediado pelo colunista Agostinho Vieira, a gerente de Inovação e Tecnologia do Sebrae, Glaucia Zoldan, a gerente de Responsabilidade Social da Eletrobras, Tereza Cristina Rozendo Pinto, e a editora do caderno Razão Social do GLOBO, Amelia Gonzalez.

Dilma elogia resultado do encontro. Luiza Damé – O Globo. 26/06/2012

Em reunião com ministros, presidente destaca mudança cultural sobre tema

Em reunião ontem com oito ministros, a presidente Dilma Rousseff fez uma avaliação positiva da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Segundo o ministro da Secretaria Geral, Gilberto Carvalho, que participou da reunião de avaliação, a presidente está "muito satisfeita" com o resultado da conferência. Ele disse que, apesar das críticas, o documento final da Rio+20 tem avanços que serão reconhecidos no futuro.

> - Além da qualidade do documento, daquilo que aponta como mudança de cultura e à questão dos objetivos do desenvolvimento sustentável, a Rio+20 vai ter de ser julgada pelo conjunto da energia, das mobilizações, dos debates. Seria muito pobre reduzir a Rio+20 apenas àquilo que é o documento final, que a meu juízo, já avança, mas o número de debates, manifestações, propostas, acordos, inclusive contratos econômicos, é para o Brasil sem dúvida uma enorme vitória que aos poucos vai ser reconhecida - disse Carvalho.

Presidente considerou encontro festa democrática

A presidente, segundo o ministro, destacou a coesão do governo no evento e o clima democrático.

> - Naturalmente com alguma falha aqui ou lá, mas no geral foi uma festa democrática. O Brasil deu uma demonstração (de democracia), ao contrário de outras conferências, onde você vê pneu incendiado, violência. Nessa aqui o militar não precisou tocar numa única pessoa, porque o governo foi para o diálogo, abriu as portas e organizou essa mobilização.

Além de Gilberto, participaram da reunião os ministros Izabella Teixeira (Meio Ambiente), Ideli Salvatti (Relações Institucionais), Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Antônio Patriota (Relações Exteriores), Celso Amorim (Defesa), Helena Chagas (Comunicação Social) e Tereza Campello (Desenvolvimento Social).

> - A presidenta está muito satisfeita, orgulhosa, de termos realizado a Rio+20, que foi considerada pela própria ONU o maior evento até hoje em termos de convenções, grandes encontros e o maior evento com participação da sociedade civil. O que vimos é primeiro o reconhecimento de todos os países à logística. A presidenta fez questão de fazer um reconhecimento ao governador do Rio, Sergio Cabral, ao prefeito, Eduardo Paes, às Forças Armadas, que garantiram a segurança de maneira extraordinária, e aos nossos negociadores do Itamaraty - destacou Carvalho.

O ministro destacou ainda a importância do consenso na reunião em torno do documento final, um consenso que foi muito criticado pelos ambientalistas por ser um consenso em torno de intenções vagas e pouco ambiciosas.

Ministro: simples existência do documento é vitória

A lógica do secretário é que um impasse seria pior:

> - É uma vitória ter um documento, é importante que todos saibam que um documento da ONU é de costura muito difícil, basta um país dos 192 presentes se negar a assinar e não haveria documento. Há que se valorizar muito esse trabalho da diplomacia.

Dilma falha em repetir na Rio+20 desempenho de Lula em Copenhagen. Fernando Exman – Valor Econômico. 26/06/2012

Quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou no fim da conferência de clima de Copenhaguen, em dezembro de 2009, de improviso, podia-se ouvir a respiração dos milhares de jornalistas e delegados de tão atentos que estavam. Depois foi a vez de Barack Obama pronunciar-se, mas Lula já havia roubado a cena e passou para a história. Difícil igualar a desenvoltura, mas a presidente Dilma Rousseff dificilmente será lembrada como uma voz inspirada do desenvolvimento sustentável depois da Rio+20.

Se havia alguma pretensão de ofuscar a ex-ministra Marina Silva neste campo, não deu certo. A ex-rival na campanha pela Presidência da República não conseguia circular pelo Riocentro sem causar tumulto de fãs que queriam uma conversa, um autógrafo ou uma foto. O mundo das conferências ambientais continua sendo a seara de Marina.

A presidente, por sua vez, não ganhou popularidade ao responder rispidamente às críticas da ex-premiê da Noruega Gro Brundtland e de manifestantes feministas que protestaram em relação ao retrocesso no documento final da Rio+20 à menção aos direitos reprodutivos das mulheres. O termo sumiu depois da oposição do Vaticano e de países islâmicos. Dilma argumentou que no multilateralismo é preciso respeitar a diversidade de opiniões, mas perdeu pontos frente à mulher que cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável no mundo.

A ministra Izabella Teixeira protagonizou um bate-boca com manifestantes contrários à usina de Belo Monte e às mudanças no Código Florestal, no evento sobre políticas de combate ao desmatamento. Muito provocada, a ministra deixou os manifestantes falarem, mas não conseguiu conter a irritação.

Até o Itamaraty pareceu perder o controle da situação na madrugada em que queria apresentar o texto aos delegados. A reunião foi convocada às 23h. Às 24h assistiu-se a uma cena constrangedora, com a retirada de todos da plenária para mudarem-se à outra, em frente, como estratégia para retirar jornalistas infiltrados. A trapalhada reuniu todos, delegados e jornalistas, no hall principal, esperando um texto que só chegaria às 2h15 da manhã. A imprensa conseguiu registrar a irritação dos europeus e falar com os sempre esquivos delegados dos EUA.

Coube ao francês François Hollande capitalizar o maior ibope de um chefe de Estado durante a cúpula. Ele atrasou mais de uma hora à coletiva, a imprensa continuou lotando a sala. Deu seu recado em 13 minutos: insatisfeito com o texto final e com a não transformação do Pnuma em agência da ONU. A secretária de Estado dos EUA Hillary Clinton, que poderia superá-lo, fez passagem meteórica pelo Riocentro e discurso anódino.

O governo permitiu manifestações de ambientalistas e movimentos sociais dentro do Riocentro. Queria promover a imagem de país democrático. Até aí, nada de novo. É prática comum em toda conferência do gênero. Seria estranho se, no Brasil, fosse diferente.

A ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann teve participação discreta em público. Nos bastidores, porém, foi o olho de Dilma enquanto a presidente não desembarcava no Rio.

Na análise do governo, um dos momentos delicados da cúpula foi quando o secretário-geral da ONU Ban Ki-moon criticou o documento final. Dilma pediu ao ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota que lhe telefonasse solicitando retratação. Ban Ki-moon atendeu, mas a visão negativa do resultado da conferência prevaleceu.

"Pessoalmente, não tinha muitas expectativas em relação ao texto. Você não pode impor a sua vontade", afirmou ao **Valor** o chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, para quem deve-se destacar o fato de a questão social ter sido incluída como um tópico central do documento final. "Esse texto não reflete a posição do Brasil. Ele tem que ser visto como um piso, não como um teto.

A previsível frustração com os resultados da Rio+20. - Valor Econômico, Editorial. 27/06/2012

Nos últimos 40 anos, apenas 4 dos 90 objetivos ambientais importantes, frutos de acordos internacionais, foram atingidos, advertiu, poucos dias antes da Rio+20, o relatório Panorama Ambiental Global da Organização das Nações Unidas. E desde que a economia global entrou em crise, os ventos contrários a iniciativas que buscam frear a destruição do ambiente ganharam intensidade. Desde o fracasso de Copenhague a agenda ecológica praticamente não avançou, enquanto uma respeitável maioria de estudos científicos apontavam na direção da urgência de ações imediatas. Nesse clima hostil, não foi surpresa que a conferência sobre desenvolvimento sustentável da ONU, no Rio, se movesse, desde sua preparação, de impasse em impasse até um resultado final de consenso pouco substantivo.

Se as negociações nas conferências sobre mudanças climáticas, que têm objetivos bem delineados e um acordo em vigor, o de Kyoto, são duras e sujeitas a retrocessos,

dificuldades ainda maiores eram previsíveis para a Rio+20, cuja abrangência da agenda era muito maior. Desta vez, tratava-se de, além de evitar os crescentes danos ambientais, fazê-lo reorientando os padrões de produção e consumo globais e buscando extinguir a pobreza no planeta. Diante desse ponto de partida que beira o utópico, qualquer acordo resultante, que não traçasse metas e objetivos para esses fins, acabaria sendo qualificado de pouco ambicioso.

Coube ao país anfitrião, o Brasil, a ingrata tarefa de apresentar rapidamente um acordo magro de resultados, com algumas boas promessas para o futuro, aos 193 países que participaram das discussões. Já visto com desconfiança em suas credenciais pelo pouco empenho na questão ambiental e pelo retrocesso do Código Florestal, o governo de Dilma Rousseff recebeu uma saraivada de críticas de ambientalistas, Organizações Não Governamentais e representantes de governos europeus.

Apesar dos erros, o governo brasileiro apenas reconheceu o que os países mais importantes nas negociações tinham indicado - este não é um momento de grandes ambições. A ausência dos chefes de Estado dos EUA, da Alemanha, do Reino Unido e do Japão era um fato que delineava um limite para o alcance das decisões. As mesmas forças que produziram o impasse de Copenhague produziram jogo parecido, com resultado semelhante, na Rio+20.

Os EUA vieram para vetar pontos, propor nada e olhar com lupa os textos que prometiam recursos e acordos para transferência de tecnologia, instrumentos indispensáveis ao acordo global. Em mais uma dura campanha eleitoral, o presidente Barack Obama foge o quanto pode da discussão ambiental. Países desenvolvidos e emergentes voltaram a digladiar na questão que resume a vontade de ação e de assumir compromissos - o dinheiro. Envoltos em crise, desemprego e elevados déficits, os países avançados se recusaram a debater sobre os recursos necessários para a causa da sustentabilidade.

Assim, a sombra do fracasso rondava o Riocentro. Coube ao anfitrião dar a má notícia e receber a punição em nome de uma frustração provocada pela responsabilidade coletiva dos líderes dos países presentes (e ausentes).

Como vem se tornando praxe nas conferências que envolvem o ambiente, o objetivo minimalista de manter todos os países na discussão é visto como uma vitória. A Rio+20 deixou uma agenda para ser desenvolvida até 2015. Até lá, poderão ser encontradas novas formas de mensuração do PIB que levem em conta variáveis ambientais e sociais, que permitam estabelecer os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, reconhecidos por todos como necessários.

Avançou-se no tema da proteção dos oceanos em águas internacionais e na discussão da regulamentação da exploração de sua biodiversidade, mas qualquer decisão a respeito foi barrada na última hora e postergada para pelo menos até setembro de 2016. Da mesma forma, o acordo reconhece que a erradicação da pobreza é um grande desafio global que precisa ser vencido. Nas franjas da diplomacia, houve a participação de um batalhão de empresas nacionais e multinacionais e movimentos sociais, indicando que desde a Rio 92 a consciência e as ações para corrigir os rumos desastrosos do planeta se ampliaram em número e profundidade. É o que pode dar no futuro força a um texto meio raquítico.

Ano da verdade – O Globo. 28/06/2012

Ao assinarem o documento final da Rio+20, na última sexta-feira, os chefes de Estado e representantes de 193 países decretaram que 2015 será o ano do engarrafamento ambiental. No ano passado, na COP-17, em Durban, 2015 já havia sido escolhido como ano das novas metas de redução das emissões de gases de efeito estufa. Agora, ficaram para a mesma data os "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável". Aliás, também em 2015, termina o prazo dos "Objetivos do Desenvolvimento do Milênio". Os mesmo atores dizem que vão fazer em três anos e meio, 1.281 dias, o que não foram capazes de fazer nos últimos 40 anos. Será o ano da verdade.

Falar de flor. Marina Silva – Folha de São Paulo, Opinião. 29/06/2012

"Uma flor nasceu na rua!/Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego./Uma flor ainda desbotada ilude a polícia, rompe o asfalto./Façam completo silêncio, paralisem os negócios, garanto que uma flor nasceu."

Após o paralisante "nada a declarar" de líderes mundiais na Rio+20, é preciso muita poesia para manter a persistência que -como diz o apóstolo- produz a esperança. E então a acidez singela da poesia de Drummond veio em socorro de minha fome poética. O genial poeta itabirano celebra o nascimento de uma flor na fresta do asfalto, superando a indiferença humana e o pesado invólucro da civilização.

Assim me sinto ao lembrar os intensos dias em que organizações civis e milhares de pessoas manifestaram, no Rio, sua indignada exigência de atenção perante os dirigentes de Estado reunidos na conferência da ONU. Gente de todos os continentes, de jovens ativistas de grandes cidades a líderes de pequenas comunidades indígenas, dando demonstrações criativas, como a "Marcha a Ré" que parou o Rio, de que o mundo quer viver.

Infelizmente, a conferência oficial não ouviu isso. E o poema de Drummond me revela sua dimensão profética, que, feitas as contas, pode ser válida até a Rio+40 se predominar a desdita ambiental das necessidades presentes: "Depois de quarenta anos,/e nenhum problema resolvido, sequer colocado./Nenhuma carta escrita nem recebida./Todos os homens voltam pra casa".

Mas o desafio dos que voltam para casa, décadas após décadas de "Rio+" que se somam sem subtrair os problemas, é extrair a "esperança mínima" de que fala o poeta, para não cair no vazio da queixa que paralisa até os jovens, cuja natureza é andar: Andar à frente,/andar ao lado,/de marcha a ré e atravessado,/enveredando pelo futuro,/no chão dos rastros deixados.

Desde a retomada da democracia vemos o florescimento de movimentos sociais antes abafados pelo autoritarismo, com um ideário amplo que antecipava o novo milênio. Essa é a flor que agora irrompe no asfalto. Sua delicadeza denuncia as rachaduras do sistema que já não consegue impedi-la de brotar.

Chegou a hora de a sociedade tomar iniciativas próprias, buscar autonomia e independência. Sem recusar nem desconhecer a política e o Estado, ir além deles e fazer mudanças na vida com a noção ampla de um novo contrato natural -pois inclui os

demais seres vivos e ecossistemas-, não só um contrato social. Conseguiremos? Estamos maduros para o que o tempo nos exige?

Aqui se revela a necessidade da utopia, que ultrapassa as ilusões limitantes do pragmatismo e reafirma a força da esperança, sem a qual não há futuro. No fim das contas -Drummond sabia-, é a poesia que faz brotar a flor.

Ban Ki-moon diz que Rio+20 foi um sucesso – O Globo. 29/06/2012

Na Assembleia Geral da ONU, secretário elogia acordo final

Ao participar ontem de encontro na Assembleia Geral da ONU, em sua sede em Nova York, para comentar os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, o secretário-geral da organização declarou que o evento foi um "sucesso". Para ele, foi uma "importante vitória do multilateralismo após meses de difíceis negociações". A avaliação vai de encontro ao desapontamento geral dos ambientalistas com a falta de compromissos na declaração final do encontro.

O secretário-geral destacou os aspectos positivos da conferência, como o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a participação "sem precedentes" da sociedade civil, o papel multiplicador das redes sociais no evento e o reconhecimento da necessidade de se ir além do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos pelos países) como medida de progresso das nações. E comparou a reunião do Rio com a de Los Cablos, no México, da cúpula do G-20 (as 20 maiores economias do mundo), em junho:

> - Em Los Cabos, encorajei os líderes a se concentrarem em reduzir a pobreza, criar empregos e priorizar o desenvolvimento sustentável. E, no Rio, vi que os governos do mundo estão preparados para fazer exatamente isso.

Secretário já havia criticado o documento no Rio

Segundo Ban Ki-moon, o documento da Rio+20, entitulado 'O futuro que nós queremos', "fornece base sólida para construir um futuro sustentável":

> - Se o documento final é a base para a próxima fase da nossa jornada para o desenvolvimento sustentável, os compromissos anunciados no Rio são os tijolos e o cimento. Eles serão um legado concreto e duradouro da Rio+20 - enfatizou.

Durante o encontro no Rio, no entanto, o secretário-geral chegou a criticar a falta de ambição do acordo, mas mudou de tom antes do encerramento para indignação de ativistas, que, no Riocentro, realizaram até um protesto contra o documento final.

Muito ou pouco? Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo, Mercado. 30/06/2012

A palavra 'agricultura' aparece seis vezes no texto final da Rio+20; é pouco para a importância do setor

O melhor resultado da Rio+20 foi o fato de o tema sustentabilidade se tornar objeto de conversas e debates no mundo todo. Mesmo quem não entendia nada sobre isso foi

obrigado a conhecer um mínimo, dada a ampla exposição, pela mídia, dos assuntos relacionados.

Por isso, de agora em diante qualquer pessoa terá a sustentabilidade no seu radar.

E o pior resultado foi a não discussão, em termos adequados -isto é, em profundidade- da complexa questão da mudança do modelo de consumo. Os ricos não querem diminuir seus padrões de vida e de consumo, e os pobres querem ficar iguais aos ricos. Isso será claramente insustentável e constituirá o grande desafio da humanidade: mudar os hábitos. E quanto custará isso? Ou melhor, o que custa isso?

Custa votos, milhões de votos pelo mundo todo e nenhum governo está disposto a perder votos.

Sobretudo no quadro da crise em que estamos metidos, na qual as dificuldades dos governos em gerar empregos -ou em pelo menos manter os atuais-, em conseguir investimentos produtivos, em ampliar o comércio internacional, em controlar a inflação (cuidando da moeda e do câmbio) e ainda seguir crescendo são as grandes batalhas no interior de cada país. Até porque, não logrando isso, os governos perderão as próximas eleições para as oposições, como na França.

Por outro lado, a ambição inicial de uma monumental reunião como essa que a ONU organizou no Rio na semana passada é muito grande. Criou-se uma expectativa impossível de ser atingida.

Imaginemos essa ambição representada graficamente por um grande círculo, digamos, de dois metros de diâmetro. Aí vem um país e corta um pedaço do círculo; outro corta outro pedaço, um bloco de países articulados tira um naco maior, e assim, aos poucos, o círculo vai diminuindo, diminuindo. Como o resultado final só pode ser obtido por consenso, ele acaba representado por um mínimo múltiplo comum pequenino, um anelzinho de dois ou três centímetros de diâmetro.

É claro que todo mundo que esperava um final negociado de pelo menos um metro de diâmetro (na nossa imagem gráfica) vai achar o resultado pífio, insuficiente.

É mesmo muito difícil o atual modelo das negociações multilaterais, e ele está sendo questionado. Afinal, de repente um grupo de países pequenos inibe uma decisão tomada pela grande maioria.

Mas por trás disso tudo está um item que tenho discutido neste espaço: o que falta mesmo são líderes de envergadura global. Falta quem tenha uma visão estratégica planetária para conduzir as negociações e apontar uma direção.

A morna discussão que deu origem ao documento final "O Futuro que Queremos" mostra isso: faltou comando! Felizmente, o Brasil se destacou nas discussões e deu o tom melhor possível ao acordo que, na verdade, joga as decisões para a frente. Para outros negociadores, inclusive.

E a agricultura? A versão final do documento em inglês tem 24.163 palavras. E a palavra "agricultura" aparece somente seis vezes (uma delas na digitação por extenso do nome da FAO). Só seis vezes! E todas elas acompanhadas do adjetivo "sustentável".

É muito pouco para um dos setores mais importantes do mundo para tratar do combate à pobreza, para resolver a segurança alimentar, para preservar recursos naturais, para se preocupar com a água etc.

Muito pouco. A palavra "rural" aparece mais vezes, 20 no total, mas sempre se referindo a algo ligado ao campo: mulher rural, comunidade rural, área rural, infraestrutura rural, desenvolvimento rural, pobreza rural. Tudo em tese, nada concreto.

E uma novidade: a palavra cooperativa aparece três vezes, embora apenas uma vez como cooperativa agrícola.

Esse é o documento da ONU, a mesma instituição que nomeou 2012 como o "Ano Internacional do Cooperativismo"? Muito ou pouco?

Bem, isso é página virada. Agora, vamos trabalhar para valer na construção de um moderno Código Agroambiental. Aí teremos nossa própria estratégia de desenvolvimento sustentável, a Brasil 21.

Notícias Gerais

Seca no Sul e crise mundial derrubam PIB do agronegócio. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo; Mercado. 02/06/2012

Setor registrou queda de 8,5% no primeiro trimestre deste ano em comparação ao mesmo período de 2011

Para pesquisador do Cepea, cenário de queda do PIB em 2012 pode não se restringir apenas ao primeiro trimestre

O agronegócio, que sustentou a economia brasileira nos últimos anos, começa a perceber internamente os efeitos das incertezas econômicas mundiais.

O Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário do primeiro trimestre deste ano caiu 8,5% em relação a igual período de 2011 e desacelerou 7,3% em comparação ao quarto trimestre de 2011.

Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que registrou a maior queda nesse período do ano desde a mudança de sistema de avaliação do PIB.

Um dos principais motivos dessa queda foi a redução de produção agropecuária, principalmente no setor de grãos, provocada pela forte estiagem no Sul do país.

Devido à seca, dois dos principais produtos da agricultura brasileira do Sul -soja e arroz- tiveram fortes quedas na produção. O mesmo ocorreu com as lavouras de fumo.

A produção de milho e algodão ficou abaixo do que se previa, com o agravante de que os preços recuaram em relação aos de há um ano.

Prevista em 75 milhões de toneladas, a safra nacional de soja deverá ficar próxima de 65 milhões, segundo as estimativas mais recentes.

A demanda por carnes, por exemplo, aquecida devido à procura interna, começa a perder força. No setor de suínos, apesar do bloqueio russo às exportações brasileiras, o setor cresceu devido à demanda interna em 2011.

Neste trimestre, as vendas externas começaram a reagir, mas a procura interna está fraca, derrubando os preços.

Esse cenário do PIB agropecuário pode não se restringir apenas ao primeiro trimestre. Lucilio Alves, pesquisador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), diz que o desempenho agropecuário deste ano deverá ser mais fraco do que o de 2011.

Além de oferta menor de produto, poderá haver renda menor devido à retração nos preços. O algodão, após dois anos bons, registra forte queda. O mesmo ocorre com o milho e o café, que também deverão ter preços menores.

Alves diz que é difícil uma previsão nesse setor, mas que o cenário não deve ser melhor do que o do ano passado, mesmo com a alta do dólar. Ela eleva as receitas em reais, mas, de outro lado, aumenta os custos dos produtores.

Na avaliação dos pesquisadores do Cepea, há projeção de pequena queda na produção das lavouras, que pode ser de 1%, e baixa mais forte na pecuária, em torno de 3%.

Além do recuo da produção, os produtores perdem preço em várias culturas, que terão comportamento médio negativo em relação aos valores praticados em 2011.

Os mercados interno e externo deverão seguir fracos, com o crescimento brasileiro ficando próximo de 2,5%.

Até a China deverá terminar o ano com retração no seu padrão de crescimento, provocando, inclusive, perdas também em outros países.

Soja e petróleo sustentam saldo comercial. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo; Mercado. 02/06/2012

A soja e o petróleo continuam segurando a balança brasileira de commodities. A comercialização antecipada da oleaginosa neste ano já rendeu US$ 9,4 bilhões de janeiro a maio, 39% mais do que em igual período de 2011.

A soja, no entanto, é um item fora do cenário geral do agronegócio, que registra fortes quedas neste ano.

O café, produto que vinha com boa participação na balança comercial nos dois últimos anos, está rendendo 21% menos neste.

De janeiro a maio, as exportações de café somaram US$ 2,5 bilhões, ante US$ 3 bilhões em 2011.

A queda nas receitas da commodity ocorre devido à retração dos preços no mercado externo. Com isso, a participação do café na balança dos produtos básicos brasileiros caiu para 2,5% neste ano, após ter atingido 3,5% no ano passado.

O milho também teve grande perda nas receitas de exportações. As vendas externas renderam somente US$ 493 milhões até maio, 34% menos do que no período de janeiro a maio de 2011, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento.

O açúcar, depois dos bons preços praticados no mercado internacional e o bom volume exportado pelo Brasil nos últimos anos, também perde força.

As receitas com o açúcar em bruto recuaram para US$ 2,5 bilhões, 21% menos do que em igual período do ano passado, segundo dados do ministério.

As exportações de açúcar refinado caíram 4%, para US$ US$ 910 milhões neste ano. O minério de ferro, devido às incertezas econômicas externas, também gera menos receitas para o país.

As exportações dos cinco primeiros meses recuaram para US$ 12,1 bilhões, 20% menos do que em 2011.

Os embarques de petróleo cresceram 12% e renderam US$ 9,4 bilhões.

Carnes

Apesar da queda nas receitas acumuladas nos cinco primeiros meses do ano, as vendas externas de carnes melhoraram no mês passado em relação a maio de 2011.

Suínas

Após ter vendido 38,7 mil toneladas de produto "in natura" em maio de 2011, o setor recuperou espaço e colocou 47 mil toneladas no mês passado. As receitas também aumentaram, atingindo US$ 127 milhões.

Bloqueio

As exportações de carne suína crescem mesmo com alguns mercados (como o da Rússia) ainda praticamente fechados. O problema do setor passa a ser as vendas internas, que perderam ritmo nas últimas semanas.

Bovinas

As vendas externas de carnes bovina e de frango também aumentaram. Os dados do Ministério do Desenvolvimento indicaram vendas de 83 mil toneladas de carne bovina "in natura" em maio, enquanto a de frango subiu para 338 mil.

Etanol

A pesquisa da Folha indica que o preço do álcool caiu 0,3% nesta semana nos postos da cidade de São Paulo.

Na usina

O acompanhamento de preços do Cepea também apontou recuo de 1% nos preços do anidro e do hidratado nas usinas paulistas. O anidro caiu para R$ 1,3277 por litro; o hidratado, para R$ 1,0962 por litro.

Barbas de molho. Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo; Mercado. 02/06/2012

Com o dólar a R$ 2 a agricultura ganha ou perde?

De maneira geral ganha, porque boa parte de nossa produção rural -a de exportação- tem seus preços estabelecidos em dólar. Ora, como o produtor brasileiro recebe em reais, quanto mais valorizado o dólar, tanto mais reais ele receberá por unidade produzida. Em outras palavras, ganha mais.

Mas há um risco embutido nessa questão: os agricultores estão, exatamente neste momento, comprando seus insumos para o plantio da safra de verão.

Grande parte deles é importada, e os preços já subiram em dólar, como é o caso das matérias-primas para fertilizantes. Portanto, os custos de produção vão aumentar.

Qual é o risco? É comprar insumos com o dólar valorizado e vender a produção com o real valorizado: isso seria ruim, provocaria o descasamento da renda -como já aconteceu outras vezes no passado-, levando ao endividamento os produtores que estiverem muito alavancados.

Felizmente, a situação das dívidas rurais hoje é muito menor do que em anos anteriores, como em 2004, por exemplo, quando aconteceu um movimento parecido com esse. Os últimos três anos permitiram certa capitalização do campo, e os produtores estão usando mais capital próprio e menos crédito.

Mas mesmo que os preços em dólar não caiam muito e o dólar não desvalorize, a tendência para a safra 2012/2013 é de redução das margens em relação aos últimos anos.

A isso se soma outra incerteza: a crise europeia. Ela está durando mais do que se imaginava há alguns meses e se agravando em outros países além da Grécia. Com isso, especuladores caíram fora do mercado agrícola e trataram de procurar outros ativos de menor risco, como o próprio dólar. E este também se valoriza com isso.

Mas pior será se a crise atingir a economia de países emergentes, causando retração do comércio e queda da demanda por alimentos. Não é muito provável que isso aconteça, mas é possível. E, se acontecer, os preços das commodities agrícolas cairão de verdade, em dólar, logicamente, e isso teria reflexos negativos na renda rural de produtores do mundo todo, inclusive aqui.

É bem verdade que os preços estão em patamares tão acima das médias históricas que precisam cair bastante para voltar a níveis que não cubram os custos de produção no Brasil.

Dessa forma, os riscos não são muito grandes. Mas o nível de incerteza é tanto neste mundo conturbado, a agricultura é por si mesma uma atividade tão arriscada que pode acontecer uma conjunção de fatores negativos, do tipo:

1) Os custos de produção sobem devido ao dólar valorizado;

2) O dólar desvaloriza na hora de vender a safra;

3) Os preços globais caem em dólar por causa da crise europeia aprofundada, reduzindo o consumo e a demanda por commodities agrícolas em geral.

Seria muito azar se isso tudo acontecesse, de modo que a probabilidade dessa conjunção é pequena. E seguramente não teremos La Niña na próxima safra. E como o nível de endividamento não é mais o que foi no passado, o setor está bem mais capitalizado.

Juntando tudo, não há razão para ser pessimista, ainda.

Mas que as margens vão diminuir, vão. Então, também não há razão para nenhuma euforia.

É tempo de cautela e caldo de galinha, de não dar o passo maior que a perna, de não fazer muita onda.

Ou, como se fala na roça: é tempo de botar as barbas de molho.

Até porque, os vetos colocados no projeto da Câmara dos Deputados sobre o Código Florestal -e mais a medida provisória editada para completar a legislação pertinente ao tema- criaram alguma incerteza a mais.

A medida provisória já está em vigor, mas poderá ser alterada ainda neste ano no Congresso, uma mecânica legislativa complexa.

Mas, eventualmente, a legislação definitiva pode até demorar um pouco mais, sem falar em outras possibilidades já aventadas, como Adin, mandado de segurança etc.

Mais molho para as barbas...

Produtores querem rever padronização para grãos. Tarso Veloso – Valor Econômico. 04/06/2012

Em meio ao lobby dos produtores de soja, a bancada ruralista na Câmara dos Deputados quer rever os padrões de classificação de grãos. Os sojicultores não concordam com as determinações de tolerância usadas pelas tradings para remunerar os produtos comprados e querem aprovar um projeto de lei que condicione a realização da transação a uma prévia classificação a partir do padrão oficial do governo federal.

Já existe um padrão de classificação criado pelo Ministério da Agricultura, mas seu uso não é obrigatório. Cada armazém utiliza seus próprios critérios em relação aos níveis de umidade e quantidade de resíduos tolerados na hora da compra e tem liberdade para aplicar descontos quando o produto entregue está fora desses padrões.

Mas esta prática pode mudar. Na semana passada, o deputado federal Alceu Moreira (PMDB-RS) apresentou um relatório em caráter terminativo - encaminhado direto para a Câmara, se não houver recurso para que seja submetido ao plenário - na Comissão de Constituição e Justiça, que torna obrigatória a classificação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, sempre que for objeto de comercialização no mercado interno ou externo.

O deputado defende que a classificação deverá ter regras claras de avaliação para a compra e venda do grão. "Hoje em dia, os critérios são usados como instrumento para pagar menos aos produtores. O comprador rebaixa a qualidade do grão para ganhar mais na venda", disse Alceu Moreira.

As indústrias e o próprio Ministério da Agricultura discordam do relatório. Eles alegam de que algumas regras já foram alteradas, como a necessidade de laudos de classificação do produto para cada comercialização feita entre produtores e tradings. Após a vigência da lei 9972/2000, a exigência destes documentos foi reduzida para algumas situações específicas: quando o produto segue direto para consumo humano, para aquisições do governo federal e produtos agrícolas importados.

"A única coisa que ficou de fora da lei foi a soja vendida às tradings, que não são obrigadas a usar a classificação de acordo com os padrões oficiais. Esse é o principal motivo do descontentamento do setor", disse uma fonte do governo. O projeto de lei que define como obrigatória a utilização das regras do ministério para vendas ao exterior não encontrou amparo dentro do próprio setor produtivo. "Somos contra a uniformização, mas queremos mais transparência", disse uma fonte da Aprosoja, entidade que representa os produtores de grãos de Mato Grosso.

O deputado Alceu Moreira admite alterações no relatório. "Se tiver qualquer coisa que dificulte o comércio, basta colocar uma emenda. Queremos um instrumento legal para proteger todas as partes envolvidas", afirma.

Porém, os armazéns nacionais não aprovam a mudança. "Eu não tenho nada a ver com essa briga entre Aprosoja [representante dos produtores] e as tradings. E esse problema me afeta", disse um negociante.

Na opinião de Paulo Carneiro, supervisor da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo), as alterações propostas podem prejudicar o sojicultor. "Os compradores irão gastar mais tempo procurando defeitos na carga para reduzir os preços. Além disso, cada um escolhe para quem vende. A concorrência é livre e não pode ser colocada em risco."

Valec vai licitar projeto de R$ 70 milhões para a 'Ferrovia da Soja'. André Borges – Valor Econômico. 05/06/2012

A Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), projeto listado entre as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), deve finalmente começar a sair do papel. A estatal Valec, responsável pela obra, publica hoje no "Diário Oficial da União" o edital para contratação do projeto executivo de engenharia da Fico.

O objetivo, conforme apurou o Valor, é contratar as empresas que farão um relatório técnico aprofundado de cada um dos 900 quilômetros da ferrovia. A Fico é projetada para ter início no município de Campinorte, em Goiás - onde se integra à Ferrovia Norte-Sul - e seguir pelo interior do Mato Grosso, até chegar a Lucas do Rio Verde. Na licitação, o empreendimento foi dividido em sete lotes. A estimativa da Valec é de que sejam desembolsados cerca de R$ 70 milhões só no projeto executivo do empreendimento. As empresas projetistas que vencerem essa licitação, prevista para ocorrer daqui a 40 dias, terão até 12 meses para concluir seus estudos.

As informações foram confirmadas pelo presidente da Valec, José Eduardo Castello. "Nós vamos finalmente destravar a Fico. Feito o estudo, nossa intenção é que a licitação a obra aconteça em setembro de 2013, com o início da construção até dezembro do ano que vem", disse ao Valor.

A decisão de contratar um projeto executivo para a Fico, também conhecida como a "Ferrovia da Soja", dada a sua vocação para atuar no escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, ocorre após uma diligência realizada no ano passado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão de fiscalização encontrou uma série de problemas no projeto básico da obra e, por conta disso, determinou que a Valec suspendesse a licitação das obras. "Havia realmente muitos problemas no projeto. É preciso realizar mais sondagens. Agora vamos fazer as coisas direito", disse José Eduardo Castello.

Os 900 km da Fico são estimados em R$ 4,5 bilhões. A previsão otimista da Valec é de que tudo possa ser concluído num prazo de 24 meses. Para evitar atrasos, a Valec

pretende atacar - paralelamente à execução do projeto de engenharia - a questão da desapropriação dos imóveis cortados pelo traçado da Fico. O desembaraço dos imóveis tem sido um dos principais obstáculos no trajeto de outras ferrovias em construção no país. Entre dois e três meses, a Valec vai colocar na praça um edital para contratar a companhia que fará o levantamento das propriedades e o processo de indenização de cada unidade. Estima-se que haja cerca de 1,8 mil posses no caminho da ferrovia. A ideia é que, quando a obra for efetivamente licitada no ano que vem, ao menos metade de seu trecho já esteja livre para receber as obras.

A Fico é um dos projetos de ferrovia mais atrasados do país. A expectativa inicial da Valec era ter iniciado as obras no fim de 2010. Depois, o prazo passou por sucessivos adiamentos. No ano passado, a estatal chegou a planejar o edital de compra de milhares de toneladas de trilhos para o empreendimento, mas acabou impedida pela série de falhas do projeto.

No longo prazo, o projeto da Fico prevê um segundo trecho de obra, orçado em mais R 2,3 bilhões. A partir de Lucas do Rio Verde (MT), a ferrovia seguiria até o município de Vilhena (RO), somando mais 598 quilômetros de malha. Esse projeto é, na realidade, parte de uma obra ainda mais ambiciosa: a chamada "Ferrovia Transcontinental", que foi planejada para ter aproximadamente 4.400 km de extensão em solo brasileiro, além de outra parte que avança pela América Latina, ligando por trilhos os oceanos Atlântico e o Pacífico. Para essas etapas, no entanto, ainda não há um cronograma de execução.

Estimativas da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja/MT) apontam que, quando estiver efetivamente funcionando, a Fico terá condições de baratear em até R$ 1 bilhão por ano o custo do frete que hoje é pago pelos produtores da região. No pico das obras, a Fico deverá envolver até 20 mil trabalhadores.

Brasil convive com cenários extremos na oferta de água. Silvia Czapski – Valor Econômico. 05/06/2012

Sérgio Ayrimoraes: "Avanços institucionais acontecem nas regiões mais afetadas por deficiências na quantidade"

Respondida por 134 governos nacionais, uma pesquisa da agência de águas da ONU (UN-Water) trará um novo dado aos participantes da Rio+20, que fará de 19 de junho seu dia da água. Desde 1992, quando representantes de cem países e 80 organismos intergovernamentais e não governamentais, reunidos em Dublin, capital da Irlanda, previram um futuro dramático para a água doce do mundo, cerca de 80% dos países criaram ou reformularam suas leis rumo à gestão dos usos múltiplos do precioso líquido.

O Brasil está bem nessa foto, com um sistema de gestão e uma Política Nacional de Recursos Hídricos estabelecidos na Lei 9.433, em 1997. Baseada no modelo francês, que define bacias hidrográficas como unidades de gestão, ela reconhece a água como bem econômico, prevendo a cobrança pelo seu uso e a gestão tripartite formada por governo, sociedade civil e usuários, em geral grandes consumidores. Além de racionalizar o consumo, a lei visa amenizar conflitos entre os usos - do abastecimento público ao lançamento de dejetos, ou navegação - bem como a disparidade de cenários.

Detentor de 12% de água doce do planeta, o Brasil concentra 80% desse total na região Amazônica. Enquanto um cidadão de Roraima dispõe de 1,74 milhão de m^3 de água por

ano, o índice de Pernambuco é de apenas 1,3 mil m^3 por habitante/ano, menos que o mínimo preconizado pela ONU para o consumo humano.

Uso incorreto do solo agrícola, crescimento urbano desordenado e a poluição agravam as diferenças. Por exemplo, a degradação do rio Tietê levou a população da capital paulistana a abastecer-se com água da bacia do rio Piracicaba, que hoje faz falta no interior paulista. A erosão e o assoreamento dos cursos d'água devido ao desmatamento, bem como a crescente impermeabilização do solo urbano, ampliam efeitos de eventos climáticos extremos, como inundações. Que, segundo estudos do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), tendem a multiplicar-se devido ao aquecimento global.

Ocorre que, passados 15 anos da Lei das Águas, o país ainda está instalando a nova estrutura. Lançado ontem pela Agência Nacional de Água (ANA), o documento "Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil - 2012" revela que o país já tem 176 comitês de bacias hidrográficas, dos quais sete de âmbito interestadual. Só que a soma não cobre todo território nacional.

Degradação do Tietê leva capital paulistana a abastecer-se da bacia do rio Piracicaba, afetando o interior

Com valores estabelecidos pelos próprios comitês e retorno do dinheiro para projetos locais definidos em conjunto, a cobrança pelo uso da água só pode existir se houver o plano de bacia que, à semelhança de planos diretores, relaciona metas, projetos e critérios da arrecadação e aplicação dos recursos. Só parte dos comitês cumpriu essa etapa. No âmbito interestadual, eles abrangem uma faixa que vai da margem direita do rio Amazonas, passa pelas bacias do Tocantins-Araguaia e do rio São Francisco, chegando às dos rios Doce, Paraíba do Sul e PCJ, sigla os rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Entre os 169 comitês estaduais, pouco mais da metade (56,8%) estabeleceu esses planos até final de 2011, sobretudo nas regiões sul, sudeste e nordeste do país. Se no âmbito interestadual a própria ANA recebe os recursos, os comitês estaduais também tem de criar agências de bacia, como braço executivo, antes de cobrarem pela água.

"Os avanços institucionais acontecem nas regiões mais afetadas por deficiências na quantidade ou qualidade da água, e por conflitos entre os usos", interpreta Sergio Ayrimoraes, superintendente de planejamento de recursos hídricos da ANA, que usa outro dado para contrapor críticas. Antes de 1997, diz ele, cinco estados tinham lei ou política de recursos hídricos. Hoje todos têm.

Dos sete comitês de bacias de domínio da União, só quatro já cobram o uso da água: rio Doce, Paraíba do Sul, São Francisco e o PCJ. Entre os estaduais, o Rio de Janeiro é o único Estado com a cobrança em todo território. Logo atrás vêm São Paulo e Minas Gerais, parcialmente cobertos pelo sistema, seguidos do Espírito Santo e Paraíba, onde a implantação está em curso.

Ao todo, R$ 131 milhões foram recolhidos em 2011, valor próximo ao orçamento anual da ANA. "Pode parecer pouco, mas se bem investidos em gestão, conseguem fazer diferença", garante Ayrimoraes. A maior fatia coube ao Comitê do São Francisco. Cerca de 64% dos R$ 21,8 milhões arrecadados vieram do Ministério da Integração, responsável pela transposição do São Francisco.

Na outra ponta, o Comitê do Rio Doce, que iniciou a cobrança em novembro, optou por recolher apenas em 2012 os R$ 1,76 milhão devidos. Segundo o superintendente

adjunto da ANA, serão aplicados no controle da poluição e equacionamento das cheias na região.

O leque de aplicações do dinheiro pelos comitês inclui desde ações estruturais, como obras de saneamento, até não estruturais, por exemplo educação ambiental, ou planejamento. Mas uma pesquisa conduzida pelas agências dos rios Paraíba e PCJ com a ANA na virada de 2010 para 2011 indicou que, apesar de entenderem a cobrança como indutora da racionalização do uso da água, os usuários preferem obras, como estações de tratamento de esgoto.

Reflexo dos problemas em regiões mais urbanizadas? Segundo o IBGE, 90,9% da população urbana é atendida pela rede de água, mas só 61,8% contam com a coleta de esgotos e, pior, só um terço do coletado é tratado.

Produção de milho já supera a de soja em algumas regiões de Mato Grosso. Folha de São Paulo, Mercado. 05/06/2012

Após recorde na safra de soja, Mato Grosso apresenta números pouco imaginados para o milho há alguns anos nas lavouras do Estado durante a safrinha.

A produção do cereal cresceu tanto que em algumas cidades tradicionais em soja, como Sorriso e Lucas do Rio Verde, a safra de milho supera a da oleaginosa.

Preços convidativos, aumento de área e o uso de mais tecnologia na produção vão permitir aos agricultores obter, em média, o recorde 87 sacas por hectare.

Em algumas regiões do Estado, como no médio-norte, a produtividade ficará próxima de 90 sacas por hectare.

Otávio Celidonio, superintendente do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), diz que esse aumento de produção de milho se deve ao rápido avanço de novas tecnologias nessa cultura, principalmente com a chegada de novas variedades transgênicas.

O Brasil ainda tem muito a crescer na área de milho, diz ele. "Pode ser que ainda nesta década o país atinja a produtividade norte-americana, o que já foi conseguido -e até já superado- na soja".

Esse avanço da tecnologia do milho para as áreas tropicais deve levar Mato Grosso à liderança, em breve, também na produção do cereal, afirma Celidonio. O Estado já é o maior produtor de soja.

Os números mato-grossenses indicam plantio de 2,5 milhões de hectares nesta safrinha, 43% mais do que no ano passado, e estimativa de produção de 13,1 milhões de toneladas (mais 88%).

A boa produtividade, que gerou safra recorde aos agricultores de Mato Grosso, têm um preço: somente nos últimos 30 dias, o valor da saca teve recuo próximo de 10% no Estado.

Crédito O estoque de LCA atingiu R$ 19,2 bilhões no fim de maio, com alta de 31,5% ante igual período de 2011. Os valores investidos na LCA são destinados a financiamentos da cadeia produtiva do agronegócio, segundo a Cetip.

Soja Os produtores brasileiros já negociaram 86% da soja colhida na safra 2011/12, segundo estimativa da Safras & Mercado.

Mais rápida As vendas consideram o volume comercializado até o fim de maio e mostram avanço em relação aos 67% de 2011.

Desfavorável O clima seco em algumas áreas dos Estados Unidos fez o trigo subir 3% ontem na Bolsa de Chicago. Apesar da alta, os preços atuais são 25% inferiores aos de há um ano.

Milho A antecipação do plantio de milho deste ano nos EUA é registrada no percentual do cereal que já emergiu: 97% no início deste mês, ante 75% no mesmo período de 2011, segundo dados do Usda.

Venda de colheitadeiras sobe, mas a de tratores cai

As vendas de colheitadeiras no bimestre abril/maio deste ano ficaram abaixo das de igual período de 2011.

Mesmo assim, o total de unidades comercializadas nos cinco primeiros meses deste ano superou em 7% o de janeiro a maio de 2011.

As indústrias do setor de máquinas agrícolas repassaram 2.075 unidades neste ano para os distribuidores, ante 1.935 unidades em igual período do ano passado.

Enquanto o produtor aproveitou o bom momento agrícola de 2011 para repor a frota de colheitadeiras, pisou no freio na compra de tratores.

A venda de tratores caiu para 4.733 unidades no mês passado, 8% menos do que em igual período de 2011.

Já as vendas acumuladas dos cinco primeiros meses deste ano recuaram para 20,8 mil unidades, 5% menos do que as de janeiro a maio do ano passado.

Estado agora tem decreto sobre licitações verdes – O Globo. 07/06/2012

Às vésperas da conferência Rio+20, o governador Sérgio Cabral publicou decreto ontem no Diário Oficial do Estado estabelecendo o critério de sustentabilidade ambiental como um dos fatores que passarão a contar pontos na contratação de empresas que fornecerem serviços, bens ou realizam obras para o estado. O texto elenca oito critérios principais que passarão a ser levados em conta em processos de contratação: economia no consumo de água e energia; minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados; racionalização do uso de matérias-primas; redução da emissão de poluentes; adoção de tecnologias menos agressivas ao

meio ambiente; implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa; utilização de produtos de baixa toxicidade; e uso de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada. A regra passa a valer num prazo de 90 dias.

Para comissário europeu, negociações devem levar em conta "boas práticas". Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 08/06/2012

O comissário europeu para Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dacian Ciolos, defendeu na quarta-feira, no Congresso Mundial da Carne, em Paris, que questões como bem-estar animal e normas ambientais sejam levadas em conta em futuras negociações internacionais, já que essas são preocupações cada vez mais disseminadas pelo mundo.

"Em matéria de bem-estar animal ou de normas ambientais, a Europa é com frequência pioneira, com compromissos concretos. Mas esses compromissos têm um custo para os produtores. Ainda que essas normas correspondam às expectativas da sociedade de uma forma cada vez mais global, elas não são suficientemente levadas em conta nas negociações internacionais", afirmou.

Ele observou que a tema do bem-estar animal foi tratado na Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), mas disse que alguns desses temas terão de ser discutidos em "outras instâncias". "Em todo caso, será necessário discuti-los", reforçou.

Na avaliação do comissário europeu, não é mais possível "desenvolver as trocas comerciais sem levar em conta essas expectativas da sociedade, que não são mais específicas da Europa".

O aumento de custos por conta de novas exigências é uma preocupação para produtores europeus de carnes, que vivem atualmente a expectativa de uma reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

Em entrevista, após sua fala no congresso, Ciolos disse que "a decisão final sobre a reforma da PAC sairá logo depois da decisão sobre o orçamento da União Europeia" e negou que haja atraso.

Joseph Daul, deputado do Parlamento Europeu, que também esteve no congresso, afirmou que o "objetivo é votar a reforma antes do fim do ano". "Se não tivermos um orçamento que corresponda ao menos ao que temos hoje, não faremos a reforma".

A nova reforma da PAC busca estimular uma agricultura sustentável no bloco, que reúne 27 países. Pela proposta, 30% dos pagamentos diretos da PAC serão reservados a propriedades que utilizarem práticas benéficas ao clima e ao ambiente, como diversificação de culturas e manutenção de pastagens permanentes.

Além disso, a reforma propõe limitar o apoio aos agricultores ativos a 300 mil euros por propriedade por ano e repartir os fundos de modo mais equitativo entre agricultores, regiões e países da UE. Quer ainda atrair jovens agricultores, apoiando aqueles com menos de 40 anos durante os primeiros cinco anos de atividade.

A nova geografia econômica. Jorge Arbache – Valor Econômico. 08/06/2012

"Alguma coisa está fora da ordem. Fora da nova ordem mundial" Fora de ordem, Caetano Veloso

Há algo de novo no ar. De um lado, a China já é um dos países que mais depositam patentes e a Huawei, empresa chinesa de equipamentos de telecomunicações, recebeu o Prêmio de Inovação da "The Economist" de 2010. De outro lado, parte da indústria manufatureira americana instalada em países emergentes está retornando para casa valendo-se de custos e condições favoráveis de produção. De fato, alguma coisa está fora da ordem e ela está associada à nova geografia da inovação e da produção.

A presença da China em inovação só faz aumentar. Em 2004, havia 107 centros independentes de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de multinacionais na China. Em 2010 eles já somavam mais de 1.100. Os chineses têm feito conquistas notáveis em áreas tais como tecnologia espacial, supercomputadores e nanotecnologia. Com avanço tecnológico, as exportações chinesas estão se movendo na cadeia de valor e já competem com os países desenvolvidos - as exportações de bens de capitais deverão ultrapassar as da Alemanha neste ano e já deixou a japonesa para trás.

Depois de décadas de desinteresse, os EUA voltaram as atenções à indústria manufatureira e o setor já é um dos principais responsáveis pelo crescimento da economia e do emprego naquele país. Apoiados, inicialmente, por políticas industriais e monetárias e, posteriormente, por novas tecnologias e pelo aumento dos custos do trabalho na China, as exportações industriais americanas vêm aumentando e seus efeitos já se fazem sentir até mesmo por aqui: o saldo comercial bilateral de manufaturados passou de historicamente positivo para o Brasil para fortemente negativo. Embora os custos do trabalho nos EUA sejam muito mais elevados que em países emergentes, o uso de sofisticadas tecnologias, inovações e elevada produtividade mais que compensam o diferencial de custos.

Uma outra novidade no mapa da produção é a entrada da Índia e outros países asiáticos de baixo custo do trabalho na manufatura de massa encorajados pelo crescimento dos mercados domésticos, aumento dos custos na China e pela busca por diversificação geográfica da produção.

A nova geografia da inovação e da produção redesenhará a economia mundial e as consequências serão profundas. De imediato, apontam para um aumento da competição nos mercados de manufaturas de alto valor agregado e nos de manufaturas de produção em massa. No médio prazo, haverá mudanças significativas nas cadeias globais de produção, nas redes mundiais de inovação, no comércio internacional, fluxos de capitais e na geração de emprego e renda.

Esse complexo processo de transformação da geografia econômica aumentará a pressão sobre os países com elevados custos de produção, baixa produtividade, ambientes de negócios desfavoráveis e com limitada capacidade de inovar.

O Brasil pode e deve ambicionar participar ativamente da nova geografia econômica. Isto porque o país tem oportunidades, talvez únicas, para o desenvolvimento tecnológico e industrial através da economia do conhecimento e da inovação dos recursos naturais. Áreas como petróleo e gás, agronegócios, biodiversidade, tecnologias verdes, saúde, dentre outras, são grandes fronteiras para o nosso desenvolvimento. A exploração do pré-sal, por exemplo, é uma grande oportunidade de investimentos, avanço tecnológico e adensamento e dinamização de cadeias produtivas. Estima-se que

serão investidos US$ 354 bilhões no setor entre 2012 e 2015, o que representa 59% das perspectivas de investimentos no período, e laboratórios de P&D de grandes multinacionais estão se instalando no país para participarem dos desafios do pré-sal.

Mas o verdadeiro ouro negro que poderá emergir do pré-sal não é o petróleo, mas sim as soluções para os desafios científicos e tecnológicos, logísticos e de equipamentos e materiais requeridos pela cadeia produtiva do setor. Se absorvidos pelas universidades, centros de pesquisa e pela indústria nacional, o conhecimento e as competências ali desenvolvidos poderão ter profundos efeitos em vários outros setores industriais, com impactos econômicos e sociais substanciais.

Nosso maior desafio será gerir de forma e ritmo adequados essas oportunidades em favor do crescimento econômico sustentado. Essa é a nossa oportunidade para fazermos parte da nova geografia da inovação e da produção. Para isso, serão necessários grandes esforços de inteligência e coordenação de políticas, políticas de fomento à transferência de tecnologias e de capacitação das universidades, centros de pesquisa e da indústria nacional para que tenham participação ativa no pré-sal, e políticas que fomentem o transbordamento dos avanços tecnológicos, industriais e de serviços para outros setores. Dizem que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Talvez devamos levar essa previsão a sério.

Jorge Arbache é assessor da presidência do BNDES e professor de economia da Universidade de Brasília. Email: jarbache@gmail.com.

Economia solidária agora é lei. – O Globo. 09/06/2012

O Rio terá uma Lei de Fomento à Economia Solidária e ao Comércio Justo. Bem a tempo da Rio+20 (e não por acaso), o prefeito Eduardo Paes sancionou o texto, aprovado um mês atrás pela Câmara Municipal em votação unânime. O projeto, enviado aos vereadores por mensagem do Executivo, foi aprovado em dois turnos no mesmo dia. Marcelo Costa, secretário municipal de Desenvolvimento Solidário, apresenta a legislação, segunda-feira, na abertura da reunião da Ripess-LAC, no Rio. Trata-se de uma rede latinoamericana de promoção da economia solidária. A lei municipal acompanha texto federal que regula o tema. O arcabouço legal, explica Costa, permitirá que as políticas de economia solidária, em particular as ações em comunidades populares, ganhem horizonte de longo prazo. É o caso, por exemplo, dos bancos comunitários.

O modelo já funciona na Cidade de Deus e está em implantação no Complexo do Alemão. "Com a legislação será possível criar mecanismos de fomento, ferramentas de crédito e formação de mercado, parcerias com universidades. São ações essenciais num momento em que se discute desenvolvimento sustentável", completa o secretário.

Indústrias de suco e produtores se unem para 'salvar' o ano. Joana Cunha – Folha de São Paulo, Ribeirão. 13/06/2012

Tradicionalmente em atrito, grupos fecham acordo para pedir apoio ao governo sobre 'superssafra'. Após reunião, que ocorreu em São Paulo, setores vão apresentar proposta ao Ministério da Agricultura amanhã

Produtores de laranja e membros de entidades que representam as maiores indústrias brasileiras fabricantes de suco se uniram para "salvar" o ano. Encontro realizado ontem, em São Paulo, fechou uma pauta de reivindicações a ser apresentada ao governo federal amanhã.

O setor passa por uma crise atualmente, resultado de queda nas exportações, estoque elevado de suco e a supersafra 2012/2013.

O consenso entre produtores e indústrias do setor é histórico, pois tradicionalmente as duas partes vivem em atrito. A região de Ribeirão Preto é a maior produtora da fruta do país e uma das maiores do mundo.

Se nenhuma medida for tomada, boa parte da safra (83 milhões de caixas de 40,8 kg) pode apodrecer nos pomares, diz a CitrusBR (Associação Nacional dos Fabricantes de Sucos Cítricos), que representa os exportadores de suco.

O presidente da câmara setorial de citricultura, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marco Antonio dos Santos, afirmou que três pontos vão ser levados ao governo.

O primeiro é a prorrogação da LEC (Linha Especial de Crédito), lançada no ano passado para garantir, com o financiamento da estocagem de suco, o escoamento da colheita 2011/2012.

Ainda de acordo com Santos, a outra será a aquisição de frutas pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que pode destiná-las a programas assistenciais.

Além disso, a indústria também sinaliza para processar mais laranja que o previsto inicialmente, segundo Santos, o que poderia ser destinado ao mercado interno.

A proposta será apresentada amanhã, em São Paulo, ao secretário-executivo do ministério, José Carlos Lopes, que deve levar as alternativas para apreciação do ministro Mendes Ribeiro Filho.

SOLUÇÃO CONJUNTA

O presidente da CitrusBR, Christian Lohbauer, afirma que indústrias e produtores chegaram num entendimento ontem, após muitas discussões e debates. "É importante para decidir o que será feito com o excedente."

Ele acrescentou que as três medidas (prorrogação da LEC, aquisição de frutas pela Conab e maior processamento das indústrias) só terão efeito se forem tomadas "ao mesmo tempo."

A *Folha* tentou falar com a Associtrus (Associação Brasileira de Citricultores) e com o governo sobre o assunto, mas não conseguiu.

Agricultura Familiar. Na Bahia, chuva 'fabricada' salva lavouras de abacaxi – Folha de São Paulo, Mercado. 12/06/2012

Um avião levanta voo para borrifar água em nuvens escuras avistadas por agricultores da Bahia.

A técnica visa estimular a chuva, mínima que seja, sobre plantações de abacaxi, para evitar um colapso da agricultura familiar na região da Chapada Diamantina.

De acordo com agricultores da região, já houve dez precipitações de 5 mm a 10 mm de água desde a semana passada, quando os voos começaram -um milímetro de chuva equivale a um litro por metro quadrado.

As gotas despejadas pelo avião colidem com as gotículas da nuvem, aglutinando-as e fazendo-as aumentar de tamanho. Mais pesadas, elas caem em forma de chuva.

A tecnologia, desenvolvida por empresa de São Paulo, já foi usada pela Sabesp para provocar chuvas sobre reservatórios em São Paulo.

A experiência custou R$ 200 mil ao governo baiano.

Estoques de soja dos EUA são baixos, e o mercado adora isso. Fernando Muraro Jr, - Folha de São Paulo, Mercado. 12/06/2012

A primavera americana caminha para o seu final, marcada por termômetros acima da média e chuvas bem distribuídas até meados de maio e esparsas desde então. Isso permitiu que o plantio de soja fosse feito rapidamente.

Agora, com a semeadura encerrada e grande parte das lavouras em desenvolvimento vegetativo, o mercado passa a ser comandado pelos mapas climáticos. Começa, assim, o imprevisível e nervoso mercado futuro da chuva.

A semana passada já trouxe uma amostra desse nervosismo. Os contratos com vencimento em março de 2013, que servem de referência para os negócios antecipados da próxima safra brasileira, tiveram alta de US$ 0,60 por bushel (27,2 kg), ou 4,8%.

A volatilidade característica do verão do hemisfério Norte deve ser ainda maior em 2012 por conta da quebra de mais de 25 milhões de toneladas na safra da América do Sul, que empurrou os importadores para os portos americanos.

Só a China, maior importador mundial, já encomendou 8,4 milhões de toneladas da soja que os EUA irão embarcar a partir de setembro, ante 6 milhões há um ano. Ou seja: já há demanda forte pela nova safra sem ainda haver safra. Tensão no ar.

A novela climática ganha contornos ainda mais dramáticos quando os estoques dos EUA entram em cena. Eles são mínimos, já que na safra passada os EUA colheram três sacas a menos do que esperavam por hectare. Sem estoques, o cobertor é curto e deixa espaço para todo tipo de projeção de preço.

No início de maio, o Usda divulgou seu primeiro quadro de oferta e demanda de soja para a temporada 2012/13 dos EUA, com produção de 87,2 milhões de toneladas, consumo de 89,4 milhões e estoques finais de apenas 3,9 milhões de toneladas, um dos

mais baixos da história. E isso se o clima colaborar, já que a base dessas projeções é uma produtividade de 49,2 sacas por hectare, a segunda melhor já obtida no país.

É importante mencionar, contudo, que é praticamente certo o incremento na área plantada com soja na safra 2012/13. No final de março, o Usda projetou intenção de plantio de 29,9 milhões de hectares, abaixo dos 30,3 milhões de 2011/12.

O mercado, porém, trabalha com número maior, entre 30,5 milhões e 31 milhões de hectares, já que a soja parece ter conquistado espaço extra do algodão e do milho, cujos preços caíram muito nos últimos 60 dias.

Entretanto, mesmo com incremento de área, se a produtividade ficar apenas duas sacas por hectare abaixo da projeção do Usda, o cenário ficará simplesmente explosivo, com os estoques recuando para 2,1 milhões de toneladas. Muito pouco. Muito risco. E o mercado adora isso.

FERNANDO MURARO JR. é engenheiro-agrônomo e analista de mercado da AgRural Commodities Agrícolas

---

Seca prossegue e previsão de perdas passa de R$ 26 bi. Murillo Camarotto, Sérgio Ruck Bueno e Marli Lima – Valor Econômico. 12/06/2012

Depois de afetar seriamente o Produto Interno Bruto (PIB) do país no primeiro trimestre, a seca continua devastando o Nordeste e comprometendo a agricultura no Sul ao longo do segundo trimestre. No Nordeste, o número de municípios em situação de emergência só cresce e alcançou 996 cidades - em abril, 458 estavam nessa condição. No Rio Grande do Sul, a situação para a população já está mais amena (o número de municípios em situação de emergência caiu de 340 em fevereiro para 108 em junho), mas a indústria projeta que a estiagem trará prejuízos diretos e indiretos acima de R$ 16 bilhões para a economia gaúcha. Nos Estados afetados, os prejuízos previstos já ultrapassam R$ 26 bilhões.

No Rio Grande do Norte, que tem 139 municípios em situação de emergência, a projeção é de um rombo de cerca de R$ 5,5 bilhões no PIB do Estado em 2012, informa o secretário estadual de Agricultura, Betinho Rosado. "A produção in natura, que foi seriamente prejudicada, representa 6% do nosso PIB, que é de R$ 25 bilhões. Agora, se considerado o beneficiamento desses produtos, como no caso do queijo, do iogurte e do álcool, a fatia passa para 35%", explicou.

A quebra na produção de leite e derivados é um dos principais estragos provocados pela estiagem na economia nordestina. Maior produtor da região, com 1,2 bilhão de litros em 2011, a Bahia deve registrar queda de 50% neste ano, mesmo percentual esperado para Pernambuco. Até maio, o prejuízo acumulado na economia pernambucana devido à seca somava R$ 1 bilhão, sendo 85% na pecuária e o restante na agricultura.

Sem ração e água para as vacas, em Sergipe a queda foi de 40%, estima o secretário estadual de Agricultura, José Sobral. No Estado, somente com a cadeia do leite, dos grãos e da cana-de-açúcar, ele prevê perdas de R$ 200 milhões até agora.

Depois de derrubar em 48% a safra da soja e em 44% a do milho no Rio Grande do Sul, os efeitos da seca se prolongam no Estado. Na semana passada, apenas 12% da área de trigo, a principal lavoura de inverno, estava plantada devido à baixa umidade do solo, ante 25% no mesmo período de 2011. No Paraná, depois de a seca deixar prejuízos

estimados em R$ 3,8 bilhões, a preocupação dos produtores agora é com a ocorrência de geadas.

Efeitos da seca se prolongam no Nordeste. Murillo Camarotto – Valor Econômico. 12/06/2012

Caminhão distribui água em região atingida pela seca em PE: prejuízos registrados nos três primeiros meses de 2012 seguem se acumulando neste trimestre

A perspectiva de uma seca prolongada, possivelmente até fevereiro de 2013, reforça o cenário desanimador para a economia da região Nordeste. Apesar de não existirem projeções exatas sobre o valor financeiro dos prejuízos, a tendência é que a fatia da agricultura e da pecuária no PIB dos Estados mais atingidos seja seriamente afetada neste ano. As perdas registradas nos três primeiros meses de 2012 seguem se acumulando no trimestre seguinte, mesmo com a implementação de algumas das medidas de auxílio anunciadas pelos governos.

No Rio Grande do Norte, que tem 139 municípios em situação de emergência, a projeção é de um rombo de cerca de R$ 5,5 bilhões no PIB do Estado em 2012. O cálculo foi revelado pelo secretário estadual de Agricultura, Betinho Rosado. "A produção in natura, que foi seriamente prejudicada, representa 6% do nosso PIB, que é de R$ 25 bilhões. Se for considerado o beneficiamento desses produtos, como no caso do queijo, do iogurte e do álcool, a fatia passa para 35%."

A quebra na produção de leite e, consequentemente, de seus derivados, é um dos principais golpes da seca na economia nordestina. Maior produtor da região, com 1,2 bilhão de litros em 2011, a Bahia deve registrar uma queda de 50% neste ano, mesmo percentual esperado para Pernambuco, que antes da estiagem vinha produzindo 2 milhões de litros por dia.

Sem ração e água para as vacas, em Sergipe a queda foi de 40%, segundo informações do secretário estadual de Agricultura, José Sobral. No Estado, somente com a cadeia do leite, dos grãos e da cana-de-açúcar, ele estima prejuízo de R$ 200 milhões até agora. Em Pernambuco, até maio, o prejuízo acumulado devido à seca estava bem próximo de R$ 1 bilhão, sendo R$ 856 milhões na pecuária (carne e leite) e outros R$ 140 milhões na agricultura.

De acordo com a secretaria nacional de Defesa Civil, ligada ao Ministério da Integração Nacional, 996 municípios estavam em situação de emergência no início de junho - em meados de abril, eram 458. Sobral lembra, no entanto, que a emergência humana não é a mesma que a econômica. "Muitas cidades têm água para o povo beber, por isso não são consideradas como emergência. Mas em termos econômicos, o número de regiões afetadas é bem maior", explicou.

Considerado um dos Estados menos afetados, o Maranhão engrossou a lista de municípios em dificuldades, apesar de o pleito ainda não ter sido reconhecido pelo Ministério da Integração. Na quarta-feira passada, o governo estadual anunciou que 58 cidades estão em situação delicada, sobretudo no centro-norte do Estado, onde foi seriamente comprometida a produção de arroz e de milho, além do leite. De acordo com o secretário estadual de Agricultura, Cláudio Azevedo, os prejuízos ainda estão sendo calculados.

A Bahia tem o maior número de municípios sofrendo com a seca. De acordo com os levantamentos oficiais mais recentes, são 217 cidades atingidas, mas o governo estadual

fala em 256. O tamanho do Estado, entretanto, ajuda a amenizar os efeitos econômicos da estiagem. As perdas de produção verificadas no semiárido devem ser compensadas pelo crescimento das lavouras no oeste baiano, região que não tem sofrido tanto com a seca.

"Acreditamos que a safra de soja, por exemplo, fique igual a do ano passado, devido ao crescimento no oeste. Mas na produtividade perderemos algo em torno de 15%", explica o secretário estadual de Agricultura, Eduardo Salles. Para o algodão, outra cultura importante no Estado, ele estima queda de 10% a 15%. Na Bahia os prejuízos também não foram mensurados. A agropecuária responde por 24% do PIB local.

Segundo Estado mais afetado, com 196 municípios em situação de emergência, a Paraíba segue contabilizando as perdas superiores a 70% na safra agrícola, que representa 6% do PIB estadual. O secretário de Agricultura, Marenilson Batista, não vê grandes expectativas de melhora no cenário, a não ser que chova. "Nossa esperança ainda é o litoral, onde tem chovido. Pelo menos garante o abacaxi, a cana e se mantém uma parte do gado." O Estado é o maior produtor de abacaxi do país.

Agricultura continua a afetar PIB gaúcho no 2º tri. Sérgio Ruck Bueno – Valor Econômico. 12/06/2012

Plantação afetada pela seca no Rio Grande do Sul: Estado agora calcula o impacto da estiagem sobre a economia

Com a colheita encerrada e os números praticamente fechados, o Rio Grande do Sul começa a calcular com mais precisão o impacto que a estiagem e a quebra da safra de verão 2011/12 terão sobre a economia do Estado. Os primeiros números concretos serão conhecidos no fim do mês, quando a Fundação de Economia e Estatística (FEE) do governo gaúcho divulgar o Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP) - indicador que serve de base para o levantamento do Produto Interno Bruto (PIB) local - referente ao período de janeiro a março. Os efeitos, contudo, ainda estão sendo sentidos ao longo do segundo trimestre,

"A agricultura vai puxar (o índice) para baixo", adianta o economista Sérgio Fischer, da FEE. Ele não arrisca um percentual de queda, mas lembra que o setor agroindustrial responde por cerca de 30% da economia gaúcha e que não haverá como recuperar as perdas com a quebra da safra de verão no resto do ano porque 80% do valor da produção agrícola local, correspondente às culturas de soja, arroz, milho e fumo, se concentra no primeiro semestre, quando as plantações foram duramente afetadas pela estiagem.

Em fevereiro, 340 dos 496 municípios do Rio Grande do Sul decretaram situação de emergência por conta da escassez de chuva, que começou em novembro e continua fazendo estragos. O número caiu para 108, mas 645,7 mil pessoas ainda sofrem efeitos negativos da escassez de chuva, incluindo falta de água para a agricultura, para os animais e até para o consumo humano, informa a Defesa Civil do governo estadual. Na semana passada, conforme a Emater-RS, o trigo, a principal lavoura de inverno, estava com apenas 12% da área plantada devido à baixa umidade do solo, ante 25% no mesmo período de 2011.

Para o economista Martinho Lazzari, também da FEE, o quadro deve fazer o PIB gaúcho crescer menos do que o brasileiro em 2012. Segundo ele, em dez dos últimos onze anos a economia do Estado avançou mais do que a média brasileira toda vez que a agropecuária gaúcha teve melhor desempenho do que o PIB local. Quando ocorreu o contrário, o Rio Grande do Sul cresceu menos do que o país como um todo. "Se a tendência se mantiver, tudo leva a crer que o PIB estadual será menor do que o brasileiro", reforça Fischer.

Segundo o último Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, a produção de soja no Rio Grande do Sul deve despencar 48,4% ante 2010/11, para 6 milhões de toneladas, enquanto a colheita de milho deve cair 44,3%, para 3,2 milhões de toneladas. Se confirmado, será o pior desempenho desde o ciclo 2004/05, quando uma estiagem ainda mais devastadora reduziu a safra de soja para 2,4 milhões de toneladas e a de milho, para 1,5 milhão de toneladas.

O arroz, por ser uma cultura irrigada, terá uma perda menor, de 13,5%, para 7,7 milhões de toneladas, enquanto a produção de fumo cairá de 500 mil para 390 mil toneladas, explica Fischer. O alento, lembra, é que os preços vão mitigar a situação. De acordo com a Emater, os valores médios pagos aos produtores gaúchos cresceram 38,2% no caso do arroz nos últimos 12 meses, para R$ 555,80 a tonelada, e 21,5% na soja, para R$ 899,83. O milho teve queda de 10,6% no período, para R$ 400 a tonelada.

Com a variação dos preços, enquanto a produção acumulada das três culturas caiu 35,6% ante o ano passado, para quase 17 milhões de toneladas, a receita dos produtores com arroz, milho e soja recuou 24,3%, para R$ 11 bilhões, calcula a economista Patrícia Palermo, da Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado (Fecomércio). Ou seja, parte da perda de produção será compensada pela alta das cotações, mas mesmo assim serão R$ 3,5 bilhões a menos circulando no campo.

Para a Federação das Indústrias do Estado (Fiergs), a combinação da subida dos preços com a redução da safra afeta duplamente o setor, com o aumento dos custos de produção de um lado e a queda dos investimentos dos agricultores em itens como máquinas e implementos agrícolas, de outro. Segundo a entidade, a perda potencial para o PIB gaúcho, devido aos impactos diretos e indiretos da quebra da safra sobre a economia, chega a R$ 16,1 bilhões, o equivalente a 5,9% do valor do produto gaúcho em 2011, sendo R$ 11,2 bilhões somente na indústria.

A Fecomércio é um pouco mais otimista. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, está mais concentrada nas regiões metropolitanas e o crescimento acumulado no varejo do Estado foi de 12,78% no primeiro trimestre deste ano em relação a igual período de 2011. Patrícia avalia que repetir o crescimento de 6,1% registrado em 2011 é difícil, mas acredita que o indicador poderá até ser melhor do que os 5% projetados no início deste ano.

A quebra da safra também preocupa o governo do Estado. Embora o impacto direto sobre as finanças públicas não seja acentuado porque a maior parte da produção agrícola é desonerada, o problema maior é o efeito indireto sobre o desempenho industrial, avalia a Secretaria da Fazenda. Conforme o secretário Odir Tonollier, e redução estimada na receita bruta com ICMS (incluindo os 25% destinados aos municípios) chega a R$ 200 milhões, um valor pequeno diante da arrecadação de R$ 21,2 bilhões prevista originalmente para o acumulado de 2012.

Expansão da Riograndense fica para o início de 2015. Stella Fontes – Valor Econômico. 12/06/2012

Lídio Nunes, presidente da companhia: "Vamos nos preparar para entrar em operação em 1º de janeiro de 2015"

A nova linha de produção de celulose branqueada de eucalipto da Celulose Riograndense, que opera uma fábrica no Rio Grande do Sul e é controlada pela chilena CMPC, entrará em operação no início de 2015, e não mais na segunda metade de 2014. A nova data, de acordo com o presidente da empresa, Walter Lídio Nunes, decorre do período superior ao originalmente previsto pela engenharia básica, que deve ser encerrada até o fim de agosto. Nessa fase, todo o projeto será detalhado e o valor exato do investimento - algo da ordem de US$ 2,8 bilhões - será determinado.

"Vamos nos preparar para entrar em operação em 1º de janeiro de 2015", afirma o executivo. Com a nova data, a Riograndense ainda se verá livre do pagamento de multa à Fibria, empresa resultante da fusão entre Aracruz e Votorantim Celulose e Papel (VCP), relativa à expansão da unidade. Pelo acordo firmado à época da venda da fábrica de Guaíba para a CMPC por US$ 1,43 bilhão, no fim de 2009, a empresa estaria sujeita a uma penalidade caso tirasse do papel o projeto de ampliação antes de 2015.

Conforme Nunes, encerrada a engenharia básica, que está sendo conduzida pela finlandesa Pöyry, o plano de implantação da linha com capacidade produtiva de 1,3 milhão de toneladas anuais será encaminhado à avaliação dos acionistas. A expectativa é a de que o projeto seja aprovado até o fim deste ano, embora a limitação da compra de terras brasileiras por parte de estrangeiros, decorrente de um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) aprovado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, possa pesar na decisão do grupo chileno.

Neste momento, faltam à empresa entre 20 mil e 25 mil hectares de florestas plantadas para garantir o abastecimento da nova fábrica - hoje, a Riograndense conta com 126 mil hectares de base florestal e área total no país de 213 mil hectares. Para suprir o que falta em termos de madeira, a empresa vai buscar novos contratos de fomento. "O parecer da AGU afeta os investimentos da CMPC no Brasil, porque ela passa a ter restrição na compra de terras", diz o executivo. "Trata-se de uma empresa do agronegócio que não pode acessar a terra. Isso representa um risco e um desestímulo ao investimento", acrescenta.

Outro fator que deve ser considerado pelos acionistas é a crescente oferta de celulose de mercado, oriunda sobretudo de novas fábricas no Brasil, a partir do fim deste ano. Além da Eldorado Celulose e Papel, Fibria, Suzano Papel e Celulose e Klabin, entre outras companhias do setor, têm planos de expansão já anunciados para até o fim da década. Conforme a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), até 2020 há previsão de aportes de cerca de US$ 20 bilhões no setor.

Na avaliação de Nunes, contudo, há espaço para os projetos já anunciados e o maior impacto ocorrerá na entrada das novas linhas. "Nesse momento, os preços serão afetados. Mas o mercado acaba se acomodando", afirma. Recentemente, os preços da celulose de fibra curta voltaram à casa de US$ 800 por tonelada, após forte retração no ano passado, o que melhorou as perspectivas da indústria para 2012.

Com a expansão programada para 2015, o objetivo da Celulose Riograndense é pulverizar um pouco mais suas vendas, hoje concentradas no mercado asiático. Das 450

mil toneladas de fibra produzidas anualmente em Guaíba, uma parte é consumida pela própria empresa para a fabricação de 60 mil toneladas anuais de papel de imprimir e escrever. Outras 350 mil toneladas da matéria-prima são exportadas, 90% das quais para a Ásia.

Exportação do campo pode superar US$ 100 bi. Alessandra Saraiva – Valor Econômico. 19/06/2012

A meta de US$ 100 bilhões para as exportações do agronegócio em 2012, que representaria um crescimento de 5,7% em relação ao resultado de 2011, pode ser "superada levemente", afirmou ontem o secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do ministério da Agricultura, Célio Porto.

Após participar do 4º Agriculture & Rural Development Day, um evento paralelo à Conferência Rio+20, Porto lembrou que, no período de 12 meses encerrados em maio, as exportações do agronegócio acumularam US$ 97,2 bilhões, um crescimento de 17,9% em relação aos 12 meses anteriores. Portanto, afirmou, não seria impossível superar a meta estipulada pelo ministério no início deste ano.

Porto declarou, ainda, que as exportações do agronegócio perderam fôlego no primeiro trimestre, mas voltaram a ganhar força nos meses seguintes, aproximando-se novamente da marca esperada. Outro ponto destacado pelo secretário é a possibilidade de abertura de mercados - como o asiático - para mais negócios ainda neste ano.

"Embora tenhamos tido problemas de [abertura] de mercado com Rússia e Argentina, outros mercados estão se abrindo", completou o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, também presente no evento.

No caso da China, o Brasil possui apenas três frigoríficos certificados para exportações de carne suína, 25 de carne de frango e oito de carne bovina. Atualmente, estão em negociação a certificação de mais 17 frigoríficos para carne suína, 47 frigoríficos para carne de frango e mais três para carne bovina. Caso sejam confirmados, o Brasil teria mais 67 frigoríficos exportando carne para o mercado chinês. "Temos uma boa expectativa [em relação às certificações]", afirmou o ministro, que disse estar negociando com o Ministério da Agricultura chinês sobre o assunto.

No caso do Japão, o Brasil só exporta frango atualmente, mas tem perspectiva de negociar a venda de bovinos e suínos para aquele mercado, um dos maiores importadores mundiais de carnes.

De todo modo, o Brasil negocia para tentar avançar mais em mercados da Rússia e da Argentina. Segundo Porto, a expectativa do governo brasileiro é driblar o atual bloqueio comercial do país vizinho - imposto pelo governo argentino sobre vários produtos para proteger a economia daquele país de déficits sucessivos devido à crise econômica - em conversações na XLIII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, que ocorre no final do mês.

Quanto à Rússia, o governo brasileiro deverá receber uma missão do governo daquele país ainda neste mês e pretende trabalhar para minimizar os bloqueios levantados por Moscou sobre as exportações de carnes suína e bovina do Brasil.

Nanotecnologia avança no campo brasileiro – Valor Econômico. 21/06/2012

A Embrapa Gado de Leite (MG) faz seus últimos ajustes para lançar até o fim do ano um edital para convocar empresas interessadas a produzir em escala comercial um tratamento inovador contra a mastite, doença de maior impacto econômico na pecuária leiteira no país, responsável por reduzir a produção e a qualidade do leite e causar prejuízos de 5% a 10% no faturamento das propriedades afetadas por ela. A novidade é o emprego da nanotecnologia, ciência que surgiu há duas décadas com a promessa de se tornar uma revolução ao manipular átomos e moléculas em uma microescala (1 bilhão de vezes menor que o metro) com microscópios especiais.

O engenheiro agrônomo Humberto Brandão coordena há três anos esta pesquisa. Foi criada uma nanopartícula que, injetada na glândula mamária do animal por meio de uma seringa, é capaz de liberar gradualmente por quatro ou cinco dias o antibiótico que liquida a bactéria S.aureus, principal causadora da mastite, mesmo nas células. No tratamento convencional, o medicamento não consegue atingir a bactéria acomodada no interior das células, eliminando só as que vivem do lado de fora. "Aparentemente, o animal parece sadio, mas na verdade não está", explica Brandão. A doença pode levar a fêmea a perder a glândula mamária ou até à morte.

Segundo o pesquisador, a tecnologia criada em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (MG) e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), foi testada em 130 fêmeas de alta produção, da raça holandesa, e não foi constatada a presença de resíduos de antibióticos durante exames toxicológicos. Ele acredita que o tratamento da mastite por meio da nanotecnologia poderá chegar ao mercado em 2015 - tempo necessário para a transferência da tecnologia e sua produção em larga escala -, com custo de R$ 6 a R$ 20 para o produtor, equivalente aos preços das aplicações tradicionais de antibióticos, que formam um mercado de US$ 1 milhão por ano. De acordo com Brandão, a aplicação da nanopartícula tem tudo para ser "uma prática rotineira".

Desde 2009, o pesquisador também está à frente de outra versão desta pesquisa, em parceria com as Universidades Federais de Ouro Preto, de Lavras e de Juiz de Fora, todas em Minas, para tratar a mastite na pecuária orgânica. Nesse caso, sai o antibiótico, proibido no sistema orgânico de criação, e entra a nanopartícula com própolis verde, substância produzida pelas abelhas e capaz de tratar processos infecciosos. "É um antibiótico natural". A própolis não é diluída em álcool, o que causa irritação em alguns animais, e também é liberada gradualmente para atingir a bactéria. A pesquisa está em fase laboratorial, mas já interessa países como China e Japão, grandes consumidores de própolis. Humberto Brandão explica que essas nanopartículas com própolis têm condições de serem usadas para tratar infecções em seres humanos.

As duas pesquisas da Embrapa Gado de Leite fazem parte da Rede de Pesquisa em Nanotecnologia Aplicada ao Agronegócio, formada em 2006. A rede reúne 17 unidades da Embrapa e 35 universidades federais e estaduais e contou com R$ 3,5 milhões. Segundo Cauê Ribeiro, coordenador da rede, montante semelhante já foi captado por meio de parcerias com o setor privado. Por essa razão, a Embrapa é considerada a maior investidora nessa área no país à frente de multinacionais como Bunge e Basf.

De 2006 para cá, a Embrapa entrou com nove pedidos de patentes de tecnologias. As pesquisas da estatal estão baseadas em diferentes frentes, como a criação de sensores

para avaliar a qualidade da água e dos alimentos, filmes biodegradáveis para embalagens e liberação controlada de herbicidas. Ribeiro relembra a criação da língua eletrônica, de maior repercussão no mercado e formado por sensores capazes de diagnosticar a palatabilidade do leite de soja, cujo sabor não é um sucesso unânime entre consumidores.

Segundo a consultoria americana Global Industry Analysts (GIA), o mercado total da nanotecnologia poderá alcançar US$ 1 trilhão até 2015. Sua maior relevância está nos cosméticos, embora beneficie em cheio a agricultura mesmo que não se saiba a participação do setor. Um dos maiores entusiastas da tecnologia no campo é o agrônomo Richard Dulley, pesquisador aposentado do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Ele se refere à agricultura de precisão por meio de nanosensores "como uma rede distribuída pelo campo, com condições de fornecer informações sobre condições de solo, umidade, fertilidade, dispensando a presença física do agricultor".

Desde 2004, Dulley faz parte da Rede de Pesquisa em Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente (Renanosoma), um fórum independente com informações voltadas ao público não especializado "A nanotecnologia é um tsunami tecnológico no campo", avalia. Para o pesquisador, os impactos podem ser muito mais fortes que a própria "Revolução Verde", que nos anos 50 pregou o uso de insumos como fertilizantes e defensivos nas plantações como forma de ampliar as produtividades e a oferta de alimentos.

Mas há quem mantenha uma posição mais cética sobre o real benefício destes avanços. Na avaliação de Peter Schulz, do Instituto de Física da Unicamp, "a nanotecnologia é vendida como a grande novidade que vai solucionar todos os problemas", mas pode não ser tão simples assim. Para o físico, pouco se fala na toxicidade dos materiais, especialmente os da área da saúde humana, com a fabricação de medicamentos que utilizam nanopartículas à base de óxidos de titânio e de zinco.

"Elas são facilmente absorvidas pela pele sem que se conheçam ainda as consequências do uso prolongado do produto", pondera. Segundo Schulz, são escassas as informações de quantas aplicações nanotecnológicas passaram a ser reguladas de alguma forma. O dado mais recente é de 2009, que apontou para a existência de pouco mais de mil produtos de consumo fabricados com algum nanomaterial. Em 2006, eles somavam 200, conforme cálculo do Projeto sobre Nanotecnologias Emergentes, iniciativa americana do Woodrow Wilson International Center for Scholars.

Cauê Ribeiro, coordenador da rede da Embrapa, prefere manter a parcimônia sobre as revoluções que a nanotecnologia pode proporcionar. "Acredito que sua contribuição no campo se dá por meio da criação de insumos agropecuários e da incorporação destas tecnologias no dia a dia, como já vem acontecendo", analisa.

Governo finaliza novo relatório sobre subsídios. Tarso Veloso – Valor Econômico. 21/06/2012

O governo deve finalizar nas próximas semanas o relatório de subsídios dados para a agricultura na safra 2009/10, que deve atingir US$ 250 milhões em aporte direcionado a

culturas específicas, como algodão e trigo, longe do teto estipulado de US$ 912 milhões pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Cada país possui um valor máximo definido pela OMC para apoiar o setor agrícola. Mesmo assim, recursos podem ser repassados para ações que não sejam de fomento a uma cultura específica, como seguro agrícola e juros subsidiados. Todas as nações são autorizadas a dar subsídios específicos, desde que o montante oferecido não ultrapasse 10% do valor total da respectiva produção.

Se o montante repassado for acima desse teto, a cifra excedente, que se chama medidas agregadas de apoio (AMC, em inglês) passa a contar para os valores autorizados a cada país pela OMC. Hoje, os EUA estão autorizados a chegar até US$ 19 bilhões e a União Europeia a US$ 75 bilhões. Há, ainda, os não específicos, disponibilizados para uso geral, sem direcionamento específico para uma cultura. O cálculo feito pelo governo é esperado em um momento que o país se prepara para responder a perguntas de outras nações sobre o apoio financeiro dado à produção nacional em safras anteriores.

Em uma reunião ontem na OMC, alguns países questionaram a fórmula com que o governo brasileiro calcula o pagamento de seus subsídios. A principal dúvida ficou em torno dos programas de leilões, como o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) e o Prêmio Equalizador pago ao Produtor (PEPRO). Esses mecanismos dão desconto na cotação de uma commodity para quem transportar o grão no país. Por isso, algumas nações alegaram que haveria a possibilidade de o comprador exportar o produto mais barato.

O governo alega que o desconto é somente para o frete doméstico e que não existe risco de que uma grande quantidade do produto seja levada à exportação. "Nós vamos explicar que o programa não é vinculado à exportação e sim ao escoamento dentro do país. Pode acontecer de alguém não conseguir vender por um preço bom no Brasil e mandar para fora, mas seria uma exceção e não regra", afirmou o coordenador-geral de Assuntos Multilaterais, Luiz Cláudio Carmona.

Dentre os subsídios brasileiros que se enquadram no AMC, na safra 2006/07 foram de US$ 341 milhões, para o algodão; em 2007/08 foram US$ 520 milhões, entre algodão e trigo; em 2008/09, US$ 292 milhões, para o trigo. O relatório de 2009/10, em finalização, deverá mostrar um valor próximo a US$ 250 milhões, com o algodão em destaque.

Investimentos na África em xeque. Andrew England (Financial Times) – Valor Econômico. 21/06/2012

Produção de milho no Sudão: mais de 40% dos negócios envolvendo terras agricultáveis no mundo desde o ano 2000 foram fechados em países da África

Em 2008, com os preços dos alimentos em alta e alguns países produtores impondo restrições às suas exportações, foi deflagrada uma onda dos investidores globais em agricultura. A África, favorecida por muitas terras férteis mas subdesenvolvidas, entrou no foco das atenções, especialmente da parte dos Estados árabes do Golfo Pérsico, ricos em petróleo e dependentes das importações.

Esse interesse deu origem a uma série de anúncios de megaprojetos, da Zâmbia ao Sudão, na medida em que as questões de segurança envolvendo os alimentos passaram a ter mais importância. Mas também houve um segundo impacto - o aumento da discussão sobre a sustentabilidade e os riscos que acompanham os investimentos estrangeiros em larga escala em terras de países africanos frequentemente pobres e subdesenvolvidos, que lutam para alimentar suas próprias populações.

Com frequência, esses planos atraem o rótulo pejorativo de "apropriação de terras" e vêm sendo motivo de controvérsias de grande publicidade, como a tentativa de envolvimento da sul-coreana Daewoo em um projeto agrícola em Madagascar.

Especialistas afirmam que, basicamente, muitos dos planos do biênio 2008-2009 não se materializaram, uma vez que a crise dos alimentos foi amenizada e os investidores passaram a ficar mais atentos aos riscos políticos e às enormes dificuldades logísticas. Mas, com o crescimento populacional e as mudanças nos hábitos de consumo, a tendência do interesse dos investidores estrangeiros nas terras africanas deve perdurar.

Não há números precisos sobre a escala das aquisições de terras, mas o Land Matrix, banco de dados online sobre negócios com terras, registrou 986 negócios desde 2000, envolvendo um total de 57,3 milhões de hectares - 41% deles adquiridos na África, com a Etiópia, Sudão, Zâmbia, República Democrática do Congo e Madagascar entre os dez países mais visados.

A África se destaca porque grande parte das terras está nas mãos do Estado e elas podem ser relativamente baratas, ao mesmo tempo em que vários governos vêm tentando investir em agricultura, segundo afirma Michael Taylor, da International Land Coalition.

"É uma grande preocupação o fato de o modelo de investimento usado até agora, o da compra de terras, aparentemente ser o dominante, de modo que há necessidade de uma regulamentação. Os governos precisam tomar decisões firmes em consideração a uma estratégia mais ampla de desenvolvimento rural", diz ele. "Conversamos com muitos grupos interessados e uma coisa que ouvimos de todos é que precisamos de investimentos, mas do tipo certo."

Trata-se de um problema que vai ao cerne do debate em torno dos projetos de terras em larga escala na África - se os investimentos estrangeiros podem ser usados para ajudar em um desenvolvimento extremamente necessário, em vez de serem considerados como exploradores.

"Isso não pode ser visto como algo necessariamente negativo. Pode ser positivo se conduzido de maneira apropriada desde o começo. As pessoas podem ficar mais cautelosas e mais propensas a considerar tipos de investimentos que não impliquem necessariamente a compra de terras", diz Paul Mathieu, diretor sênior de direitos de posse da FAO, a agência das Nações Unidas para agricultura e alimentação.

Os investidores poderiam contratar agricultores como empreiteiros, em vez de dispensá-los. "Tudo depende da maneira como se faz", diz Mathieu. Segundo ele, algo sempre subestimado é o papel crescente dos investidores domésticos na agricultura. Mas ele

acrescenta que os governos sempre estão lutando com recursos técnicos e humanos limitados para monitorar e regular os projetos.

No entanto, há o risco de, se os governos e os investidores ficarem cautelosos demais, isso vir a estigmatizar completamente os investimentos, afirma Chris Isaac, diretor de desenvolvimento de negócios da AgDevCo, uma organização sem fins lucrativos que trabalha em projetos agrícolas na África subsaariana. "É preciso haver exemplos de maior visibilidade de coisas que funcionam bem. Mas isso vai levar algum tempo, porque o capital paciente [endividamento de longo prazo e baixo custo] se tornou disponível apenas recentemente", diz.

Ele acredita que há benefícios quando multinacionais dão origem à produção local através de agricultores contratados, ou se centros comerciais agrícolas são ampliados para permitir que comunidades usufruam de infraestrutura cara e em grande escala como os sistemas de irrigação.

"Achamos que esse modelo é o único caminho para certas culturas, especialmente de grãos, como arroz, atingirem níveis de produtividade que permitam enfrentar o problema da insegurança com os alimentos. Se você consegue garantir os mercados para os agricultores, isso coloca você em um bom lugar. Mas é preciso fazer mais do que isso. É preciso ajudar os agricultores a se tornarem mais produtivos", afirma o diretor da AgDevCo.

Isaac está baseado em Moçambique, um país pobre com estimados 36 milhões de hectares de terras aráveis e cultiváveis, dos quais menos de 16% são produtivas, de acordo com dados da ONU. O país vem atraindo um interesse significativo dos investidores estrangeiros em projetos de biocombustíveis, cultivo de arroz e plantações de florestas.

Mas alguns têm fracassado, enquanto outros entram em conflito com comunidades locais. Moçambique também ilustra bem o estado subdesenvolvido da agricultura doméstica em muitos países africanos - dois terços dos agricultores moçambicanos labutam em dois hectares ou menos, enquanto 42% das fazendas não conseguem garantir segurança alimentícia para suas famílias ao longo do ano, segundo um relatório da ONU.

"Se não houver investimentos privados, tecnologia e capacitação, será muito difícil para o setor agrícola ir além de onde está hoje", diz Isaac.

Mapa criará Comitê Estratégico do Agronegócio – Site do MAPA. 26/06/2012

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) implementará uma nova instância para a discussão da política agrícola brasileira, o Comitê Estratégico do Agronegócio. Vinculado ao Conselho do Agronegócio (Consagro), o comitê será composto por representantes das câmaras setoriais e temáticas do Mapa, além de lideranças de entidades setoriais e empresariais do setor produtivo rural.

O objetivo é definir prioridades a serem estabelecidas na formulação das políticas agrícolas, contribuir na fixação de diretrizes, indicadores e metas de desempenho do agronegócio e suas respectivas cadeias produtivas, avaliar e acompanhar as ações

governamentais aplicadas ao desenvolvimento e sustentabilidade do agronegócio nacional.

“Vamos ampliar o diálogo do ministério com as cadeias produtivas, os produtores e os empreendedores do setor rural, construindo uma agenda estratégica para o nosso agronegócio”, registrou o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho.

Integrado por representantes dos setores público e privado, o Consagro abriga em seu regimento hoje as 34 Câmaras Setoriais e Temáticas do ministério que, operando como ambientes consultivos, contribuem na identificação dos problemas e oportunidades das diferentes cadeias produtivas bem como na apresentação de propostas de políticas públicas para o agronegócio.

China diz que terras raras estão se esgotando. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 26/06/2012

Reservas estariam em declínio acelerado no país responsável por 90% da oferta mundial

Após 50 anos de intensa exploração, as reservas de minerais de terras raras na China estão em declínio acelerado, diz o governo chinês.

Terras raras é o nome dado a um grupo de 17 elementos químicos usados para fabricar itens variados, a maioria de alta tecnologia, como tablets e carros elétricos.

O país asiático é o principal produtor, respondendo por 90% da oferta mundial, e possui 23% das reservas. O mercado é estimado em 100 bilhões de yuans pelo governo chinês (US$ 15,7 bilhões).

O primeiro relatório oficial sobre o setor informa que em Baotou, região com depósitos abundantes, apenas um terço do volume original dos recursos está acessível.

Divulgado na semana passada, o documento informa que a maioria das reservas está localizada em áreas montanhosas e de difícil acesso, o que vai tornar, daqui para frente, cada vez mais cara a exploração dos metais.

A China aponta a mineração ilegal como uma das razões para o declínio das reservas, mas justifica a falta de fiscalização pela grande quantidade de minas espalhadas pelo país, o que torna o trabalho "difícil e custoso".

A mineração ilegal, acrescenta o governo, se refletiu em baixas taxas de recuperação das reservas atuais.

Diretamente ligado à exploração ilegal, o contrabando é outro problema chinês.

Informações colhidas com os principais clientes da China mostram que as importações das terras raras chinesas superaram as exportações cadastradas pelo departamento chinês de comércio exterior nos últimos anos.

De 2006 a 2008, o volume de produtos de terras raras comprado da China foi 35%, 59% e 36% maiores do que o exportado, respectivamente.

REAÇÃO

A possível escassez dos elementos de terras raras é uma das razões para a restrição das exportações pela China no ano passado. O episódio levou EUA, União Europeia e Japão a mover ação conjunta contra a China na Organização Mundial do Comércio.

O governo rebate a acusação de protecionismo. "A China dá atenção para os mercados interno e externo, e segue uma estratégia de ganha-ganha que garante o abastecimento a todos", diz.

Brasil, EUA, Índia e Austrália, entre outros, também têm reservas de terras raras.

Senado debate agronegócio e estimulo à indústria – Site do MAPA. 27/06/2012

Fórum promove discussão e integração entre os diversos segmentos do agronegócio brasileiro

O Instituto Brasileiro de Ação Responsável, com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), realiza no dia 28 de junho, o Fórum Nacional de Agronegócios – Boas Práticas de Produção – estímulo à Industria Nacional: Pós Rio+20. O evento acontece no auditório do Interlegis, no Senado Federal, e pretende discutir a formação de políticas públicas que envolvam regulamentações e diretrizes político-administrativas governamentais.

Atualmente, o Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de produtos como de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera o ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. Para tornar o agronegócio um investimento ainda mais atrativo, o Governo Federal tem buscado modernizar a Política Agrícola.

Entre os instrumentos que têm sido aperfeiçoados pelo Mapa está o Seguro Rural, o Fundo de Investimento do Agronegócio (FIA), o Certificado de Depósito Agropecuário e o Warrant Agropecuário. Com isso, o Governo busca atrair parte do patrimônio de mais de US$ 165 bilhões dos fundos de investimentos ao financiamento das atividades agropecuárias para impulsionar ainda mais o setor por meio do crédito rural.

Cisterna sai do sertão nordestino e vai para a favela – Valor Econômico. 27/06/2012

A sertaneja Lindinalva Martins, 27 anos, aprendeu a conviver com a seca que neste ano mais uma vez castiga a zona rural de Mossoró (RN). Em junho, viajou 277 km até a capital potiguar e de lá voou para o Rio de Janeiro, quando percebeu que a resiliência da vida severina tem valor inclusive para quem mora no frescor da Mata Atlântica bem longe do semiárido. No alto de um dos morros próximos ao Complexo do Alemão, no bairro Engenho da Rainha, ela encontrou o pedreiro Eduardo Cavalcanti, 28 anos. A missão: ensiná-lo a construir cisternas que acumulam água da chuva, transferindo para as favelas cariocas a tecnologia de adaptação às adversidades do clima que está dando certo no sertão.

A diferença é que, nas encostas densamente povoadas do Rio de Janeiro, a nova água servirá para irrigar hortas comunitárias e projetos de reflorestamento para conter deslizamentos - e não para matar a sede, como no assentamento Barreira Vermelha, onde mora Lindinalva. "Antes das cisternas, caminhávamos horas diariamente para encher tonéis nos açudes e trazê-los no lombo do jumento", recorda. Hoje cada família tem nos quintais uma reserva de 16 mil litros, provenientes das chuvas irregulares na região. Não se sabe até quando os estoques durarão na estiagem atual, que só tem previsão de amainar a partir de outubro. "A solução é ir cada vez mais longe para conseguir abastecimento no chafariz de adutoras", diz.

No Rio de Janeiro, foram oito dias para cavar o buraco e mais cinco para construir artesanalmente a cisterna, na comunidade Sérgio Silva, onde há um projeto agroflorestal de 1,5 mil metros quadrados para produção de alimento e ervas medicinais, além do plantio de mudas nativas. "É uma dificuldade para a água encanada da companhia de abastecimento chegar no alto da favela, principalmente nas épocas de calor, quando o consumo na cidade é maior", justifica Eduardo. Ele conta que muitas vezes a saída é a ligação clandestina para a distribuição através de bombeamento feito pelos moradores, sem vazão suficiente para irrigar plantios - apenas abastecer torneiras.

Uma segunda cisterna começou a ser construída na vizinhança, também na Serra da Misericórdia, onde existem mais de cem comunidades. "A região é a última área verde da Zona Norte da capital e apresenta quadro avançado de degradação, sendo necessário um processo de resiliência para a adaptação mais rápida às mudanças no clima", adverte Edson Gomes, diretor da ONG Verdejar. "A ideia é fazer a comunidade se apropriar e replicar a tecnologia das cisternas", diz Claiton Mello, diretor da Fundação Banco do Brasil, que apoia o projeto. No Nordeste, a entidade auxiliou a construção de 60 mil cisternas, ao custo de R$ 2.080 cada.

"Mais que a obra propriamente dita, o importante é o modelo que envolve qualificação, participação social e mobilização das comunidades", ressalva Naidson Baptista, da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Desde 2004, a organização construiu 410 mil cisternas com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e patrocínio de entidades privadas, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Fundação Pepsico. No total, foram investidos até o momento R$ 750 milhões, com meta de atingir 750 mil cisternas até 2014, reduzindo a dependência da população em relação aos carros-pipa e à manipulação política da chamada "indústria da seca". O desafio, segundo Baptista, não é combater a seca, mas "permitir a convivência com ela".

"A estratégia é desenvolver sistema produtivo de referência que torna o agricultor familiar mais resiliente às mudanças climáticas", acrescenta Daniele Cesano, da Rede de Desenvolvimento Humano. "O modelo não pode ser paliativo, mas estruturante, capaz de inspirar planos de contingência para o enfrentamento de secas", ressalta. No projeto Adapta Sertão, a entidade mobilizou 60 produtores no município de Pintadas (BA), no vale do rio Jacuípe, para a produção de ração animal armazenada em silos como reserva, cultivos de subsistência em sistemas agroflorestais e organização em cooperativas para garantia de assistência técnica e microcrédito. Foi instalada uma fábrica de polpa de frutas nativas da caatinga e estão em testes sistemas para dessalinização de água subterrânea, que é salobra em grande parte do semiárido. "O projeto piloto, previsto para terminar neste ano, está se transformando em política pública e será replicado na região na forma de planos de contingência", revela Cesano.

Estudo da Coppe/UFRJ indica que as chuvas no Nordeste tendem a diminuir entre 2 e 2,5 mm/dia até 2100, causando perdas agrícolas em todos os Estados da região. O déficit hídrico reduziria em 25% a capacidade de pastoreio de bovinos de corte, o que poderá forçar o retrocesso à pecuária de baixo rendimento. A vazão dos rios, diz a pesquisa, diminuiria em média até 90% entre 2070 e 2100. "É preciso correr, ir mais rápido que os impactos do clima", conclui Cesano.

Governo aprova quase 100 milhões para PGPM – Site da CONAB. 28/06/2012

O governo federal aprovou esta semana, em reunião ocorrida no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), R$ 99,9 milhões para serem aplicados na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) no mês de julho. Esta política, que fixa um valor mínimo para os produtos no mercado, ajuda a garantir renda aos agricultores e a evitar que eles tenham prejuízos na hora da comercialização.

O governo também aprovou mais R$ 2,4 milhões para a compra de sacaria, em atendimento à Portaria Interministerial Nº 470/2012. Ela estabelece os parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, por meio do Programa Vendas em Balcão, operacionalizado pela Conab. A medida define também a concessão de subvenção econômica para atender a região, em razão da estiagem ocorrida nos municípios amparados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Entre os estados beneficiados com a ação, estão Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. A reunião teve a participação de técnicos da Conab, do Mapa, do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil.

BNDES estuda facilitar crédito para setor da pesca. Sergio Leo – Valor Econômico. 28/06/2012

Preocupado com a situação "vexatória" do Brasil no mercado mundial de pesca e aquicultura, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, anunciou a empresários do setor, reunidos no Ministério da Pesca e Aquicultura, que estudará mudanças nos mecanismos de financiamento e na atuação do banco para ampliar a produção nacional e melhorar a qualidade do pescado no Brasil.

Coutinho prevê que serão necessários de um a dois anos para consolidar o setor e criar condições para formar "empresas-âncora", com capacidade de investimento e inovação necessárias à maior competitividade nacional.

"O setor de pesca e aquicultura tem potencial semelhante ao do petróleo no pré-sal", comparou o ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, após anunciar, brincando, que Coutinho havia levado "o talão de cheques" para a reunião. Os executivos se queixaram das dificuldades para oferecer garantias para empréstimos e cumprir as exigências de certidão negativa. O presidente do BNDES criou um grupo, com representantes do setor, para estudar medidas nessa área.

Segundo Coutinho, não há como mudar as exigências ambientais e a obrigação de certidões negativas com a Previdência, que são previsões constitucionais, mas vê possibilidades de atender ao pedido dos empresários para alterar as regras, que exigem

dos candidatos a financiamento a apresentação de certidões desde o início do processo de empréstimo.

Coutinho mostrou que, apesar da grande extensão do litoral brasileiro e das reservas de água doce do país, há déficit de US$ 1 bilhão no comércio de pescado no país, alimentado pelo forte crescimento no consumo de peixes, como o salmão, e a entrada, no mercado, da produção chinesa, de longe o maior produto mundial. A aquicultura, no Brasil, saiu do zero nos anos 80 para uma produção de 415 mil toneladas em 2009, mas ainda significa menos de 0,5% da produção mundial.

Coutinho defendeu maior apoio a pesquisas e tecnologia no setor, com desenvolvimento de técnicas de produção de espécies exóticas e de nativas. O grande número de pequenas e micro empresas no setor exige um projeto de consolidação do setor, com apoio estatal, disse ele, ao prometer apoio do BNDES a esse esforço. Os empresários se queixam de que na criação de pescado há menos ativos envolvidos que possam servir de garantia, o que dificulta a obtenção de empréstimos.

Brasil já importa soja dos vizinhos. Fernanda Pressinott, Gerson Freitas Jr. e Mariana Caetano – Valor Econômico. 28/06/2012

Soja para exportação na Argentina: tendo em vista a quebra da safra no Sul do Brasil, concorrente virou fornecedor

Em meio à escassez de soja e aos preços recordes no mercado doméstico, tradings e processadoras começaram a buscar nos países vizinhos uma alternativa para assegurar o abastecimento no segundo semestre. Segundo agentes do mercado, Bunge, ADM, Dreyfus e Cargill compraram cerca de 100 mil toneladas de soja de Argentina, Uruguai e Paraguai apenas nos últimos dez dias, mais do que o dobro do esperado pelo governo para 2012.

O volume é pouco expressivo se comparado às mais de 31 milhões de toneladas que o país deve exportar na safra atual, mas o movimento - atípico para esta época do ano - sinaliza o extremo aperto na oferta nos próximos meses. A situação é explicada por uma queda de mais de 10 milhões de toneladas na produção da região Sul combinada com a forte demanda externa - apesar da safra 12% menor, as exportações de soja cresceram 36% nos primeiros cinco meses do ano.

O resultado foi a escalada dos preços e dos prêmios pagos pelos importadores, em um cenário de elevação do dólar, o que impulsionou as vendas e "enxugou" o mercado. Segundo a Céleres, mais de 92% da última safra já foi vendida, ante apenas 71% em igual período do ano passado. "Foi chocante o ritmo em que os produtores quiseram vender a soja para aproveitar a alta do dólar e o aumento dos preços", afirma Paulo Sousa, diretor do Complexo Grãos da Cargill.

Em Mato Grosso, apenas 1,7% da safra 2011/12 ainda está disponível para venda, segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). "O que as tradings encontram, compram para fazer estoque", afirma Cléber Noronha, analista da instituição. Sousa afirma que, diante da perspectiva de escassez, as grandes tradings se viram obrigadas a fazer estoque. Caso contrário, pagariam prêmios ainda mais altos aos produtores no segundo semestre.

"Normalmente, as cooperativas e produtores é que seguram os grãos para vender a preços mais altos depois de julho, na entressafra. Este ano foi diferente. Nós é que tivemos de lidar com isso", revela. Segundo ele, as pequenas esmagadoras, sobretudo do Sul do país, podem ter problemas de abastecimento já que não têm o mesmo fôlego financeiro dos grandes para carregar estoques. "Algumas esmagadoras no Sul já cogitam parar e conceder férias coletivas, principalmente após agosto e setembro", diz Stefan Tomkiw, vice-presidente da mesa de derivativos para América Latina do Jefferies Bache, em Nova York. "Pode ocorrer uma parada antecipada em algumas regiões, mas nada relevante", minimiza Fábio Trigueirinho, secretário-geral da Abiove, entidade que representa as processadoras de soja.

Ontem, o preço em reais da soja disponível no Porto de Paranaguá bateu novo recorde, a R$ 72,91, segundo o indicador Cepea/Esalq, um salto de 47,3% em 2012 e de 55% em relação ao mesmo período do ano passado. Convertida em dólar, a cotação chegou ontem a US$ 35, praticamente igualando o recorde de 4 de julho de 2008 (US$ 35,46), um aumento de 32% em 2012 e de 17% em 12 meses.

Isso significa que o mercado internacional paga pela soja brasileiro um prêmio superior a US$ 3 por saca em relação aos futuros da bolsa de Chicago para entrega em julho - esses contratos fecharam a quarta-feira cotados a US$ 14,71 por bushel (ou US$ 32,36 por saca). Para Trigueirinho, o prêmio acirra a concorrência entre exportadores e esmagadores voltados apenas para o mercado doméstico, com prejuízo para o segundo grupo.

Antônio Sartori, diretor da corretora Brasoja, conta que os exportadores abocanharam quase metade das 6,5 milhões de toneladas de soja colhidas no Rio Grande do Sul. "Com menos soja disponível, a capacidade ociosa das indústrias é grande", diz. No início de 2012, os gaúchos trouxeram soja de Mato Grosso, Goiás e Paraná. Agora, a opção é mesmo buscar o produto nos países vizinhos. Para Sartori, os produtores de carnes têm sofrido com a situação. "O preço das carnes está estabilizado e o farelo subiu muito. Para se ter ideia, os criadores gaúchos estão vendendo o quilo do suíno vivo a R$ 1,90 e o custo de produção chega a R$ 2,60", explica.

Internacionalização da China abre oportunidades ao Brasil. Marcos Fava Neves - Folha de São Paulo. 30/06/2012

O Brasil precisa estar preparado para receber os investimentos chineses

Neste mês aconteceu o 22º encontro anual de agronegócios, alimentos e bioenergia, congregando cerca de 400 empresários em Xangai, na China.

Em termos de oportunidades, a população chinesa deverá crescer para 1,4 bilhão de pessoas em 2015, em 1,45 bilhão em 2020 e em 1,5 bilhão em 2030, quando deverá se estabilizar.

Outro fato é a evolução da urbanização, que vai de 55% em 2015 para 60% em 2020, atingindo incríveis 70% em 2030. Isso significa quase 300 milhões de pessoas indo do campo para as cidades. A renda per capita evolui de US$ 5.500 em 2015 para US$ 15 mil em 2030.

O impacto calculado desses fatos é que o consumo per capita de carnes pula de 57,3 quilos por habitante em 2015 para 68,6 quilos em 2030. Serão quase 12 quilos a mais por chinês. Isso abre amplas oportunidades de negócios.

Quando indagados sobre quais são os desafios principais, foram citados custos e qualificação de mão de obra, que cresceram 30% nos últimos dois a três anos.

Novas regulamentações governamentais referentes à segurança do alimento (a China é famosa em contaminações) estão elevando os custos de produção e restringindo os componentes utilizados nas rações. Pela concentração da produção, doenças e epidemias se espalham rapidamente.

Existem também pressões cada vez mais fortes pela sustentabilidade, em como conciliar o crescimento necessário com a restrição de recursos e as questões ambientais.

Outras preocupações envolvem a volatilidade do mercado de grãos (componentes das rações), logística no interior, crédito insuficiente e ainda a política agrária.

As políticas governamentais de desenvolvimento urbano avançam sobre áreas de agricultura, trazendo mais competição pela terra. Fora isso, existe amplo debate sobre a contaminação e a disponibilidade de água e de solo na China.

A boa mensagem para a produção brasileira é que os custos de produção sobem muito na China também, bem como o consumo. Esses fatos levam os empresários chineses a destacarem a necessidade de internacionalizar cada vez mais suas empresas, e aqui abrem-se as oportunidades ao Brasil, em receber esses investimentos para abastecer parte do mercado chinês com os excedentes de alimentos aqui produzidos.

A mensagem dada aos chineses é que não é necessário comprar terras, mas sim "originação" (redes de suprimento) de produtos no Brasil. Após 20 dias, chega-se cada vez mais à conclusão de que a China fascina.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa
Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa